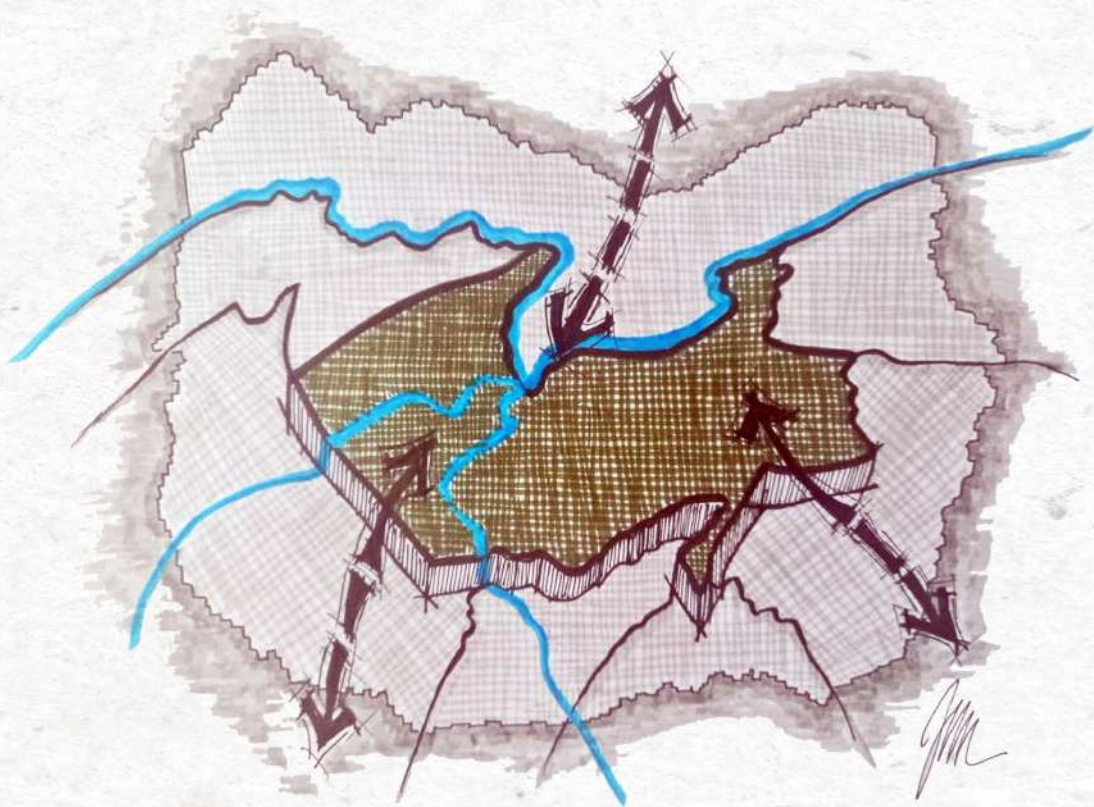


Teófilo de Paula
Paulo José Saraiva
(Organizadores)

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SUSTENTABILIDADE



PERSPECTIVAS PARA O
MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS (RJ) E REGIÃO



Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade:
perspectivas para o município de Três Rios (RJ) e região

© 2023

Teófilo de Paula, Paulo José Saraiva
(Organizadores)

Todos os direitos reservados

1ª Edição – Editora GARCIA
Brasil – Dezembro de 2023
ISBN 978-65-6032-014-7

Conselho Editorial

Bianca Orsi
Fernando Salgueiro Perobelli
Gary Arthur Dymski
José Luis Fernando Luque Alejos
Lucia Seale

Revisão:

Maria Helena Facirolli Sobrinho

Imagem de capa:

Julianne Alvim Milward-de-Azevedo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Elaborada por Bibliotecária Viviane Bento Catão Rodrigues – CRB7 5515

D451 Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade : perspectivas para o município de
Três Rios (RJ) e região / Teófilo de Paula, Paulo José Saraiva, (organizadores).
- 1ª ed. - Juiz de Fora, MG: Garcia, 2023

Versão eletrônica - PDF [15.321 KB]
224p. : il. ; 16x23 cm.

ISBN: 978-65-6032-014-7

1.Desenvolvimento Regional . 2. Sustentabilidade Social. 3. Projetos Sustentáveis.
4. Três Rios – Região – Rio de Janeiro – Brasil. I. Paula, Teófilo de. II. Saraiva,
Paulo José.

CDU 711.1

Bibliotecária : Viviane Bento Catão Rodrigues – CRB7 5515

Editado por:

Editora Garcia (www.editoragarcia.com.br)

Sumário

Prefácio	5
Introdução	7

PARTE I

DESENVOLVIMENTO LOCAL

Os recursos naturais e humanos no processo de desenvolvimento sustentável: o caso das Indicações Geográficas (<i>Maria Helena Facirolli</i>)	13
Segmentação espacial do setor de habitação na cidade de Três Rios - RJ (<i>Teófilo de Paula, Diógenes Ferreira Filho, Roberto Santolin e Paulo Saraiva</i>)	27
Análise do perfil socioeconômico e financeiro de inadimplentes a partir do III Feirão Limpa Nome realizado no município de Três Rios – RJ (<i>Richard William da Silva Pereira, Roberto Santolin e Pablo Miranda Guimarães</i>)	47
Distribuição espacial dos segmentos residencial, comercial e industrial na cidade de Três Rios – RJ (<i>Gabrielle Caldararo e Teófilo de Paula</i>)	67

PARTE II

PROJETOS SUSTENTÁVEIS

Análise da produção científica sobre sustentabilidade organizacional e internacionalização (<i>Tatiana Ladeira Vidal, Josir Simeone Gomes e Maria Cristina Drumond e Castro</i>).....	85
Uso Público na Preservação da Biodiversidade: potencialidades do resgate histórico e cultural de uma unidade de conservação para o desenvolvimento local (<i>Julianne Alvim Milward-de-Azevedo e Karolyne Victor Martins Leite</i>).....	97
Arborização Urbana no município de Três Rios (RJ): coleta e análise de dados para elaboração do Plano Diretor de Arborização - PDAU (<i>Erika Cortines, André Luiz Pereira, Michaele Alvim Milward-de-Azevedo, Sady Júnior Martins da Costa de Menezes, Fábio Cardoso de Freitas, Fábio Souto de Almeida, Letícia Novaes Duarte, Alice Silva Pereira Hagge, Agatha Martins Miguel, Alessandra Cordeiro dos Santos, Amanda Moraes Bevilacqua Pereira, Andrea Cristina Ferreira Longo, Crislaine da Silva Ramos, Fernando Carrilho-da-Silva, Gisele dos Santos Cabral, Karina Oliveira, Maisa Barros Baptista Hygino Pena, Nadia Mylena dos Santos Orlandini, Thayna Ribeiro Bromana, Nathália Borges, Lucas Magrani, João Paulo Pereira.</i>).....	113

Ecoturismo: avaliação de áreas com potencial para a prática da observação de aves no município de Três Rios-RJ (*Iasmim da Silva Rodrigues e Fábio Souto de Almeida*).....127

PARTE III

SUSTENTABILIDADE SOCIAL

Democracia radical e direito à cidade: fortalecimento da participação política como pressuposto de desenvolvimento urbano (*Raphaella Borges David*).....157

Desenvolvimento, direito e a dimensão social do processo (*Antonio Pereira Gaio Júnior*).....167

Superação das desigualdades e desenvolvimento regional: uma perspectiva empírica sobre a vulnerabilidade dos analfabetos em juízo (*Klever Paulo Leal Filpo, Érica Guerra da Silva, Ana Paula Lima Miranda de Sousa e Anna Laura Thomaz Gomes Heleno*).....173

Pensar global e agir local: um caso de ensino sobre alinhamento organizacional ao ESG. (*Luiz Guilherme Dias César, Ana Carolina D'Almeida Francisquini, Débora Vargas Ferreira Costa e Fábio Cardoso de Freitas*).....185

Estresse ocupacional e a qualidade de vida no trabalho numa indústria de alimentos de Três Rios (RJ) (*Leticia Menezes Silva Bitencourt e Paulo Lourenço Domingues Junior*).....199

Acesso à justiça na agricultura familiar, direitos humanos e desenvolvimento. A experiência do Núcleo de Prática Jurídica do Instituto Três Rios/UFRRJ (*Rulian Emmerick e Lair Tavares Neto*)207

Sobre os Autores.....219

Prefácio

Sinto-me muito honrado ao prefaciá-lo livro “*Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade: Perspectivas para o Município de Três Rios (RJ) e Região*”, organizado pelos professores Paulo Saraiva e Teófilo de Paula, que congrega uma série de reflexões sobre temas caros ao processo de crescimento e desenvolvimento urbano/regional e que estão alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, definidos pela Organização Mundial (ONU) em sua assembleia geral. Tais princípios partem de quatro dimensões: social, ambiental, econômica e institucional com o intuito de que o mundo se desenvolva de forma sustentável com medidas transformadoras.

A coletânea conta com a participação de outros 49 pesquisadores especialistas no tema, sendo fruto do esforço de pesquisa realizado nos últimos anos no Instituto Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Trata-se, portanto, de uma leitura imprescindível, pois tem como objetivo central avaliar o desenvolvimento de uma região que no período recente passou por um processo de transformação em sua estrutura econômica e social. Tal transformação, foi impulsionada tanto por sua localização estratégica, como o fácil acesso às três principais capitais do país: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, bem como por um programa de benefícios fiscais por meio da Lei Estadual 4533/2005 e por meio de isenção de pagamento de tributos (IPTU e ISS) para indústrias que se instalassem no município. Os impactos sobre a criação de emprego e aumento da renda são evidentes quando se analisam as séries históricas. Por outro lado, o crescimento econômico suscitado na região abre caminho para explorar questões subjacentes a esse processo.

Assim sendo, em seus quatorze capítulos, o livro se estrutura tomando por base os princípios da análise das ciências sociais aplicadas, expondo, para cada tema discutido nessa coletânea, os pressupostos subjacentes e suas implicações. Os pesquisadores fazem uso de base de dados primárias e consolidadas pelos mesmos, bem como de bases de dados públicas. Os aspectos metodológicos utilizados se mostram aderentes às discussões apresentadas em cada um dos capítulos.

A primeira parte intitulada “*Desenvolvimento Local*”, convida os leitores a refletir, em seu primeiro capítulo, sobre a importância e a formação do território numa visão holística. Nos capítulos seguintes faz-se uma reflexão sobre aspectos do desenvolvimento da cidade de Três Rios, levando ao leitor a pensar sobre questões inerentes ao espaço urbano do município, de forma especial analisando o setor residencial, o perfil socioeconômico e financeiro dos indivíduos que participam de ações que potencializam a diminuição da inadimplência e o padrão de ocupação do uso solo, com o intuito de avaliar o reordenamento da utilização do espaço urbano.

A segunda parte intitulada “*Projetos Sustentáveis*”, traz uma questão atual e que vem sendo discutida sob várias perspectivas, sendo estruturada em quatro capítulos. Nessa coletânea os autores tomam a decisão de tratar do tema de forma bem criativa. O capítulo cinco faz um mapeamento sobre a produção científica no que se refere à sustentabilidade empresarial. Tratar desse tema no âmbito das empresas, permite entender melhor o papel das empresas multinacionais no cenário de desgaste ambiental, social e das instituições. Nos outros três capítulos que constituem essa parte da coletânea, o tema sustentabilidade é tratado no âmbito urbano/regional a partir de três estudos de caso, sendo o primeiro centrado na utilização sustentável de uma unidade de conservação ambiental. O segundo faz um levantamento da estrutura de arborização em âmbito municipal para potencial elaboração de um plano diretor de arborização. O terceiro estudo avalia o potencial do ecoturismo a partir de um estudo sobre potencial de observação de aves no ambiente urbano.

A terceira parte intitulada “Sustentabilidade Social”, é formada por seis capítulos nos quais há uma discussão ampla do tema perpassando por questões do Direito e da Administração. No âmbito do Direito são tratadas questões como a importância do espaço/território na compreensão da justiça social, a avaliação da dinâmica processual como forma de efetivação do direito e, portanto, sustentabilidade da democracia e as heterogeneidades no acesso à justiça, por meio de um estudo, sobre a vulnerabilidade de pessoas analfabetas, como instrumento de diminuição das desigualdades e, por fim, o tema segurança alimentar é tratado verificando a relação entre a regulação jurídica do direito à alimentação e a relação com a agricultura familiar, por meio de um estudo de caso que também relaciona o direito em seu conceito amplo com a agricultura familiar.

No campo da Administração a coletânea traz contribuições sobre a sustentabilidade no âmbito organizacional. O primeiro ensaio é um estudo de caso sobre produtos sustentáveis, de forma mais específica na área de biocosméticos. O segundo ensaio discute a qualidade de vida no âmbito empresarial. Os autores tratam o tema por meio de um estudo de caso numa indústria alimentícia.

Boa leitura é o que desejo aos leitores deste oportuno e interessante livro.

Juiz de Fora, 21 de dezembro de 2023.
Fernando Siqueira Perobelli

Introdução

Os efeitos das mudanças climáticas têm se tornado cada vez mais perceptíveis, prevenindo-se consequências profundas tanto do ponto de vista econômico quanto social. Ao mesmo tempo, observa-se uma tendência crescente de os indicadores de sustentabilidade assumirem um papel crucial nas transações econômicas, com impactos sobre a competitividade de países e regiões e, conseqüentemente, sobre o bem-estar de suas respectivas populações.

Cabe questionar como o fenômeno em questão se manifestará em distintas partes do território. Em função não somente das diferentes características econômicas, geográficas e sociais, mas também da capacidade de adaptação e reação dos diferentes espaços ao novo e desafiador cenário, é de se esperar que algumas regiões sejam mais afetadas que outras. Tal fato faz-se ainda mais premente em um país como o Brasil, marcado por profundas disparidades regionais. Desse modo, é imprescindível considerar o papel dos atores locais. Primeiramente, porque são impactados diretamente pelas condições regionais. Segundo, porque, devido à proximidade e à vivência local, dispõem de um nível informacional único sobre o objeto em questão, o que reforça a importância de sua participação no processo de planejamento e implementação de políticas de desenvolvimento sustentável, tanto do ponto de vista público quanto privado. É neste contexto que se insere a presente coletânea de trabalhos, resultado dos esforços de pesquisa de professores, alunos e colaboradores externos do Instituto Três Rios – ITR da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Com foco no município de Três Rios (RJ) e região, este livro apresenta uma análise multidisciplinar dos problemas, potenciais e perspectivas para o espaço em questão.

Três Rios é um município de porte médio localizado na área administrativa da região centro-sul fluminense. Num passado não muito distante, teve a pujança do café como principal fonte de emprego e renda ao longo do século XIX. Com a construção da estrada União Indústria em 1861 e da estrada de ferro Dom Pedro II em 1867, o distrito de “Entre-rios” se transforma em um importante entroncamento rododiferroviário e entreposto comercial, passando por uma rápida expansão econômica. Em 1938 torna-se município, recebendo o nome de Três Rios, impulsionado pela rápida urbanização que o tornou o principal município da região. Dos anos de 1960 até meados de 1980, viveu o seu período de maior crescimento, com a instalação da empresa Santa Matilde (fábrica de vagões). Após este período, a referida empresa entra em crise, levando o município a uma estagnação econômica que perdurou pelas décadas seguintes. Somente nos anos 2000 a cidade consegue retomar o crescimento industrial, potencializado pela lei 4533/2005 que determinou a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS nos municípios localizados na divisa com outros estados.

Com respeito à organização do livro, cabe ressaltar os princípios que norteiam suas seções e capítulos. Inicia-se pelo termo “sustentabilidade”, tema central do presente trabalho, que ganhou ao longo dos últimos anos um significado cada vez mais amplo, constituído a partir da indissociabilidade entre o econômico, o social e o ambiental. Esse trinômio constitui a sustentação ou, como alguns preferem, os pilares de todo e qualquer processo de desenvolvimento de longo prazo, isto é, do desenvolvimento sustentável o qual, por sua vez, refere-se à capacidade de se atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades. Nota-se assim que essa temática exige uma abordagem multidisciplinar. Senão de outra forma, esse tornou-se o grande desafio do presente livro: concatenar diversas áreas

em uma publicação capaz de tratar a questão de forma transversal e multidisciplinar. Esse esforço pode ser mais bem compreendido quando cada um desses pilares é especificado.

A dimensão social se concentra no bem-estar da sociedade em termos de equidade e justiça. Inclui a promoção de direitos humanos, a melhoria das condições de vida, o acesso à educação, à saúde e a igualdade de oportunidades de forma universal. A dimensão econômica inclui práticas que garantem o crescimento econômico de forma responsável e equitativa. Isso envolve o uso eficiente dos recursos, a promoção da inovação, a criação de empregos sustentáveis e a distribuição justa dos benefícios econômicos. Por último, o pilar ambiental refere-se à preservação e à proteção do meio ambiente. Envolve práticas e políticas que visam conservar recursos naturais, preservar a biodiversidade, reduzir a poluição e minimizar os impactos ambientais. Tais pilares, cabe ressaltar, não se encontram dissociados. Ao contrário, o que ocorre em uma esfera afeta as demais de forma recursiva, conferindo elevada complexidade à questão.

Nesta perspectiva, o livro conta com 14 trabalhos subdivididos em três partes, cada uma destas abarcando uma dimensão da sustentabilidade. A Parte I dedica-se à dimensão econômica. No Capítulo 1, tem-se um estudo de caso que aborda as Indicações Geográficas, conjugando os recursos naturais e humanos na geração de um desenvolvimento sustentável. A autora enfatiza, como a conjugação das diversas dimensões, biodiversidade, patrimônio histórico e cultura, se relaciona com o desenvolvimento e são definidoras de um território. Na sequência, três trabalhos abordam a temática econômica na cidade de Três Rios. No Capítulo 2, analisa-se como a localização das residências está diretamente correlacionada às variáveis socioeconômicas, particularmente, refletindo a desigualdade de renda no município. Dessa forma, o planejamento urbano, segundo os autores, deve buscar minimizar as discrepâncias espaciais. Já no Capítulo 3, os autores realizam um estudo de caso acerca da inadimplência financeira de residentes de Três Rios a partir do perfil socioeconômico dos participantes do “feirão limpa nome”. Os resultados obtidos apontam para a importância de políticas públicas de estímulo ao emprego, bem como da necessidade da educação financeira e finanças pessoais para mitigar o problema do endividamento familiar. Finalizando esse primeiro bloco, a análise da ocupação territorial é retomada no Capítulo 4, porém em um espectro mais amplo ao abordar, além do setor de habitação, os segmentos comerciais e industriais. Com a utilização da base de dados do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) do município de Três Rios e uma metodologia baseada na relação entre distância e preço da área ocupada, os autores identificam problemas de mobilidade urbana e questões ambientais como resultado da baixa segmentação espacial entre os setores avaliados.

O segundo grupo de trabalhos (Parte II) tem como foco o meio ambiente. Numa perspectiva mais geral, o Capítulo 5 mapeia a produção científica e propõe linhas de pesquisas futuras sobre a relação entre sustentabilidade organizacional e internacionalização de empresas, temas estratégicos com diversas nuances que afetam as decisões dos gestores e investidores. Na sequência, no Capítulo 6, são identificadas as potencialidades do resgate histórico e cultural da Área de Proteção Ambiental Bemposta, situada no município de Três Rios. O trabalho promove, assim, uma convergência entre os aspectos culturais, ambientais e de desenvolvimento. Com um olhar para o planejamento urbano no município de Três Rios o Capítulo 7 analisa a importância da criação do instrumento do plano diretor direcionado à normatização da arborização no município. Os autores concluem pela necessidade da seleção e adequação das espécies para plantios, bem como da identificação de áreas para construção de canteiros infiltrantes e jardins de chuvas. Para finalizar esta parte, uma abordagem na área de ecoturismo é realizada no Capítulo 8, avaliando se o município tem potencialidades para a prática de observação de aves (*birdwatching*), atividade muito comum em diversos países. Os autores concluem pela existência de várias áreas para a prática dessa ativi-

dade. Contudo, identificam a necessidade da educação ambiental como um componente curricular desde a formação básica.

A Parte III, dedicada à dimensão social, inicia-se no Capítulo 9 com a discussão sobre cidade e democracia. A autora critica a democracia deliberativa em contrapartida a uma visão de democracia pluralista na qual o direito à cidade pressupõe a participação ativa dos cidadãos na gestão da cidade. O Capítulo 10, por sua vez, trata do tema “Desenvolvimento, direito e a dimensão social do processo”, enfatizando a dimensão social do processo legal como instrumento apto à efetivação de direitos, concorrendo para a realização de uma concreta democracia social. Ainda na temática do direito, da democracia e da inclusão, o próximo Capítulo 11 trabalha com a ideia da igualdade de condições para litigar. Conforme salientado pelos autores, a “paridade de armas” é necessária para que as soluções consensuais / negociadas, como a mediação e a conciliação, possam ocorrer de forma justa. Utilizando-se de observação empírica, concluem pela necessidade de políticas públicas voltadas para os grupos mais vulneráveis da sociedade. No Capítulo 12, é apresentado um estudo de caso acerca da importância de se implementar o ESG (*Environmental, Social and Governance*) no planejamento estratégico da organização VerdeMakeup. O sucesso desse esforço, segundo os autores, viabilizaria a abertura de capital na bolsa de valores. Para tanto, se torna premente a necessidade de dirimir problemas entre a gestão de pessoas e a sustentabilidade organizacional. O Capítulo 13, por sua vez, refere-se a um estudo de caso em uma indústria de alimentos de Três Rios, analisando o estresse e a qualidade de vida dos trabalhadores. Os principais resultados encontrados apontam para sintomas físicos, tais como dores de cabeça, cansaço excessivo, dores de estômago dentre outros, decorrentes do estresse no ambiente de trabalho. Por fim, o Capítulo 14 apresenta um estudo de caso sobre a atuação do Núcleo de Prática Jurídica do Instituto Três Rios/UFRRJ junto a pequenos agricultores da Região Centro-Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. O projeto busca viabilizar o acesso a informações jurídicas e à justiça de modo não somente a promover os direitos humanos e a cidadania, mas também a impactar positivamente a produção e a comercialização dos produtos agrícolas oriundos da agricultura familiar.

Encerra-se esta breve apresentação na expectativa de que o leitor encontre, ao longo das páginas que se seguem, uma visão abrangente e multidisciplinar desta pequena, porém peculiar porção do território nacional. Que as informações, interpretações e ideias aqui presentes não apenas promovam o desenvolvimento sustentável na região de Três Rios, mas também constituam fonte de inspiração para reflexões sobre a sustentabilidade nos mais variados espaços e contextos.

*Teófilo de Paula
Paulo José Saraiva*

—PARTE I—

DESENVOLVIMENTO LOCAL

Os recursos naturais e humanos no processo de desenvolvimento sustentável: o caso das Indicações Geográficas

Maria Helena Facirolli Sobrinho

Introdução

Este texto parte da perspectiva de que a natureza, a biodiversidade, o patrimônio histórico e a cultura fazem parte da paisagem e podem ancorar uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, pois contêm qualidades que diferenciam o território. Nos últimos anos tem-se observado uma crescente demanda por produtos regionais, tradicionais, vinculados à cultura, história, tradição e que preservam o meio ambiente. Neste viés, territórios que possuem recursos específicos e que não são passíveis de serem transferidos, de uma região para outra, podem se beneficiar diante do processo de globalização.

É neste cenário que se inserem as Indicações Geográficas (IGs), pois os fatores naturais e humanos são imprescindíveis para a produção de bens com características diferenciadas. Desse modo, os fatores associados ao meio ambiente, como clima, solo, temperatura, altitude, flora, fauna entre outros, exercem grande influência na qualidade do produto. Ademais, os fatores humanos compõem um papel de extrema relevância na produção, pois abrangem o saber-fazer local, incluindo aperfeiçoamento nas técnicas de produção atreladas a cultura e tradição da localidade.

Neste capítulo aborda-se, inicialmente, as concepções teóricas acerca dos territórios, do desenvolvimento territorial e do desenvolvimento endógeno. Após, procura-se explicitar uma correlação ente Indicações Geográficas e o desenvolvimento territorial e, por último, busca-se salientar a relação das Indicações Geográficas com os recursos naturais e humanos.

1 Desenvolvimento Territorial

1.1 Noções de território

Sob o ponto de vista da concepção teórica acerca dos territórios, Dallabrida e Maiorki (2015, p. 45) descrevem que “etimologicamente, território vem do latim *territorium*, pedaço de terra apropriado, que transmite a ideia de poder, identidade e domínio”.

Não há como abordar as noções de território sem antes se ater à questão do espaço. O espaço existe antes de qualquer ação, no espaço não existe conhecimento até o momento em que um ator tenha interesse de dele se apropriar. “O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível [...] o ator ‘territorializa’ o espaço” (Raffestin, 1993, p. 50). Assim, o espaço antecede ao território. Santos (2005) refere-se a tal concepção enfatizando que o território é sinônimo de “espaço humano, espaço habitado”.

O território pode ser concebido como fator de desenvolvimento. É a sociedade e a natureza interagindo de forma diferenciada em lugares distintos. Fatores como solo, paisagem, clima, cultura, tradições, o saber-fazer, as edificações, os monumentos, os museus, os dialetos, as crenças, os arquivos históricos, as relações sociais são concebidas como condições territoriais de desenvolvimento (Saquet e Briskievicz, 2009; Saquet, 2013). O território “é produto e condição social, influenciando na constituição da identidade local em virtude de ações coletivas, tem um

conteúdo dinâmico e ativo, com componentes objetivos e subjetivos, nos níveis local e extralocal” (Saquet, 2013).

Duas concepções acerca do território são apresentadas por Pecqueur (2005, p. 13), de um lado o território “dado” e de outro o território “construído”. O território “dado” é considerado sem valor, ou até mesmo com fatores de constrangimento ou limitações. Configura-se como uma delimitação político-administrativa. É o “território *a priori*”; não se procura analisar sua gênese e as condições de sua constituição; é apenas um suporte”. O território “construído” é aquele em que a presença dos atores são fundamentais no processo de construção desse território, que é verificado *a posteriori*.

Os territórios que dispõem de recursos específicos e não transferíveis de um local para outro têm o potencial de gerar desenvolvimento. Estes recursos podem ser tangíveis ou intangíveis. Pecqueur (2005) apresenta a diferença entre recursos e ativos, ademais os qualifica como genéricos ou específicos.

Os recursos territoriais são “os fatores a explorar, organizar, ou ainda revelar”, já os ativos são fatores de produção em “atividade” (Pecqueur, 2005, p.13). O autor esclarece que recursos como uma reserva mineral, por exemplo, pode ter um “potencial latente ou virtual” que poderá se tornar um ativo. Desse modo, no momento em que um processo de identificação e valorização de recursos latentes se consolida, eles se tornam “ativos” territoriais.

Se os recursos ou ativos puderem ser totalmente transferíveis de um local para outro, então serão considerados genéricos, seu valor será o de troca. Os ativos genéricos não possibilitam a um território se tornar diferenciado, pois esses ativos podem existir em outras localidades. Já os ativos específicos estão relacionados ao seu valor de uso. Esse ativo implica em um custo de transferência elevado e irrecuperável.

Desse modo, os recursos específicos não são suscetíveis de serem transferidos e, por sua vez, tem um caráter de diferenciação. Assim,

Uma diferenciação durável, isto é, não suscetível de ser ameaçada pela mobilidade dos fatores, só pode nascer verdadeiramente dos únicos recursos específicos, que não podem existir sem as condições nas quais foram gerados. O desafio das estratégias de desenvolvimento dos territórios consiste, portanto, essencialmente em se apropriar dessas condições e buscar o que constituiria o potencial identificável de um território. Essas condições não poderiam ser definidas no abstrato. Elas dependem do contexto no qual se inscreve o processo heurístico de onde nascem os recursos específicos (Pecqueur, 2005, p. 14).

Um processo de especificação de ativos consiste em transformar recursos específicos em ativos específicos, o que possibilita a um território tornar-se diferenciado. Neste contexto, a transformação de recursos em ativos específicos pode resultar da história, da memória social acumulada e de uma aprendizagem coletiva e cognitiva (obtenção de conhecimento) (Carrière, Cazella, 2007).

Os atores locais buscam por meio do processo de especificação a diferenciação e a qualificação de um bem ou serviço. “O ponto máximo de maturação de um território construído consiste na geração de uma renda de qualidade territorial” (Carrière, Cazella, 2007, p. 34). Uma renda de qualidade territorial é, na concepção de Pecqueur (2007), uma renda que está vinculada a um produto de qualidade oriundo de um local específico, e que dispõe de uma história e um conhecimento particular. A título de ilustração o autor cita o óleo de oliva com denominação de origem controlada (DOC) da região de *Les Baronnies* na França. Desse modo, a Indicação Geográfica pode proporcionar um aporte de renda ao território.

Champedronde (2012) ao considerar o território como substrato da atividade econômica, menciona o fenômeno da ancoragem (vinculação) de um determinado produto ao seu território de origem. A caracterização da ancoragem de qualquer produto sugere que se deve levar em conta os seguintes elementos:

- a) o enraizamento territorial do grupo humano (comunidade local) que realiza a produção, o processamento, seu mercado e seu consumo;
- b) a inclusão do produto no contexto do repertório de elementos da cultura desse grupo humano;
- c) a aptidão do produto em se enquadrar como uma referência de identidade desse mesmo grupo humano. Isto também implica no reconhecimento externo ao produto e ao grupo humano.

Ao buscar identificar e caracterizar os fatores que conferem tipicidade¹ territorial, Champedronde (2012) menciona que o principal fator que se apoia a tipicidade territorial do produto é o fator humano. Essa influência decorre do conhecimento, do saber fazer nas etapas de produção, transformação e na preparação do produto, bem como do consumo. A tipicidade territorial tem como influência: a) o meio natural com suas especificidades; b) uma genética exclusiva; c) um conhecimento da comunidade local. Isto é, um conhecimento que é partilhado pelos atores locais e que não é codificável.

1.2 Concepções teóricas acerca do desenvolvimento territorial

Nos últimos anos, principalmente na Europa, tem se acentuado a importância dos produtos agroalimentares com identidade cultural, tais como bebidas, lácteos, carnes, etc., para promover o desenvolvimento de áreas rurais. O interesse pelo tema das Indicações Geográficas, nos países latino-americanos, foi despertado em função do êxito das políticas de desenvolvimento da União Europeia (EU). É neste contexto que surgem no Brasil as discussões acerca das Indicações Geográficas como indutoras do desenvolvimento territorial.

A expressão desenvolvimento territorial pode ser definida como “todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território” (Pecqueur, 2005, p. 12). No processo de desenvolvimento não cabe sua implantação por meio de decreto, constitui uma construção dos atores. Assim, num ambiente de globalização e com conseqüente crescimento da concorrência, compete aos atores locais reagirem a esse processo e adotar estratégias que permitam a reorganização da economia local. Dentro dessa lógica, devem buscar os recursos próprios do território que permitam a diferenciação² de seus produtos. Assim, “a dinâmica de desenvolvimento territorial visa revelar recursos inéditos, e é nisto que constitui uma inovação” (Pecqueur, 2005, p. 12).

Neste contexto, o território possui recursos específicos e que não são transferíveis de um local para outro. São recursos tangíveis e intangíveis, ligado ao saber fazer, à história da localidade, por exemplo. Representa um papel ativo no processo de desenvolvimento. O território não se restringe simplesmente a uma realidade física ou geográfica, “mas uma realidade complexa, ao mesmo tempo humana, social, cultural e histórica. Isso significa que as mesmas condições técnicas e financeiras não geram os mesmos efeitos econômicos em termos de desenvolvimento em dois territórios diferentes” (Carrière; Cazella, 2007, p. 36). Sob esta ótica, o território constitui o resultado da construção dos atores locais (Pecqueur, 2009).

Assim, o desenvolvimento territorial compreende a articulação entre as dimensões social, cultural, ambiental, econômico-produtivo e institucional, sendo a presença atuante dos atores sociais de extrema importância, levando em consideração que deve haver igualdade e acesso amplo (Echeverri, 2010).

Pecqueur (2009) no artigo intitulado “a guinada territorial da economia global” propõe um modelo de desenvolvimento territorial em que apresenta os elementos que compõem a dinâmica territorial nos seguintes enfoques:

¹ O conceito de tipicidade caracteriza-se pelo fato do produto possuir uma qualidade específica, que resulta do encontro de métodos e conhecimentos exclusivos da cultura do grupo humano. Sob essa ótica, a tipicidade territorial de um produto decorre da influência de fatores territoriais, como os ambientais e humanos locais (Champedronde, 2012).

² Um produto se encontra diferenciado quando se pode distinguir o bem ou serviço de um vendedor em relação a outro vendedor qualquer. Isto é, trata-se de um produto que não é homogêneo; desse modo, fornecedores de produtos diferenciados podem cobrar um preço acima do praticado no mercado. A esse respeito pode-se consultar Chamberlain (1956).

a) a relação local/global é renovada numa lógica de ganhos diferenciais ao invés de comparativos; b) essas diferenças ou especificidades são construídas à montante da elaboração de recursos não comerciais, constitutivos da natureza dos territórios; c) e, finalmente, a dupla inserção setorial e territorial das firmas demonstra, ao mesmo tempo, que uma economia não situada é impen-sável, ou seja, a ancoragem territorial se tornou uma constante da organização econômica do mundo (Pecqueur, 2009, p. 101).

O enfoque territorial do processo de desenvolvimento ganhou impulso a partir dos anos de 1980, tendo por base a literatura neo-marshalliana que identificou a importância dos atores sociais no processo de formação dos sistemas produtivos localizados. Beneficiaram-se dessa abordagem os estudos rurais, pois o meio rural vai além da agricultura e sua dinâmica depende da análise de como interagem os distintos atores sociais.

Neste contexto, o avanço da noção de território, ao se relacionar aos estudos rurais, abarca quatro pontos principais: a) mudança de ênfase setorial para territorial, em que se deve abandonar o conceito da agricultura como setor único e os agricultores como atores exclusivos; b) a ideia de território evita a conflito entre crescimento econômico e desenvolvimento, noções que são diferentes; c) um estudo empírico das organizações e dos atores torna-se importante para se entender as situações localizadas; d) o território enfatiza o modo como uma sociedade emprega os recursos que tem a sua disposição, relacionando os sistemas sociais e ecológicos (Abramovay, 2010).

Cazella (2008) apresenta como sinônimos o significado de desenvolvimento local e desenvolvimento territorial. Expõe três características básicas do desenvolvimento local:

- a) é um processo endógeno, pois valoriza no território as potencialidades e as particularidades locais;
- b) ocorre interdependência com redes diversificadas. Há a necessidade de ultrapassar o campo territorial e, desse modo, relacionar-se com atores sociais e organizações externas;
- c) é um processo coletivo, assim os objetivos a serem alcançados devem ser de interesses da coletividade.

O desenvolvimento territorial, na concepção de Carrière e Cazella (2007, p. 37), necessita da articulação em redes e de formas variadas de cooperação. Sobre isso, os autores afirmam que:

A intensificação do intercâmbio entre pesquisadores, associações civis, empresas privadas e órgãos públicos torna-se um componente essencial do processo de concepção de novos projetos. O desenvolvimento territorial pressupõe, assim, a cooperação entre atores cujos interesses não são idênticos, mas que podem encontrar áreas de convergência em novos projetos, de tal forma que todos se beneficiem da “atmosfera” propícia à geração de iniciativas inusitadas.

1.3 Desenvolvimento endógeno: as potencialidades do território

As ações para o desenvolvimento podem ser instituídas de forma exógena ou endógena. As exógenas são ações direcionadas a determinada comunidade, enquanto que as endógenas partem da construção dos atores locais, que podem ser voltados para fins diversos, tais como econômicos, ambientais, sociais etc.

Neste contexto, Bonnal, Gazella e Delgado (2012, p. 6) descrevem duas formas de constituição e maneiras de se usar o território. Uma delas, a que se pode considerar como exógena, está relacionada a ação de órgãos vinculados a esfera estadual ou nacional por intermédio de políticas públicas direcionadas a solucionar os problemas oriundos de determinado local. Já a outra, a que no presente trabalho considera-se como endógena, diz respeito à ação conjunta dos atores locais. Sob esta ótica, os autores evidenciam que “são os atores socioeconômicos que, a partir de uma representação compartilhada sobre a realidade, identificam os limites do território, geralmente por agregação de unidades administrativas (municípios) ou sociais (sindicatos, organizações de agricultores, comu-

nidades etc.) e constroem uma estratégia de ação”. Esta forma de atuação constitui uma construção dos atores locais no sentido de gerar um projeto coletivo, que pode ser voltado para fins econômicos, culturais, sociais, ambientais, bem como pode ter por objetivo beneficiar pequenos empresários, segmentos da agricultura familiar etc. Desse modo, as ações estão vinculadas ao território e constitui-se um processo ascendente. Entretanto, como ressaltam os autores, o projeto coletivo pode contar com parcerias em nível financeiro, tecnológico e, também, de maior abrangência como o estadual, federal e até internacional.

De acordo com Barquero (2007), no início dos anos 80 surge a teoria do desenvolvimento endógeno. Uma das linhas que dá origem a esta teoria se relaciona a intenção de encontrar um modelo de desenvolvimento que permitisse o desenvolvimento de localidades e territórios atrasados. Barquero (2007, p. 198) chama a atenção para o fato de que,

[...] os altos níveis de desemprego e de pobreza que alcançaram o início dos anos 80, impulsionaram uma profunda mudança nas políticas de desenvolvimento. A resposta espontânea das comunidades locais, com o objetivo de neutralizar os efeitos negativos da globalização e do ajuste produtivo sobre o emprego e o nível de vida da população, tem dado lugar a uma política de desenvolvimento local endógeno em numerosas economias dos países emergentes e de desenvolvimento tardio.

A concepção do desenvolvimento endógeno evoluiu com as propostas de desenvolvimento “da base para o topo”. Nos anos 90, buscou-se entender porque determinadas regiões se desenvolviam mais que outras, mesmo tendo as mesmas estruturas de produção, de mão de obra, capital e tecnologia. A “teoria endogenista” contribuiu no sentido de identificar que fatores como capital humano, capital social, as instituições, o conhecimento e pesquisa, eram determinados endogenamente, e, desse modo, a região dotada desses elementos teria mais chances de alcançar o desenvolvimento (Ferreira; Pessôa, 2012, p. 25).

Usualmente existe uma associação do desenvolvimento endógeno com a habilidade de comunidades locais em utilizar o potencial de desenvolvimento existente no território para enfrentar os problemas oriundos de determinado período histórico. O processo de globalização pode ser visualizado como um desses períodos, em que evidencia a necessidade das comunidades locais reagir e utilizar as potencialidades do desenvolvimento existente no território (Barquero, 2007).

Neste contexto, o desenvolvimento endógeno frequentemente surge como reação a fatores externos e tendências globais. À medida que a globalização avança, a questão local tende a se acentuar e aparecem oportunidades de evidenciar a diferenciação. Sob essa ótica, a globalização e o desenvolvimento endógeno são duas faces da mesma moeda. O desenvolvimento endógeno não pode ser adequadamente avaliado sem ter em vista sua relação com as questões globais (Ploeg *et al.*, 2008). Para Champedronde e Borba (2015, p. 10),

Enfrentar o global, neste caso, não é simplesmente assumir uma disputa pelo espaço, mas aceitar que sempre há um certo espaço de manobra no nível local para construir suas próprias estratégias de mudança. Ou seja, a partir da mobilização de recursos e capacidades locais é possível estabelecer estratégias que possam até mesmo utilizar processos globais como oportunidades na medida em que, tomando o local como referência, produtos, serviços, paisagens, história, cultura, em suma, identidades exclusivas. Consideramos que o mundo da globalização não deve significar homogeneização cultural e produtiva. Pelo contrário, requer certa complementaridade nas diferenças, o que gera oportunidades para o mundo local.

Neste contexto, a globalização não significa homogeneização, mas diferenciação e especialização, e os territórios são concebidos como fontes de vantagens concorrenciais (Benko; Pecqueur, 2001).

O desenvolvimento local endógeno tem como principal referência os elementos locais, sendo a atuação da coletividade de extrema importância. A partir dos recursos locais (potencial endógeno) pode-se promover uma conexão entre os elementos tradicionais locais e os externos. Assim, não se deve ignorar os fatores externos, dado que muitos eventos externos podem impactar no ambiente local (Champedronde; Borba, 2015).

Este conceito de desenvolvimento parte do princípio de que o território se apoia na ideia de que as comunidades locais foram formadas, tendo por base, as relações e vínculos sociais, a constituição de culturas e identidades próprias (Barquero, 2007). O desenvolvimento territorial é endógeno quando se origina da “mobilização de forças sociais solidárias e inteligentes, quando a comunidade se transforma no próprio sujeito do desenvolvimento no seu espaço de vida, ampliando as suas margens de manobra e autonomia nas decisões a respeito de seus destinos” (Ferreira e Pessôa, 2012, p. 27).

Assim, como observa Barquero (2007), em determinado período, a comunidade local pode, por ação própria, estabelecer projetos no intuito de utilizar as potencialidades e recursos disponíveis no território para resolver seus problemas e necessidades. Os atores locais por meio de suas iniciativas podem contribuir para o desenvolvimento produtivo de uma localidade. “As estratégias de ‘desenvolvimento de baixo’, que permitem mobilizar e canalizar os recursos e as capacidades existentes no território, conduzem ao progresso econômico, quando os atores locais interagem entre si, se organizam e realizam suas iniciativas de forma consistente e coordenada” (Barquero, 2007, p. 188).

As políticas de desenvolvimento, independente da abordagem seguida, precisam ser construídas a partir de fatores sociais, econômicos, institucionais, ambientais, políticos e culturais, que são combinados exclusivamente em cada território. Deste modo, a política de desenvolvimento endógeno sustenta que as ações de desenvolvimento diferem de um território para outro, de uma localidade para outra.

Sob esta ótica, Muls (2008) ressalta que ao se endogeneizar o papel do território, almeja-se enfatizar que cada grupo de instituições e de organizações locais são responsáveis pelos rumos do crescimento. Assim, um arranjo institucional bem-sucedido é exclusivo ao território.

1.4 Indicações Geográficas e o desenvolvimento territorial

Desde épocas passadas quando se fazia referência a produtos, relacionava-os ao seu local de origem. Na Grécia Antiga, já se fazia analogia do produto com o território de origem, como os vinhos de Corinto, o mel da Sicília e o mármore de Paros. Na Europa, existem diversos vinhos e produtos de origem agrícola e gêneros alimentícios com algum tipo de proteção. Alguns exemplos podem ser citados como o queijo *Roquefort* e o *Champagne* na França; o presunto Parma e o queijo *Parmigiano Reggiano* na Itália; o azeite de oliva Montes de Toledo na Espanha e o vinho do Porto de Portugal. Na América Latina, o café de Vera Cruz e a Tequila, no México; e o café da Colômbia (Valente *et al.*, 2012).

Na concepção de Valente *et al.* (2012), um dos objetivos de uma IG é a proteção conferida aos produtos da região. Essa proteção beneficia consumidores na medida em que fornece garantias quanto à qualidade e procedência do produto. Favorece, também, os produtores que tem interesses comerciais e ficam submetidos a certas regras de produção. Para Guedes e Silva (2014, p. 413), um ponto importante “é a defesa dos produtores em relação a comportamentos concorrenciais lesivos e oportunistas na utilização indevida do nome do produto”.

As IGs tornam os produtos diferenciados, únicos, podendo, dessa forma, agregar valor ao produto. Neste contexto, Chamberlin (1956), em 1933, na obra intitulada *Teoria de la competencia monopólica*, argumenta que a diferenciação pode se dar por meio da qualidade, desenho, reputação entre outros.

Pindyck (2010, p. 391) ao descrever as estruturas de mercado apresenta os seguintes tipos: monopólio, oligopólio, concorrência perfeita e concorrência monopolística. De acordo com o ex-

posto, as IGs podem ser consideradas um exemplo de concorrência monopolística, “pelo fato de os produtos serem diferenciados: cada empresa vende uma marca ou versão de um produto que difere em termos de qualidade, aparência ou reputação, e cada empresa é a única produtora de sua própria marca”.

Pellin e Vieira (2015) ressaltam que a agregação de valor pode resultar em uma elevação no preço dos produtos, bem como em um aumento nas vendas ou conquista de novos mercados, acarretando desta maneira, uma possível elevação da renda dos produtores. Além disso, as IGs podem propiciar a valorização das tradições locais, resultando em um fortalecimento da identidade cultural do local. Jeziorny (2015) refere-se a tal concepção enfatizando que o ponto central das Indicações Geográficas são os atributos do território que não podem ser replicados em outros contextos, mas sim trabalhados e potencializados em seus respectivos lugares para tornarem-se fornecedores de singularidade ao produto local, até porque se trata de um saber localizado ao contrário da lógica do grande agronegócio, que tem um saber deslocalizado no sentido da produção industrial.

Conforme afirma Niederle (2011, p. 18), as IGs vêm se tornando “uma das manifestações mais notórias da emergência de uma nova economia de qualidades no âmbito agroalimentar”. Reflexos de um modelo pós-fordista de produção e consumo, as IGs ensaiam uma revalorização de costumes, tradições, saberes locais, e outros recursos intangíveis que se associam ao território. Neste sentido, o referido autor assevera que as Indicações Geográficas podem ser entendidas como estimuladoras de processos de desenvolvimento local ou endógeno.

Sob este ponto de vista, Velloso (2008, p. 44), chama a atenção para o fato de que “embora as indicações geográficas não tenham sido concebidas para promover o desenvolvimento territorial, elas podem servir como ferramenta para tal”. Para tanto, são necessárias estratégias e projetos, bem como a participação dos atores locais.

Neste contexto, López Netto *et al.* (2015) em artigo intitulado “Denominações territoriais agroalimentares: experiências da União Europeia e do Mercosul para o desenvolvimento territorial dos ambientes de montanha” ressaltam que as IGs podem ser consideradas ferramentas que viabilizam, em áreas de montanhas, o desenvolvimento, a conservação dos recursos naturais e, também, a redução do êxodo rural.

Afirmam que as montanhas são áreas que, devido à altitude e relevo, dificultam a produção agrícola intensiva. Ademais, em ambientes de montanha, na maioria das vezes, predomina o trabalho da agricultura familiar. Neste contexto, se insere as IGs que possuem um vínculo direto com os atributos de um território. Assim, os recursos naturais e humanos, como o clima, a altitude e o saber fazer, por exemplo, podem propiciar a produção de produtos de qualidade e, desse modo, gerar uma fonte de renda para a agricultura familiar. Pois, de acordo com López Netto *et al.* (2015) as áreas de montanhas tem o potencial de fornecer produtos de qualidade aos consumidores, que estão que cada vez mais exigentes, a procura de produtos exclusivos.

De acordo com o *International Trade Centre - ITC* (2009), existem quatro fatores que são essenciais no sucesso de uma Indicação Geográfica: 1) estruturas organizacionais e institucionais fortes para manter, comercializar e monitorar a Indicação Geográfica; 2) participação igualitária entre os produtores de uma região de Indicação Geográfica que compartilham não apenas os custos e benefícios, mas também o controle e a tomada de decisões; 3) fortes parceiros no mercado que se comprometem a promover e comercializar, no longo prazo, os produtos com Indicação Geográfica; 4) proteção jurídica eficiente, contendo um forte sistema nacional de proteção das Indicações Geográficas.

Diante dos aspectos ressaltados, existem na literatura discussões que apontam o potencial das IGs enquanto ferramenta de desenvolvimento territorial rural. Dentre os argumentos pode-se citar: valorização dos produtos locais; agregação de valor; elevação da renda; estímulo à cooperação; ampliação do mercado; valorização do saber fazer; proteção contra concorrência desleal aos produtores; valorização das propriedades rurais; conservação da biodiversidade; elevação de serviços vinculados ao turismo; multifuncionalidade do meio rural (Niederle, 2009).

Sob a ótica do desenvolvimento territorial, os benefícios oriundos do reconhecimento de Indicações Geográficas provem da geração de emprego e melhores condições de vida, especialmente nas áreas rurais. Ademais, alguns benefícios podem incidir sobre as comunidades, pois as Indicações Geográficas podem premiar os detentores de conhecimento indígena ou habilidades tradicionais e artesanais como formas de valorização da expressão cultural. As IGs têm o potencial de proporcionarem o desenvolvimento nos negócios, pois podem envolver regiões inteiras e impactar não somente sobre os produtores, mas também sobre os comerciantes, processadores, exportadores, etc., promovendo, desse modo, a integração rural (ITC, 2009).

Em uma pesquisa desenvolvida por Vandecandelaere *et al.* (2018) foi possível verificar os vários tipos de impactos (impacto no preço e na renda; na produção; no acesso ao mercado e na competitividade; e no nível territorial) proporcionados por uma IG. Para tanto, os autores analisaram nove casos de produtos com Indicação Geográfica, sendo eles: o Café da Colômbia (Colômbia); o Chá Darjeeling (Índia); o Repolho Futog (Sérvia); Café Kona (Havaí); Queijo Manchego (Espanha); Pimenta Penja (Camarões); Açafraão Taliouine (Marrocos); Queijo Tête de Moine (Suíça) e o Vale dos Vinhedos (Brasil).

Vandecandelaere *et al.* (2018, grifo nosso) identificou os seguintes resultados: a) **impactos nos preços**: a implementação de uma Indicação Geográfica elevou de modo considerável o preço do produto final ou da matéria-prima em todos os nove casos estudados. Esse resultado vale independentemente do tipo de produto em consideração (café, chá, vinho etc.), a região de origem (Europa, África, América) e se a Indicação Geográfica foi estabelecida há muito tempo ou está registrado recentemente; b) **impactos no volume de produção**: em todos os casos estudados, com exceção do chá Darjeeling, o processo de Indicação Geográfica afetou o volume de produção, conquanto apresentou diferença no curto e longo prazos. c) **diversificação de mercado**: a IG elevou o número de países de destino de suas exportações; d) **impactos no nível territorial**: embora não tenha sido objeto de análise, uma relação entre os processos de Indicação Geográfica e o turismo foram observadas em quase todos os casos. Vandecandelaere *et al.* (2018, p. 19-20) se refere à questão do seguinte modo:

A reputação do produto pode ser a base para o desenvolvimento das atividades turísticas: o caso do café colombiano ilustra a sinergia entre a estratégia da cadeia de valor e uma estratégia territorial baseada no reconhecimento do patrimônio (UNESCO - patrimônio mundial) e desenvolvimento turístico (um parque de café). Da mesma forma, a típica paisagem de plantação de chá de Darjeeling representa um importante ativo turístico, com um grande número de turistas locais e estrangeiros vindo visitar a área, usando o trem especial. Nenhuma atração específica foi construída no caso do café Kona, mas uma visita a uma plantação de café e a compra de um café Kona em uma fazenda são essenciais para os turistas no Havaí. No caso do vinho do Vale dos Vinhedos, a estratégia de promoção do turismo também foi uma ferramenta para a promoção do vinho local, e o processo de IG fortaleceu essa sinergia, com o desenvolvimento de uma trilha de vinhos e degustação de vinhos oficialmente reconhecidos.

Contudo, mesmo que estas ocorrências possam ser comprovadas por pesquisas empíricas, não se pode generalizar esses impactos em territórios distintos. Assim, como afirma Niederle (2009, p. 8), “não há como demonstrar claramente o papel das IGs no desenvolvimento territorial”.

Na concepção de Cerdan (2013), as IGs têm o potencial de promover o desenvolvimento territorial por intermédio de ações específicas que recaiam sobre o desenvolvimento local (como o turismo, por exemplo), sobre o patrimônio e por fatores vinculados a demandas sociais (comércio justo, paisagens, etc.).

Para a autora, existem várias formas de conceituar a expressão desenvolvimento territorial. Uma delas está relacionada à “capacidade dos atores situados em um território em enfrentar

e controlar a sua evolução futura, resultando em inscrevê-los [...] no centro da questão do desenvolvimento do território e dos usos dos recursos e do espaço” (Cerdan, 2013, p. 136). A outra forma, destaca o valor dos recursos territoriais como uma estratégia conhecida por “cesta de bens e serviços”, capaz de evidenciar os recursos patrimoniais e suas maneiras prováveis de uso, transformando em atributos exclusivos da região.

A ideia acerca da cesta de bens e serviços pode ser evidenciada quando o consumidor, ao adquirir um produto de qualidade territorial, se depara com a especificidade de outros produtos oriundos da produção local, gerando, desse modo, uma utilidade a partir do conjunto de bens ofertados (a cesta) (Pecqueur, 2007).

Neste contexto, a cesta de bens e serviços seria uma estratégia para promover o desenvolvimento territorial, que se pautam em três pontos: a) cria uma imagem específica do território, buscando identificar os produtos; b) prioriza os mercados localizados na região; c) busca uma organização entre os produtores, visando estabelecer quem irá participar da composição das cestas de bens e se beneficiar do ‘efeito clube’³. Sob esta ótica, os autores apresentam, como exemplo, as Denominações de Origem Controlada (DOC) (Cazella, Bonnal, Maluf, 2009). Desse modo, as IGs podem funcionar como um instrumento que potencializa a cesta de bens e serviços de um território (Niederle, 2009).

Pecqueur (2007, p. 146), refere-se a tal concepção enfatizando que,

Cada bem (ou serviço) é um “bem da cesta” e pode ser valorizado (vendido) separadamente do conjunto da cesta. A venda não é necessariamente ligada, entretanto o bem da cesta não perde suas características de integrante da cesta de bens, em especial por meio do seu preço, que permanece mais elevado pelo fato de ter integrado um efeito de renda de qualidade territorial. Assim, na combinação concreta entre turismo e o (s) produto (s) de qualidade observada empiricamente, o consumidor pode consumir toda ou parte da cesta, sem que suas escolhas modifiquem a estrutura da mesma.

Sob esta ótica, Sacco dos Anjos, Criado e Caldas (2013, p. 226) corroboram com esta ideia ao se referir a “cesta de bens” como uma maneira de “valorizar a identidade territorial, não por meio de um único produto, senão através de uma cesta de bens dentro da qual um dos ‘marca-dores de identidade’ pode ser o grande protagonista, a exemplo do vinho”, na região do Vale dos Vinhedos.

Neste contexto, Vandecandelaere *et al.* (2018) ressalta que a reputação de um produto pode gerar um reconhecimento do território na forma de desenvolvimento turístico. Desse modo, “pode fornecer a base para uma estratégia territorial extensa, na qual não apenas as partes interessadas da cadeia de valor são mobilizadas para a promoção de seus produtos, mas também atores locais de outros bens, serviços e autoridades para otimizar externalidades positivas” (Vandecandelaere *et al.*, 2018, p. 20).

1.5 Indicações Geográficas: atributos naturais e humanos

O art. 2º da Instrução Normativa nº 95/2018, vem explicitar os termos usados no conceito da Denominação de Origem (DO), conforme pode ser visualizado, no quadro 1.

Em uma pesquisa realizada por Facirolli Sobrinho (2019), referente à IG do café da Mantiqueira de Minas, verificou-se que o café é um diferencial para toda a região da Mantiqueira, pois conta com atributos naturais e humanos que fortalecem e propiciam o desenvolvimento do território. Ademais, observou-se que a preservação da paisagem e dos recursos naturais são de extrema importância para a região. Sob esta ótica, os diferentes atores locais buscam manter a preservação do meio ambiente, bem como a biodiversidade.

3 “Bem ‘clube’ (*club*) é um bem exclusivo, mas que não é rival, isto é, o uso do bem por um consumidor não influencia negativamente a capacidade do seu uso por outro consumidor” (Cazella, Bonnal, Maluf, 2009, p. 54).

Quadro 1 - Definições para fins de Denominação de Origem

Qualidades	Atributos tecnicamente comprováveis e mensuráveis do produto ou serviço, ou de sua cadeia de produção ou de prestação de serviços.
Características	Atributos físicos, particulares e típicos, vinculados aos traços ou propriedades inerentes do produto ou serviço, podendo ainda ser advindos do modo como o produto é extraído, produzido ou fabricado, ou do modo como o serviço é prestado.
Fatores Naturais	Elementos do meio geográfico relacionados ao meio ambiente, como solo, relevo, clima, flora, fauna, entre outros, que influenciam as qualidades ou características de produtos ou serviços de uma determinada área geográfica, diferenciando-os de outros oriundos de área geográfica distinta.
Fatores Humanos	Elementos característicos da comunidade produtora ou prestadora do serviço, como o saber-fazer local, incluindo o desenvolvimento, a adaptação ou o aperfeiçoamento de técnicas próprias atreladas a cultura e tradição da localidade. É o modo de fazer único dos produtores e prestadores de serviço que se encontram

Fonte: INPI (2018).

Os dados identificados na pesquisa e expostos na figura 1, corroboram com a pesquisa desenvolvida na União Europeia e apresentada pelo *International Trade Centre* (ITC), em que se identificou várias razões válidas para empreender o desenvolvimento de uma Indicação Geográfica, que incluem: preservação da biodiversidade; maior acesso aos mercados; proteção do saber fazer; redução da oscilação de preços de mercado; melhora na governança, no sentido de se ter regras e normas mais seguras, além da rastreabilidade do produto.

Figura 1 - As diversas dimensões vinculadas à Indicação Geográfica.



Fonte: Facirolli Sobrinho (2019).

Conforme ressalta Guedes (2014, p. 413) quando se tem um trabalho bem estruturado de construção da Indicação Geográfica “há um efeito transbordamento das positivities que vão além dos produtores na medida em que potencializa o desenvolvimento socioeconômico do território com ganhos na valorização do patrimônio cultural e nas atividades turísticas”. Sob este ponto de vista, as IGs podem envolver regiões inteiras e impactar não somente sobre os produtores, mas também sobre os comerciantes, processadores, exportadores, etc., proporcionando, desse modo, a integração rural (ITC, 2009).

Conclusões

Os produtos que apresentam características diferenciadas, vinculados à origem e que fazem parte da tradição, cultura e história de uma determinada localidade, vem adquirindo importância crescente no contexto atual. Desse modo, o tema Indicações Geográficas, que representa um direito de propriedade industrial, apresenta-se como um instrumento que tem o potencial de viabilizar o desenvolvimento local sustentável.

As IGs, ao seguir normas, devem preservar a tradição local, o saber fazer, a qualidade, entre outros. Neste viés, a questão ambiental torna-se essencial, na medida que devem preservar o meio ambiente e conservar a biodiversidade.

Conforme apontado no texto, a IG dos cafés da Mantiqueira de Minas é um caso, entre várias IGs, que reúne condições especiais que propiciam o desenvolvimento territorial sustentável, pois os atributos tangíveis e intangíveis do território contém elementos favoráveis para uma diferenciação positiva. Neste contexto, pode-se concluir que o os recursos naturais e humanos possibilitam a um território tornar-se diferenciado.

Referências

- ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A.; CERDAN, C.; CARRIERE. J. P. (Org.). **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil**. Subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED, p. 27-47, 2010.
- BARQUERO, A. V. Desarrollo endógeno. Teorías y políticas de desarrollo territorial. **Investigaciones Regionales**, Madrid, n. 11, p. 183-210, 2007.
- BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Geosul**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 31-50, jul./dez. 2001.
- BONNAL, P., CAZELLA, A. A., DELGADO, N. G. Contribuições ao estudo do desenvolvimento territorial rural: reflexões metodológicas a partir do caso brasileiro, **Biblio W3. Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, v. XVII, n. 1002, nov. 2012.
- CARRIÈRE, J. P.; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Eisforia**, Florianópolis, v. 4, n. especial, p. 23-47, dez. 2007.
- CAZELLA, A. A. As bases sociopolíticas do desenvolvimento territorial: uma análise a partir da experiência francesa. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 1, p. 5-27, jan./abr. 2008.
- CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil e o enfoque da pesquisa. In: CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Orgs.). **Agricultura familiar – multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2009
- CERDAN, C. Indicações Geográficas e estratégias de desenvolvimento territorial. In: NIEDERLE, P. A. (Org.). **Indicações Geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

CHAMBERLIN, E. H. Diferenciación del producto: competencia monopólica. *In*: CHAMBERLIN, E. H. **Teoria de la competência monopólica**. México: Fundo de Cultura, cap. 4, p. 65-78, 1956.

CHAMPEDRONDE, M; BORBA, M. F. S. **Diferenciar produtos locais, contribuindo al desarrollo territorial**. Montevideo: IICA, 2015.

CHAMPEDRONDE, M. La valorización de la tipicidad cultural y territorial de productos mediante certificaciones en países de América Latina. *In*: FROEHLICH, J. M. (Org.). **Desenvolvimento Territorial: Produção, Identidade e Consumo**. Ijuí: Unijui, 2012.

DALLABRIDA, V. R.; MAIORKI, G. J. A Indicação Geográfica de produtos: um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial. *In*: DALLABRIDA, V. R. (Org.). **Indicação Geográfica e desenvolvimento territorial: reflexões sobre o tema e potencialidades no Estado de Santa Catarina**. São Paulo: LiberArs, 2015.

ECHEVERRI, R. Emergência e evolução do programa de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e nos territórios da cidadania. *In*: FAVARETO, A. **Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v.12, Brasília: IICA, 2010.

FACIROLI SOBRINHO, M. H. **Indicação geográfica como ferramenta do desenvolvimento territorial: o caso do café da Serra da Mantiqueira**. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

FERREIRA, E. S.; PESSÔA, V. L. S. Capital social e desenvolvimento territorial: uma abordagem teórico-conceitual. **Revista de geografia agrária**, v. 7, n. 14, p. 1-33, ago. 2012.

GUEDES, C. A. M.; SILVA, R. Agri-food geographical indications, policies, and social management: Argentina, Brazil, and the Spanish experience in the European context. **Análise Social**, Lisboa, v. XLIX (2.º), n. 211, p. 408-429, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). **Instrução Normativa n. 95/2018**, de 28 de dezembro de 2018. Estabelece as condições para o registro das Indicações Geográficas. Rio de Janeiro: INPI, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (INPI). **Indicações**

INTERNATIONAL TRADE CENTRE (ITC) - **Guide to Geographical Indications – Linking Products and Their Origins – Export Impact for Good**. Geneva, Switzerland 2009.

JEZIORNY, D. L. **Territorialidade e Indicação Geográfica**: estudo dos territórios do Vale dos Vinhedos (BRA) e Montilla-Moriles (ESP). 2015. 206 p. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

LÓPEZ NETTO, A.; ASSIS, R. L. de; GUEDES, C. A. M.; AQUINO, A. M. de. Denominações territoriais agroalimentares: experiências da União Europeia e do Mercosul para o desenvolvimento territorial dos ambientes de montanha. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 298-293, 2015.

MULS, L. M. Desenvolvimento Local, Espaço e Território: O Conceito de Capital Social e a Importância da Formação de Redes entre Organismos e Instituições Locais. **Revista Economia**, Brasília, v. 9, n.1, p. 1-21, jan./abr. 2008.

NIEDERLE, P. A. Controvérsias sobre a noção de Indicações Geográficas enquanto instrumento de desenvolvimento territorial: a experiência do Vale dos Vinhedos em questão. *In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL*, 47, 2009, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre, 2009.

NIEDERLE, P. A. **Compromisso para a qualidade**: Projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França. 2011. 263 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, Campina grande, v. 24, n. 01 e 02, p. 10-22, jan./dez. 2005.

PECQUEUR, B. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. **Eisforia**, Florianópolis, v. 4, n. especial, p. 135-153, dez. 2007.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. **Política & Sociedade**, n. 14, p. 79 – 105, abr. 2009.

PELLIN, V.; VIEIRA, A. C. P. As indicações geográficas como estratégia para fortalecer o território – o caso da indicação de procedência dos Vales da Uva Goethe. **Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí, n. 13, p. 155-174, abr./jun. 2015.

PINDYCK, R. S. **Microeconomia**. 7. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010.

PLOEG, J. D. V. der; OOSTINDIE, H.; BROEKHUIZEN, R. V. The Endogeneity of Rural Economies. *In: PLOEG, J. D. V. der; MARSDEN, T. (Ed.). **Unfolding Webs: The Dynamics of Regional Rural Development***. Netherlands: Royal Van Gorcum B.V, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACCO dos ANJOS, F.; CRIADO, E. A.; CALDAS, N. V. Indicações Geográficas e desenvolvimento territorial: um diálogo entre a realidade europeia e brasileira dados. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 207-236, 2013.

SANTOS, M. O retorno do território. *In: SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar***. São Paulo: Edusp, 2005.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 31, 2009.

VALENTE, M. E. R. et al. Indicação Geográfica de alimentos e bebidas no Brasil e na União Europeia. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 42, n. 3, p. 551-558, mar. 2012.

VANDECANDELAERE, E.; TEYSSIER, C.; JEANNEAUX, P.; FOURNIER, S.; BEUCHERIE, O. Strengthening sustainable food systems through geographical indication: An analysis of economic impacts. **Food and Agriculture Organization of the United Nations**, Rome, 2018.

VELLOSO, C. Q. **Indicação geográfica e desenvolvimento territorial sustentável**: a atuação dos atores sociais nas dinâmicas de desenvolvimento territorial a partir da ligação do produto ao território (um estudo de caso em Urussanga, SC). 2008. 166 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

Segmentação espacial do setor de habitação na cidade de Três Rios (RJ)

*Teófilo de Paula
Diógenes Ferreira Filho
Roberto Santolin
Paulo Saraiva*

Introdução

Três Rios - RJ é um município de porte médio, situado na região centro-sul fluminense. Uma de suas principais características refere-se à localização privilegiada, abrigando em seu território o entroncamento de ferrovias e rodovias que o conectam aos principais centros do país. Os problemas que acometem as aglomerações urbanas, particularmente em um país de acentuadas desigualdades como o Brasil, também estão presentes em Três Rios. Problemas relacionados à habitação, transportes, segurança e meio ambiente são alguns exemplos.

A eficácia do planejamento, gestão e análise de políticas públicas voltadas para lidar com os problemas urbanos pressupõe um adequado conhecimento sobre o objeto em questão. Neste sentido, o presente estudo faz uma caracterização do espaço urbano de Três Rios com foco no setor residencial. Mais especificamente, procura-se identificar as particularidades do referido setor nas diferentes áreas da cidade, permitindo assim um maior direcionamento das políticas públicas. Para tanto, faz uso de variáveis geográficas e socioeconômicas, por setores censitários. Utiliza-se métodos de Análise Exploratória de dados espaciais e Análise de Agrupamentos. Os resultados são apresentados na forma de mapas, o que permite evidenciar as características espaciais do setor residencial em Três Rios.

Além desta introdução, o trabalho é composto pelas seguintes partes: no item 1 são discutidos alguns elementos teóricos pertinentes à questão. No item 2, apresenta-se brevemente o arcabouço institucional que regula a ocupação do espaço no município. A seção 3 apresenta a metodologia utilizada, constando na seção 4 os principais resultados obtidos, bem como uma interpretação destes. Por fim, seguem-se ao final algumas considerações à título de conclusão.

1 Características particulares do mercado de habitação e implicações para o planejamento urbano

O setor de habitação é crucial para o bem-estar social e econômico de uma comunidade. Primeiramente, a habitação é uma necessidade básica. O acesso a moradias adequadas implica diretamente na qualidade de vida das pessoas. Por outro lado, o setor de habitação é, ao mesmo tempo, termômetro e motor do desenvolvimento econômico. Investimentos em construção e reforma de moradias geram empregos não somente no próprio setor da construção civil, mas ao longo de uma ampla cadeia produtiva. Considerando-se ainda o perfil da mão-de-obra da construção civil e o potencial de geração de empregos do setor, gastos em habitação possuem um elevado efeito multiplicador.

Adicionalmente, o desenvolvimento habitacional planejado contribui para o crescimento urbano sustentável, garantindo que as cidades se expandam de maneira ordenada e eficiente. O planejamento adequado ajuda a evitar problemas como a expansão descontrolada, congestionamento

e degradação ambiental. Um setor habitacional saudável contribui para a inclusão social, fornecendo moradias acessíveis para diferentes grupos socioeconômicos. Isso é fundamental para a redução da pobreza e para garantir que as comunidades sejam diversas e economicamente integradas. O desenvolvimento e a gestão eficazes do setor de habitação são, portanto, essenciais para promover o crescimento sustentável e o bem-estar geral de uma comunidade.

O mercado fundiário e de habitação possui características que o distingue de outros mercados. Inicialmente, a imobilidade é uma característica elementar do fator terra, o que significa que as transações se encontram atadas a mercados espacialmente localizados. Em tais mercados serão transacionados bens (imóveis) que são, essencialmente, heterogêneos, impondo obstáculos à determinação dos preços. Distinções quanto a área, número de quartos, número de vagas de garagem, acabamentos, acessibilidade a serviços, vizinhança, áreas verdes são apenas alguns exemplos que tornam cada imóvel praticamente único. Para superar tais dificuldades, foi desenvolvido o método das funções hedônicas, no qual o preço de um imóvel é explicado pela soma dos preços de seus atributos (Costa, 2009).

Imóveis são bens de consumo e de investimento ao mesmo tempo, o que incentiva atividades especulativas. Ademais, por ser um bem caro, a dinâmica do mercado é altamente influenciada pelas condições de crédito. Em outros termos, a expansão imobiliária depende em grande medida da percepção dos bancos com respeito ao retorno dos investimentos em uma dada região.

As externalidades estão fortemente presentes no mercado de terra e de habitação. Particularmente, decisões de política pública podem implicar ganhos (externalidades positivas) ou perdas (externalidades negativas) a proprietários de imóveis. Do ponto de vista institucional, o conflito entre o direito de propriedade e o interesse público torna este mercado alvo frequente das atividades de *lobby*. Por fim, a presença de informação assimétrica é também uma característica a se destacar. Esta, requer a intervenção de corretores o que, por sua vez, implica custos de transação relativamente elevados.

Defasagens temporais entre oferta e demanda impõe dificuldades para o ajustamento neste mercado. De modo geral, a oferta reage com uma defasagem em relação à demanda, gerando trajetórias de ajustamento do tipo *Cobweb*. Se a quantidade demanda de habitação (Q^d) é uma função dos preços correntes da habitação (t) e a quantidade ofertada (Q^o) uma função dos preços no período anterior ($t-1$), de modo que $Q_t^d = f(P_t)$ e $Q_t^o = f(P_{t-1})$, é possível afirmar que quando a elasticidade-preço da demanda é maior que a da oferta ($\epsilon^d > \epsilon^o$) o modelo converge para o equilíbrio enquanto, se $\epsilon^d < \epsilon^o$, a trajetória é divergente (Chiang, 1982). No entanto, estudos empíricos indicam que a elasticidade-preço da demanda se situa entre -0,75 e -1,2, enquanto a elasticidade-preço da oferta varia entre 0,2 e 0,7 (Costa, 2009). Ou seja, em termos absolutos, $\epsilon^d > \epsilon^o$, de modo que, na prática, trajetórias explosivas dificilmente se verificam.

A reação defasada da oferta em relação à demanda se explica, primeiramente, porque o planejamento e a execução dos projetos demandam tempo. No entanto, outros fatores também contribuem para esta rigidez relativa. Por exemplo, o fato de a posse de imóveis estar associada a *status* social contribui para a baixa sensibilidade da oferta frente a mudanças nos preços.

Além dos efeitos quanto ao ajustamento do mercado, as diferenças entre as elasticidades da demanda e da oferta tem implicações importantes para a política habitacional. Por exemplo, quando um incentivo fiscal para a compra de um imóvel é concedido às famílias, o produtor também se apropria de parte do benefício. Isto porque, como a demanda se eleva, os preços se elevam, aumentando a receita do produtor. Este aumento de receita corresponde a parcela do subsídio apropriada. Pode-se afirmar que quanto mais elástica for a demanda em relação a oferta, maior será a

proporção do benefício capturado pelos vendedores. Consequentemente, eficácia das políticas de subsídio depende da magnitude das respectivas elasticidades.

No que se refere à elasticidade-renda da demanda, estudos empíricos indicam algo em torno de 0,75 para a aquisição (Costa, 2009). Isto significa que quando a renda aumenta 1% a demanda por habitação aumenta 0,75%. No contexto de funções hedônicas a elasticidade-renda é maior para a procura de atributos de qualidade e vizinhança do que para a procura de área de habitação.

A renda que importa para a demanda de habitação é a renda permanente. A expectativa de aumento futuro da renda impacta positivamente a demanda corrente. Em um sentido mais geral, a perspectiva de crescimento econômico impacta a demanda corrente de habitação. No entanto, o crescimento não se verifica de forma homogênea nas diferentes áreas da cidade já que estas são, naturalmente, heterogêneas. As diferenças em termos de desenvolvimento e renda podem ser mais ou menos acentuadas. Contudo, cidades de países muito desiguais, como o Brasil, tendem a replicar as disparidades nacionais. Neste contexto, estabelece-se uma típica relação centro-periferia ao nível intraurbano em que a periferia é dependente do centro em termos de emprego/renda e oferta de bens e serviços.

A relação entre áreas centrais e periféricas pode eventualmente implicar ganhos mútuos. No entanto, autores como Myrdal (1960), numa perspectiva regional, afirmam que, deixado ao sabor do mercado, o sistema tende ao aumento das disparidades, justificando assim a implementação das políticas regionais. Ademais, a dependência da periferia em relação ao centro inibe o efeito multiplicador na primeira, uma vez que a aquisição de bens e serviços no centro constitui um fator de vazamento de renda. Tais fenômenos podem também ocorrer no âmbito intraurbano. A adoção de moedas locais e bancos comunitários são medidas que contribuem para amenizar o problema ao incentivar a circulação da renda por mais tempo dentro da própria comunidade (Menezes, 2009).

Numa perspectiva monetária, Dymski e Veitch (1996) pontuam que o crescimento econômico invariavelmente envolve o crescimento urbano. Os autores destacam as particularidades dos ativos geográficos, isto é, os bens físicos de longa vida útil, como as construções residenciais e não residenciais. O investimento nestes ativos tem como característica a irreversibilidade e a presença de externalidades de área (*spillovers*), isto é, da presença ou não de outros ativos na área. Tais aspectos constituem fatores de incerteza e, portanto, combustível para o exercício de atividades especulativas. O financiamento do investimento em ativos geográficos depende não somente das características do tomador como também envolve considerações sobre a área em que o projeto se localizará. Empréstimo com sucesso para ativos geográficos implica não somente comprometer recursos com a obtenção de informações, como também, a coordenação do empréstimo com empréstimos realizados por concorrentes na área de modo a capturar as externalidades positivas e evitar as negativas. Assim, a acumulação de ativos geográficos suficiente para acompanhar os influxos de riqueza depende de quão bem coordenada é a estrutura financeira, de modo a tornar mais atrativo o investimento em ativos reais *vis-à-vis* os ativos financeiros. Deficiências neste quesito podem implicar que as novas rendas decorrentes do processo de crescimento se traduzam apenas em valorização nominal dos ativos existentes em detrimento da criação de novos ativos. Neste cenário, o potencial de geração de bolhas de ativos é elevado, colocando em risco a solidez da estrutura patrimonial de famílias e empresas bem como, dificultando o desenvolvimento e o planejamento do espaço urbano.

2 Arcabouço institucional do ordenamento territorial e tributário municipal

O processo de expansão e ocupação territorial no município é impulsionado por inúmeros fatores históricos e dimensões econômicas, sociais e ambientais. Contudo o contorno institucio-

nal é relevante como instrumento de planejamento e orientação dessas dimensões, impactando diretamente, seja na área urbana ou rural, os empreendimentos imobiliários, delimitando áreas ou setores industrial, de serviço, comercial e agropecuário; bem como residências urbanas e rurais. Ademais orienta, muitas vezes, a necessidade de mudanças e adequações nas construções e áreas já existentes.

Senão de outra forma, o contorno institucional do ordenamento territorial e tributário do município de Três Rios, apresenta, pelo menos três legislações relevantes para o tema em tela. Primeiro, se destaca o Plano Diretor Urbano e Rural, enquanto instrumento de gestão, planejamento e controle territorial. Segundo, temos a Lei Orgânica do Município (LOA) estabelecendo, dentre outras questões, as normas de loteamento, zoneamento e edificação urbana, assegurando a fiscalização e planejamento habitacional do território e por último o Código Tributário Municipal, normatizando a aplicação de tributos, com destaque para o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU).

No que se refere às diversas legislações e os instrumentos de planejamento urbano do município de Três Rios, temos a Lei Municipal nº 3906 de 2013, denominada de Plano Diretor Urbano e Rural. Essa legislação, originalmente criado em 1968, foi modificado em 2006 e novamente, na sua última versão, em 2013. Nessa lei, são estabelecidos os:

(...) instrumentos de gestão, planejamento e controle territorial, preservando a continuidade do processo de planejamento municipal, reiterando os princípios que visam garantir o cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana e rural e o pleno exercício da cidadania, respeitados os preceitos constitucionais e demais instrumentos normativos emanados das diversas instâncias de governo. (Lei Municipal nº 3906 de 2013)

De forma mais objetiva, são destacados quatro pontos relevantes e norteadores do planejamento municipal, quais sejam: i) estabelecer as diretrizes e as normas norteadoras do uso e da ocupação do solo no município de Três Rios; ii) definir as diretrizes mais gerais acerca do espaço urbano que serão utilizadas pelo código tributário, pelo Plano Plurianual, Lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual; iii) induzir o processo de desenvolvimento econômico municipal; e iv) orientar a necessidade da realização de estudos de impacto causados pelo desenvolvimento econômico, social e urbano em relação ao meio meio-ambiente.

No que se refere ao item (ii), referido no parágrafo anterior, temos que a política tributária e financeira do município de Três Rios deve se orientar pelos seguintes dispositivos:

Art. 7º - Todos os imóveis localizados dentro dos limites do Perímetro Urbano, mesmo aqueles que apresentam características rurais, conforme descrito no Art. – 4º da Lei 8.629/93, passam a ser classificados como imóveis urbanos e ficam sujeitos à tributação do Imposto Predial e Territorial Urbano em consonância com a determinação contida nos Arts. 29 e 32 da Lei nº 5.172/66, Código Tributário Nacional. (Lei Municipal nº 3906 de 2013)

Na perspectiva apresentada pela Lei 4648/2019, são considerados aglomerados urbanos os seguintes territórios: i) Bemposta (antiga Sede Distrital); ii) Moura Brasil (Aglomerado Urbano Disperso); iii) Hermogênio Silva (Aglomerado Urbano Disperso) e iv) Pilões (Aglomerado Urbano Disperso). As informações podem ser visualizadas na Figura 1 (seção 4).

Em se tratando da Lei Orgânica Municipal (LOM), essa define os direitos dos cidadãos, estabelece as normas de loteamento, zoneamento e edificação urbana, assegurando a fiscalização e planejamento habitacional do território, a organização administrativa e de poder no município, assim como da tributação e orçamento municipal, dentre outras atribuições públicas e privadas. Ressalta-se que a LOM determina que o planejamento urbano deve atender as funções sociais da cidade, sendo estas entendidas como:

1º - As funções sociais são compreendidas como direito de todo cidadão ao acesso à moradia, transporte público, saneamento básico, energia elétrica, gás canalizado, abastecimento, iluminação pública, saúde, educação, cultura, creche, lazer, água potável, coleta de lixo, drenagem das vias de circulação, contenção de encostas, segurança e preservação do patrimônio ambiental e cultural (Prefeitura Municipal de Três Rios, 2006).

Ademais, a LOM normatiza as questões tributárias, definindo as competências de arrecadação municipal, em consonância com outras legislações federais.

Art. 156 – Compete ao Município instituir impostos sobre: I - propriedade predial e territorial urbana; II - transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição; III - vendas a varejo de combustível líquido, gasoso, exceto óleo diesel; IV - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no inciso I, deste artigo e alínea “b” do artigo 155, da Constituição da República, definidos em Lei Complementares Federal.

No que se refere ao terceiro elemento, temos o Código Tributário Municipal (Lei nº 4.626 de 2019). Nessa legislação, a natureza jurídica dos tributos de competência municipal é determinada pelo fator gerador da respectiva obrigação, lembrando que tal código está subordinado a Constituição Federal de 1998, Código Tributário Nacional e a Lei Organiza Municipal. Em particular, o Impostos Predial Territorial Urbano incide sobre a propriedade, domínio útil ou a posse do imóvel.

Art. 10 – Para efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana toda área em que existam melhoramentos indicados em pelo menos 02 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público: I – meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; II – abastecimento de água; III – sistema de esgotos sanitários; IV – rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; V – escola de 1º Grau ou posto de saúde a uma distância máxima de 03 (três) quilômetros do imóvel considerado.

1º – Considera-se também urbana a área urbanizável ou de expansão urbana, constante de loteamento aprovado pelo órgão

municipal competente, destinado à habitação, à indústria ou ao comércio.

2º – As disposições desta lei são extensivas aos imóveis localizados fora da zona urbana que, em face de sua destinação ou área, sejam considerados urbanos para efeito de tributação (Código Tributário Municipal de Três Rios).

Finalmente, ressalta-se que as áreas que são determinadas pelo município como rural, sofrem a incidência do Tributo Federal, denominado Imposto Territorial Rural (ITR); Esse imposto, tem como fator gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse do imóvel, localizado fora da zona urbana do município.

3 Considerações metodológicas

Este estudo parte do pressuposto de que as periferias são distantes do centro e apresentam indicadores socioeconômicos relativamente piores. Note que esta hipótese, embora plausível para o contexto brasileiro, não tem caráter geral. Por exemplo, nos países de alta renda frequentemente os subúrbios são desenvolvidos, compostos por habitações unifamiliares, geralmente casas em bairros residenciais – valoriza-se o espaço e a privacidade, o que constitui uma característica dos extratos mais elevados de renda (McCann, 2013). No modelo para Três Rios assume-se que as periferias são caracterizadas por uma dificuldade de acesso ao centro (distância), por um nível mais baixo de renda e por uma elevada relação moradores por domicílio.

A distância, por sua vez, é tomada como a distância, em metros, percorridas a partir do deslocamento de um automóvel entre uma dada localidade e o *Central Business District* (CBD), isto é, a região considerada a mais central da cidade. Nos termos colocados por Alonso (1964), o modelo de cidade adotado é monocêntrico, o que significa partir da premissa de que a cidade tem apenas um centro dominante.

Neste estudo as regiões de Três Rios foram representadas pelos setores censitários do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2011). Tanto os dados socioeconômicos quanto os arquivos *shapefiles* contendo o mapa de Três Rios e delimitações geográficas dos setores censitários foram obtidos nos Resultados do Universo por Setor Censitário do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2011).

As distâncias dos centros dos setores censitários ao centro da cidade foram obtidas a partir do *shapefile* do Mapa de Três Rios e utilizando-se informações de georreferenciamento fornecidas pelo pacote *gmapsdistance* (MELLO; ZARRUK, 2023) do *software* R (R Core Team, 2023) o qual utiliza uma API do *Google Maps* (Google, 2023) para calcular o trajeto do deslocamento de um veículo e a respectiva distância ao centro da cidade. Com respeito aos dados socioeconômicos, utiliza-se o número médio de moradores por domicílio, obtido pela divisão do número total de moradores do setor censitário pelo número de domicílios do setor censitário, e a *renda per capita* média dos setores censitários. Para relacionar as variáveis em questão com a distribuição geográfica da área urbana de Três Rios foram utilizadas metodologias de agrupamento espacial de forma a reunir setores censitários similares em grupos homogêneos.

A seguir, apresenta-se brevemente os métodos estatísticos utilizados neste estudo, a saber: o Índice de Moran e a Análise de Agrupamentos.

3.1 Correlação espacial

A dependência ou autocorrelação espacial pode ser definida com a coincidência de valores similares com a similaridade local (Anselin, 2001). Existe autocorrelação positiva quando altos ou baixos valores de uma variável randômica tendem a formar clusters no espaço e existe autocorrelação espacial negativa quando áreas geográficas tendem a apresentar vizinhos com valores dissimilares. As interações espaciais entre regiões podem ser avaliadas usando técnicas análise exploratória espacial de dados (*Exploratory Spatial Data Analysis*, ESDA), que um conjunto de técnicas que objetiva descrever a distribuição espacial, identificando localizações atípicas ou *outliers* espaciais, detectando padrões de associações espaciais, *clusters* ou *hot spots*, sugerindo regimes espaciais ou outras formas de heterogeneidade espacial. Estes modelos fornecem medidas de autocorrelações espaciais globais e locais. A medida de autocorrelação espacial global é usualmente baseada na estatística I de Moran (Cliff e Ord, 1981). Esta estatística é descrita da seguinte forma matricial:

$$I = \frac{N}{S_0} \cdot \frac{z'Wz}{z'z} \quad (1)$$

em que, z é o vetor de N observações que divergem da média, W é a matriz espacial de pesos, sendo que no presente trabalho será adotada a matriz *queen*, isto é, considera-se vizinhos todos aqueles setores que fazem fronteiras entre si; S_0 é igual a um fator de escala da soma de todos os elementos de W .

A autocorrelação espacial global pode também ser visualizada por meio de gráficos da expressão I de Moran, dado que ela mede o coeficiente de inclinação da regressão Wz sobre z . Além disso, considerando as informações fornecidas pelo *Moran Scatterplot*, deve-se apresentar um indicador para a significância das associações espaciais. Assim, pode-se calcular os indicadores locais de associação espacial, (*Local Indicators of Spatial Association*, LISA) proposto por Anselin (1995) e definir alguma estratégia estatística satisfazendo dois critérios: primeiro, o LISA para cada observação fornece um indicador de significância para *clusters* espaciais; segundo, o somatório de LISA para todas as observações é proporcional a um indicador global de associação espacial. A versão local da estatística I de Moran para cada setor censitário i pode ser escrita como:

$$I = \frac{x(i) - \mu}{m_0} \sum_{j \neq i}^N w_j (x(j) - \mu) \quad m_0 = \sum_{j \neq i}^N (x(j) - \mu)^2 / N \quad (2)$$

em que cada $x(i)$ é a observação no setor i , μ é a média das observações entre os setores e onde o valor *outlier* sobre j é tal que j representa somente seu vizinho i . Um valor positivo para I indica um *cluster* espacial tanto para altos quanto para baixos valores ao que passo um valor negativo indica um cluster espacial de valores dissimilares entre um setor e seus vizinhos.

Para quatro diferentes quadrantes o *Moran Scatterplot* corresponde aos quatro tipos de associações espaciais locais entre o setor e seus vizinhos: *high-high* para um setor censitário com altos valores, rodeado por setores também com altos valores; *low-low* para setores com baixo valor rodeado por setores também com baixo valor; *low-high* um setor com baixo valor rodeado por setores com altos valores (*high-low* possui interpretação inversa). Quadrantes *high-high* e *low-low* (inversamente, *low-high* e *high-low*) sugerem uma autocorrelação espacial positiva (negativa) indicando a presença de clusters com valores similares (dissimilares). A partir dos valores obtidos da

formação do *Moran Scatterplot*, forma-se mapas que podem ser utilizados para visualizar localizações típicas *high-high* e *low-low* e atípicas com classificações *low-high* e *high-low*.

3.2 Análise de Agrupamentos (*Cluster Analysis*)

O objetivo da Análise de Agrupamentos é classificar indivíduos (ou objetos) de acordo com seu grau de similaridade. Para tal utiliza-se alguma medida de distância para classificar os indivíduos em grupos, de modo que as distâncias entre indivíduos dentro de um mesmo grupo sejam pequenas (Morettin, Singer, 2023). Existem várias medidas para medir a distância entre dois objetos r e s , sendo um exemplo a distância Euclidiana, que dada por:

$$d(\mathbf{y}_r, \mathbf{y}_s) = \sqrt{(y_{r_1} - y_{s_1})^2 + \dots + (y_{r_p} - y_{s_p})^2}$$

em que \mathbf{y}_r e \mathbf{y}_s são os vetores p -dimensionais de observações de r e s .

Segundo Ferreira (2008) o problema da Análise de Agrupamentos se divide em dois, sendo o primeiro a escolha da medida de distância e o segundo a determinação do método que será utilizado para construir os grupos. De maneira geral, os métodos de agrupamento podem ser divididos em hierárquicos e não hierárquicos.

Segundo Manly e Alberto (2019) os métodos hierárquicos começam com o cálculo das distâncias de cada objeto a todos os outros objetos e então grupos de objetos são formados por um processo de aglomeração ou divisão. No processo aglomerativo cada objeto inicia sozinho em seu próprio grupo e, baseando-se na distância entre os objetos, os grupos vão sendo gradualmente fundidos até que se haja somente um grupo contendo todos os objetos. No processo divisivo todos os objetos iniciam em um único grupo e, baseando-se na distância entre os objetos, os grupos vão sendo gradualmente divididos até que restem apenas grupos contendo um único objeto cada.

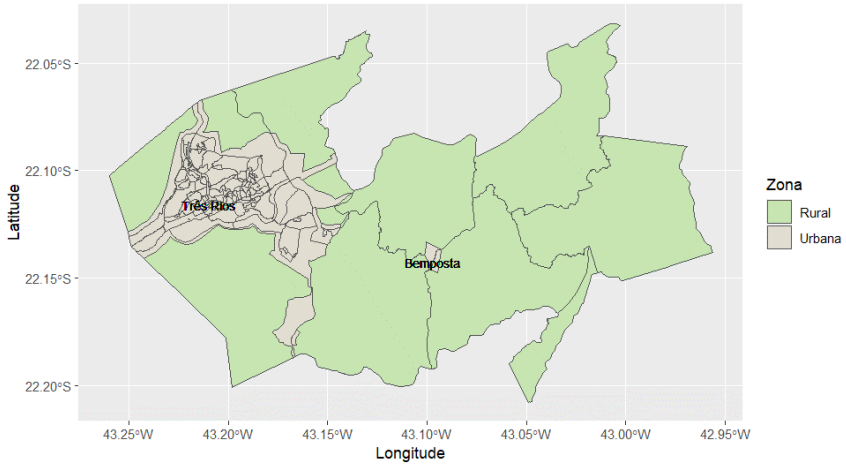
Nos métodos de agrupamento não hierárquicos deve-se definir o número de grupos inicialmente e, então, alocar os objetos aos grupos de maneira otimizada (Ferreira, 2008). Isto é feito calculando-se os centros dos grupos e, por um processo iterativo, os objetos são movidos de um grupo para o outro de acordo com sua distância do centro dos grupos até que seja obtida uma estabilidade. Um dos métodos mais conhecidos nesta categoria é o *k*-médias (*k*-means).

4 O espaço urbano do município de Três Rios a partir dos setores censitários

A Figura 1 apresenta a divisão territorial do Município de Três Rios a partir dos setores censitários que pertencem as áreas urbana e rural, segundo critérios do IBGE para o censo demográfico 2010 (IBGE, 2011). A área urbana do município desenvolve-se a partir do centro da cidade com divisões espaciais urbanas bem definidas em termos de fronteiras em comum. A única exceção é o centro urbano do Distrito de Bemposta, que por ser uma localidade afastada do centro da cidade de Três Rios, possui dinâmica própria em termos de hotelaria, cultura, turismo, gastronomia, negócios e entretenimento, e como consequência, uma localidade urbana rodeada por zonas rurais.

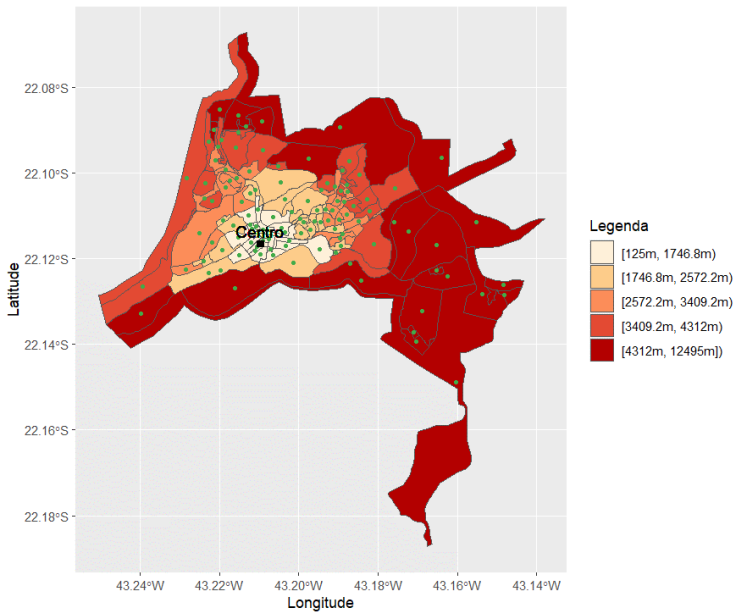
A Figura 2 apresenta um mapa de calor em relação as distâncias dos setores censitários e o centro da cidade. As distâncias estão em metros, e são medidas como as distâncias percorridas a partir do deslocamento de um automóvel, a partir de cada ponto em verde na Figura 2 (centro do setor censitário). Estes centros são estimativas aproximadas, uma vez que as fronteiras destes setores formam polígonos não convexos, o que interfere na determinação exata do centro do polígono.

Figura 1 – Malhas Censitárias Rurais e Urbanas do Município de Três Rios



Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos em IBGE (2011).

Figura 2 – Distâncias dos setores censitários a partir de seus respectivos centros (pontos verdes) em relação ao centro de Três Rios (*Central Business District*): Malha Urbana Municipal.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos em Google (2023) e IBGE (2011).

A Figura 2 exclui as áreas rurais e o Distrito de Bemposta para se analisar especificamente o padrão de desenvolvimento urbano espacial de Três Rios.

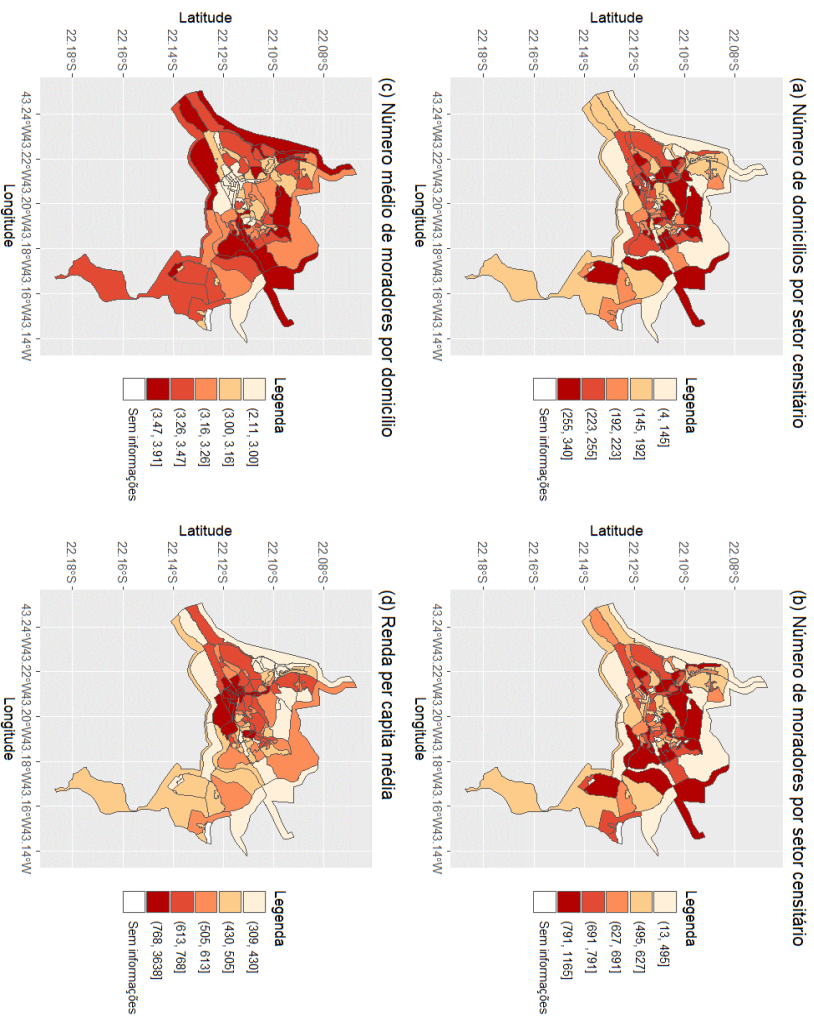
A variável distância será importante para se determinar se há algum padrão entre a distância do setor censitário em relação ao centro urbano em termos de desenvolvimento local. A Figura 2 ainda reforça o padrão em termos de fronteiras censitárias urbanas em torno do centro da cidade, a Praça São Sebastião, apontado na figura como “Centro”. A legenda apresentada na figura estabelece que os setores censitários mais claros são os mais próximos do centro da cidade enquanto os setores em vermelho escuro são os setores censitários mais afastados.

A Figura 3, por sua vez, apresenta o mapa de calor referente a distribuição espacial dos domicílios por setor censitário (Figura 3 (a)); número de moradores por setor censitário (Figura 3 (b)); número médio de moradores por setor censitário (Figura 3 (c)) e renda *per capita* média por setor censitário da zona urbana do município de Três Rios (Figura 3 (d)).

Conforme pode ser observado, em termos da distribuição dos domicílios e da população (Figura 3 (a) e (b)) não existe uma tendência clara regional de concentração, ao menos em termos visuais, de que os setores censitários mais ou menos populosos estão mais próximos ou mais afastados do centro da cidade. Em outras palavras, existem tantos setores censitários populosos próximos do centro quanto mais afastados do centro. Por sua vez, quando se observa o número médio de moradores por domicílio (Figura 3 (c)), que é obtido pela razão entre número de pessoas do setor censitário pelo número de domicílios do setor censitário, configura-se um padrão de baixa concentração de pessoas em termos de domicílios nos setores próximos ao centro e maior concentração de pessoas, em termos de domicílios, nos setores mais afastados do centro. Isto portanto, sugere que o padrão de ocupação espacial do município pode apresentar outras influências, como a renda domiciliar, que ajudam a explicar as diferentes concentrações de população e domicílios verificados na Figura 3 (c). A Figura 3 (d), que avalia o padrão da distribuição espacial em termos da renda média domiciliar, esclarece que de fato há uma concentração de indivíduos de alta renda média concentrada na região central da cidade, enquanto as regiões mais afastadas do centro (subúrbios) possuem renda média mais baixa.

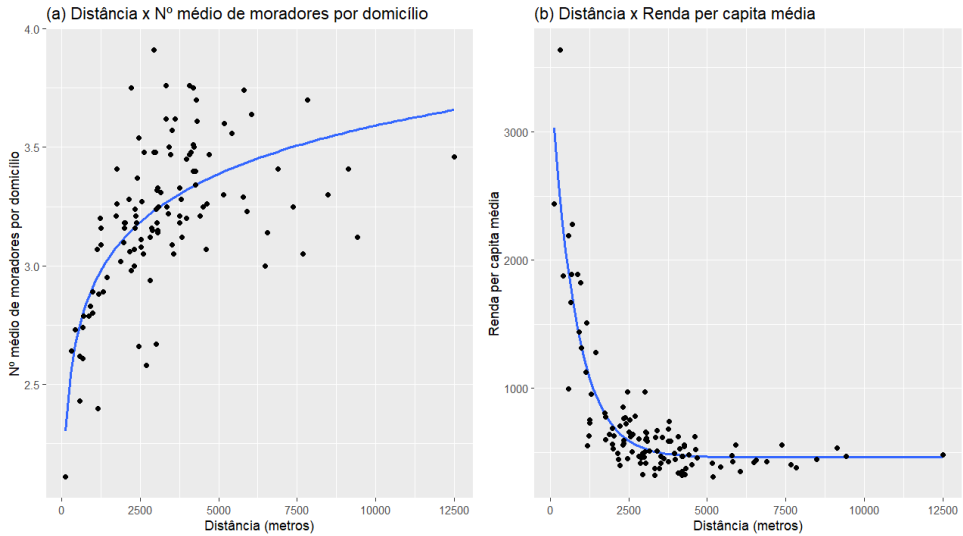
Para aprofundar os possíveis determinantes do padrão de distribuição espacial populacional, de número de domicílios e renda *per capita* domiciliar observados na Figura 3, foram construídos modelos para as variáveis de interesse em função da distância do setor censitário ao centro da cidade (Figura 4). Na Figura 4 (a) pode-se observar a relação entre a distância em relação ao centro da cidade e o número médio de pessoas por domicílio; na Figura 4 (b) pode-se observar a relação entre a distância em relação ao centro da cidade e a renda média domiciliar.

Figura 3 – Mapas de Calor em relação ao número de domicílios, moradores e renda *per capita* nos respectivos setores censitários na malha urbana do Município de Três Rios – RJ. Valores Correntes de 2010.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos em IBGE (2011)

Figura 4 – Gráficos de dispersão entre a distância do centro da cidade e o número médio de moradores por domicílio (Figura 4 (a)) e entre a distância do centro da cidade e a renda *per capita* média domiciliar (Figura 4 (b)) em termos de setores censitários. Valores Correntes de 2010.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos em IBGE (2011).

Conforme pode ser observado, de fato há uma tendência que quanto mais próximo ao centro, menor é o número médio de moradores por domicílio, ao mesmo tempo que é maior a renda média por domicílio. Por outro lado, à medida que se afasta do centro o número médio de moradores por domicílio tende a ser maior, enquanto a renda média domiciliar tende a diminuir, isto indica há uma relação direta, de indivíduos mais concentrados, em cada domicílio, com menor poder aquisitivo, quanto mais longe encontra-se do centro da cidade. Cabe destacar, ainda, que ambas as relações não foram lineares. Especificamente, a relação entre a distância do setor censitário ao centro da cidade e o número médio de moradores por domicílio e (Figura 4(a)) foi modelada pela Equação 3.

$$y_1 = 0,294 \cdot \ln(x) + 0,882 \tag{3}$$

em que x é a distância o setor censitário ao centro e y_1 é o número médio de moradores por domicílio. O coeficiente de determinação foi $R^2 = 0,4569$.

A relação entre a distância do setor censitário ao centro da cidade e a renda *per capita* média e (Figura 4(b)) foi modelada pela Equação 4.

$$y_2 = 3001,85 \cdot e^{-0,00126x} + 461,70 \tag{4}$$

em que d é a distância do setor censitário ao centro e r é a renda *per capita média*. O coeficiente de determinação foi $R^2 = 0,7958$.

Vale ressaltar que todos os coeficientes dos modelos de regressão (Equações (3) e (4)) foram significativos ao nível de 1% de significância e que o coeficiente de determinação obtido na Equação 4 foi maior devido a menor dispersão dos dados.

Este resultado também pode ser corroborado a partir da observação visual em ambas as estimativas. Na Figura 4 (a) verifica-se que a partir de 2.500 metros, ocorre um crescimento da dispersão dos dados em torno da curva estimada. Na Figura 4 (b) observa-se que há uma concentração mais bem definida dos dados em torno da curva de regressão. Tais padrões permitem inferir que a renda *per capita média* tende a apresentar uma especificação mais robusta para explicar a distribuição do espaço urbano do município de Três Rios do que o número médio de moradores por domicílio. Contudo, como já bem delineado nos resultados apresentados no presente trabalhos, ambas as variáveis possuem relevância para explicar o processo de distribuição no espaço urbano da cidade.

A partir da Equação (3), pode-se calcular a equação de elasticidade de acordo com a seguinte especificação:

$$Elasticidade_{(n^{\circ} \text{ médio de moradores}, \text{ distância})} = \frac{0,294}{n^{\circ} \text{ médio de moradores}} \quad (5)$$

Em outras palavras, a d depende do próprio tamanho do número médio de moradores por domicílios em termos censitários. Isto significa que para setores censitários que estão há 1 metro de distância do centro de Três Rios, para cada aumento de 10% da distância em relação ao centro, existe uma tendência do número médio de moradores por domicílio aumentar em 29,4%, isto é, um aumento de 2,5 para 3,24 moradores por domicílio. Ao se tomar uma distância maior, por exemplo, para setores com distância de 1.250 metros do centro, o número médio esperado de moradores por domicílio é de 2,98, logo, a elasticidade estimada é de 0,0987, ou seja, a partir da distância de 1.250 metros do centro, um aumento de 10% da distância incorrerá em uma tendência do aumento do número médio de moradores por domicílios em 0,987%. Para 7.500 metros do centro, o número médio esperado de moradores por domicílio é de 3,51, logo, a elasticidade estimada é de 0,084, isto é para cada aumento de 10% da distância o número médio de moradores por domicílio altera-se apenas 0,84%. Em outros termos, o número médio de moradores por domicílio altera-se em pequenos percentuais quando a distância do centro do setor censitário ao centro da cidade ultrapassa 1 km.

A partir da Equação (4), pode-se calcular a equação de elasticidade de acordo com a seguinte especificação:

$$Elasticidade_{(\text{renda média}, \text{ distância})} = -0.00126 \cdot \text{distância} \quad (6)$$

Em outras palavras, a r depende da distância dos setores censitários em relação ao centro da cidade. Isto significa que para setores censitários que estão a um 1 metro de distância do centro de Três Rios, para cada aumento de 10% da distância em relação ao centro existe uma tendência da renda média domiciliar *per capita* de reduzir 0.00126%, uma redução percentual insignificante do ponto de vista da renda média. Ao se tomar uma distância maior, por exemplo, para setores com distância de 1.250 metros do centro a elasticidade estimada é -1,5725, ou seja, a partir da distância de 1.250 metros do centro, um aumento de 10% da distância incorrerá em uma tendência de redução da renda média de 15,725%. Para 7.500 metros a elasticidade é -9,45, isto é para cada aumento de 10% da distância a redução da renda média é de 94,5%. Pode-se observar na Figura 4 (b) que enquanto domicílios próximos a centro da cidade possuem renda média entre R\$ 2.000 a

R\$ 2.500; domicílios a 1.250 metros tem renda média de R\$ 1.000; enquanto domicílios acima de 3.000 metros do centro, possuem renda média em torno de R\$ 500.

Após a avaliação gráfica do diagrama de dispersão, comparando a distância com o número médio de moradores e a renda *per capita* domiciliar média, empregou-se o uso de estatísticas espaciais com intuito de se avaliar o quão relevantes são os dados observados em termos regionais. Para tanto, inicialmente, utilizou-se a estatística *I* de Moran, já discutida na metodologia do presente trabalho, para avaliar, ao nível de 10% de probabilidade, as possíveis formações de cluster regionais a partir das fronteiras *queens* de cada setor censitário urbano do município (Figura 5).

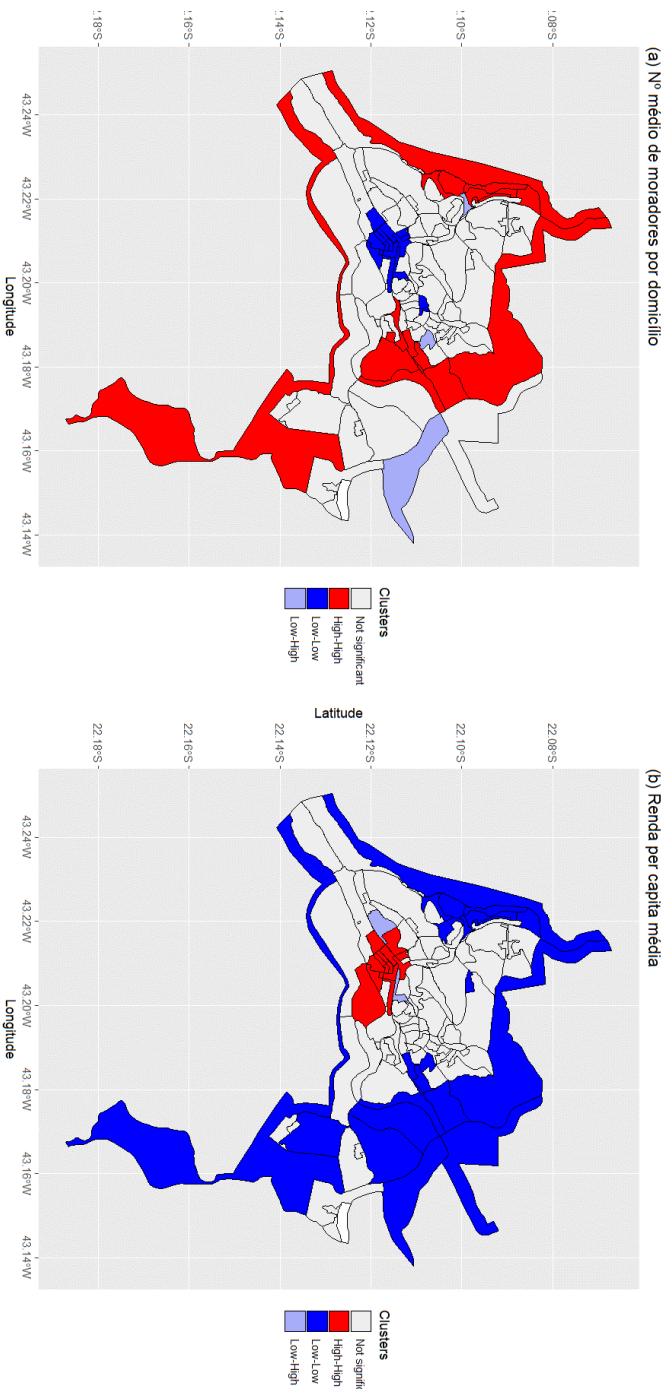
A Figura 5 (a) apresenta as análises de correlação espacial para a variável número médio de moradores por domicílio por setor censitário. Como pode ser observado, existe um *cluster high-high*, em vermelho, formado por setores censitários com maior média de pessoas por domicílio em áreas que tendem a estar mais afastadas do centro da cidade. Mais especificamente, o *cluster high-high* indica que setores censitários com maior média de moradores por domicílio estão próximos entre si. Tal configuração espacial pode ser observada nos extremos norte e sul da região central. As áreas de *cluster high-high* mais próximas ao centro, ao leste, compreendem bairros populosos do município referentes à Vila Isabel e Triângulo. Por sua vez, é possível observar que existe um *cluster low-low*, azul escuro, no centro da cidade, formado por setores censitários com baixo número médio de moradores por domicílio, o que corrobora as análises visuais anteriormente realizadas.

A Figura 5 (b) apresenta as análises de correlação espacial para a variável renda *per capita*. Como pode ser observado, existe a formação de *clusters* espaciais na região central do município do tipo *high-high*, em vermelho escuro, formada por domicílios de maior renda *per capita*, o que possui evidente correlação espacial com a formação de *clusters* de baixo número médio de moradores por domicílio (Figura 5 (a)). Por sua vez, houve também a formação de *clusters* de domicílios com baixa renda *per capita* (*low-low*) nas regiões mais distantes do centro da cidade, marcadas em azul escuro.

Tanto na Figura 5 (a) quanto na Figura 5 (b) é possível observar algumas áreas com correlações *low-high* (setores censitários em azul claro). Isto indica, respectivamente, áreas com baixa relação moradores por domicílio cuja vizinhança apresenta relação moradores por domicílio e áreas com baixa renda *per capita* com vizinhança com um alto valor para esta variável. De modo geral, conclui-se que os *clusters* espaciais apenas reforçam os resultados anteriormente observados: há uma relação inversa entre a razão de moradores por domicílios e a renda *per capita* nestes domicílios.

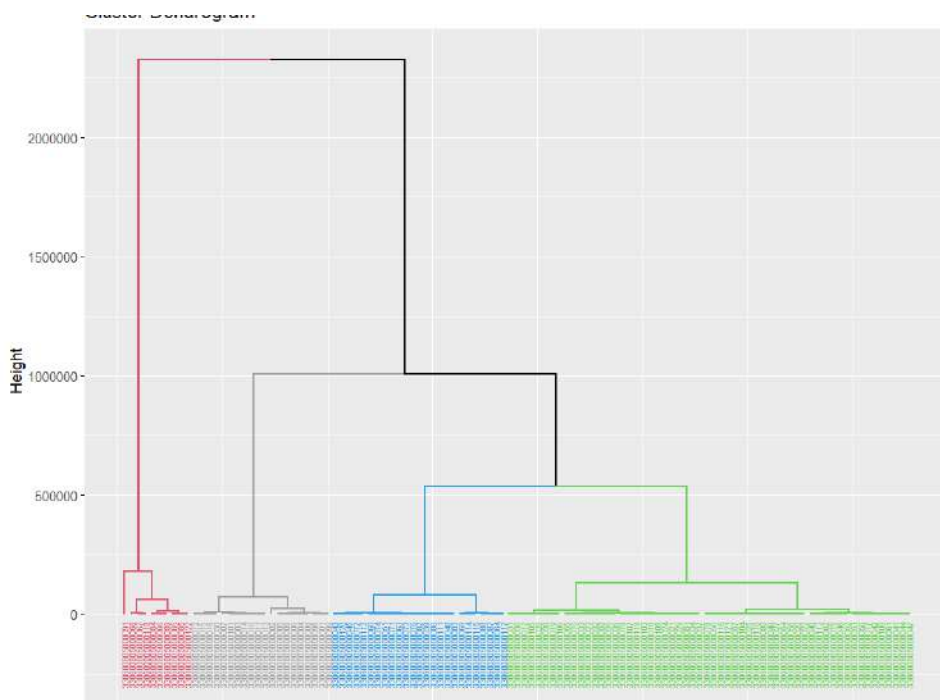
Para complementar a caracterização da distribuição espacial das variáveis estudadas foi empregada uma Análise de Agrupamentos, a qual considerou conjuntamente as variáveis “distância do setor censitário ao centro da cidade”, “número médio de moradores por domicílio” e “renda *per capita*” para formar grupo de setores censitários homogêneos. Foi utilizado um método de agrupamento hierárquico, que resultou no dendrograma que pode ser observado na Figura 6. Pode-se observar pelo dendrograma que os setores censitários podem ser classificados em quatro grupos mais proeminentes, de acordo com seu grau de similaridade em relação às variáveis anteriormente mencionadas.

Figura 5 – Análise da correlação espacial a partir das estatísticas *Moran Scatterplot* para número médio de moradores por domicílio (Figura 5 (a)) e renda *per capita* por domicílio. Valores significativos ao nível de 10% de probabilidade.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos em IBGE (2011)

Figura 6 – Dendrograma da análise de agrupamentos dos setores censitários considerando-se as variáveis “distância do setor ao centro da cidade”, “número médio de moradores por domicílio” e “renda *per capita*”.



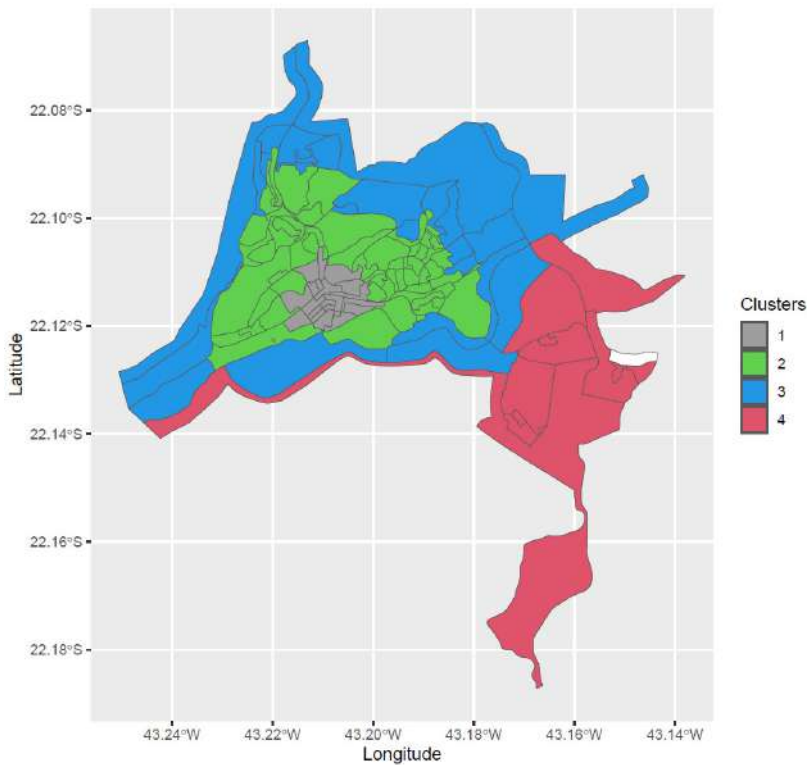
Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos em IBGE (2011)

A distribuição espacial dos setores censitários, classificados em cada um dos quatro grupos formados pela Análise de Agrupamentos (Figura 6), pode ser observada na Figura 7. Pode-se observar que a Análise de Agrupamentos formou grupos de setores censitários mais homogêneos quanto à distribuição espacial dos mesmos em relação às análises anteriores. Ainda, pode-se confirmar uma separação espacial bem definida do centro da cidade em relação às regiões mais afastadas com relação às variáveis “distância do setor ao centro da cidade”, “número médio de moradores por domicílio” e “renda *per capita*”.

Na Figura 8 pode-se observar as médias dos grupos em relação à cada uma das variáveis: “distância do setor ao centro da cidade” (Figura 8 (a)), “número médio de moradores por domicílio” (Figura 8 (b)) e “renda *per capita*” (Figura 8 (c)). O grupo 1 é formado por setores com menor número médio de moradores por domicílio, maior renda *per capita* e menor distância do centro da cidade; os grupos 3 e 4 são formados por setores com maiores números médios de moradores por domicílio, menores rendas *per capita* e maiores distâncias do centro da cidade, enquanto o grupo 2 é um grupo com características intermediárias em relação ao grupo 1 e grupos 3 e 4.

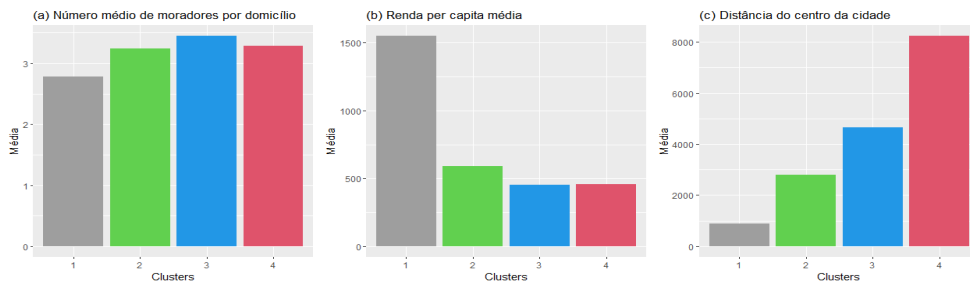
Dessa forma, existe um forte indício que os grupos 3 e 4, apesar de terem uma diferença entre as distâncias médias ao centro, não diferem entre si com relação às outras duas variáveis.

Figura 7 – Distribuição espacial dos setores censitários agrupados pela Análise de Agrupamento hierárquica, de acordo com o grau de similaridade dos setores em relação às variáveis “distância do setor ao centro da cidade”, “número médio de moradores por domicílio” e “renda *per capita*”.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos em IBGE (2011)

Figura 8 – Médias dos grupos em relação às variáveis (a) “distância do setor ao centro da cidade”, (b) “número médio de moradores por domicílio” e (c) “renda *per capita*”.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados obtidos em IBGE (2011)

Considerações finais

Os resultados do presente exercício indicam uma relação direta entre o número de moradores por domicílio e a distância do centro, assim como uma relação inversa entre o número de habitantes por domicílio e a renda *per capita*. Em síntese, as periferias de Três Rios são caracterizadas por baixa renda *per capita* e um número relativamente maior de moradores por domicílio, sendo que no centro verifica-se o inverso, isto é, baixo número de moradores por domicílio e alta renda *per capita*. Esta disparidade reproduz uma típica relação centro-periferia, característica de aglomerações em desenvolvimento. A análise de agrupamentos reforça esta constatação ao evidenciar uma disparidade bastante elevada, em termos de renda *per capita*, entre o centro e as demais localidades. Por conseguinte, tais periferias se qualificam para serem alvo de políticas públicas.

A análise de agrupamentos mostra ainda que a diferença entre as áreas 3 e 4 se dá basicamente pelas respectivas distâncias em relação ao centro, sendo a área 4 a mais distante. Embora pareça uma diferenciação pouco significativa, vale lembrar que uma maior dificuldade de acesso implica custos de transporte mais elevados e tempo de deslocamento maiores, o que implica maiores restrições ao acesso a bens e serviços, bem como ao aproveitamento de oportunidades disponibilizadas nas regiões centrais. A área 2, por sua vez, disfruta de uma maior proximidade com o centro. Embora apresente relação moradores por domicílio similar às áreas 3 e 4, se diferencia destas últimas por apresentar uma renda *per capita* mais elevada. A combinação de baixa renda *per capita* com elevado número de moradores por domicílio, no que diz respeito às áreas 3 e 4, sugere a presença de habitações subnormais. O termo habitação subnormal refere-se a condições de moradia precárias, cujas características incluem a falta de infraestrutura básica, precariedade das construções, vulnerabilidade a desastres naturais e, particularmente, superlotação e falta de regularização fundiária. Com relação a estas últimas, a primeira se refere a muitas pessoas vivendo em uma área relativamente pequena ou na mesma moradia, enquanto a segunda diz respeito a falta de títulos de propriedade ou a ocupações informais. A despeito dos problemas legais e dificuldades quanto ao acesso a serviços públicos e a serviços financeiros, a falta de regularização fundiária faz com que a quantidade de residências em uma área seja subestimada pela administração pública, podendo causar um viés na formulação e implementação de políticas urbanas.

As análises de correlação espacial (*I* de Moran) indicaram algumas áreas com correlação *low-high*, tanto com respeito à renda *per capita* quanto ao número médio de moradores por domicílio. Tais áreas merecem atenção especial por serem áreas de transição e, como tal, poderem

apresentar dinâmicas bastante particulares. Por exemplo, áreas de baixa renda *per capita*, com vizinhança de alta renda, podem estar sujeitas a processos de gentrificação. Da mesma forma, vale a pena uma investigação mais aprofundada sobre os determinantes de uma área com baixo número de moradores por domicílios ter uma vizinhança com altos valores neste indicador.

De modo geral, o planejamento urbano deve buscar minimizar as externalidades negativas e maximizar as positivas, o que pode ser obtido por meio do investimento em infraestrutura nas áreas sensíveis. Ao mesmo tempo, deve-se buscar meios de maximizar os efeitos multiplicadores nas referidas áreas. Para tanto, o município dispõe de um amplo arcabouço institucional, dotado de instrumentos que permitem uma intervenção direta no espaço em questão. Particularmente, destaca-se que tanto a Lei Orgânica Municipal quanto o Plano Diretor procuram garantir, em tese, o planejamento, gestão e a organização do espaço econômico, social e ambiental, bem como a qualidade de vida dos habitantes, além do que, orientam questões tributárias que, somadas ao Código Tributário Municipal, definem a estruturação do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU).

Não obstante, para uma maior especificação das medidas que podem ser adotadas, estudos mais aprofundados são necessários de modo a melhor qualificar as características acima, bem como avaliar em que medida os instrumentos de planejamento urbano disponíveis podem contribuir. Sem embargo, a regionalização proposta neste trabalho constitui um primeiro passo para identificar espacialmente as áreas sensíveis de Três Rios, identificação esta que precede um adequado planejamento e implementação de políticas urbanas.

Referências

- ALONSO, W. **Location and Land Use**. Harvard University Press, Cambridge, MA, 1964.
- ANSELIN, L. Spatial econometrics. In: B. Baltagi (ed.). **Companion to Econometrics**. Oxford, Basil Blackwell, 2001.
- ANSELIN, L. The Moran Scatterplot as an ESDA tool to assess local instability in spatial association, in: M. Fisher, H. J. Scholten & D. Unwin (eds) **Spatial Analytical Perspectives on GIS**, London, Taylor e Francis, 1996.
- ARNOLD, S., VETTER, M., DENTINHO, T. Bid Rent of Spatial Interaction Model with Land Use in the Munich Region. Lisboa, **Revista Portuguesa de Estudos Regionais**, n. 44, p. 57 – 68, 2017.
- CLIFF, A. D.; ORD J. K. **Spatial processes: Models and Applications**, London, Pion, 1981.
- Código Tributário Municipal de Três Rios. **Lei nº 4.626 de 2019**. Disponível em: <https://cvtr.rj.gov.br/lei-no-4-626-institui-o-novo-codigo-tributario-do-municipio-de-tres-rios/>. Acesso em: 23 nov. 2023.
- COSTA, J. S. & NIJKAMP, P. **Compêndio de Economia Regional, v. 1**, Capítulo 17. Caiscais (PT): Princípa, 2009.
- DYMSKI, G. & VEITCH, J. (1996). Financial transformation and the metropolis: booms, busts, and banking in Los Angeles. **Environment and Planning, A**, 28, p. 1233-1260.
- GOOGLE. Três Rios – Rio de Janeiro: **Google Maps**. Disponível em <https://www.google.com/maps>. Acesso em: nov. 2023.
- IBGE. **Sinopse dos setores censitários 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>. Acesso em: 30 jun. 2023.

Lei Orgânica Municipal de Três Rios. Disponível em: <https://cvtr.rj.gov.br/lei-organica/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

McCANN, Phillip. **Modern Urban and Regional Economics**. Introduction. Oxford University Press: United Kingdom, 2013.

MENEZES, M. (2007). “**Moedas Locais**: uma investigação exploratória sobre seus potenciais como alternativa à exclusão financeira a partir do caso do Banco Bem em Vitória/ES”. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - Cedeplar/UFMG.

MYRDAL, G. Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas. Rio de Janeiro, Brazil: ISEB, 1960.

Plano Diretor Urbano e Rural de Tres Rios. **Lei Municipal nº 3906 de 2013**. Disponível em: <https://cdn.tresrios.rj.gov.br/wpcontent/uploads/2022/06/23141107/PLANO-DIRETOR-3906-2013.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS. Disponível em: <https://tresrios.rj.gov.br/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

R CORE TEAM. **R: A Language and Environment for Statistical Computing**. Vienna, Austria: R Foundation for Statistical Computing, 2023. Disponível em: <https://www.R-project.org/>. Acesso em: 30 out. 2023.

Análise do perfil socioeconômico e financeiro de inadimplentes a partir do III Feirão Limpa Nome realizado no município de Três Rios – RJ

*Richard William da Silva Pereira
Roberto Santolin
Pablo Miranda Guimarães*

Introdução

Com a liberalização financeira e desregulamentação do sistema financeiro nos anos 1990, diversos mecanismos de captação de recursos foram desenvolvidos de modo a estimular a demanda agregada. A ocorrência destes foram motivadas por uma maior liberdade de fluxo entre as transferências dos créditos concedidos (DE PAULA *et al.*, 2016). Entretanto, por consequência desta expansão monetária, aumentou-se a inadimplência, isto é, a falta de pagamentos dos compromissos firmados. Conforme o Banco Central do Brasil (BCB), o saldo da carteira de crédito em relação ao produto interno bruto (PIB) mais que dobrou, na média, sendo que em dezembro de 2001 foi igual a 25,57%, e elevando-se para 52,21% em dezembro de 2014 (BCB, 2019 *apud* Santolin e Gama, 2021, p. 106).

Mediante ao exposto, a literatura tem se dedicado ao estudo dos determinantes da inadimplência e seus efeitos no sistema econômico, em suas mais distintas abordagens, como a educacional, psicológica, saúde, socioeconômica e sociopolítica (Campara *et al.*, 2016).

Ao tratar sobre a inadimplência, a questão vai além do atraso nos pagamentos, como também os excluídos financeiramente por restrições de acesso ao crédito, e também agentes de mercado que sofrem com os prejuízos advindos das operações financeiras não honradas.

Nesta perspectiva, vale ressaltar a importância de se compreender melhor os fatores que acarretam na inadimplência. Segundo o Serviços de Assessoria S.A. (SERASA, 2023), em julho de 2023 foi registrado no Brasil 71,41 milhões de pessoas em situação de inadimplência, ou seja, considerando a população estimada de 215,04 milhões de pessoas (IBGE, 2023), o que sugere, portanto, que cerca de 33,20% da população brasileira incorre em inadimplência.

Esse cenário de elevação da inadimplência foi observado ao longo dos últimos anos. Conforme a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), quatro em cada dez brasileiros adultos (40,51%) estavam com o CPF negativado em julho de 2023, enquanto que a quantidade de consumidores inadimplentes cresceu 6,79% em relação ao mesmo período de 2022 (CNDL, 2023). No estado do Rio de Janeiro (RJ) esta condição é ainda mais alarmante, uma vez que, referente ao mês de julho de 2023, o estado liderou o ranking dos estados com a população mais inadimplente, cerca de 53,11% (SERASA, 2023).

Devido ao elevado grau de inadimplência da população, a concessão de crédito é realizada com maior rigor, com objetivo de minimizar riscos de atrasos no pagamento dos compromissos. Dentre as informações observadas, têm-se a análise de crédito e investigação do histórico da vida financeira de seus clientes, que propiciam fornecer um perfil dos tomadores de crédito. Concomitante à minimização dos riscos de inadimplência, por parte das firmas, há uma exclusão de indivíduos do mercado de crédito, justamente por estarem classificados como inadimplentes pelas empresas de análise de risco de crédito.

Uma maneira de mitigar esse elevado percentual de inadimplentes, ocorre via Feirões Limpa Nome conhecidos como “forças tarefas” de negociações de dívidas. Essas ações auxiliam na amenização da situação de pessoas quanto às restrições ao crédito. Estes programas possibilitam a retomada do acesso ao crédito, este é um importante recurso para a manutenção do consumo e financiamento das atividades produtivas, quando bem gerido. O acesso ao crédito tem um importante destaque pois envolve o acesso a distintos mercados, como imobiliário e o de bens de consumo, seja via cartões de crédito, seja pelas instituições financeiras.

O III Feirão Limpa Nome realizado no município de Três Rios/RJ, ocorrido nos dias 31 de maio, 1 e 2 de junho de 2023, possibilitou um ambiente para que pessoas na condição de inadimplência pudessem renegociar suas dívidas. Conforme esclarece o Departamento de Comunicação Interna (DECOI, 2023) do Poder Judiciário do estado do Rio de Janeiro, III Feirão Limpa Nome foi uma realização do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) da cidade de Três Rios/RJ com as parcerias do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON), da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico Indústria, Comércio e Serviços, da Câmara e da Prefeitura de Três Rios; da 14ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ); além de instituições de ensino, como o Centro Universitário Vértice (Univértix) trirriense e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro do Instituto de Três Rios (UFRRJ/ITR) (DECOI, 2023).

Esta ação, segundo DECOI (2023), promoveu 2.040 atendimentos, resultando em 1283 acordos efetivados em negociações, permitindo em alguns casos a concessão de descontos de até 98% para o pagamento das dívidas. A ação abrangeu a população não só de Três Rios, como as demais regiões do entorno do estado do Rio de Janeiro, especificamente as cidades de Levy Gasparian, Areal e Paraíba do Sul (G1, 2023). Não obstante, o Projeto Feirão Limpa Nome (PFLN) também possibilitou oferecer soluções para o sistema judiciário da cidade, como afirma a juíza Elen Barbosa, coordenadora do CEJUSC, “Com a ação ainda desafogamos o Poder Judiciário com ações de cobrança e execuções, sobretudo os Juizados Especiais Cíveis (JEC), que são utilizados por pequenas empresas para recuperar créditos” (DECOI, 2023, Online). Dessa forma, o PFLN propiciou condições para que indivíduos regularizassem, em parte, suas finanças pessoais, e pudessem voltar a ter algum acesso a empréstimos.

Associado ao III Feirão Limpa Nome, foi realizada uma Ação de Extensão promovida pelo Departamento de Ciências Econômicas e Exatas (DCEEX) da UFRRJ/ITR. Essa ação contou com a participação de discentes do curso de Ciências Econômicas que realizaram uma pesquisa, a partir da obtenção de respostas junto à população presente no PFLN. O questionário foi elaborado pela equipe desta ação de extensão e teve como objetivo identificar o perfil da população que buscou o Feirão. Nesse questionário foram abordadas questões socioeconômicas e financeiras dos indivíduos. Adicionalmente à pesquisa, a ação de extensão distribuiu material informativo sobre educação financeira, orientações sobre gestão do orçamento doméstico, e também realizou uma Oficina de Educação Financeira no dia 07 de Julho de 2023, no Instituto Três Rios/UFRRJ.

A partir destas considerações iniciais, o presente trabalho consiste em avaliar o perfil socioeconômico e financeiro dos indivíduos que buscaram o III Feirão Limpa Nome de Três Rios/RJ, na tentativa de solucionar suas condições de inadimplência. Para obter tal finalidade o presente trabalho analisa os dados extraídos a partir das respostas dos questionários aplicados pela ação de extensão supracitada.

Os dados utilizados nesta pesquisa foram recolhidos a partir de um projeto de extensão desenvolvido junto à UFRRJ (Projeto de Extensão: EV194-2023) por meio do preenchimento de questionário pela população que buscou uma resolução da sua situação financeira no Feirão. Este

questionário foi elaborado pela equipe desta ação de extensão, e a partir de um levantamento socioeconômico e perfil financeiro das pessoas que buscam a solução de conflitos a partir do Feirão, foram obtidas 171 respostas.

1 Referencial Teórico

Campara *et al.* (2016) realizou estudo sobre aspectos qualitativos a partir de entrevista com 14 pessoas que estavam com o cadastro de dívida ativa. Esta pesquisa foi aplicada no Clube de Dirigente Lojista (CDL) em 2014, onde se situa o Serviço Central de Proteção ao Crédito da cidade de Santa Maria/RS. Diante dessas circunstâncias, o estudo identificou que o endividamento foi resultado de situações de cunho pessoal, financeiro ou social, sendo os antecedentes da inadimplência de característica pessoais o de maior predominância. Dentre esses fatores, a falta de planejamento financeiro, o consumismo exacerbado e o endividamento mediante às dívidas de terceiros, como por exemplo, empréstimos de cartões de lojas ou cartão de crédito aos amigos e familiares foram alguns dos elementos observados. Dessa forma, 4 das 14 pessoas entrevistadas remetem seu endividamento como resultado da falta de educação financeira, sendo que 2 desses 4 se endividaram devido ao prazer inerente das compras compulsivas, as quais, como consequência resultam de um sentimento de aceitação, bem-estar e autoestima oriundo do consumismo descontrolado.

Silva, Vieira e Faia (2012) ajudam na compreensão sobre os principais determinantes do endividamento e inadimplência. Com uma amostra de 200 indivíduos, o trabalho forneceu aspectos que levam ao endividamento via questionário aplicado em um terminal rodoviário¹. O termo de falência da pessoa física foi levantado pelos autores devido à correlação existente com o endividamento, em situação cujas dívidas excedem a renda e o saldo dos bens em patrimônio do indivíduo, juridicamente entendido como a insolvência civil. Os autores observaram forte correlação positiva do endividamento com a inadimplência, bem como a falência da pessoa física, tendo o materialismo (compras superficiais) papel determinante na extrapolação dos gastos, consequentemente, até a insolvência civil.

Com isso, Silva, Vieira e Faia (2012) denotam relevância no autocontrole nas compras, dada a cultura do consumismo, onde diante da ação compulsiva, ocorre ausência da crítica no ato da compra. Depreende-se dos resultados um fator significativo dos cartões de lojas, sendo que 49% dos entrevistados confirmaram sua preferência pela utilização, resultado inferior apenas ao cartão de crédito e débito, com 73% das respostas. Deste modo, os autores alertam sobre a necessidade de ser ter uma reserva de emergência, cujo objetivo é de utilização em situações de imprevistos, minimizando a necessidade de obtenção de dívidas. Além disso, denota-se maior propensão ao endividamento para as famílias com maior número de moradores, principalmente, aquelas que possuem apenas um ou dois provedores da renda familiar.

Nessa perspectiva, vale ressaltar os problemas psicológicos que a inadimplência causa aos indivíduos que não recebem uma educação financeira adequada. Este ponto é apresentado em Campara *et al.* (2016) baseado nos depoimentos da pesquisa, sendo que os entrevistados discorrem sobre o endividamento mediante empréstimos contraídos de modo a quitarem dívidas pendentes mais urgentes. Os autores observaram que os entrevistados tendem a se tornar inadimplentes quanto adquiriram uma dívida cujo objetivo inicial é de honrar o pagamento de dívidas preexistentes contudo sem haja um planejamento financeiro. Dentre os problemas emocionais exposto pelos autores, a insônia e angústia foram algumas das expostas. Os autores também salientam que a inadimplência esteve associada a circunstâncias socioeconômicas, como o de-

¹ Segundo os autores a amostra foi selecionada de forma aleatória entre homens e mulheres e foi direcionado àqueles que utilizaram o terminal rodoviário de uma grande cidade do Brasil, os autores não informaram o nome da cidade.

semprego, onde a questão do endividamento foi potencializada, sobretudo entre aqueles que não possuíam o hábito de poupar.

Mesmo com a exposição das causas e consequências da inadimplência da população entrevistada, Campara *et al.* (2016) sugerem que as respostas dos inadimplentes indicam que o cadastro negativo de dívida demonstrou uma oportunidade para a realização de uma educação financeira, ao diminuir despesas para ficar compatíveis com a renda, ou mesmo, na tentativa de realizar pagamentos à vista, enquanto buscam soluções em renegociações das dívidas no CDL.

Sehn e Carlini Junior (2007), a partir de uma abordagem quantitativa e pesquisa descritiva sobre os mutuários de empréstimos habitacionais no estado de Pernambuco², procuraram obter informações sobre os inadimplentes, ao realizar comparações entre a mutuários da capital e os de uma cidade do interior. Pode-se observar na amostra analisada, que o descontrole financeiro possui grande influência entre os determinantes da inadimplência, sendo que 25,29% residem na Recife e 43,19% em Caruaru.

Sehn e Carlini Junior (2007) observaram que 45,93% dos mutuários de Recife e 39,84% dos de Caruaru não estabeleceram prioridade das parcelas do financiamento imobiliário quando comparadas com questões de saúde. Outro fator a ser destacado é em relação aos mutuários que não leram o contrato antes de fecharem o negócio, sendo 30,79% da capital e 44,95% do interior. Estes números apontam similaridade com os outros estudos já apresentados no presente trabalho referentes a precária educação financeira e desinformação das amostras pesquisadas. Mais especificamente, o estudo indicou como a falta de esclarecimento sobre os mecanismos de juros e amortização podem impactar o planejamento dos pagamentos das parcelas diante de empréstimos que comprometeram grande percentual da renda familiar.

Desta forma, os autores expõem que os contratos habitacionais, ao longo do tempo (entre a assinatura do contrato e a dívida atual), passaram a comprometer a renda de 56,17% e 60,53% dos mutuários da capital e do interior, respectivamente. Isso informa que os indivíduos passaram a ter maiores dificuldades em conciliar parcelas dos contratos imobiliários com sua renda mensal. Adicionalmente, a depender do sistema de amortização, as prestações podem ser maiores no início, ocasionando a inadimplência decorrente da extrapolação do orçamento familiar para o pagamento de outros compromissos. Esta condição pode estar associada a postergação de algum compromisso até o ponto de abandonar o pagamento das parcelas dos contratos.

Pinto e Coronel (2012) analisam a inadimplência e o perfil dos clientes de uma empresa de TV por assinatura na cidade de Santa Maria/RS. O estudo buscou entender o que causou a inadimplência dos clientes e quais mudanças poderiam ser estabelecidas na oferta dos serviços. Para tal, os autores realizaram uma pesquisa quantitativa e descritiva entrevistando 52 indivíduos inadimplentes em 2012. Referente à pesquisa, as causas foram divididas em 3 categorias: questões pessoais, sociopolíticas e relativo ao serviço ofertado. Observou-se que questões pessoais foram as principais causas do desajuste financeiro, presente em 84,6% da amostra. A ausência de planejamento financeiro figurou em 63,5% dos respondentes, tendo sido a segunda causa do desajuste orçamentário.

Estes resultados apontam sobre a importância da educação financeira como caminho para melhor gestão orçamentária, principalmente, na ocorrência de problemas de saúde na família. Posto isto, 100% dos entrevistados inadimplentes responderam que priorizam a saúde, enquanto que 73,1% estabelecem o lazer como o de menor prioridade no orçamento familiar, corroborando assim com a predominância das causas pessoais na inadimplência com a empresa de TV por assinatura.

² 183 questionários em Recife e 183 em Caruaru

De Paula *et al.* (2016) por meio de questionário aplicado ao longo de maio de 2015 no município de Três Rios - RJ, para uma amostra de 385 indivíduos, avaliou quais os principais determinantes da exclusão financeira no município. O trabalho agrupou os indivíduos em 6 regiões a partir de atributos individuais em relação ao gênero, idade, escolaridade e classe de rendimentos. Os resultados afirmam que 43,5% dos entrevistados em Três Rios solicitaram crédito nos bancos nos doze meses anteriores à realização da pesquisa. 49% dos entrevistados informaram que o salário foi a principal fonte de renda e, mais da metade desses indivíduos realizaram empréstimos mediante desconto em folha salarial. 52,3% das respostas informaram que a utilização do empréstimo ocorreu devido à necessidade para honrar gastos emergenciais pessoais.

Neste contexto, os autores apontam aspectos predatório das instituições financeiras, a partir de elevados juros para empréstimos, o que por sua vez, constituiu uma forma de exclusão financeira sobre a população de menor renda. A combinação das variáveis “desconto em folha de pagamento” e “juros”, comprometeram a principal fonte de renda no pagamento. Como decorrências, os autores observaram que motivos como “Renda insuficiente e custo elevado” e “Estar Negativado”, foram motivos dominantes para exclusão financeira dos entrevistados. Este diagnóstico sugere que os impactos econômicos e sociais da inadimplência podem estar correlacionados com a exclusão financeira. Não obstante, também remete a ineficiência alocativa dos recursos do município em face as restrições ao crédito sofrida por uma parte dos consumidores na base da pirâmide social, os quais têm o crédito como indispensável para financiamento de suas atividades e necessidades (De Paula *et al.*, 2016).

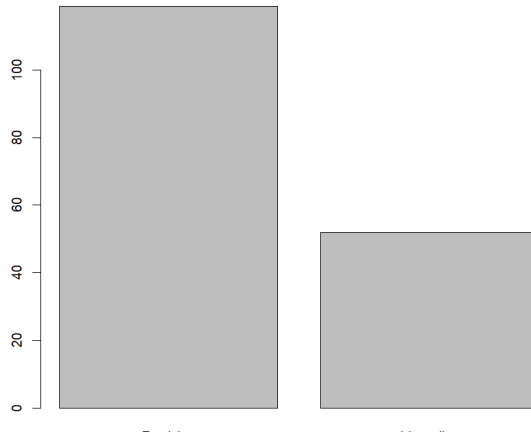
A partir das considerações elencadas, pode-se observar que os determinantes da inadimplência aparecem de diversas formas. Tanto mediante circunstâncias econômicas, como resultado de condições socioeconômicas adversas, como o crescimento do desemprego, ou mesmo devido à falta de compreensão elementar do efeito das taxas de juros nos empréstimos. Sob a ótica do consumo, um fator a ser destacado é a restrição atribuídas aos consumidores e empresários, por impossibilitarem a propagação da demanda agregada potencial propiciada pelo consumo e financiamento das atividades, o que poderia favorecer à absorção de uma potencial capacidade produtiva presente em uma região.

Os próximos itens 3 e 4, discorrem sobre os possíveis determinantes para a inadimplência no município de Três Rios – RJ, a partir do preenchimento de questionário realizado pela população que buscaram o III Feirão Limpa Nome de Três Rios/RJ para tentar solucionar a condição de inadimplência.

2 Análise Descritiva do Perfil Socioeconômico dos Entrevistados

Inicialmente, algumas características sobre a amostra dos dados são apresentadas. A Figura 1 denota a proporção de pessoas do sexo masculino e feminino que responderam à pesquisa. A figura mostra que aproximadamente 70% dos entrevistados foram mulheres, correspondendo a 119 indivíduos, enquanto 52 respostas de homens, sendo cerca de 30% da amostra. Embora pudéssemos atribuir ao acaso uma maior predominância de mulheres na sociedade, que estas procuram auxílio para se desvencilharem da condição de inadimplência, ou até mesmo ao acaso dada disponibilidade de cada um para ir até o Feirão naqueles dias e horários, os quais foram em dias úteis. A literatura nos informa que há uma maior predominância de mulheres entre os inadimplentes, sob diversos aspectos que não cabem ser abordados no presente estudo (Van Den Berg, Lensink e Servin, 2015; Chen, Jiang e Liu, 2018), mesmo que estas sejam menos avessas ao risco, porém apresentam uma menor educação financeira (Agnew *et al.*, 2008)

Figura 1. Proporção de respostas por sexo

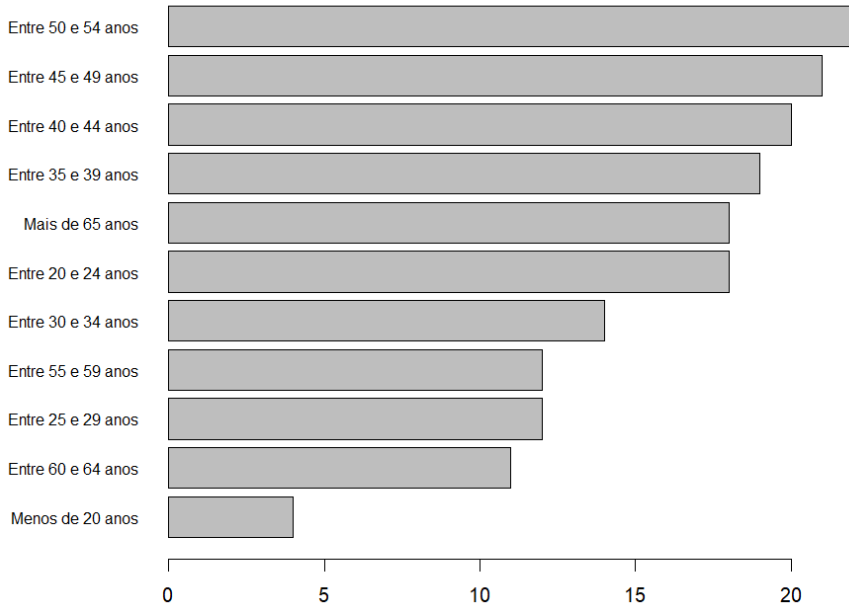


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

A partir da análise da idade dos entrevistados também é possível observar que o maior número de indivíduos que responderam estavam na faixa etária entre 50 e 54 anos, seguido por pessoas de 35 a 49. Nesta amostra, o menor de número de respondentes foi de indivíduos com menos de 20 anos, apenas 4 pessoas nesta faixa etária. Essas informações vão ao encontro do observado na literatura ao se destacarem que pessoas na “meia-idade” recebem um monte de empréstimos maiores do que jovens adultos (Gonzales e Loureiro, 2014). Cabe também destacar que a presença de pessoas idosas nesta amostra foi de 10%. Tais dados, sugere que a amostra coletada se concentra em pessoas mantedoras do domicílio a partir do mercado de trabalho.

Os resultados ainda apontam que 61% da amostra possui idade superior aos 40 anos, o que pode ser analisado por diversas perspectivas.

Figura 2. Proporção de Respostas por Faixa Etária



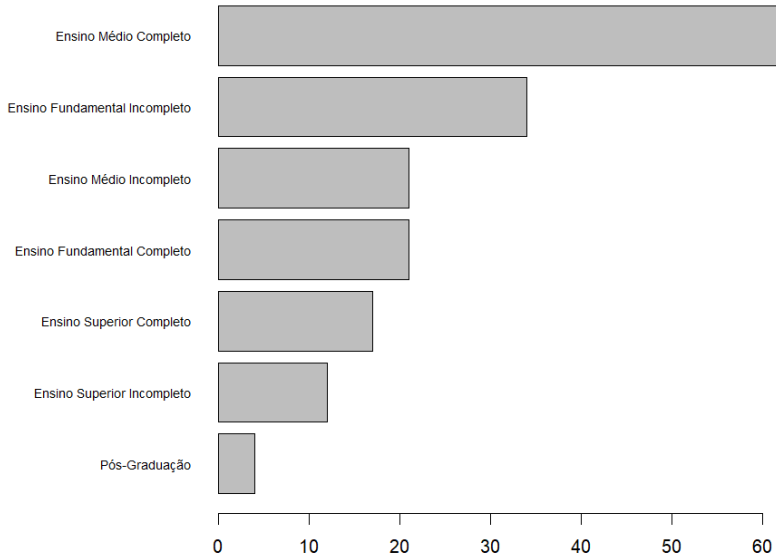
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Ao analisar pela faixa de escolaridade na Figura 3, este revela um a maior proporção dos indivíduos que responderam o questionário, especificamente 62 pessoas (36% da amostra) possuem ensino médio completo. A segunda maior parcela são de pessoas com o ensino fundamental incompleto, 34 pessoas.

Contudo devemos destacar que essa resposta não informa o volume do débito que cada indivíduo estava negociando, desta forma não seria prudente afirmarmos que o grupo de indivíduos com um nível de escolaridade "A" apresenta uma maior inadimplência. Contudo, devemos destacar que na literatura de educação financeira, a baixa escolaridade é um dos fatores que contribuem para o “analfabetismo financeiro” (Kebede e Kuar, 2015; Chen, Jiang e Liu, 2018).

Esta análise coloca em discussão a necessidade de ofertar educação financeira para a população. A partir das mudanças estabelecidas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2019, a gradual incorporação da discussão sobre educação financeira nas escolas fundamentais e médias permitirão um maior conhecimento de conceitos básicos desta temática para a população como um todo.

Figura 3. Proporção de Respostas pela Escolaridade



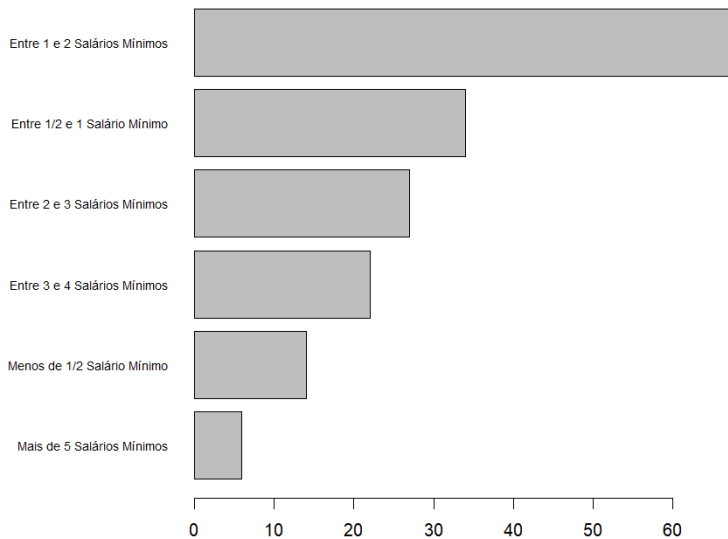
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Um resultado de destaque na pesquisa diz respeito à faixa de renda familiar dos entrevistados (Figura 4). A maior proporção dos respondentes informou que a renda familiar era entre 1 e 2 salários mínimos (SM) (68 indivíduos, ou 40% da amostra), enquanto que indivíduos com rendas inferiores, menos de 1 SM representaram 28% da amostra (48 indivíduos).

Novamente, não é possível dimensionar o volume de débito da amostra, somente a informação do número de pessoas por estrato educacional. Contudo, o endividamento na camada mais pobre é um problema presente. Segundo a Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (CNC, 2023), o percentual de família de renda mais baixa é maior quando observado as famílias inadimplentes e as famílias com incapacidade de pagamento de suas dívidas.



Figura 4. Faixa de Renda Familiar

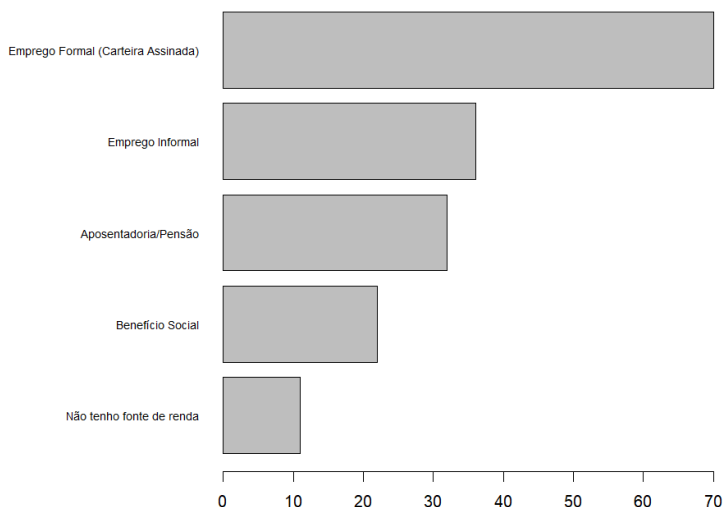


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

A busca pela regulamentação financeira, com a quitação das dívidas, é essencial ao bem-estar social, sobretudo por tratarmos de uma sociedade com baixa escolaridade, e sem reservas de emergência, e que não tem uma reserva de emergência que auxiliariam financeiramente em caso de imprevistos. Pode-se citar os casos de doenças na família como causa recorrente na busca de capital imediato. Como também, o motivo de uma pessoa se tornar inadimplente pode resultar de situações juridicamente solucionáveis, como as cobranças indevidas e os contratos abusivos, muitas vezes efetivados devido a comunicação confusa sobre as cláusulas e taxas no decorrer da negociação entre credor e devedor (Campara *et al.*, 2016).

A Figura 5 mostra que a principal fonte de renda dos entrevistados foi formada por indivíduos com algum emprego formal. Mais especificamente, 70 indivíduos, ou 41% da amostra, responderam possuir emprego formal, enquanto que os informais ou sem fonte de renda, representaram 36 e 11 indivíduos, respectivamente.

Figura 5. Principal Fonte de Renda



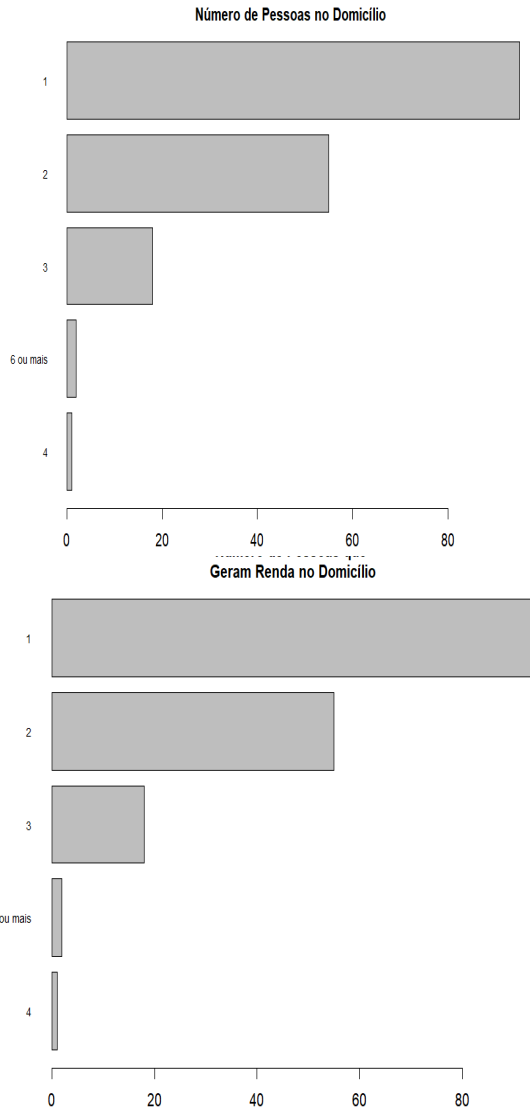
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Esta análise descritiva, inicialmente, pode indicar diferentes possibilidades, a primeira como já destacado, pode dar luz à discussão referente à educação financeira e desequilíbrio das contas domésticas. Tendo um montante fixo estabelecido mensalmente, as pessoas encontram dificuldades em adequar seus gastos ao orçamento, tendo assim dificuldades para honrar seus compromissos financeiros por simplesmente gastarem mais do que recebem.

Uma segunda possibilidade a ser destaca pode ser devido à retomada das atividades econômicas após o período da Pandemia de COVID-19. A retração econômica no período de pandêmico, onde pessoas foram demitidas e com isso perderam a sua renda, acarretou em uma incapacidade destas de honrarem com seus compromissos. Contudo com a retomada das atividades econômicas, as pessoas voltaram a ter renda e com isso, buscaram negociar débitos atrasados, sendo o Feirão o instrumento facilitador. A Figura 5 pode ser um indicador que a estabilidade financeira que permite com que a haja uma busca para sanar dívidas atrasadas.

A Figura 6 apresenta indicadores sobre as características domiciliares dos entrevistados. Como pode ser observado a maioria dos respondentes (55% da amostra) indicaram que no domicílio moram de 3 a 4 indivíduos. Concomitante, cerca de 56% responderam que no domicílio que residem apenas 1 pessoa provê a renda para o sustento da família, enquanto que em 32% das respostas ao menos duas pessoas estabelecem a renda familiar.

Figura 6. Análise Domiciliar



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

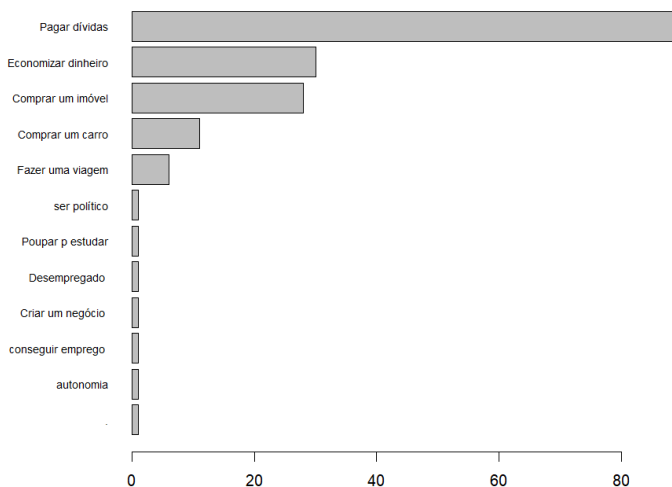
Essa informação vai ao encontro do observado na literatura, onde observa-se maior propensão ao endividamento para as famílias com maior número de moradores, principalmente, diante daquelas as quais possuem só um ou dois provendo a renda familiar (Silva, Vieira e Faia, 2012). Todavia, Campara *et al.* (2016) ressaltam que uma das causas do endividamento exacerbado de-

corre da deficiente educação financeira na formação do cidadão, a qual seria uma forma de manter o controle das finanças, delimitada de acordo com a restrição orçamentária. Tal situação é imprescindível, porque o que se observa são indivíduos realizando suas compras sem um controle de seus gastos e uma gestão adequada de seus recursos.

3 Análise Descritiva do Perfil Financeiro dos Entrevistados

De acordo com os resultados obtidos referente a Figura 7, observa-se que 52% dos entrevistados tinham como objetivo no Feirão o pagamento de suas dívidas. A seguinte, tendo em vista a condição de inadimplência que se encontraram os indivíduos que frequentaram o Feirão, aproximadamente, 17% da amostra informou que tinham como objetivo economizar dinheiro. Este resultado indica que existe, ao menos, uma vontade de mudança de mentalidade sobre seus compromissos financeiros para além de simplesmente sair da inadimplência, como por exemplo, realizar um planejamento do orçamento familiar, o que justifica a procura pelo Feirão para a resolução de antigos compromissos financeiros.

Figura 7. Principal Objetivo Financeiro

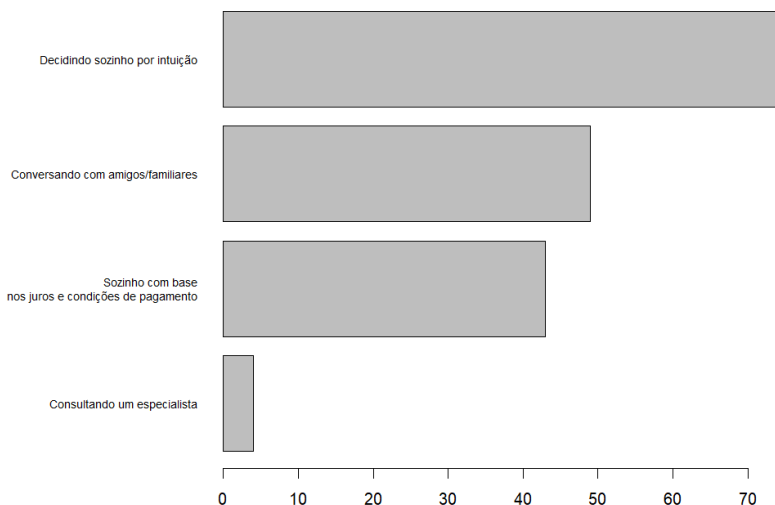


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

A Figura 8 mostra a frequência das respostas referentes à pergunta sobre tomada de decisões financeiras importantes. Com maior frequência, há uma predominância de indivíduos que tomam decisões sozinhos, aproximadamente, 44% dos entrevistados. Este resultado reforça a necessidade de melhoria da sua capacidade decisória de finanças. Todavia, quando as decisões são feitas sem uma orientação sobre os produtos financeiros e seus mecanismos, pode acarretar em ações de elevado risco e com consequências nocivas à saúde financeira doméstica, como apontado por Sehn e Carlini Junior (2007).

A segunda resposta com maior frequência foi a “Conversando com Amigos/Familiares”, em 29% dos respondentes procurar outras opiniões para possam contribuir para uma tomada de decisão mais cautelosa, minimizando assim potenciais riscos. Contudo, cabe destacar que quanto maior for o conhecimento financeiro da pessoa ao qual este está buscando referência, melhores tendem ser suas decisões. Por outro lado, a opção “Consultando um Especialista” recebeu apenas 4 respostas, isto é, 2% da amostra, o que sugere que a não escolha de um profissional adequado para apontar possíveis percalços em decisões financeiras pode ser uma das causas dos altos percentuais de inadimplência destacados no presente trabalho.

Figura 8. Como você toma decisões financeiras importantes?



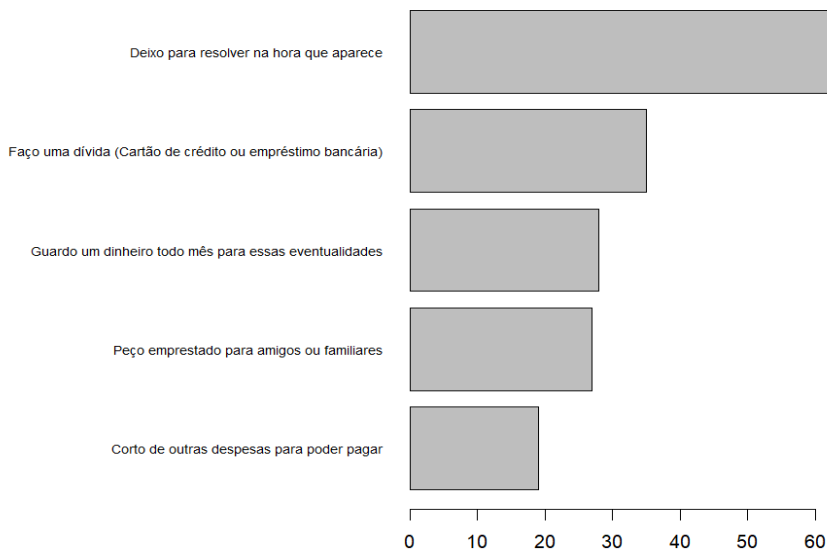
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

A Figura 9 apresenta as respostas sobre as estratégias adotadas pelos entrevistados quando situações não planejadas ocorrem e podem comprometer a saúde orçamentária. A ausência da educação financeira e seus conceitos básicos é apresentado na resposta de maior frequência desta questão: “Deixo para resolver no momento que aparece” é predominante, em 62 indivíduos. Essa resposta destaca a total falta de planejamento financeiro, o que levaria de maneira rápida os indivíduos em situação de inadimplência. Normalmente, espera-se que diante de eventualidades a solução mais indicada seria usar o dinheiro poupado para situações emergenciais. Juntamente com a busca por soluções de última hora, a segunda resposta de maior é a contração de dívidas, inclusive de cartão de crédito. Essa dissociação com o custo do dinheiro é outro indicativo da ausência de conhecimentos básicos sobre finanças pessoais.

Somente 28 entrevistados que responderam “Guardo um dinheiro para estas eventualidades”, ou seja, 16% da amostra.

Por sua vez, as respostas referentes à pergunta “Como os entrevistados lidam com suas despesas?” apresentam um análise interessante. Mesmo que as respostas prévias indiquem uma ausência de conhecimento em educação financeira, as respostas apresentadas na figura 10 mostram que as pessoas têm hábitos de controle financeiro.

Figura 9. Qual sua atitude quando há necessidade de despesa extra não esperada?



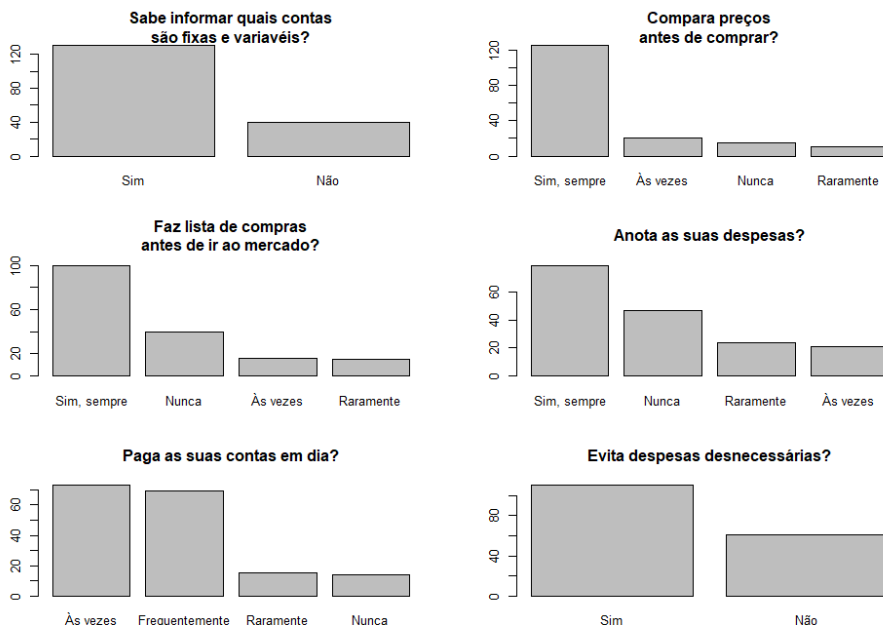
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Para ilustrar tal situação, é possível observar que majoritariamente os indivíduos tem consciência das distintas definições entre as despesas, sendo fixa ou variável. Controlar tais informações facilita a organização das contas para o mês subsequente, impondo limite nos gastos a partir da determinação das despesas fixas. O que propiciaria às pessoas uma efetividade dessas ações, seria uma análise dessas despesas. Embora as pessoas estejam gerando informações, esses dados não são analisados e com isso não se tornam diretrizes que conduziriam os indivíduos a um cenário com um melhor controle financeiro.

Distinguir essas despesas constitui um conhecimento que propicia o autocontrole para que as despesas variáveis não extrapolem a renda. Outro exemplo, as variáveis “evitar despesas desnecessárias”, “comparar preços”, “fazer lista de compras”, possuíram resultados dominantes. Estas poderiam indicar uma capacidade de minimizar sua situação de inadimplência, que talvez pudesse ser maior se assim não fizesse esses controles.

Neste conjunto de dados, a variável que demonstra ser um fator que eleva o crescimento da inadimplência refere-se a pergunta “Paga suas contas em dia?”, e a resposta “Às vezes” foi dominante, em 73 dos entrevistados. A resposta que induziria a redução da inadimplência, “frequentemente” foi observada como a segunda escolha entre os entrevistados.

Figura 10. Como os entrevistados lidam com suas despesas?



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

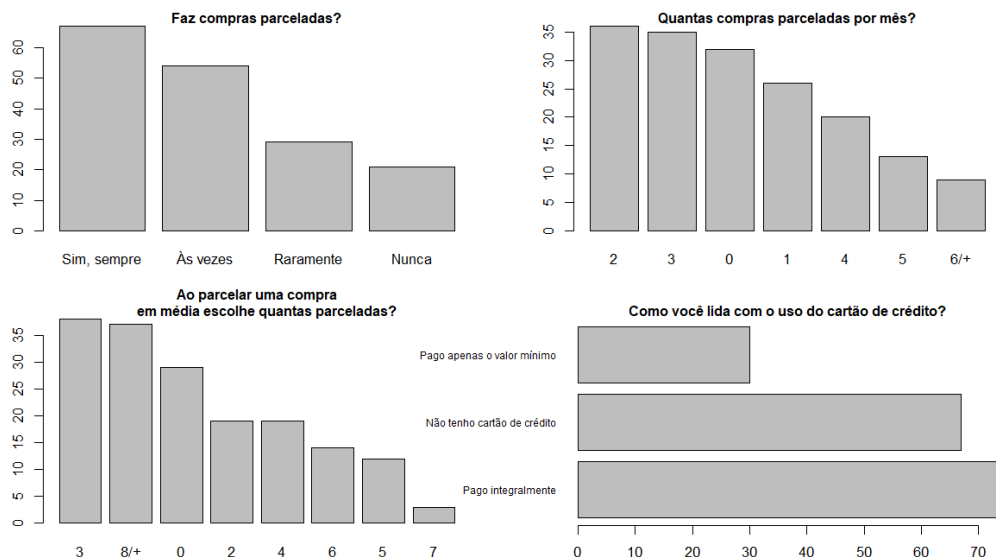
A Figura 11 apresenta as respostas do questionamento sobre a gestão dos indivíduos com o uso do cartão de crédito. Esse instrumento financeiro pode acarretar, em condições desfavoráveis, que os consumidores, em razão da má gestão de seu uso incorram dívidas de elevada complexidade para a quitação.

Observa-se que 67 entrevistados responderam que sempre recorrem a este meio de pagamento e 37 indivíduos respondem que fazem sempre o uso máximo de parcelas, mesmo sendo de 8 ou mais.

As respostas também indicaram que 60% dos entrevistados apresentam hábitos regulares em termos do cartão de crédito e que buscam não passar de três compras parceladas por mês, em média. Adicionalmente, 43% dos respondentes pagaram somente o mínimo da fatura do, enquanto que 39% não têm o cartão de crédito.

Posto isto, pode-se correlacionar tais condições com a uma condição de inadimplência dos entrevistados, cujo CPF negativado pode ser um fator limitante para a obtenção do cartão de crédito, ou mesmo afetando a decisão das famílias em não terem o cartão de crédito.

Figura 11. Como os entrevistados lidam com o uso do cartão de crédito?



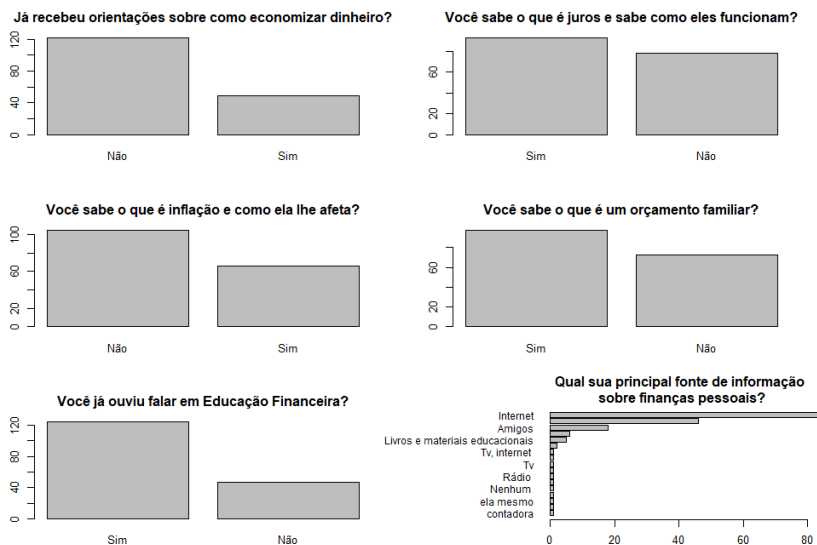
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

A Figura 12 apresenta a frequência das respostas sobre o acesso à educação financeira dos entrevistados, os quais 72% disseram que conhecem este termo. Nesta amostra, 48% responderam terem como principal fonte de informação a internet, o que pode ser um problema quando se trata da necessidade de se ter fontes técnicas e confiáveis de obtenção de informação.

As próprias respostas dos entrevistados indicam que os conteúdos buscados não apresentam uma robustez, pois são incapazes de explicar conteúdos elementares: 43% dos entrevistados não sabem o que é orçamento familiar; 71% não receberam orientações sobre como economizar dinheiro; ou ainda 61% dos respondentes dizem não saber o que é inflação e como isso a afeta. Tais resultados podem indicar que a inadimplência esteve correlacionada com a falta de planejamento e instrução financeira, caracterizada pela ausência de conhecimento sobre finanças frente as contas do dia a dia, além das limitações de poder aquisitivo.

Conforme Campara *et al.*(2016) salientam, a partir da ausência de informações claras sobre os mecanismos que regem o sistema financeiro muitos iniciam negócios sem o conhecimento básico, como taxas de juros e inflação. Com isso há um favorecimento para a redução do poder aquisitivo das famílias de baixa renda até que haja um potencial endividamento sob condições adversas as quais efetivam contratos a juros abusivos como, por exemplo, no mercado de imóveis ou de empréstimos educacionais. Entretanto, a prática de um planejamento financeiro tende a promover uma vida financeira mais saudável evitando diversos transtornos causados pela inadimplência.

Figura 12. Acesso a educação financeira dos entrevistados.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

Portanto, a dedicação de estudar as possibilidades de empréstimos e melhores formas de amortização é essencial para indivíduos que recorrem aos financiamentos para realizarem seus gastos, sem que extrapolem seus limites orçamentários. Sendo assim, uma simples elaboração e acompanhamento de uma planilha com os receitas e despesas seria uma ação efetiva para um equilíbrio financeiro doméstico, o que poderia levar a uma queda na inadimplência.

Conclusão

Este estudo avaliou o perfil socioeconômico e financeiro de uma amostra de indivíduos inadimplentes que participaram do III Feirão Limpa Nome em Três Rios, nos dias 31 de maio, 1 e 2 de junho de 2023. A obtenção dessas informações, foi estabelecida como uma ação de um projeto de extensão desenvolvido pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no Instituto Três Rios a partir do preenchimento de questionário pela população que buscou a solução de renegociações de dívidas frente aos seus credores.

Conforme a análise das repostas obtidas do questionário realizado pela equipe deste projeto, foi possível observar hábitos contraindicados à saúde financeira durante a condução do orçamento familiar, muitas vezes insuficientes ou mesmo sem o devido planejamento financeiro.

As conclusões obtidas no trabalho denotam que a maioria dos entrevistados possuem uma fonte de proveniente de um emprego formal, com uma escolaridade até o ensino médio completo, possuem uma conscientização sobre seus gastos porém sem uma análise deste, o que poderia levar à conclusão à respeito dos problemas financeiros. Adicionalmente, os perfis observados das famílias são de rendas familiares dos entrevistados depende de 1 ou 2 membros para domicílios com mais de 4 indivíduos.

Assim, o presente trabalho conclui sobre a necessidade de intervenções de políticas públicas, tanto em aspectos socioeconômicos como políticas voltadas ao crescimento do emprego,

quanto no aumento do acesso à educação financeiras e finanças pessoais. A partir do estudo realizado, observa-se que há falta de compreensão pelos indivíduos inadimplentes sobre fundamentos e regras que sustentam relações entre credores e devedores.

Isso pode ser exemplificado pelas respostas observadas, em que há predominância de respondentes que não compreendem índices de mercado, satisfatoriamente, como inflação e taxas de juros. Como também, é observado que a maioria não procura auxílio de um especialista em finanças antes de realizarem decisões importantes, escolhas que muitas vezes ocasionam em elevadas parcelas que comprometam o orçamento familiar.

Por fim, a pesquisa evidenciou que aspectos pessoais, como desajustes das contas adicionado à falta de educação financeira, são um dos principais desafios para os indivíduos inadimplentes que buscam a superação da condição de inadimplência. Deste modo, vale ressaltar a importância da realização de mais estudos que visam promover a identificação do perfil dos inadimplentes, a promoção de programas de orientações e aprendizados que incentivem o planejamento e o autocontrole relativo aos gastos que sejam propícios ao tamanho da renda familiar.

Referências

AGNEW, Julie R. et al. Who chooses annuities? An experimental investigation of the role of gender, framing, and defaults. **American Economic Review**, v. 98, n. 2, p. 418-422, 2008.

CAMPARA, J.P.; VIERIA, K. M.; COSTA, V. M. F.; FRAGA, L. S. O Dilema dos Inadimplentes: Antecedentes e consequentes do “nome sujo”. **Revista Brasileira de Marketing – ReMark**, v. 15, n. 1, Jan./Mar. 2016.

CHEN, Jia; JIANG, Jiajun; LIU, Yu-jane. Financial literacy and gender difference in loan performance. **Journal of Empirical Finance**, v. 48, p. 307-320, 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO (CNC). **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC)** – outubro de 2023. Brasília, CNC, 2023. Disponível em: https://portaldocomercio.org.br/publicacoes_posts/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-outubro-de-2023/. Acesso em: Out. 2023.

CNDL. **Inadimplência cai pelo segundo mês consecutivo e atinge 66,11 milhões de consumidores, aponta CNDL/SPC Brasil**. 21 Ago. 2023. Disponível em: <https://site.cndl.org.br/inadimplencia-cai-pelo-segundo-mes-consecutivo-e-atinge-6611-milhoes-de-consumidores-aponta-cndlspc-brasil/>. Acesso em: 02 Set. 2023.

DECOI. **Feirão Limpa Nome em Três Rios**. 05 Jun. 2023. Disponível em: <https://portaltj.tjrj.jus.br/web/guest/noticias/noticia/-/visualizar-conteudo/10136/210978716>. Acesso em: 16 Ago. 2023.

DE PAULA, T. H. P.; MACRINI, J. L.; SANTOLIN, R; RODRIGUES, C. Exclusão Financeira No Município De Três Rios – RJ: Características e Determinantes Intraurbanos. XVII Seminário sobre a economia mineira. *Anais*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2016.

GONZALEZ, Laura; LOUREIRO, Yuliya Komarova. When can a photo increase credit? The impact of lender and borrower profiles on online peer-to-peer loans. **Journal of Behavioral and Experimental Finance**, v. 2, p. 44-58, 2014.

G1 (TV Rio Sul e Costa Verde). **Feirão Limpa Nome começa nesta quarta-feira em Três Rios**. 31 Mai. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2023/05/31/feira-limpa-nome-comeca-nesta-quarta-feira-em-tres-rios.ghtml>. Acesso em: 16 Ago. 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **SIDRA – Banco de Tabelas Estatísticas**.

15 ago. 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso em: 06 set. de 2023.

KEBEDE, Matewos; KUAR, Jasmeendep. Financial literacy and management of personal finance: a review of recent literatures. **Research Journal of Finance and Accounting**, v. 6, n. 13, p. 92-106, 2015.

PAULA, L. F.; ALVES JUNIOR, A. J. Comportamento dos bancos e ciclo de crédito no Brasil em 2003-2016: uma análise pós-keynesiana da preferência pela liquidez. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 24, n. 2, p. 1-32, 2020.

PINTO, N. G. M.; CORONEL, D. A. Inadimplência no serviço de TV por assinatura: Um estudo sobre as suas causas em uma empresa do setor da cidade de Santa Maria-RS. **SINERGIA, Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (ICEAC)**, Rio Grande, 16 (2): p. 41-51, 2012.

SANTOLIN, R.; GAMA, F. Operações de crédito, desigualdade, inadimplência e crescimento da renda: Uma avaliação para os estados brasileiros no período 2001-2014. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 59, jul.-set. 2021.

SEHN, C. F.; CARLINI JUNIOR, R. J. Inadimplência no sistema financeiro de habitação: Um estudo junto à Caixa Econômica Federal (CAIXA). **RAM – Revista de Administração Mackenzie**. v.8, n.2, p.59-84, mar./abr. 2007.

SERASA. **Mapa da Inadimplência e Negociação de Dívidas no Brasil**. Jul. 2023. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renogociacao-de-dividas-no-brasil/>. Acesso em: 17 Ago. 2023.

SILVA, L. F. S.; VIEIRA, V. A.; FAIA, V. S. Fatores determinantes do endividamento e da inadimplência associados à propensão de falência da pessoa física. **Análise**. Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 207-221, set./dez. 2012.

VAN DEN BERG, Marrit; LENSINK, Robert; SERVIN, Roselia. Loan officers' gender and microfinance repayment rates. **The Journal of Development Studies**, v. 51, n. 9, p. 1241-1254, 2015.

Distribuição espacial dos segmentos residencial, comercial e industrial na cidade de Três Rios – RJ¹

*Gabrielle Caldararo
Teófilo de Paula*

Introdução

O município de Três Rios – RJ possui 78.346 habitantes (IBGE, 2022) e situa-se no interior do estado do Rio de Janeiro, na região Centro-Sul Fluminense. É conhecido por estar localizado no entroncamento de grandes rodovias federais que dão acesso as capitais do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Minas Gerais, como a BR-040 e a BR-393. Além disso, o município é cortado pela ferrovia Estrada de Ferro Central do Brasil, as quais ligam os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro desde o século XIX.

Nas últimas décadas o município tem apresentado rápido crescimento. Dentre os fatores que explicam o fenômeno, cabe destacar as políticas de incentivos fiscais para expansão econômica do estado do Rio de Janeiro, particularmente a Lei Estadual nº 4.533 de 04 de abril de 2005 – conhecida como Lei Rosinha – que determinou a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para empresas localizadas nos municípios de fronteira com outros estados, atraindo inúmeras destas para Três Rios.

As características do município, bem como as transformações recentes, implicam uma economia dinâmica em constante transformação, a qual tende a impactar as decisões locacionais e a forma de utilização do solo urbano.

Como referencial teórico, utiliza-se o modelo Bid-Rent, o qual a partir da interação entre custo de transporte e renda da terra busca explicar duas importantes regularidades em economia urbana, quais sejam: i) O preço da terra tende a cair a taxas decrescentes quanto maior a distância do centro; e ii) A área média ocupada por famílias ou firmas tende a aumentar quanto maior a distância do centro.

Como hipótese, considera-se que o grau de ajustamento de uma aglomeração urbana ao modelo teórico pode ser entendido como uma medida de eficiência da estrutura urbana. Dessa forma, o presente trabalho objetiva avaliar em que medida o padrão do uso do solo urbano de Três Rios atende as hipóteses do modelo Bid-Rent, possibilitando assim, a identificação de fragilidades e oportunidades para uma melhor utilização e organização do espaço.

Para tanto, o trabalho é estruturado da seguinte forma: o primeiro tópico é destinado a revisão de literatura, onde são descritos os modelos de economia urbana; o segundo tópico tem como objetivo apresentar as características gerais do município de Três Rios, bem como os instrumentos de planejamento urbano que influenciam a dinâmica locacional; a terceira seção aborda os resultados da pesquisa, onde é realizada uma análise empírica sobre a estrutura urbana do município a fim de compreender em que medida a atual organização urbana reproduz o padrão locacional previsto pelo modelo Bid-Rent. Ao final, seguem as considerações finais do trabalho.

¹ Este trabalho é fruto da monografia de graduação de Gabrielle Caldararo, apresentada ao Departamento de Ciências Econômicas e Exatas do ITR/UFRRJ no primeiro semestre de 2023.

1 Os modelos de economia urbana

Um dos principais problemas em economia urbana está em entender como as atividades econômicas e a população se distribuem dentro de uma aglomeração urbana. Como já destacado, dois fatos são observáveis: i) O preço da terra tende a cair a taxas decrescentes quanto maior a distância do centro; e ii) A área média ocupada por famílias ou firmas tende a aumentar quanto maior a distância do centro. O primeiro esforço para entender tais relações remonta ao final do sec. XIX. O modelo de Von Thunen (1826) fornece a primeira Teoria da Localização que, de modo simplificado, busca mostrar como produtores agrícolas se localizam e se organizam no espaço de forma simultânea a partir do questionamento “o que produzir e onde produzir?” (Ferreira, 1989).

O modelo de Von Thunen pressupõe a existência de um único mercado onde todas as trocas de uma determinada região acontecem e em torno do qual as atividades produtivas se organizam, em uma planície homogênea, de acordo com a disponibilidade de terra e a distância em relação ao mercado.

Duas forças em sentido oposto estão presentes no modelo, a renda da terra e os custos de transporte. Assim, quanto mais distante do mercado central o produtor se localizar, maior será o custo para transportar a mercadoria até os consumidores. Por outro lado, a renda da terra aumenta quanto mais próximo do centro consumidor. Dessa forma, de acordo com Bastos (2007), há uma concorrência não planejada entre os produtores que procuram minimizar os custos de transporte a fim de auferir maiores lucros. Mais especificamente, como cada produtor tem uma função de produção específica, alguns terão maior preferência por localização que outros (um produtor de hortaliças, por exemplo, cujos produtos são perecíveis, necessitam estar próximos dos consumidores). Produtores verificam as suas necessidades, dada a natureza do produto, e definem a localização adequada a partir da consideração dos custos de transporte e da renda da terra. Tem-se, ao final, um equilíbrio competitivo em que cada produtor obtém lucro normal, uma vez que todo sobre-lucro é gasto na competição por terra.

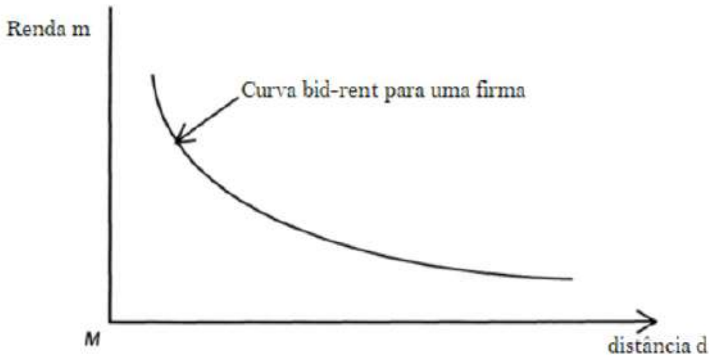
A partir dos mesmos princípios do modelo de Von Thunen, o modelo Bid-Rent de Alonso (1964) surge como uma teoria mais ampla acerca da localização. Isso porque, enquanto em Von Thunen os coeficientes são fixos, o modelo Bid-rent permite a substituição entre os fatores terra e não-terra. Outra diferença é que o modelo Bid-rent tem como foco a localização urbana (de firmas e famílias), ao contrário do primeiro que se dedica à localização agrícola.

A despeito das diferentes versões, o presente trabalho parte do modelo concêntrico, onde os diferentes bairros compartilham do mesmo Central Business District (CBD) e os aluguéis são definidos a partir da distância da propriedade em relação ao centro. Quanto mais distante do CBD os aluguéis tendem a cair e a área ocupada tende a aumentar. Consequentemente, a relação de consumo não-terra/terra será reduzida. Por outro lado, à medida em que o produtor se aproxima do CBD ele utilizará áreas menores de terra e a relação de consumo de fatores não-terra/terra se eleva (McCann, 2013).

Entende-se CBD como o espaço que concentra maior quantidade de imóveis comerciais e possuindo alto fluxo de pessoas (Aguirre e Marmolejo, 2011). Além do mais, no CBD são ofertados empregos e serviços o que leva os indivíduos a preferirem se localizar próximos ao centro com o intuito de reduzir os custos de transporte para ir ao mercado trabalhar (McCann, 2013). Desse modo, os consumidores oferecem simultaneamente aluguéis aos proprietários da terra a fim de ocupar aquela área criando um leilão pelo uso do espaço (Wheaton, 1974). Os lances são feitos a partir da disposição a pagar do consumidor considerando também os custos de transporte.

Dessa maneira, é possível construir a curva Bid-Rent, ou seja, uma curva que apresenta “a máxima disposição a pagar pela moradia em determinada localização” (Nadalin, 2011, p. 224). A curva relaciona a renda da terra (eixo Y) com a distância do centro (eixo X), mantendo constante o nível de satisfação dos indivíduos (Gráfico 1). Nota-se que esta é: i) negativamente inclinada, representando a relação negativa entre renda da terra e distância; e ii) convexa, indicando que quanto mais barato fica o aluguel, a tendência é que o produtor troque fatores não terra por terra.

Gráfico 1: Curva Bid-Rent para uma firma

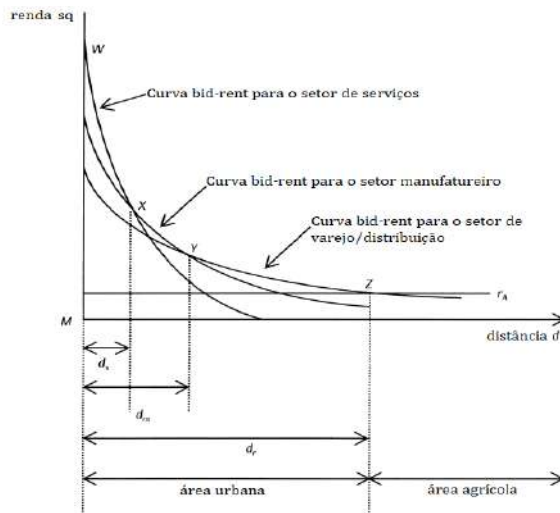


Fonte: McCann (2013)

Uma das aplicações do modelo considera a existência de três atividades na região, a saber: serviços, manufatura e varejo/distribuição. Além disso, a tecnologia, a quantidade produzida e o valor dos produtos são, por hipótese, homogêneos (McCann, 2013).

Dessa forma, as empresas de serviços possuem preferência por espaços próximos ao centro, uma vez que o contato com o consumidor precisa ser frequente. Já os setores de varejo e distribuição buscam se localizar próximos as rodovias intermunicipais, dada a facilidade de escoar os produtos, enquanto os setores manufatureiros preferem locais intermediários entre as rodovias e ao mercado central, uma vez que a manufatura produz bens para o mercado consumidor e para mercados fora da cidade (McCann, 2013, p. 117). O Gráfico 2 representa as curvas Bid-rent para cada atividade, onde as intersecções entre estas delimitam as áreas em que cada atividade se desenvolve.

Gráfico 2: Distribuição dos setores no modelo Bid-Rent



Fonte: McCann (2013)

No Gráfico 2, o setor de serviços se localizará na distância MX, uma vez que possui, nesta distância, a curva Bid-rent mais elevada dentre os setores considerados. Por sua vez, os setores manufatureiro e de distribuição/varejo se localizarão, respectivamente, nas distâncias XY e YZ, pelos mesmos motivos. Ademais, o ponto Z determina o limite entre as áreas urbanas e rurais.

Tal como ocorre para a empresa, as famílias combinam fatores terra e não terra a fim de maximizar a sua utilidade. A mesma lógica pode então ser aplicada ao setor residencial. É possível avaliar a preferência por localização a partir de diferentes classes sociais e estruturas familiares. Por exemplo, podem existir idosos alta renda com mais de dois membros na família e que tenham o desejo em ocupar uma área maior, arcando com todos os custos de transporte. Da mesma forma, podem existir jovens de alta renda sem dependentes os quais preferem se localizar próximos ao distrito comercial devido a melhor acessibilidade ao trabalho (McCann, 2013).

Por fim, McCann (2013) ressalta a existência de fatores socioambientais que devem ser considerados, uma vez que afetam a decisão locacional. Instalações de lazer e entretenimento, por exemplo, caso estejam localizados predominantemente no centro da cidade, tenderão a aumentar os aluguéis nesta região em relação aos locais mais distantes. Da mesma forma, algumas áreas próximas ao centro podem ser marcadas por problemas como criminalidade e poluição, implicando que os aluguéis em tal região tendem a ser menores.

2 Características institucionais e socioeconômicas do município de Três Rios - RJ

2.1 Arcabouço institucional do ordenamento territorial municipal

Dentre os instrumentos de ordenamento urbano de Três Rios, encontram-se o Plano Diretor Municipal e a Lei Orgânica Municipal (LOM). Em se tratando do Plano Diretor de Três Rios, é destacado como aspecto geral no âmbito do planejamento urbano a necessidade de orientar e limitar o uso do solo urbano e rural por meio da regularização fundiária e melhoria nas zonas habitacionais e produtivas. Além disso, o plano prevê o uso de instrumentos de planejamento a fim de organizar o território diante da acelerada expansão econômica municipal.

Do mesmo modo, opera a Lei Orgânica Municipal (LOM), que estabelece as normas de loteamento, zoneamento e edificação urbana, assegurando a fiscalização e planejamento habitacional do território. Ressalta-se que a LOM determina que o planejamento urbano deve atender as funções sociais da cidade, estas podem ser entendidas como:

1º - As funções sociais são compreendidas como direito de todo cidadão ao acesso à moradia, transporte público, saneamento básico, energia elétrica, gás canalizado, abastecimento, iluminação pública, saúde, educação, cultura, creche, lazer, água potável, coleta de lixo, drenagem das vias de circulação, contenção de encostas, segurança e preservação do patrimônio ambiental e cultural (Prefeitura Municipal de Três Rios, 2006).

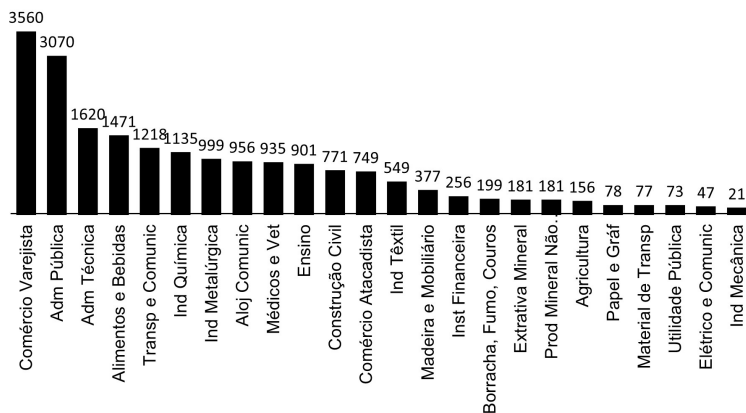
Ademais, a LOM orienta o uso racional do uso do solo de modo que, toda nova edificação deve seguir as normas vigentes municipais. Dessa forma, tanto a Lei Orgânica Municipal quanto o Plano Diretor de Três Rios procuram garantir a organização do espaço econômico e geográfico e a qualidade de vida dos habitantes.

2.2 Emprego e renda

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mensura a qualidade de vida a partir de três categorias: saúde, educação e renda. De acordo com o IBGE (2010), o IDH de Três Rios é 0,725, um pouco acima do IDH do estado do Rio de Janeiro que é de 0,719.

Além disso, acerca da geração de emprego e renda, segundo o IBGE (2022) o salário médio municipal é de 1,8 salários-mínimos e, de acordo com dados disponibilizados pela última consulta da RAIS (2021), cerca de 18,18% dos trabalhadores estão alocados no setor de comércio e 15% na administração pública, conforme evidencia o Gráfico 4.

Gráfico 4: Distribuição de empregos formais em Três Rios



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados do RAIS CAGED (2021).

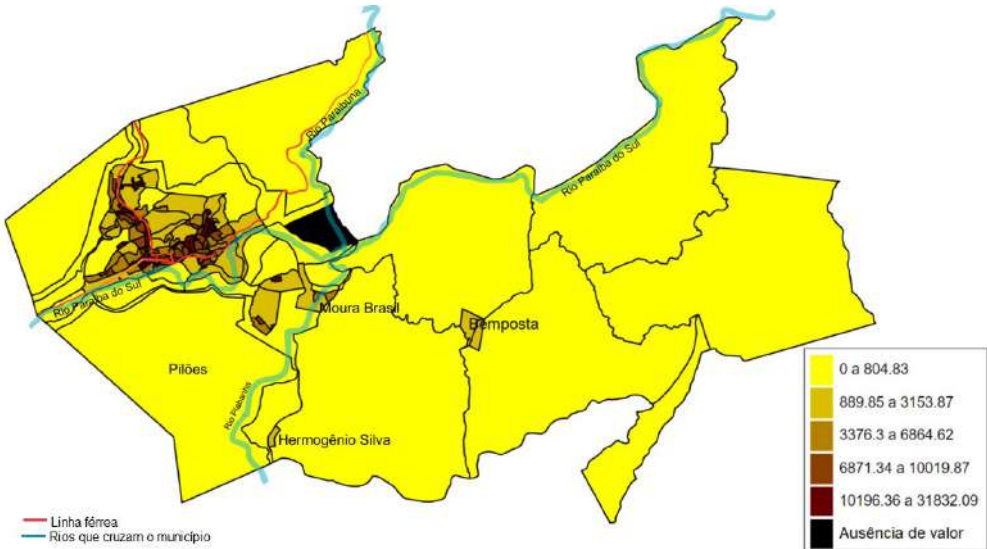
No que diz respeito ao Produto Interno Bruto (PIB) do município, o setor público é responsável por 45%, o setor industrial por 37%, o setor de serviços por 14% e, por fim, a agropecuária por 4% (IPEADATA, 2017).

2.3 Distribuição populacional e a questão da mobilidade

No que tange a distribuição populacional por km², é possível verificar, a partir da Figura 2, que a maior parcela da população está concentrada próxima ao centro, sendo as áreas mais distantes caracterizadas por uma baixa densidade demográfica. Paralelamente, nota-se ainda que a linha férrea cruza 35% dos bairros², dentre os quais aqueles centrais, com elevada densidade demográfica, implicando poluição ambiental e sonora, bem como problemas de mobilidade urbana.

² Cantagalo, Centro (antiga área da Estação Central do Brasil, atual terminal rodoviário municipal), Pátio da Estação, Caixa D'Água, Portão Vermelho, Purys, Boa União, Santa Terezinha, Triângulo e Rua Direita.

Figura 2: Densidade demográfica por km²



Fonte: Sinopse por setor censitário, IBGE (2010) adaptado pelos autores.

Na Figura 2 observa-se ainda o Rio Paraíba do Sul, que cruza o centro municipal e os bairros Rua Direita, Ponte das Garças, Triângulo, Nova Niterói e o Distrito Industrial. A problemática incide justamente na questão da poluição, devida às deficiências quanto ao saneamento básico e ao adequado tratamento do esgoto.

3 Organização do espaço urbano no município de Três Rios – RJ

O presente tópico analisa a ocupação do solo urbano no município de Três Rios. Para tanto, faz-se uso da base de dados cedida pela Prefeitura Municipal de Três Rios (PMTR), a qual disponibilizou algumas informações tais como área dos imóveis, valor venal e tipo de utilização. Além disso, foram calculadas as distâncias dos imóveis (comerciais, residenciais e industriais) em relação ao ponto considerado o mais central da cidade. Tal como destacado na seção 1, utiliza-se o modelo monocêntrico, desconsiderando-se assim os centros locais. Nesta seção procura-se descrever as principais características da ocupação do solo urbano na cidade com ênfase nas duas regularidades destacadas pelo modelo Bid-Rent: i) a relação negativa entre o preço do metro quadrado e a distância do centro; e ii) a relação positiva entre o tamanho das propriedades e a distância do centro.

Inicialmente, são calculadas as distâncias territoriais em Km entre os bairros e o centro comercial a partir do *software* Street View Google My Maps, o qual permite que sejam traçadas rotas de um ponto ao outro. Calcula-se também a média do preço do m² e a média de área total construída por bairro a partir da base de dados cedida pela PMTR com o propósito de compreender o padrão da renda da terra e a organização urbana dos setores comerciais, industriais e residen-

ciais. Por fim, a relação entre as variáveis distância e área e distância e valor é obtida por meio de regressão logarítmica.

Dessa forma, foram selecionadas as seguintes variáveis:

- i. Tipo de utilização: refere-se à finalidade de utilização da propriedade. Neste caso, consideram-se as propriedades de cunho comercial, residencial, industrial.
- ii. Valor venal: trata-se de uma estimativa do preço de venda de um imóvel. Por meio desta, obtém-se a média de valor venal por bairro, bem como o seu desvio padrão, o que permite compreender a dispersão de preços por bairro.
- iii. Área territorial: área total do terreno, que pode ou não conter uma edificação.
- iv. Preço por m²: calculado como a razão entre o valor venal e a área total construída de cada imóvel. Permite calcular, em seguida, a média do preço por m² de cada bairro.
- v. Distância: diz respeito a distância, em tempo de deslocamento em veículo privado, do CBD de Três Rios (Praça São Sebastião, local com maior concentração de propriedades comerciais e oferta de serviços diversos) até os pontos centrais locais (dos bairros), selecionados a partir das ruas com maior concentração de propriedades.

3.1 Análise do valor médio das propriedades

Três Rios é considerado um município de médio porte³. Possui dois distritos, sendo Três Rios o primeiro, subdividido em 27 bairros e o distrito de Bemposta. Isto posto, procura-se analisar a dispersão de valores venais de cada bairro, considerando-se os diferentes tipos de utilização⁴ (residencial, comercial e industrial).

A partir da Tabela 1, é possível avaliar a dispersão de valores venais entre os bairros do município. Os locais mais homogêneos são Boa União, Monte Castelo, Ponto Azul e Puryrs que possuem desvio padrão menor do que 2. Já os bairros com valores venais mais dispersos são Caixa D'água, Cantagalo, Cidade Nova, Morro Aureo, Morro da CTB, Pátio da Estação, Ponte das Garças, Portão Vermelho, Santa Terezinha, Triângulo, Vila Isabel e Vila Paraíso. Estes últimos possuem desvio padrão maior do que 6. Contudo, para estas localidades, é interessante uma análise a partir dos tipos de construção ali localizadas. Constata-se que embora majoritariamente residenciais, muitos bairros possuem unidades industriais em seu território, o que eleva a dispersão dos valores venais.

Com respeito ao centro, chama atenção o fato deste possuir um imóvel estimado em R\$ 21.755.968. Trata-se de uma área industrial situada em uma das ruas que dá acesso a uma das principais avenidas da cidade, a Avenida Prefeito Alberto Lavinhas (Beira Rio). O impacto dessa construção nessa localidade é grande, uma vez que interfere diretamente no bem-estar da população devido ao fluxo de transporte pesado e a poluição gerada.

3 Municípios de 50.000 a 100.000 habitantes.

4 Inclui-se todo tipo de propriedade registrada pela PMTR, ou seja, terrenos com construção e sem construção.

Tabela 1: Médias dos valores venais e desvio padrão por bairro

Bairro	Média em R\$	Máximo em R\$	Desvio Padrão
Bemposta	82.886	8.213.846	5
Boa União	51.380	3.635.872	1,59
Caixa D'Água	66.276	1.413.960	8,82
Cantagalo	140.000	13.279.779	6,48
Cariri	22.067	663.989	5,38
Centro	197.918	21.755.968	4,67
Cidade Nova	37.802	3.092.235	9,95
Dist. Industrial	394.724	3.294.375	5,92
Hermogênio Silva	146.034	2.256.922	2,27
Jardim Primavera	36.916	390.812	4,09
Margem Direita	35.517	129.105	2,77
Monte Castelo	66.579	1.863.680	1,56
Morro Aureo	115.789	488.053	8,52
Morro da CTB	52.458	305.507	5,05
Moura Brasil	67.929	6.106.619	3,53
Nova Niterói	136.446	4.926.981	3,37
Pátio da Estação	80.854	1.046.115	8,89
Pilões	48.463	306.005	4,23
Ponte das Garças	53.746	719.490	6,02
Ponto Azul	62.318	1.555.462	1,19
Portão Vermelho	84.076	1.561.881	9,84
Purys	91.187	61318	1,27
Rua Direita	19.742	1.186.271	4,94
Santa Rosa	169.312	213.847	2,95
Santa Terezinha	29.527	1.417.428	6,28
Triângulo	120.326	12.790.911	5,22
Vila Isabel	96.483	83.479.211	9,54
Vila Paraíso	114.334	337.692	9

Fonte: Prefeitura Municipal de Três Rios (2022) adaptado pelos autores.

3.2 Análise de dispersão a partir do modelo Bid-Rent

Em um modelo estilizado de cidade o centro é constituído basicamente por atividades comerciais (CBD), seguindo-se, no entorno deste, as áreas residenciais e, por fim, os subúrbios, os quais abrigam tanto as atividades industriais quanto propriedades residenciais amplas. Neste senti-do, a presente seção avalia em que medida Três Rios se ajusta ao modelo estilizado, utilizando-se, para tanto, das relações entre área, valor e distância.

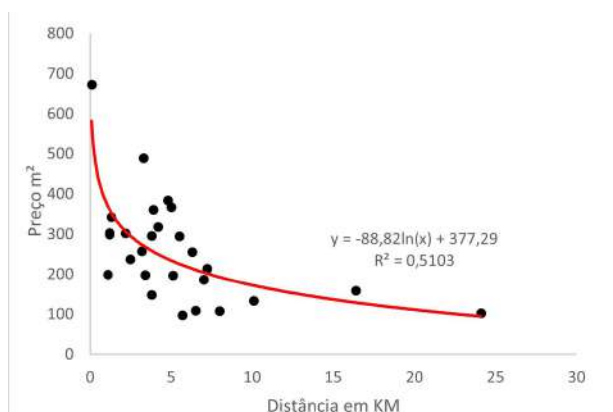
Inicialmente, foram calculadas as médias dos preços por m² das propriedades residenciais, comerciais e industriais de cada bairro e a distância de cada bairro até o centro da cidade (Praça São Sebastião).

O Gráfico 5 ilustra o caso dos imóveis residenciais em que o eixo Y representa o valor médio do m² por bairro e o eixo X representa a distância do bairro para o CBD. Utiliza-se regressão logarítmica, especificada da seguinte forma:

$$Y_i = \alpha + \beta \log(x) + U_i \quad \text{Eq. (3)}$$

onde, Y é a variável dependente (explicada), X é a variável independente (explicativa), α é uma constante que representa a intercessão da reta com o eixo vertical e β é o coeficiente de inclinação e U_i o termo de erro. A qualidade do ajustamento é dada a partir do coeficiente de determinação R^2 , que representa o grau de aderência dos dados à reta estimada, sendo que, quanto mais próximo de 1, mais os dados se ajustam à reta estimada.

Gráfico 5: Relação preço m² e distância com o CBD por bairro – imóveis industriais



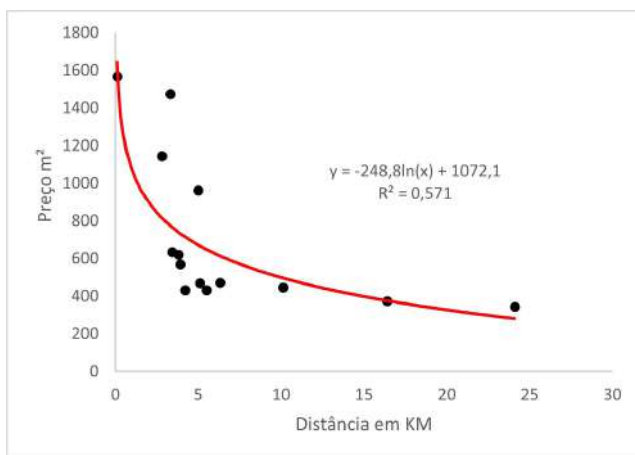
Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da PMTR (2022).

Observa-se que o centro é o local que possui maior média de preço por m² das áreas residenciais. Isso ocorre uma vez que a localidade abriga a maior parcela das atividades relacionadas ao comércio, respondendo por cerca de 77% da atividade comercial do município, considerando-se ainda que 18,2% dos empregos gerados na cidade são oriundos do comércio (RAIS CAGED, 2021). Isto faz com que as pessoas queiram se localizar próximas ao seu posto de trabalho, aumentando os lances do leilão pelo uso da terra, elevando o preço a ser pago pelo aluguel da moradia.

O bairro Vila Isabel, por sua vez, é o segundo bairro com m² residencial mais caro. Além disso, a localidade concentra 10% da indústria e 9% do comércio da cidade, o que valoriza o m². Nota-se ainda que os bairros mais distantes Bemposta (24,1Km), Hergomênio Silva (16,4Km) e Moura Brasil (10,1Km), possuem os menores valores do m² residencial. Desse modo, o setor residencial evidencia a relação negativa entre valor e distância prevista pelo modelo teórico. Não obstante, um R^2 relativamente baixo (51%) indica uma alta dispersão dos dados. A explicação, bem como a análise das implicações deste comportamento deve passar antes pela consideração dos outros dois segmentos, o que é feito a seguir.

Para o caso do setor industrial os dados também confirmam a relação negativa entre preço e distância (Gráfico 6). Quando comparada ao setor residencial a dispersão é alta, porém relativamente menor, dada por um R^2 de 57%, o que se explica pela presença de plantas industriais tanto em bairros distantes quanto próxima ao CBD.

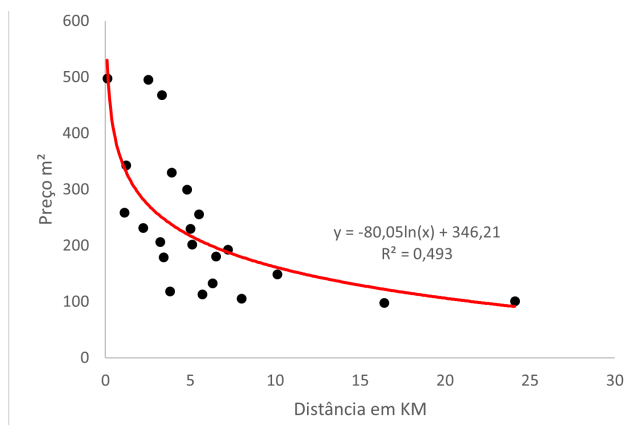
Gráfico 6: Relação preço m² e distância com o CBD por bairro – imóveis industriais



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da PMTR (2022).

Por fim, o Gráfico 7 ilustra o caso do setor comercial. O comportamento observado é similar ao dos dois segmentos analisados acima, isto é, uma relação negativa entre preço e distância e uma alta dispersão dos dados, dada pelo mais baixo R^2 (49%) dentre os três segmentos. Tal setor é bastante concentrado no CBD, que devido ao alto fluxo de pessoas encarece o preço do m² deste tipo de imóvel no centro.

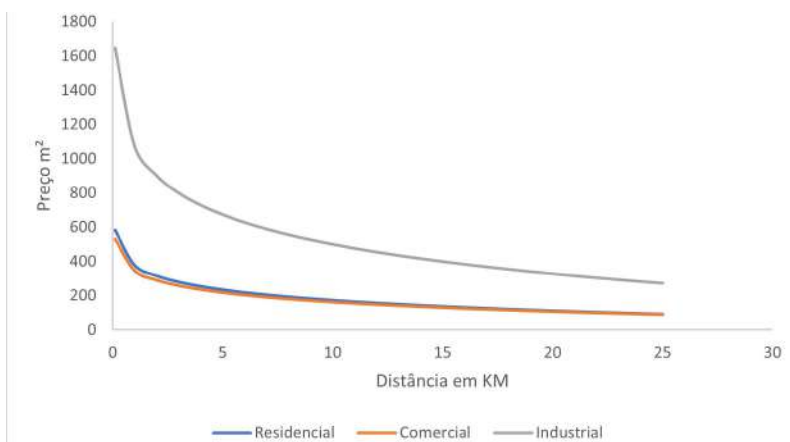
Gráfico 7: Relação preço m² e distância com o CBD por bairro – imóveis comerciais



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da PMTR (2022).

Embora Três Rios reproduza o padrão empírico onde a relação entre preço e distância é negativa, não são identificadas segmentações espaciais representadas no modelo teórico pelas interseções entre as curvas Bid-Rent. Nota-se no Gráfico 8 que a curva para a Indústria é mais elevada que as demais para todas as distâncias pertinentes, assim como a curva para o setor residencial é mais elevada que a do comercial. A interpretação deste resultado é de que os imóveis se encontram “misturados”, em um nível, provavelmente, além do que seria condizente com a eficiência da estrutura urbana. Observa-se que em Três Rios o centro possui uma forte presença de imóveis residenciais e comerciais ao mesmo tempo. Da mesma forma, atividades industriais estão presentes em regiões residenciais e centrais da cidade. Tal dispersão locacional implica perda de bem-estar em função de problemas de mobilidade, ambientais dentre outros. O Gráfico 8 sugere que Três Rios não atende ao modelo Bid Rent.

Gráfico 8: curvas Bid-Rent por tipo de utilização



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da PMTR (2022).

3.3 Análise de dispersão da área média construída por tipos de utilização

O modelo Bid-Rent tem como pressuposto a relação positiva entre o tamanho da propriedade e a sua distância em relação ao centro da cidade. Assim, foram calculadas as médias dos tamanhos dos imóveis por bairro e por tipo de utilização. A tabela 2 explicita tais informações.

Em primeiro lugar, salienta-se a elevada dispersão de áreas construídas em Três Rios, onde há bairros com média de área residencial de 66 m² localizados há mais de 6km do CBD, como o bairro Ponte das Garças, e por outro lado, bairros com média de 64 m² de área residencial localizados há 3,4 km do CBD, como o bairro Boa União. Ou seja, áreas similares em diferentes distâncias.

Resalta-se, por outro lado, que os bairros mais distantes, tais como Moura Brasil, Hermogênio Silva e Bemposta, localizados há mais de 10 Km CBD, possuem as maiores médias territoriais, situando-se acima de 100m². Um caso específico refere-se ao bairro Santa Rosa, localizado próximo ao CBD, porém com área média de 441m². Este caso representa um *outlier* e merece ser analisado especificamente pelos órgãos competentes.

Tabela 2: Área média construída (m²) por bairro e por tipo de utilização

Bairro	Distância em Km	Área Residencial	Área Comercial	Área Industrial
BEMPOSTA	24,1	184,6	473,0	25520,0
BOA UNIAO	3,4	64,0	269,7	6299,3
CAIXA D'AGUA	2,5	54,9	159,0	N/A
CANTAGALO	5,0	108,6	1.115,08	2493,1
CARIRI	6,5	71,1	3557,1	N/A
CENTRO	0,0	61,4	67,8	1127,1
CIDADE NOVA	3,8	94,5	188,0	3421,8
DIST INDUSTRIAL	2,8	N/A	N/A	8062,3
HERMOGENIO SILVA	16,4	140,8	223,0	8062,3
JARDIM PRIMAVERA	3,2	62,1	300,2	N/A
MARGEM DIREITA	1,2	165,6	N/A	N/A
MONTE CASTELO	7,2	103,4	182,0	N/A
MORRO AUREO	1,3	57,5	N/A	N/A
MORRO DA CTB	1,1	50,0	275,0	N/A
MOURA BRASIL	10,1	115,7	837,0	1226,4
NOVA NITEROI	4,2	108,3	122,3	880,0
PATIO DA ESTACAO	1,2	58,9	209,0	N/A
PILOES	8,0	99,5	191,5	N/A
PONTE DAS GARCAS	6,3	66,7	611,2	1492,0
PONTO AZUL	5,5	76,9	363,0	280,0
PORTAO VERMELHO	2,2	50,9	60,8	N/A
PURYS	3,8	55,4	233,4	N/A
RUA DIREITA	5,7	52,3	1155,0	N/A
SANTA ROSA	4,8	441,0	N/A	N/A
SANTA TEREZINHA	5,1	45,6	478,0	687,2
TRIANGULO	3,9	55,2	188,1	6856,1
VILA ISABEL	3,3	52,3	98,3	3909,2
VILA PARAISO	7,0	367,6	N/A	N/A

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da PMTR (2022).

Quanto as áreas comerciais, é possível observar que, com exceção do centro, todos os bairros possuem média de área construída maior do que 90 m². Isto ocorre devido ao número de lojas de atacado e centros de distribuição presentes nestas áreas.

Com respeito as atividades industriais, foi destacado no item anterior que, ao contrário do esperado, estas são observadas em áreas próximas ao centro. No entanto uma distinção deve ser

ressaltada: quando localizadas próximas a região central a área média é bem menor que quando localizadas em áreas periféricas.

3.4 Distribuição percentual de imóveis por tipo de utilização

A Tabela 3 apresenta o percentual de cada tipo de propriedade por bairro. Pode-se afirmar que a segmentação espacial dos setores em Três Rios é relativa. A observação mais expressiva é

Tabela 3: Percentual dos tipos de utilização por bairro

Bairro	Comercial (%)	Industrial (%)	Residencial (%)
BEMPOSTA	1,00%	1,00%	6,00%
BOA UNIÃO	1,00%	1,00%	1,91%
CAIXA D'ÁGUA	0,10%	0,00%	1,65%
CANTAGALO	4,00%	47,00%	8,00%
CARIRI	0,00%	0,00%	1,18%
CENTRO	77,00%	1,00%	23,00%
CIDADE NOVA	1,00%	3,00%	2,89%
DIST. INDUSTRIAL	0,00%	8,00%	0,00%
HERMOGENIO SILVA	0,00%	0,00%	0,16%
JARDIM PRIMAVERA	0,07%	0,00%	1,00%
MARGEM DIREITA	0,00%	0,00%	0,02%
MONTE CASTELO	1,00%	0,00%	3,00%
MORRO AUREO	0,00%	0,00%	0,19%
MORRO CTB	0,03%	0,00%	0,44%
MOURA BRASIL	0,00%	2,00%	1,68%
NOVA NITEROI	0,44%	0,17%	0,82%
PATIO DA ESTACAO	0,17%	0,00%	0,17%
PILOES	0,40%	0,00%	2,19%
PONTE DAS GARCAS	0,20%	1,00%	1,65%
PONTO AZUL	0,17%	3,00%	1,97%
PORTAO VERMELHO	2,00%	0,00%	2,79%
PURYS	0,07%	0,00%	4,09%
RUA DIREITA	0,07%	0,00%	0,17%
SANTA ROSA	0,00%	0,00%	0,02%
SANTA TEREZINHA	0,17%	6,00%	1,97%
TRIANGULO	2,00%	17,00%	3,90%
VILA ISABEL	9,00%	10,00%	29,00%
VILA PARAISO	0,00%	0,00%	0,03%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da PMTR (2022).

o Centro, que possui 77% do comércio. O Setor residencial encontra-se concentrado em mais de 50% em dois bairros, a saber: Centro, com 23% e a Vila Isabel com 29%. Quanto ao setor industrial, os bairros Cantagalo, Triângulo e Vila Isabel comportam respectivamente 47%, 17% e 10% da atividade industrial do município. Como já destacado, estes são bairros próximos a região central, configurando um padrão de localização industrial atípico. Vale notar que o município dispõe de um Distrito Industrial com espaço amplo e média de preço por m² relativamente baixa, mas que abriga apenas 8% das indústrias instaladas na cidade, tal como evidencia a Tabela 3.

Considerações finais

Diante do exposto, vê-se que as políticas e incentivos fiscais atraíram novas empresas para o município. No entanto, a ausência de uma delimitação objetiva do espaço geográfico faz com que as empresas sejam instaladas em áreas residenciais gerando ineficiência para a economia urbana local. Assim, embora existam mecanismos de planejamento urbano como o Plano Diretor Municipal e a Lei Orgânica Municipal, a cidade ainda carece de um melhor entendimento sobre a ocupação de seu território e sobre como o planejamento pode elevar a qualidade de vida de seus habitantes.

Neste sentido, foi realizada neste trabalho uma análise da área urbana de Três Rios, a qual revelou um distanciamento da realidade local em relação ao modelo teórico. Mais especificamente, os resultados indicam uma baixa segmentação espacial dos imóveis. Não obstante, a relação negativa entre o preço do m² e a distância e a relação positiva entre a média de área construída e a distância para o centro, é válida para três Rios. As significativas diferenças entre os resultados do estudo empírico e do modelo teórico, não permitindo identificar qualquer delimitação entre os tipos de utilização, evidencia um espaço pouco organizado. Por fim, cabe ressaltar que uma melhor organização do espaço se traduz em aumento da eficiência da estrutura urbana, com redução dos custos de transporte e, conseqüentemente, dos impactos ambientais.

Três Rios possui um vasto território, porém com imóveis ainda situados em áreas inadequadas como, por exemplo, residências que ocupam as margens da linha férrea e indústrias localizadas dentro de alguns bairros majoritariamente residenciais, causando poluição e dificultando a mobilidade urbana. Não obstante, existem ainda imóveis não regularizados pela prefeitura municipal, tornando tais propriedades invisíveis para efeito de planejamento urbano. Quanto às atividades industriais, o Plano Diretor e a Lei Orgânica Municipal preveem a organização urbana a partir da criação de distritos industriais. Não obstante, tais mecanismos institucionais têm sido pouco efetivos já que apenas 8% dos imóveis industriais estão localizados no distrito industrial, enquanto os outros 92% estão distribuídos entre os bairros.

Os resultados do trabalho permitem identificar as seguintes diretrizes de política urbana com vistas ao reordenamento da utilização do espaço urbano:

- i. Utilização das alíquotas tributárias como instrumento de incentivo a realocização, segundo zoneamento estabelecido pelo Plano Diretor;
- ii. Atualização da base de dados, de modo que esta reflita de forma fidedigna a estrutura urbana municipal;
- iii. Repensar o Plano Diretor Municipal quanto aos limites para a construção em áreas inadequadas tais como às margens da linha férrea e de córregos e encostas;
- iv. Incentivo à realocização das atividades industriais nas áreas reservadas para tal, quais sejam, os distritos industriais;

- v. Aprimoramento da base de dados por meio da utilização de novas tecnologias como, por exemplo, o georreferenciamento.

Por fim, cabe enfatizar que informações precisas e atualizadas são a base para a tomada de decisão de forma rápida e eficaz, assim como para o planejamento de médio e longo prazo. Mais precisamente, esta é a essência do conceito de Cidades Inteligentes, o qual pressupõe a utilização intensiva das tecnologias de informação e comunicação em prol do bem-estar da sociedade. Com a discussão realizada neste trabalho, espera-se ter contribuído para um maior conhecimento da realidade local e, conseqüentemente, para a busca de soluções para os problemas que afligem a cidade.

Referências

BASTOS, Suzana Quinet de Andrade. Reflexões sobre o Desenvolvimento Local a partir da análise do processo de industrialização de Juiz de Fora (MG). **FEA UFJF**, Juiz de Fora, 2007.

FERREIRA, Carlos Maurício de Carvalho. As teorias da localização e organização espacial da economia. In: HADDAD, Paulo Roberto. (Org.). **Economia regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza, BNB - ETENE, 1989.

IBGE. **Consulta ao IDH municipal ano base 2010**. Disponível em: cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/tres-rios. Acesso em: 05 jun. 2023.

IBGE. **Estatísticas populacionais: Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico2022.html?edicao=35938&t=resultados>. Acesso em: 28 jun. 2023.

IBGE. **Sinopse dos setores censitários 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>. Acesso em: 30 jun. 2023.

IPEA Data. **Consulta as contas municipais 2017**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> último. Acesso em: 18 jul. 2023.

McCANN, Phillip. **Modern Urban and Regional Economics**. Introduction. Oxford University Press: United Kingdom, 2013.

NADALIN, Vanessa. Economia Urbana e Mercados de habitação. In CRUZ, Bruno et al (org). **ECONOMIA REGIONAL E URBANA: Teorias e métodos com ênfase no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011.

PREFEITURA DE TRÊS RIOS. **Lei Orgânica Municipal**. Três Rios, 2012.

PREFEITURA DE TRÊS RIOS. **Plano Diretor Municipal**. Três Rios, 2006.

PREFEITURA DE TRÊS RIOS. **Banco de dados Imóveis Urbanos**. Três Rios, 2022.

RAIS CAGED. **Base estatística anual 2021**. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em: 23 mai. 2023.

RIO DE JANEIRO. **Lei Estadual nº 4.533 de 04 de abril de 2005**. 2005. Dispõe sobre a política de recuperação econômica de municípios fluminenses (Lei Rosinha). Diário Oficial [do] Estado do Rio de Janeiro: seção 11, p. 3-4, 7 abr/2005.

WHEATON, William. A comparative static analysis of urban spatial structure. *Journal of Economic Theory*, United Kingdom, v. 9, p. 223-237, Out/1974.

—PARTE II—

PROJETOS SUSTENTÁVEIS

Análise da produção científica sobre sustentabilidade organizacional e internacionalização

Tatiana Ladeira Vidal

Josir Simeone Gomes

Maria Cristina Drumond e Castro

Introdução

Pensar a sustentabilidade como um avanço do sistema capitalista é uma discussão global que envolve a sociedade, empresas, governos e outras entidades (Elkington, 2018). As grandes empresas multinacionais são chamadas à essa discussão desde 1987, sendo reconhecidas não apenas como causadoras de amplos impactos ambientais e sociais, extremamente influentes na sociedade contemporânea, altamente consumidoras de recursos e geradoras de capital econômico (Bansi, 2017), mas também como parte da solução (Nascimento et al., 2020). O relacionamento de longo prazo da empresa com pilares ambientais, sociais e econômicos levariam à sustentabilidade organizacional, em que o foco das empresas deixaria de ser a geração de valor irrestrita ao acionista para a geração de valor aos *stakeholders* como um todo, discussão essa ampliada pela Quarta Revolução Industrial e seus aspectos ligados à tecnologia, inovação e globalização (Laasch; Conaway, 2016).

Uma vez que as discussões sobre sustentabilidade organizacional possuem abrangência internacional, é esperado que afete as variáveis ligadas às decisões de internacionalização das empresas e a atuação de empresas multinacionais (Bansi, 2017). No intuito de corroborar com as discussões sobre a relação entre internacionalização de empresas e sustentabilidade organizacional, este artigo tem como objetivo mapear a estrutura do conhecimento sobre a relação entre sustentabilidade - caracterizada por aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG, na sigla em inglês) e responsabilidade social corporativa (RSC) - e internacionalização de empresas, propondo linhas de pesquisas futuras.

Ao mapear a produção científica e propor linhas de pesquisas futuras sobre o tema, contribui-se para o avanço no conhecimento das relações entre sustentabilidade organizacional e internacionalização de empresas, temas estratégicos com diversas nuances que afetam as decisões dos gestores e investidores.

2 Fundamentação Teórica

O processo de industrialização das economias, iniciado no final do século XVIII, teve como lógica a acumulação proveniente da expansão das necessidades materiais dos indivíduos, avanço na produção de bens e serviços de forma ilimitada, extração de recursos naturais e aumento da poluição (Turolla; Lima, 2010). No entanto, em 1987, diversos episódios de “fadiga do meio ambiente” foram compilados no Relatório de Brundtland, apresentado à Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas. Este relatório destaca a inviabilidade da continuidade do padrão de crescimento e consumo atuais, trazendo à discussão o conceito de desenvolvimento sustentável (Laasch; Conaway, 2016; Turolla; Lima, 2010). Desenvolvimento sustentável consistiria no atendimento às necessidades da geração presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras, com destaque para a intensa interrelação entre a economia, tecnologia, política e sociedade (Laasch; Conaway, 2016; Turolla; Lima, 2010).

Segundo Turolla e Lima (2010), há duas principais abordagens direcionadoras do desenvolvimento sustentável: *top-down* e *bottom-up*. Na primeira, as mudanças em direção à sustentabilidade aconteceriam a partir de ações do Estado, seja por meio de incentivos ou obrigações. Já na segunda, destaca-se o papel dos indivíduos e organizações promovendo mudanças a partir de ações de responsabilidade social e ambiental, conhecidas como ações de responsabilidade social corporativa (RSC). Em 2004, o termo Ambiental, Social e Governança (ASG ou ESG na sigla em inglês), foi cunhado em publicação do Pacto Global e Banco Mundial, a partir de percepções das instituições financeiras sobre como integrar aspectos ambientais, sociais e de governança na avaliação de investimentos, fomentando discussões sobre acesso a recursos, reputação e valorização de empresas no mercado de capitais (United Nations, 2004). Verifica-se então uma disseminação do interesse sobre sustentabilidade não apenas dentro das organizações, mas entre seus *stakeholders*.

Segundo Laasch e Conaway (2016, p.56), *stakeholders* são “grupos, indivíduos ou entidades que podem afetar ou serem afetados por uma determinada atividade”. Assim, desde a década de 1990, as empresas têm sido cada vez mais cobradas em desempenhar papéis que contribuam para o desenvolvimento sustentável, tanto por *stakeholders* de mercados domésticos quanto por aqueles do exterior (Bansi, 2017).

Para Turolla e Lima (2010), a internacionalização das empresas, seja por meio do comércio exterior ou de investimento direto estrangeiro (IDE), deve ser considerada uma variável importante nas discussões sobre sustentabilidade. Os autores justificam essa afirmação a partir da relação entre as decisões de investimentos estrangeiros, matriz de produção do país e impactos dessas decisões nos aspectos ambientais e sociais. “As empresas multinacionais representam o motor fundamental da globalização e uma força poderosa no desenvolvimento econômico” (Bansi, 2017, p.14). Para Godos-Díez et al. (2018), as empresas devem usar estratégias e ferramentas tanto em seus mercados domésticos quanto internacionais para melhorar seu posicionamento competitivo de longo prazo. Para os autores, tanto as ações de RSC quanto as relacionadas à internacionalização são decisões estratégicas importantes.

Para Turolla e Lima (2010, p.21), “empresas multinacionais podem tentar garantir padrões ambientais mais elevados nos seus mercados-alvo com o intuito de garantir suas vantagens competitivas contra concorrentes menos efetivos em termos de poluição”. Godos-Díez et al. (2018) afirmam que a internacionalização pode ser um condutor de ações de RSC, uma vez que promove uma visibilidade maior das empresas e acesso a financiamento. Em contrapartida, as ações de RSC podem promover a boa reputação das empresas e conhecimento a partir do relacionamento com os *stakeholders*, fazendo com que as empresas com altos níveis de RSC desenvolvam estratégias internacionais. Os autores ainda argumentam que comportamentos organizacionais responsáveis produzem uma série de vantagens que beneficiam seus *stakeholders*, como: lealdade do consumidor; melhoria da moral e produtividade no ambiente de trabalho; melhoria da reputação da empresa, mitigação de riscos e; incentivo à inovação.

Em seu estudo sobre empresas norte-americanas entre 1991-2010, Attig et al. (2016) encontraram evidências de uma relação positiva entre a internacionalização e indicadores de RSC. Empresas com números expressivos de subsidiárias estrangeiras em países considerados fortes em termos de suas instituições políticas e legais, eram melhor ranqueadas no índice de RSC. Os resultados suportam a ideia de que a internacionalização de empresas está associada a um aumento nas atividades de RSC, sugerindo sua importância como resposta ao aumento e complexidade das demandas dos *stakeholders*, dado seu nível de internacionalização.

Ao analisar a relação entre RSC e internacionalização em empresas espanholas, Godos-Díez et al. (2018) concluem que as duas estratégias estão interrelacionadas. Empresas que operam

em um alto nível de internacionalização de suas operações tendem a implementar mais iniciativas de RSC devido a uma maior visibilidade, acesso a recursos financeiros, mitigação de riscos e como resposta a expectativas de diferentes *stakeholders*. Em um movimento inverso, empresas consideradas mais socialmente responsáveis podem aumentar o seu grau de internacionalização a partir de uma boa reputação, facilitando sua entrada em novos mercados e países, inclusive gerando significativo potencial de adaptação a novos cenários. Os autores destacam como importante que os gestores de departamentos de RSC tenham conhecimento sobre a imagem e reputação das empresas em diferentes mercados nos quais possuem operações. Este envolvimento é capaz de garantir que os esforços em atividades sociais e ambientais tenham foco e sejam implementados com sucesso. Como sugestão para estudos futuros, os autores consideram importante a captura da relação entre as iniciativas de RSC e diferentes estratégias de internacionalização, uma vez encontradas evidências de que estratégias com maior comprometimento de recursos e presença no exterior levariam a um nível maior de atividades de RSC.

Para Attig *et al.* (2016), é importante considerar os ambientes políticos e institucionais nos quais as subsidiárias da empresa multinacional operam. Assim, sugerem novos estudos no sentido de analisar os reflexos da sustentabilidade nas múltiplas dimensões da internacionalização. Dentre os diversos aspectos da internacionalização de empresas abordados por estudos brasileiros estão internacionalização do capital social, compreendendo a participação de acionistas estrangeiros; internacionalização das receitas, ou seja, o percentual de exportações e; internacionalização de mercados, que encerra as instalações de subsidiárias no exterior (Nascimento *et al.*, 2020).

Assim como o processo de internacionalização passou a fazer parte das decisões estratégicas das empresas, destaca-se a importância de incorporar também as atividades ligadas à sustentabilidade. Essa integração aconteceria a partir da utilização de sistemas de controle gerenciais (SCG), para acompanhamento e melhoria das atividades ligadas à RSC, como já acontece com as atividades ligadas à internacionalização (Pereira; Gomes, 2020). Santos e Reis (2014) destacam que os estudos sobre RSC estariam mais concentrados nos instrumentos de divulgação do que em métodos de gestão, uma vez que os *stakeholders* estariam preocupados com questões envolvendo a transparência das ações sustentáveis, em detrimento de sua continuidade ou mesmo efetividade.

A forma como a sustentabilidade é entendida pelas empresas e sua relação com seus objetivos e estratégias organizacionais vem mudando ao longo do tempo, passando de algo superficial e voltado a simples vantagem competitiva, para uma visão de longo prazo atrelada à sustentabilidade de suas operações e relações gerando valor aos *stakeholders* (Edmans, 2021). Como exemplo, Maltais e Nykvist (2020) mencionam os grupos de investidores que alocam seus recursos em títulos verdes. Assim, Santos e Reis (2014) justificam a importância de integrar os SCGs à proposta de sustentabilidade almejada pelas empresas em sistemas de controle de sustentabilidade derivados dos SCGs, como planejamento sustentável, orçamento ambiental, sistemas de contabilidade de fluxo de materiais, valor adicionado sustentável entre outros.

A partir da literatura sobre a relação entre sustentabilidade e internacionalização, verifica-se que, apesar dos estudos evidenciarem uma interrelação entre esses aspectos e estratégias organizacionais, ampla é a discussão sobre a efetividade das iniciativas, considerando as diferentes expectativas e relações com os *stakeholders* de mercados domésticos e internacionais.

3 Metodologia

Seguindo a taxonomia proposta por Creswell (2010), este estudo caracteriza-se como descritivo, caracterizando a estrutura do conhecimento de determinado tema, investigadas relações e tendências entre os artigos selecionados e elaboradas propostas de pesquisas futuras. Utilizou-se

uma abordagem de pesquisa quantitativa específica, a bibliometria, para sistematização das informações oriundas da produção científica sobre a relação entre sustentabilidade e internacionalização (Araújo, 2006).

Seguindo a estrutura proposta por Zupic e Čater (2015) e adaptada por Aria e Cuccurullo (2017), o estudo foi construído em cinco etapas: estruturação do estudo, coleta, análise, visualização e interpretação dos dados. A primeira etapa de estruturação do estudo consiste na definição das questões de pesquisa e escolha dos métodos bibliométricos que irão respondê-las. A partir do desenho metodológico proposto, a produção do conhecimento foi mapeada em termos de produtividade, qualidade, influência, estruturas sociais de publicação e intelectuais de citações, relações entre temas buscando-se padrões e tendências. O Quadro 1 apresenta a sistematização do desenho metodológico do estudo.

Quadro 1 - Desenho metodológico do estudo

Perguntas de pesquisa	Métodos
Como pode ser caracterizada a produção científica sobre o tema?	Análise descritiva
Quais são os estudos, autores e periódicos mais influentes?	Análise de citações
Qual é a estrutura intelectual da área de pesquisa?	Análise de cocitações
Qual é a estrutura social do tema?	Análise de coautoria
Qual é a dinâmica da estrutura conceitual do tema?	Análise de palavras
Quais tendências podem ser capturadas a partir da análise dos dados?	Todos os anteriores
Quais sugestões poderiam ser abordadas dentro de linhas de pesquisas futuras?	Todos os anteriores

Fonte: Elaborado pelos autores.

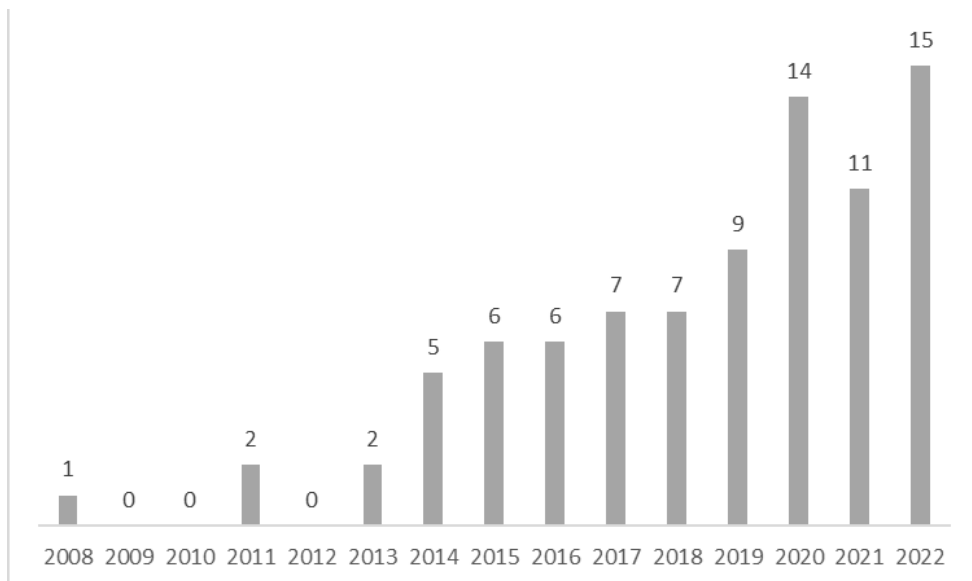
Na etapa 2, coleta de dados, foram considerados como *proxy* da sustentabilidade organizacional aspectos ESG e RSC. Assim, foram feitas as buscas nos campos título, resumo e palavras chave em três bases de periódicos: *Scopus* e *ISI Web of Knowledge (Web of Science)* utilizando os termos (“*corporate social responsibility*” OU “CSR” OU “RSC” OU “ESG” E “*internationalization*”); e na base *Spell* com os termos (“responsabilidade social corporativa” OU “RSC” OU “ASG” E “internacionalização”). Utilizou-se o termo “*internationalization*” para abranger artigos que utilizam inglês britânico (“*internationalisation*”) e inglês americano (“*internationalization*”) (Sapling, 2023). As duas primeiras bases foram escolhidas por serem reconhecidas como relevantes para o estudo das ciências sociais aplicadas (Zupic & Čater, 2015) e serem compatíveis com a ferramenta bibliométrica escolhida para as análises, o *bibliometrix* (Aria & Cuccurullo, 2017). Já a base *Spell*, para acessar artigos nacionais. A busca resultou em 514 artigos que foram triados por idioma (português, inglês e espanhol), excluídos os duplicados e selecionados aqueles que iam ao encontro do tema proposto a partir da leitura dos títulos e resumos. Utilizando-se os critérios anteriormente descritos, o portfólio de estudos para a análise bibliométrica foi composto por 85 artigos.

As etapas 3, 4 e 5, análise, visualização e interpretação dos dados, foram realizadas utilizando o Quadro 1 do desenho da pesquisa, Excel e as ferramentas propostas por Aria e Cuccurullo (2017): *bibliometrix* e *biblioshiny*.

4 Análise dos Resultados

Os 85 trabalhos que compõem o portfólio de análise foram publicados entre os anos de 2008 e 2022 e, a partir do Gráfico 1, verifica-se a caracterização de quatro períodos diferentes em termos de produtividade da área de sustentabilidade organizacional e internacionalização. Um período de baixa publicação, entre os anos de 2008 e 2012, período que envolve a preocupação com a internacionalização do risco associada à crise norte americana de 2008 (Perobelli et al. 2013). Um segundo período, de 2012 a 2015, onde percebe-se um avanço na produtividade sobre o tema, e o período entre 2015 a 2018 onde, apesar de intensas discussões sobre a Agenda 2030 (Nações Unidas Brasil, 2015), não impactou de forma efetiva a produção científica sobre sustentabilidade organizacional e internacionalização. De 2018 em diante, em um contexto envolto pelo advento da pandemia da COVID-19 em 2020 e 2021, verificou-se a intensificação da produção científica sobre o tema, indicando interesses acadêmicos, principalmente, frente a pautas ESG.

Gráfico1 - Produção científica anual sobre sustentabilidade e internacionalização.



Fonte: Elaborado pelos autores utilizando Excel.

Esses 85 artigos foram publicados por 218 autores e, comparando a filiação dos autores mais produtivos com a dos autores mais citados, é percebida certa discrepância entre os resultados. Nenhum dos autores mais produtivos encontra-se na lista dos autores mais citados, sendo os autores mais produtivos: Bhattacharyya S. com 3 artigos a partir de 2019, Khojastehpour M. também com 3 artigos a partir de 2020, Torkkeli L. com 3 artigos a partir de 2018, Aguilera-Caracuel J. com 2 artigos entre 2015 e 2016 e, por fim, Aray Y. com 2 artigos em 2021. Esta mesma discrepância é verificada na relação entre produção e relevância (citações) quanto trata-se do país de filiação dos autores. Enquanto o grupo dos cinco países mais produtivos é composto por China (42 artigos), Reino Unido (31), Espanha (26), Estados Unidos (21) e Finlândia (15), os autores mais citados e

influentes em termos acadêmicos são filiados aos Estados Unidos (190 citações), Canadá (187), Itália (164), Reino Unido (144) e China (142). Não é possível inferir sobre as reais causas dessa relação, mas verifica-se uma influência acadêmica maior de estudos desenvolvidos por pesquisadores filiados a países desenvolvidos. O Brasil não aparece entre os 20 países mais produtivos no campo de estudo, mas em 16º entre os países mais citados. Outra observação relevante é a participação ainda ínfima de países em desenvolvimento na produção científica e trabalhos relevantes em termos de citações, o que pode levar a considerar o tema ainda pouco desenvolvido no contexto científico desses países, seja por falta de dados, ou maturidade de temas associados à sustentabilidade organizacional.

Na Tabela 1 são apresentados os principais periódicos que publicam sobre sustentabilidade organizacional e internacionalização e seus respectivos fatores de impacto medidos pelo *Journal Citation Indicator* (JCI), indicador de citação de periódico normalizado utilizando o período de três anos. Acima de 1,00, o periódico possui impacto de citação maior que a média da categoria (Szomszor, 2021). Dos 12 periódicos considerados, 9 apresentam fator de impacto acima da média da categoria, indicando que o tema está sendo publicado por periódicos influentes.

Tabela 1 - Produção e Fator de Impacto dos Principais Periódicos

Periódicos	Produção	Fator de impacto (JCI)
<i>Journal of Business Ethics</i>	4	1,92
<i>Social Responsibility Journal</i>	4	0,68
<i>International Marketing Review</i>	3	1,04
<i>British Journal of Management</i>	2	1,37
<i>Business & Society</i>	2	1,57
<i>Business Strategy and the Environment</i>	2	2,21
<i>Emerging Markets Review</i>	2	1,48
<i>International Business Review</i>	2	1,46
<i>Journal of Asia Business Studies</i>	2	0,65
<i>Journal of Business Research</i>	2	2,14
<i>Journal of International Business Studies</i>	2	2,16
<i>Management International Review</i>	2	0,94

Fonte: Elaborado pelos autores.

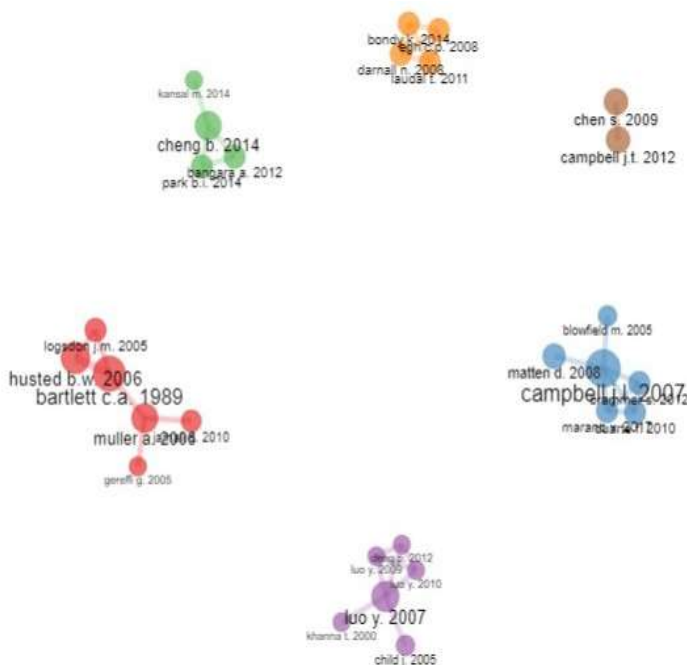
Verifica-se que, dos 12 periódicos que mais publicam sobre o tema, 4 tem como foco principal aspectos internacionais dos negócios (*International Marketing Review*, *International Business Review*, *Journal of International Business Studies* e *Management International Review*) e 2 deles voltados ao contexto de países em desenvolvimento (*Emerging Markets Review* e *Journal of Asia Business Studies*), indo ao encontro dos resultados significativos da participação de autores filiados a instituições chinesas na produção do conhecimento sobre o tema analisado. Apenas 3 periódicos mostram-se mais afins ao tema da sustentabilidade, destacando em seus títulos aspectos da agenda ESG (*Journal of Business Ethics*, *Social Responsibility Journal* e *Business Strategy and the Environment*). Os outros 3 periódicos da listados na Tabela 2 possuem o escopo mais abrangente, a partir da leitura de seus títulos.

Quanto à estrutura social do tema, com exceção dos autores filiados ao Reino Unido, Canadá, Irã, Coreia do Sul e Polônia, cuja maior parte da publicação é realizada em coautoria, percebe-se um padrão de produção científica individual sobre o tema.

A análise da rede de coautorias indica apenas dois grupos compostos pelas relações entre Uzhegova M. e Torkkeli L., ambos da Finlândia e, Garanina T. (Finlândia) e Aray Y. (Rússia). Assim, não pôde ser identificada uma produção significativa, por exemplo, entre grupos de pesquisa internacionais, o que poderia enriquecer a produção e relevância científica dos estudos.

Já em termos de estrutura intelectual, representada pela análise de cocitações e os referenciais teóricos utilizados como base para os 85 estudos analisados, foram identificados 6 agrupamentos ilustrados pela Figura 1. O grupo verde, é composto por trabalhos que tratam especificamente aspectos da RSC voltados ao meio ambiente. Já os grupos vermelho e lilás, representam estudos sobre internacionalização de empresas, sendo que o primeiro encerra trabalhos que tratam a relação entre internacionalização e RSC de forma mais específica. O grupo azul compreende trabalhos que tratam apenas sobre RSC, grupo laranja estudos voltados à tecnologia e inovação e, por fim, o grupo marrom com estudos sobre sistemas de gestão. A partir da análise da rede de cocitações, não é possível destacar uma linha teórica específica seguida pelos trabalhos, como a utilização da teoria dos *stakeholders* ou alguma das diversas teorias sobre internacionalização. Ademais, com exceção do grupo vermelho que trabalha o tema internacionalização, não são citados estudos anteriores a 2000, indicando um caráter atual às discussões sobre o tema.

Figura 1- Rede de Cocitações.



Fonte: Elaborado pelos autores utilizando a ferramenta *biblioshiny*.

A Figura 2 representa a nuvem de palavras elaborada a partir da análise das palavras-chaves dos 85 artigos analisados. Verifica-se que os principais temas abordados pelos artigos têm como foco os termos “RSC” ou “CSR”, “performance”, “internacionalização” e “gestão”. Aspectos envolvendo “reputação”, “legitimação”, “governança” e “ética” também se destacam como frequentes, podendo ser entendidos como assuntos transversais da discussão sobre sustentabilidade organizacional. Ressalta-se que, apesar de ter sido utilizado na busca das bases de periódicos, o termo “ESG” não aparece como frequente dentre as palavras-chaves utilizadas pelos estudos. Infere-se que, devido à sua origem remeter às discussões no mercado de capitais, ainda não é um termo amplamente utilizado por pesquisadores de forma multidisciplinar. Dentre as palavras-chave diretamente relacionadas à internacionalização, destacam-se “diversificação”, “distância”, “globalização”, “empresas multinacionais”.

Figura 2 - Nuvem de Palavras.

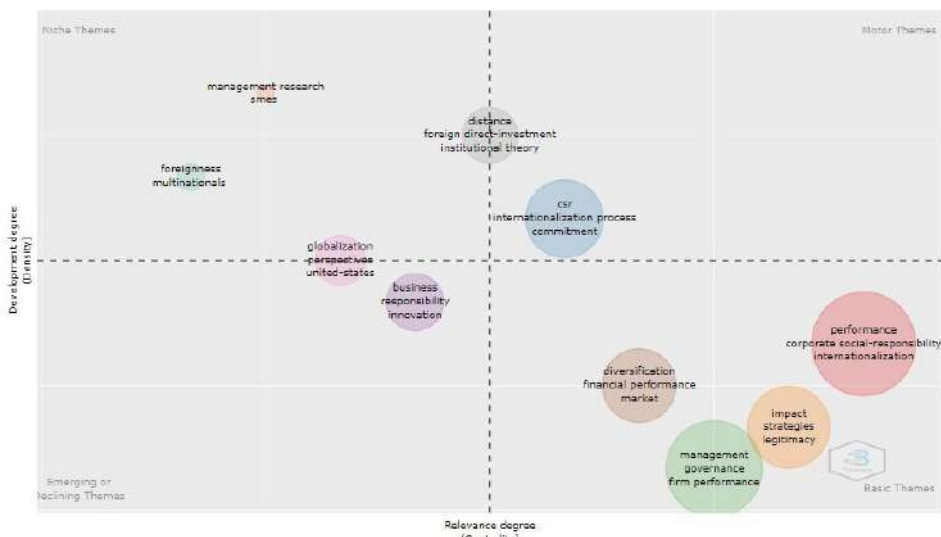


Fonte: Elaborado pelos autores utilizando a ferramenta *biblioshiny*.

Para a elaboração de propostas de linhas pesquisa para estudos futuros e identificação de tendências, foi considerado o Mapa Temático elaborado a partir das palavras-chave dos 85 estudos, representado pela Figura 3. Os temas agrupados nas dimensões “nichos” e “temas emergentes” foram considerados como de potencial interesse para a pesquisa futura na área. Os temas agrupados nas dimensões “temas motores” e “temas básicos” são aqueles que apresentam uma frequência maior dentro da amostra dos 85 estudos analisados. Assim, verifica-se uma tendência a que estudos

futuros na área de pesquisa sobre sustentabilidade e internacionalização abordem aspectos voltados à distância geográfica ou psicológica, investimentos diretos estrangeiros (IDE), teoria institucional, gestão e pequenas e médias empresas, multinacionais estrangeiras, perspectivas envolvendo a globalização e empresas norte americanas, responsabilidade corporativa e inovação. Verifica-se que a maior parte dos considerados nichos para pesquisas futuras estão relacionados à internacionalização de empresas, carecendo de temas mais específicos da sustentabilidade organizacional.

Figura 3 - Mapa Temático



Fonte: Elaborado pelos autores utilizando a ferramenta *biblioshiny*.

Dessa forma, sugere-se que para cada um dos temas identificados a partir da análise dos 85 artigos selecionados, sejam consideradas interrelações possíveis com aspectos ESG, como, por exemplo, quando se fala da gestão de pequenas e médias empresas e inovação, é possível desenvolver estudos sobre *startups* que atuem como *startups enablers* dentro da busca por sustentabilidade de grandes corporações, ou mesmo como micro e pequenas empresas trabalham aspectos ESG em sua gestão. Outro exemplo, assim como a distância geográfica e psicológica, a implementação de aspectos ESG ao processo decisório está intimamente ligada à cultura organizacional. Como desenvolver aspectos ESG considerando diferentes distâncias geográficas ou psicológicas? O Quadro 2 apresenta sugestões de relações possíveis entre os nichos de pesquisa apresentados pela análise do Mapa Temático e aspectos relacionados à sustentabilidade organizacional.

Quadro 2 - Sugestões de possíveis relações entre temas nichos e sustentabilidade organizacional

Tema Nicho	Aspectos ESG	Temas de pesquisa
Distância geográfica/psicológica	ESG e Cultura Organizacional	Como aspectos ESG podem ser trabalhados considerando as distâncias geográficas e psicológicas entre os mercados?
Investimentos diretos estrangeiros (IDE)	ESG	Informações sobre o apetite de investidores estrangeiros a investimentos verdes internacionais.
Gestão e pequenas e médias empresas	Inovação e ESG	Como as <i>startups enablers</i> contribuem para a busca por sustentabilidade em grandes corporações? Como considerar os aspectos ESG em micro e pequenas empresas?
Multinacionais estrangeiras	ESG	Como as multinacionais estrangeiras equilibram sua atuação ESG e o respeito à cultura dos países?

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como verificado nos números de produção dos artigos, grande parte dos trabalhos é elaborada em contextos chineses e europeus, carecendo de estudos sobre os contextos de outros países, inclusive em desenvolvimento. Espera-se que o desenvolvimento de novos trabalhos, inclusive em formatos de coautoria entre os pesquisadores, permita que as melhores práticas envolvendo aspectos ambientais, sociais e de governança sejam disseminadas internacionalmente. Quando o tema de pequenas e médias empresas e globalização aparecem no mapa, é possível salientar a importância dos estudos sobre as *startups e born globals*, empresas de alta tecnologia que já nascem com a internacionalização em seu cerne. Assim como seu processo de internacionalização dá-se de forma diferente das empresas tradicionais, altamente associado a redes de relacionamentos construídos por seus empreendedores, a forma como as *born globals* se relacionam com a sustentabilidade dos negócios deve ser investigada. Há *startups*, por exemplo, cujos modelos de negócios estão estritamente vinculados a aspectos ambientais, sociais e de governança.

Conclusões/Contribuições

A partir de análise quantitativa bibliométrica de 85 estudos oriundos de periódicos disponíveis nas bases *Scopus*, *Web of Science* e *Spell*, foi possível descrever a área de pesquisa sobre a relação entre sustentabilidade organizacional e internacionalização de 2008 a 2022. Esta descrição foi feita em termos de produção de trabalhos, influência científica (citações), estrutura social de produção do conhecimento, estrutura de cocitações e estrutura conceitual (frequência de palavras). Verificou-se divergência entre os países e autores que mais publicam seus trabalhos e aqueles mais citados, com destaque para a produção chinesa sobre o tema. Como os estudos sobre internacionalização são contextualizados à realidade dos países em análise, verificou-se a necessidade de ampliar a produção científica internacionalmente, inclusive no Brasil.

Apesar do termo “ESG” ter sido utilizado como termo de busca nas bases de periódicos, ainda não é utilizado com frequência como palavra-chave nos trabalhos científicos, enquanto o termo “RSC” é amplamente utilizado para caracterizar aspectos de sustentabilidade das organizações. Infere-se que esta relação carregue um caráter interdisciplinar do conceito de RSC e um viés da origem do termo ESG, cunhado a partir de discussões das instituições financeiras sobre aspectos de sustentabilidade no mercado de capitais.

O estudo contribui no dimensionamento e descrição da área de pesquisa sobre a relação entre internacionalização de empresas e sustentabilidade, além de sugerir linhas de pesquisas futuras. Esses resultados são relevantes, principalmente, para estudiosos interessados nessa relação, indo ao encontro das discussões internacionais sobre o papel das empresas multinacionais no cenário de desgaste ambiental, social e das instituições salientado por organizações não governamentais internacionais.

As lacunas da pesquisa serão consideradas como sugestões para estudos futuros. Uma vez que a pesquisa trata os trabalhos de forma quantitativa, pode ser considerada um primeiro passo para que uma revisão integrativa da literatura seja realizada posteriormente identificando lacunas de pesquisa, principais teorias e abordagens metodológicas utilizadas, elucidando aspectos ainda pouco explorados no campo de estudos.

Referências

ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, v. 12, n. 1, p. 11–32, 2006. DOI: <https://doi.org/10.19132/1808-5245121>.

ARIA, M.; CUCCURULLO, C. Bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. **Journal of Informetrics**, v. 11, n. 4, p. 959–975, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.joi.2017.08.007>.

ATTIG, N.; BOUBAKRI, N.; EL GHOUL, S.; Guedhami, O. Firm Internationalization and Corporate Social Responsibility. **Journal of Business Ethics**, v. 134, p. 171–197, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10551-014-2410-6>

BANSI, A. C. **O papel da sustentabilidade organizacional na relação entre o grau de internacionalização e o desempenho de empresas multinacionais**. Tese (Doutorado em Administração de Organizações) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, p. 139, 2017. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-04122017-142243/publico/AnaCBansi_Corrigida.pdf. Acesso em: 17 out. 2023.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed. São Paulo: Artmed, 2010.

EDMANS, A. **Grow the Pie: How Great Companies Deliver Both Purpose and Profit**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

ELKINGTON, J. 25 Years Ago I Coined the Phrase “Triple Bottom Line”: Here’s Why It’s Time to Rethink It. **Harvard Business Review**, 2018. Disponível em: <https://hbr.org/2018/06/25-years-ago-i-coined-the-phrase-triple-bottom-line-heres-why-im-giving-up-on-it>. Acesso em: 17 out. 2023.

GODOS-DÍEZ, J. L.; CABEZA-GARCÍA, L.; FERNÁNDEZ-GONZÁLEZ, C. Relationship between corporate social responsibility (Csr) and internationalisation strategies: A descriptive study in the spanish context. **Administrative Sciences**, v. 8, n. 4, 2018. DOI: <https://doi.org/10.3390/admsci8040057>.

LAASCH, O.; CONAWAY, R. N. **Fundamentos da Gestão Responsável: Sustentabilidade, responsabilidade e ética**. São Paulo: Cengage Learning, 2016. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788522121038>. Acesso em: 2 maio. 2023.

MALTAIS, A.; NYKVIST, B. Understanding the role of green bonds in advancing sustainability. **Journal of Sustainable Finance and Investment**, p. 233–252, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/20430795.2020.1724864>.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 14 de mar. 2023.

NASCIMENTO, Í. C. S. do; SANTOS, A. R. S.; PESSOA, A. F. de P.; GUIMARÃES, D. B.; REBOUÇAS, S. M. D. P. Internacionalização e Sustentabilidade Empresarial no Brasil. **Revista Eletrônica de Negócios Internacionais (Internext)**, v. 15, n. 3, p. 63–79, 2020. DOI: <https://doi.org/https://doi.org/10.18568/internext.v15i3.591>.

PEREIRA, A. J. P.; GOMES, J. S. O impacto da internacionalização sobre sistemas de controle gerencial: estudo de caso em indústria química estratégica brasileira e de alta tecnologia de Ponta. **Revista de Contabilidade Do Mestrado Em Ciências Contábeis Da UERJ**, v. 25, n. 1, p. 68–85, 2020. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/download/62680>. Acesso em: 17 out. 2023.

PEROBELLI, F. F. C.; VIDAL, T. L.; SECURATO, J. R. Avaliando o efeito contágio entre economias durante crises financeiras. **Estudos Econômicos**, v. 43, n. 3, p. 557–594, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-41612013000300005>.

SANTOS, É. A. de A.; REIS, S. G. dos. Abordagem da Responsabilidade Social Corporativa nos Sistemas de Controle Gerencial : estudo da produção científica internacional. In: *XI Congresso USP Iniciação Científica Em Contabilidade - Novas Perspectivas Na Pesquisa Contábil*, 2014, São Paulo. Disponível em: <https://congressosp.fipecafi.org/anais/artigos142014/275.pdf>. Acesso em: 17 out. 2023.

SAPLING (n.d.). “Internationalization” or “Internationalisation”. Disponível em: <https://sapling.ai/usage/internationalization-vs-internationalisation>. Acesso em: 14 mar. 2023.

SZOMSZOR, M. *Introducing the Journal Citation Indicator: A new, field-normalized measurement of journal citation impact*, 2021, Clarivate. Disponível em: <https://clarivate.com/blog/introducing-the-journal-citation-indicator-a-new-field-normalized-measurement-of-journal-citation-impact/>. Acesso em: 14 mar. 2023.

TUROLLA, F. A.; LIMA, M. F. F. de. Internacionalização & sustentabilidade. **GV-Executivo**, v. 9, n. 1, p. 16, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.12660/gvexec.v9n1.2010.23542>. Acesso em: 14 mar. 2023.

UNITED NATIONS. Who Cares Wins: Connecting Financial Markets to a Changing World, 2004. Disponível em: https://www.ifc.org/wps/wcm/connect/de954acc-504f-4140-91dc-d46cf063b1ec/WhoCaresWins_2004.pdf?MOD=AJPERES&CVID=jqeE.mD. Acesso em: 20 jan. 2023.

ZUPIC, I.; ČATER, T. Bibliometric Methods in Management and Organization. **Organizational Research Methods**, v. 18, n. 3, p. 429–472, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1177/1094428114562629>.

Uso Público na Preservação da Biodiversidade: potencialidades do resgate histórico e cultural de uma unidade de conservação para o desenvolvimento local

*Julianne Alvim Milward-de-Azevedo
Karolyne Victor Martins Leite*

Introdução

O Brasil é um país que apresenta uma enorme variedade de biomas, e isso se reflete na sua enorme riqueza de fauna e flora. As áreas protegidas, por sua vez, se revestem de grande importância no país, sobretudo em contexto de perda da diversidade biológica testemunhada ao longo do tempo. A implementação dessas áreas no Brasil vem sendo realizada desde o início do século XX, com o propósito de conservar o patrimônio natural existente no território nacional.

Especificamente as unidades de conservação (UCs) se apresentam como áreas nas quais se colocam em prática medidas restritivas quanto ao uso do solo, com vista à proteção de sua configuração natural ou histórica desses espaços. Elas oferecem uma variedade de benefícios, que incluem a proteção de *habitats*, a manutenção da diversidade biológica e a prestação de serviços ecossistêmicos essenciais, como a regulação do clima e a purificação da água.

A utilização das UCs pelo público para fins recreativos, educacionais e científicos – uso público –, quando bem manejadas resultam em benefícios diretos e indiretos à sociedade. Com especial atenção a promoção da aproximação da sociedade frente à natureza, o fomento a sua conservação e utilização sustentável.

O resgate histórico e cultural de uma UC apresenta um potencial importante para o desenvolvimento local, dado que as UCs além de espaços de preservação ambiental, são também espaços de memória e identidade – a história do local e de seu povo. A preservação e a promoção desse patrimônio possibilitam a atração de turistas e visitantes, resultando na geração de emprego e renda para as comunidades locais.

Neste capítulo tem-se a exposição das potencialidades do resgate histórico e cultural da Área de Proteção Ambiental (APA) Bemposta – unidade de conservação municipal, de uso sustentável –, situada no município de Três Rios, na região centro-sul fluminense do estado do Rio de Janeiro, com vista ao desenvolvimento local.

1 Material e métodos

O desenvolvimento desse estudo, conforme Vergara (2000) quanto aos fins caracterizou-se pelo seu caráter exploratório, descritivo e aplicado. Quanto aos processos utilizados para o desenvolvimento de sua investigação, a pesquisa foi bibliográfica, documental, de campo; além de se constituir em um estudo de caso, circunscrito a uma área protegida. Foram utilizados para a pesquisa tanto dados primários como secundários. Os dados primários foram obtidos por meio da pesquisa documental junto aos órgãos governamentais, das narrativas de três moradores antigos do Distrito de Bemposta e acesso aos acervos pessoais desses entrevistados (fotografias, jornais

antigos, documentos, além de livros antigos). Os dados secundários, por sua vez, foram dados a partir da pesquisa bibliográfica.

A coleta de dados por meio das narrativas, onde se fez uso da memória de expressão oral, dada em essência pela história oral, teve por finalidade conhecer aspectos da realidade local dessa área protegida, com especial atenção aos seus processos históricos, cultural e ambiental. Foi elaborado um roteiro semiestruturado para dar suporte a esse levantamento.

O universo da pesquisa de campo foi dado pela população local do distrito de Bemposta, especificamente moradores mais antigos da região, por conta de sua vivência no local e se constituir como memória viva com vista ao resgate histórico, cultural e ambiental. Sua amostra dada por três pessoas foi definida pelo critério de acessibilidade, ou seja, foi selecionada uma amostra da população que apresentou disponibilidade e facilidade de acesso para a coleta das narrativas: um funcionário da Subprefeitura de Bemposta (60 anos), uma artesã aposentada (73 anos) e um barbeiro aposentado (84 anos) (Quadro 1).

Quadro 1 – Dados socio biográficos dos narradores

Código	Idade	Sexo	Profissão
N1	60	Masculino	Servidor Municipal
N2	84	Masculino	Barbeiro (aposentado)
N3	73	Feminino	Artesã (aposentada)

O primeiro narrador serviu como ponte para os demais relatores e, isso possibilitou o sentimento de confiança entre eles para o desenvolvimento da pesquisa.

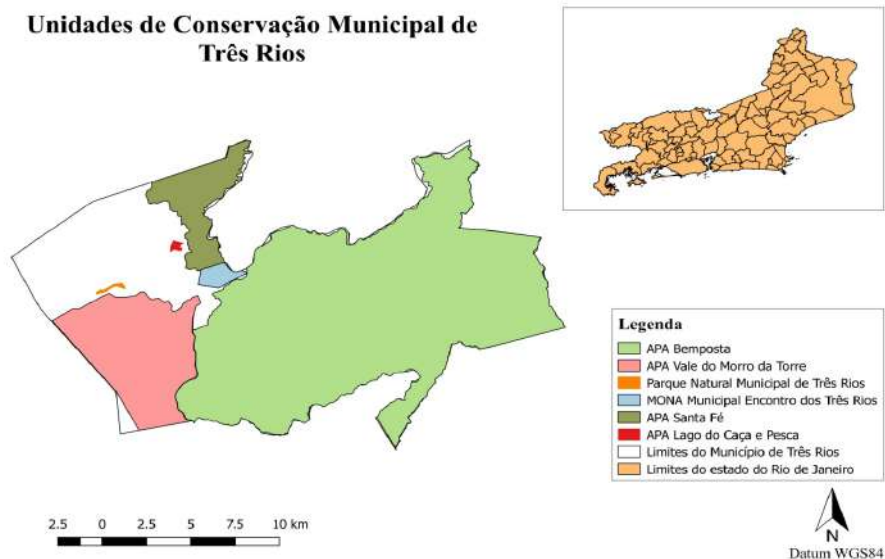
Por fim, salienta-se que o levantamento de dados da pesquisa, com especial atenção às narrativas, foi finalizado em dezembro de 2019. Período anterior a pandemia dada pelo coronavírus, conhecido cientificamente como SARS-CoV-2, responsável por causar a doença do COVID-19. Durante a vigência da pandemia –11 de março de 2020 a 5 de maio de 2023¹ –, o acesso a esses relatos seria inviabilizado, em virtude do distanciamento social, que se fez presente, especialmente, com os idosos.

1.1 Caracterização da área de estudo

A Área de Proteção Ambiental (APA) Bemposta – UC de uso sustentável – encontra-se localizada no município de Três Rios, na região Centro-Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro. A APA foi criada por meio do Decreto Municipal nº 4.559 de 15 de fevereiro de 2012. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Agricultura (SEMMA) é responsável por sua gestão, e de mais outras cinco UCs – Área de Proteção Ambiental Vale do Morro da Torre (2012), Parque Natural Municipal de Três Rios (1996), Monumento Natural Municipal do Encontro dos Três Rios (1991), Área de Proteção Ambiental Santa Fé (2012), Área de Proteção Ambiental Vale do Lago do Caça e Pesca (1998) –, todas sem plano de manejo (Figura 1). Além das seis UCs de âmbito municipal no território do município de Três Rios; há duas UCs estadual – Refúgio de Vida Silvestre do Médio Paraíba (2016) e Área de Proteção Ambiental Estadual do Médio Paraíba (2022) (Milward-de-Azevedo, 2022).

¹ Em 11 de março de 2020 foi caracterizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a doença COVID-19, decorrente do coronavírus SARS-CoV-2, como pandemia. Em 5 de maio de 2023 foi anunciado pela OMS o fim da emergência de saúde pública de importância internacional (OPAS, 2023).

Figura 1 – Unidades de Conservação Municipal de Três Rios/RJ.



Fonte: Costa, 2017.

A APA Bemposta se constitui na maior área protegida do município possuindo uma área total de aproximadamente 199,42 km² (19.942 ha) e 88.373m de perímetro (aproximadamente 61,42% do território municipal). Ela se destaca como a UC que possui maior cobertura florestal e fragmentos florestais dentre as outras UCs do município, apresentando uma porcentagem de 31,21 % de cobertura florestal. Embora sua extensão territorial seja grande, a APA apresenta um baixo contingente populacional, pequeno comércio e algumas atividades industriais, além de galpões e fazendas de grande importância histórica para a região (Silvério Neto *et al.* 2015; Barbosa 2017).

Segundo Silvério Neto e colaboradores (2015), a APA Bemposta apresenta paisagem propícia para a conservação da biodiversidade. Isso devido ao grande potencial ecológico que ela possui como morros e paisagens de beleza cênica, espécies animais e vegetais da Mata Atlântica (Figura 2).

Figura 2 – Imagens da APA Bemposta.



Fonte: acervo dos autores, 2023.

A APA não possui plano de manejo. Em estudos distintos sobre a eficácia de gestão dessa área protegida, Barbosa (2017) e Costa (2017) revelaram a sua ineficácia. A APA se configura como ‘Parque de Papel’².

O município de Três Rios encontra-se cerca de 120 quilômetros da capital do estado do Rio de Janeiro. Ele possui uma área de unidade territorial de 322.843 km², com densidade demográfica de 237,42 hab/km² e a população estimada de 82.468 habitantes (IBGE, 2022). O município encontra-se inserido parcialmente na região hidrográfica Centro-Sul Fluminense – Médio Paraíba do Sul pertencente ao Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) Médio Paraíba do Sul e na região hidrográfica do Piabanha pertencente ao CBH do Piabanha (Comitê Piabanha, 2010 *In*: Costa, 2017; Ferraz & Milward-de-Azevedo, 2022).

A cidade encontra-se inserida no bioma Mata Atlântica. Sua vegetação é dada pela Floresta Estacional Semidecidual Submontana, pela Floresta Estacional Semidecidual Montana e, em alguns pontos, pela Floresta Ombrófila Densa Montana. Três Rios, atualmente, é uma cidade com poucos remanescentes florestais preservados, como exposto pelo trabalho de Silvério Neto e seus colaboradores (2015).

O clima predominante é o mesotérmico com verão quente e chuvoso, e inverno frio e seco. Em função do clima quente e úmido, a temperatura média anual é de 23°C, variando de 14,4°C a 37,4 °C, com índice de precipitação pluviométrica anual de 1.300 mm (Gomes *et al.*, 2013; Silva, 2014 *In*: Costa, 2017). A topografia do município, por sua vez, é marcada pelo chamado ‘mar de morros’, constituído por morros arredondados com elevações que geralmente variam entre 100 e 200m (O Estado do Ambiente, 2011 *In*: Costa, 2017; Ferraz & Milward-de-Azevedo, 2022).

2 Abordagem teórica

2.1 Importância das unidades de conservação para a biodiversidade

Grande parte do progresso humano resulta da exploração dos recursos naturais. Isso com vista à produção de bens e serviços destinados a prover as demandas das sociedades, que se fizeram e se fazem presentes no planeta. Preservar a biodiversidade se faz importante no contexto de operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável, em que pesa a busca de soluções para o conflito entre expansão da produção e a preservação ambiental, sem comprometer a capacidade de as futuras gerações atenderem aos seus padrões de necessidades. Daí a relevância das áreas protegidas (Milward-de-Azevedo, 2022).

A manutenção de áreas naturais de modo menos alterado possível é um dos grandes objetivos da criação de unidades de conservação (UCs). Internacionalmente, esses espaços são denominados por áreas protegidas. A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) caracteriza Áreas Protegidas (AP) como: “*Um espaço geográfico bem definido, reconhecido, dedicado e gerido através de legislação apropriada ou de outros meios eficazes, para alcançar a conservação da natureza a longo prazo e respectivos serviços ecossistêmicos e valores culturais*” (Dudley, 2008 *In*: Carrilho-da-Silva & Milward-de-Azevedo, 2023).

No Brasil as UCs têm se difundido como uma das principais estratégias para conservação da natureza. Elas possuem importante papel na manutenção da diversidade biológica, possuindo um vasto potencial para proporcionar proveitos consideráveis ao bem-estar humano e ao desenvolvimento do país de forma racional e sustentada. As UCs são áreas voltadas à conservação de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, *habitats* e ecossistemas

² O termo ‘Parque de Papel’ refere-se a UCs que foram criadas, mas que não saíram do papel de fato, não sendo verdadeiramente implantadas, ou que quando implantadas não alcancem um nível satisfatório de manejo (Costa, 2007).

voltados a preservação tanto do território nacional quanto das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente. Contribuindo dessa forma, para a proteção das espécies ameaçadas de extinção, na esfera local bem como na esfera nacional. Além de ser responsável por fomentar desenvolvimento de pesquisas, estimular o uso sustentável dos recursos naturais e favorecer condições para a educação ambiental e uso público.

As UCs no país são reguladas pela Lei nº 9.985, de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Esse Sistema oferece mecanismos legais a todas as esferas de gestão governamental – federal, estadual, municipal – e, também, a iniciativa privada para a criação e gestão de UCs, para que o Sistema possa alcançar os seus objetivos. Isso com o intento de promover um processo de concertação entre esses agentes com vista ao desenvolvimento de estratégias conjuntas para as áreas naturais a serem preservadas ou conservadas, considerando-se a categoria, conforme o nível restritivo do uso dos recursos naturais. A organização das UCs é dada em dois grupos, tendo em vista suas características e finalidades: as de proteção integral e as de uso sustentável.

As Unidades de Proteção Integral apresentam maior nível de restrição de uso, dado que essas unidades têm por objetivo a preservação da natureza, permitindo somente o uso indireto dos recursos naturais, ou seja, a realização de atividades que façam uso da natureza sem, no entanto, causar alterações significativas de seus atributos naturais. Esse grupo engloba cinco categorias de manejo: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural (MONA); e, Refúgio de Vida Silvestre (REVIS).

As Unidades de Uso Sustentável, por sua vez, apresentam menor restrição de uso, tendo em vista que seu objetivo reside na compatibilização da conservação da natureza com o uso sustentável de parte dos recursos naturais. Esse grupo apresenta sete categorias de manejo: Área de Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE); Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e, Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

É pertinente observar que além do SNUC outros marcos e instrumentos legais que justificam e orientam a criação de UCs, são: o Artigo 225 da Constituição Federal de 1988, que instituiu o meio ambiente como direito fundamental; e o Plano Estratégico de Áreas Protegidas (PNAP), estabelecido via Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 que possui diretrizes que devem orientar a gestão das UCs (Moreira & Ferreira, 2015a *apud* Milward-de-Azevedo, 2022).

A realização da escolha da área natural para a criação de UCs, conforme o SNUC (Brasil, 2000), pode ser dada em qualquer ecossistema – florestas, rios, ambientes recifais, restingas e manguezais –; e, em todos os biomas – Amazônia, Caatinga, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa. A área escolhida³ deve possuir valor para a proteção da natureza, manutenção dos serviços ambientais, aspectos paisagísticos singulares ou características ambientais que justifiquem a recuperação de localidades degradadas para fins de conservação.

2.2 Sociedade e natureza nas unidades de conservação: patrimônios natural, histórico e cultural e desenvolvimento local

As UCs protegem a diversidade biológica se constituindo em uma das principais formas que o governo pode intervir na tentativa de diminuir a perda da biodiversidade, devido aos impactos negativos e a grande degradação do ambiente natural. Atualmente, essas áreas simbolizam também

³ A prioridade para a criação de UCs será dada às áreas apontadas pelo Ministério do Meio Ambiente em estudos, como o de *Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros* (MMA, 2002 *In*: Milward-de-Azevedo, 2022).

um importante instrumento para manutenção dos serviços ambientais que são de grande importância para os seres humanos, como a regulação da quantidade e qualidade de água para consumo, o equilíbrio climático e manutenção da qualidade do ar e base de banco genético sendo possível produzir medicamentos. Um outro ponto importante quando se fala das áreas protegidas é o fato de que elas promovem a geração de renda, estimulando assim, o desenvolvimento regional e local quando o seu uso público é estimulado (Drumond, 2002).

É possível constatar a gradativa justaposição de usos e ocupações do solo que não são compatíveis com a manutenção da qualidade dos recursos naturais. Isso se deve ao fato do rápido crescimento da população nas áreas urbanas, além do aumento do valor do solo urbano, prejudicando assim, o acesso da população de baixa renda ao mercado formal de acesso à moradia. Como evidencia Cavalcanti (2003, p. 364): “*o problema ambiental é uma consequência de como a sociedade está estruturada*”. Nessa perspectiva, surge uma das maiores problemáticas urbanas da contemporaneidade: o déficit habitacional e a consequente ocupação em áreas de fragilidade ambiental e protegidas.

A criação das UCs sem a participação das comunidades e da realização de mudanças nos quadros social e econômico locais tem sido o ponto frágil de muitos programas de conservação, podendo ser um gerador de tensões sociais. Um plano de manejo⁴ dessas áreas se faz necessário para que as UCs funcionem como articuladoras e catalisadoras de um processo de desenvolvimento que integre os serviços sociais e ambientais, através do fortalecimento comunitário e da difusão da informação. Além disso, devem fazer parte de programas regionais de ordenamento territorial e desenvolvimento local (Drumond, 2002).

Por outro lado, para que os gestores tenham a possibilidade de efetivar as ações contidas nos planos de manejo das UCs, com vista ao uso racional, seguro e de baixo impacto do espaço faz-se necessário a consolidação do seu uso público. Esse uso encontra-se relacionado com as atividades de visitação, onde são observadas finalidades distintas, como: recreação, pesquisa, educativa, interpretativa, de esporte, religiosas, culturais, entre outras atividades (MMA, 2005; ICMBio, 2011, Crema & Faria, 2020 *In*: Carrilho-da-Silva & Milward-de-Azevedo, 2023). Destaca-se que conflitos emergirão. Daí a importância de uma equipe gestora com competências para conduzir os diferentes enfrentamentos que os usos possam gerar; e, com isso, vir a comprometer a biodiversidade do território.

A gestão ambiental desempenha um papel de extrema importância para que o uso público seja eficiente. É fundamental que o plano de manejo seja planejado, construído e implementado em uma gestão respaldada em conceitos que levem em conta as interações entre sociedade e natureza, bem como a aplicação da ciência e do conhecimento tradicional, objetivando equacionar conflitos relacionados à disponibilidade, à vulnerabilidade e à preservação dos recursos ambientais (Bursztyn & Bursztyn, 2012).

Para Vallejo (2015), o uso público deve ser interpretado como estratégia de valorização social das próprias áreas protegidas. Sendo assim, o meio ambiente pode assumir uma posição multifacetada, não se restringindo apenas ao meio natural, abrangendo também o meio artificial, cultural e do trabalho. Quanto ao aspecto da preservação, importante salientar que não está se restringindo a somente preservar a fauna e a flora como bens naturais, mas também a conservação de outros como os artificiais, culturais e patrimoniais (Tonial, 2013).

Ao longo dos anos, a visão de preservação e valorização de bens naturais, assim como aqueles considerados de valor cultural, foram se tornando cada vez mais relacionados aos objetivos de desenvolvimento da indústria do turismo. Especificamente, o ecoturismo foi se consolidando e

4 O plano de manejo se constitui em um documento técnico, definido pelo SNUC, que contém a caracterização da UC, o estabelecimento do seu zoneamento, as normas que devem presidir o uso da área, o manejo dos recursos naturais e os programas de gestão, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias. Esse plano não somente abrange a UC, como também contempla a sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos. Esse documento também inclui medidas com o propósito de promover a integração da área protegida à vida econômica e social das comunidades vizinhas. Destaca-se que esse documento deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da data da criação da UC (Brasil, 2000).

se encaminhando para as UCs de uso sustentável. Irving (2001) observa que o modo de vida e o patrimônio natural, histórico e cultural das comunidades existentes nessas UCs são praticamente desconhecidas para efeito de planejamento. Percebe-se então a importância de se conhecer as raízes da cultura e história do local, para que haja a formação de identidade da comunidade.

O patrimônio, segundo Zanirato (2009, p.137-134), é compreendido como:

os elementos materiais e imateriais, naturais ou culturais, herdados do passado ou criados no presente, no qual um determinado grupo de indivíduos reconhece sinais de sua identidade. Os elementos culturais são conformados pelas manifestações materiais e imateriais criadas pelos sujeitos que nos precederam. Neles se incluem objetos e estruturas dotados de valores históricos, culturais e artísticos, bens que representam as fontes culturais de uma sociedade ou de um grupo social e que podem ser materiais ou imateriais. Conservá-lo é uma forma de garantir o testemunho e referencial, não apenas de seu valor arquitetônico e histórico, mas dos valores culturais, simbólicos, de sua representatividade técnica e social.

Os patrimônios natural, histórico e cultural se constituem em produtos turísticos, independente do segmento de turismo. Nesse contexto, convém salientar o exposto por Murta e Albano (2002, p.11) de que *“uma comunidade que não conhece a si mesma dificilmente poderá comunicar a importância de seu patrimônio, seja na interação com os visitantes, seja na sensibilização das operadoras”*. Ainda, segundo essas pesquisadoras, o exercício do olhar, a prática interpretativa desses patrimônios possibilita a promoção do debate entre os diversos segmentos sociais sobre aquilo que torna o lugar especial e diferente. Isso traria consigo a re(descoberta) de novas formas de olhar e apreciar esses espaços pela comunidade local, *“de forma a desenvolver entre eles atitudes preservacionistas”*. Viabilizando, assim, *“despertar novas vocações e possibilitar oportunidades de trabalho e renda ligados ao turismo”*.

O potencial da atividade ecoturística para a preservação e valorização do patrimônio natural, bem como, do patrimônio histórico e cultural das comunidades locais em UCs é tratado por Campos (2005). Ele salienta a importância do envolvimento e conscientização das comunidades do território, empreendedores turísticos e dos turistas da necessidade de proteger o patrimônio como um todo. Nesse contexto, tem-se que o desenvolvimento local pode ser alcançado de forma sustentável por meio do ecoturismo, via geração de renda e emprego para as comunidades locais, em função dessas áreas protegidas. A ausência de um planejamento adequado, por sua vez, traria consigo impactos negativos não somente para o patrimônio dado pela biodiversidade.

Por fim, a busca por UCs tem se ampliado ao longo do tempo pela população, com especial atenção à demanda turística e expressivamente no período dado pela pandemia dada pelo coronavírus, conhecido cientificamente como SARS-CoV-2, responsável por causar a doença do COVID-19. Isso em função deles funcionarem como espaços ao ar livre, possibilitando a realização de atividades físicas e de contemplação da natureza proporcionando aos indivíduos uma fuga do estresse, gerado pelas medidas restritivas de distanciamento social (Carrilho-Da-Silva In: BROD & MILWARD-DE-AZEVEDO, 2022).

3 Resultados e discussão

3.1 APA Bemposta: bibliografia, documentos e relatos

A APA Bemposta é denominada dessa forma devido ao distrito de Bemposta, em função de ocupar toda a sua área. E, o nome do distrito, por sua vez, foi uma homenagem realizada por José Antônio Barbosa Teixeira ao seu pai, criado em Portugal, na localidade de Campo de Bemposta, que considerou sua fazenda – Fazenda Bemposta (1805) – parecida topograficamente com essa localidade de Portugal. A Fazenda Bemposta é considerada a propriedade rural mais antiga do município de Três Rios. O histórico de ocupação do Vale do Paraíba é marcado pelo desmatamento de suas florestas estacionais semidecíduais para a implantação da monocultura do café e com Bemposta não foi diferente (Silvério Neto *et al.*, 2015).

De acordo com Silva (1991), a Fazenda Bemposta foi fundada com engenhos, monjolos, senzalas, dando início a cultura de lavoura e cana. Assim, dando origem à Vila Bemposta, que teve como principais desbravadores os Barbos, os Barroso Pereira e os Werneck. Aos poucos, a vegetação nativa foi dando lugar aos grandes cafezais com o uso da mão de obra escrava. O tenente Antônio Luiz dos Santos Werneck foi um dos pioneiros no plantio do café na região. Ele faleceu em 1848 e, ainda, em vida demarcou sua grande fazenda de acordo com seus dez filhos: Sr. Luiz Francisco herdou a Fazenda Castelo; Sr. Inácio Barbosa dos Santos Werneck ficou com a fazenda pioneira, a Boa Vista; Sra. Isabel Leopoldina, com a Fazenda Santarém; Sra. Luiza Maria, com a Fazenda Recreio; Sr. João Vieira das Chagas, com a Fazenda Santa Rosa; Sra. Leopoldina, com a Fazenda Olaria; Sra. Carolina, com a Fazenda Paciência; Sra. Geraldina, com a Fazenda Retiro; Sra. Josefina, com a Fazenda Santa Juliana; e, finalmente, Sr. Fernando Luiz, com a Fazenda Cataguá.

Com a instituição da Lei Áurea em 1888, apesar de os fazendeiros de outras regiões já terem realizado a transição do trabalho escravo para o trabalho livre há décadas, houve muita resistência por parte dos fazendeiros no Vale do Paraíba Fluminense. Segundo Carneiro (2016), essa lei apanhou escravagistas fluminenses em uma situação de fragilidade devido ao esgotamento do solo, em função da cultura do café. A Fazenda Bemposta, bem como as outras fazendas da região, passaram por diversos proprietários ao longo do tempo, e testemunharam a decadência da produção de café em suas terras (Silva, 1991).

A exploração predatória dada pelo ciclo econômico do café resultou no comprometimento significativo da fertilidade do solo da região do Vale do Paraíba, derivando na redução de sua produtividade. Passado esse ciclo econômico a paisagem do Vale do Paraíba passou a ser dominada por pastagens (Stein, 1985 *apud* Faria *et al.*, 2012).

A Figura 3 apresenta três óleos sobre tela de Johann Georg Grimm, que retrata as fazendas Cataguá⁵, Retiro⁶ e Recreio⁷, todas em Bemposta, de propriedade da família Werneck (Novaes, 2009; Levy, 2010).

5 Fazenda Cataguá em Bemposta, 1886. Óleo sobre tela, 85,5 x 128 cm. Coleção Particular (Pires, 1986 *apud* Novaes, 2009).

6 Fazenda Retiro em Bemposta, 1881. Óleo sobre tela, 60 x 82 cm. Coleção Particular (Pires, 1980 *apud* Novaes, 2009).

7 Fazenda Recreio em Bemposta, 1886. Óleo sobre tela, 81,9 x 124,3 cm. Coleção Particular (fotografia de Vicente de Mello) (Levy, 2010).

Figura 3 – Fazendas Cataguá, Retiro e Recreio



Fonte: Pires, 1986, 1980 *apud* Novaes, 2009; Levy, 2010.

A primeira tela, da Fazenda Cataguá, pintada em 1886, se apresenta como exemplo de uma implantação da unidade de produção de café no Vale do Paraíba, em que se destaca a forma de plantio do café: nos morros mais distantes cortes na vegetação nativa para o plantio da cultura; e, em outros morros, a Mata Atlântica totalmente removida, com a preparação do terreno para receber as primeiras mudas. A segunda tela, da Fazenda Retiro, retratada em 1881, consta-se os mesmos padrões da primeira tela. Entretanto, com foco mais reduzido, apresenta ausência de plantação de café e a presença de pequenas manchas de vegetação nos morros atrás da propriedade. São terras esgotadas pelo plantio do café. Sendo assim, havia a necessidade de expansão do café em terras mais distantes (Novaes, 2009). Por fim, a terceira tela retrata a Fazenda Recreio. Tem-se, com isso, a documentação visual das ricas fazendas do ciclo do café, em processo de decadência produtiva e econômica (Levy, 2010).

Em 1938, a Fazenda Bemposta foi comprada pelo Sr. Arnaldo Guinle, pertencente a uma tradicional família carioca, que fundou Copacabana Palace na cidade do Rio de Janeiro. Ele revestiu as paredes da fazenda com tecidos franceses e trouxe azulejos de Portugal. Ele também construiu um salão de cinema com dois projetores em uma das dependências da propriedade. Foi considerado um dos primeiros cinemas do Brasil. Aos sábados ele abria as sessões ao público (Figura 4). A Fazenda se tornou importante, recebendo visitas de pessoas e políticos prestigiados.

Figura 4 – Detalhes da Fazenda Bemposta: salão de cinema, projetor e azulejos.



Fonte: Mapa de Cultura RJ. Fotos por Isabela Kassow.

Foi relatado pelos entrevistados que o Sr. Arnaldo Guinle foi responsável por diversas obras importantes para o distrito de Bemposta, dentre elas: a praça, a reforma da Igreja Nossa Senhora da Conceição e o campo de futebol. No entanto, com passar do tempo seus herdeiros não demonstraram o mesmo interesse pelo local e a fazenda foi vendida. Atualmente, o município conta com a instalação de diversas indústrias que empregam uma parte da população local.

Foram apresentados pelos relatores as principais ocupações em Bemposta no passado com destaque para as Fazendas Bemposta e Cerâmica Bemposta Limitada⁸. Foram expostos a produção de milho, feijão, arroz e a citricultura, além da produção de laticínios especialmente nas fazendas Recreio, Bemposta e Santarém. Além disso, foi citada a plantação de flores na Fazenda Bemposta. Foi observado por todos os impactos da cultura cafeeira, bem como a influência do Sr. Arnaldo Guinle em Bemposta. A família Guinle, em especial, o Sr. Arnaldo é motivo de saudosismo e orgulho para os moradores mais idosos, que reconhecem os seus empreendimentos no distrito.

Os relatores revelaram que no período recente, as indústrias presentes são responsáveis pela geração de renda e emprego para a população local, cerca de 500 postos de emprego. Ainda foram evidenciados por eles que a entrada das indústrias no distrito tem resultado na perda da memória histórica e cultural local, no decorrer do tempo. Isso devido a chegada de novos moradores, por conta da demanda por mão de obra dessas firmas. Além disso, tem-se os testemunhos do processo de transformação da paisagem dada pelo novo uso e ocupação do solo, em curso. Revelando assim, o processo de expansão urbana local.

A exposição dos narradores quanto a perda da memória histórica e cultural local, ao longo do tempo, termina por impactar negativamente na construção da memória coletiva e identidade dessa comunidade. Pois, tem-se o desaparecimento da história do local e de seu povo. Nesse contexto, se faz pertinente a busca pelo conhecimento das raízes da cultura e história do local, para resgatar sua identidade. Isso se configura como pré-requisito para a promoção do patrimônio histórico e cultural com vista a atração de turistas e visitantes, de forma sustentável.

3.2 APA Bemposta: manifestações culturais

A ‘Festa de Maio’ realizada em homenagem à padroeira da cidade, Nossa Senhora da Conceição, foi citada pelos três moradores. Essa festa ocorre em três dias e atrai expressiva quantidade de visitantes e turistas para Bemposta. A programação do evento conta com procissão, missas, cavalgada e atrações musicais (Figura 5).

Figura 5 – Imagens da ‘Festa de Maio’.



Fonte: acervo das autoras.

Na primeira imagem observa-se a Igreja Nossa Senhora da Conceição. As outras duas imagens retratam a procissão da Nossa Senhora da Conceição nas principais ruas do distrito de Bemposta.

⁸ A Cerâmica Bemposta Limitada foi um empreendimento dado por Sr. Arnaldo Guinle e Sr. Eurico Souza Pereira, que tinha em vista a modernização local, segundo matéria publicada no Jornal Correio do Sul, em 1952, acessado por meio do arquivo pessoal da narradora N3.

A narradora N3 expôs com saudosismo a beleza da festa na época do Sr. Arnaldo Guinle, em que eram dispostas bandeiras de tecido e vinha uma banda de música da cidade do Rio de Janeiro para animar o evento. O narrador N2 destacou os blocos de Carnaval, que percorrem as ruas do distrito nos quatro dias de celebração dessa festa popular nacional, em que participam moradores e visitantes.

O ‘Trilhão de Bemposta’ (Figura 6) foi mencionado pelo narrador N1. O evento trata de uma competição de motociclismo, iniciada em 2017. Durante o ‘trilhão’, os motociclistas recebem a benção do padre no centro do distrito e, em seguida, partem para uma trilha pelas montanhas e fazendas da localidade com cerca de cinquenta quilômetros de extensão.

Figura 6 – Trilhão de Bemposta.



Fonte: Entre-Rios Jornal, 2019.

Segundo a Prefeitura, em 2019, o evento reuniu cerca de quinhentos participantes, movimentando a economia local e promovendo entretenimento aos moradores e visitantes (Entre-Rios Jornal, 2019). Desde então, a edição desse evento é anual e se encontra no calendário turístico do município.

Essas manifestações culturais podem beneficiar a população local, por meio de um planejamento que possibilite a geração de atividades que promova a geração de renda e emprego. Isso pode ser efetivado de forma que seja sustentável, trazendo consigo o desenvolvimento local.

3.3 APA Bemposta: potencial turístico e desenvolvimento local

A transformação da paisagem do distrito de Bemposta ao longo do tempo foi evidenciada, especialmente pelos narradores N1 e N2, que expuseram o desmatamento nos morros e o aumento da quantidade de edificações, que resultou na sua expansão urbana. Foi constatado em trabalho de campo e pesquisa documental nos órgãos da Prefeitura, que as edificações históricas, com especial atenção às fazendas, não eram tombadas.

Os relatores mencionaram que havia expressiva circulação de turistas no distrito no período em que as Fazendas Bemposta e Recreio funcionavam como hotéis fazenda, que foram desativadas. Havia, portanto, a existência de atividade econômica dada pelo turismo rural. Restou uma pousada para receber os visitantes, que não possui característica de um hotel fazenda.

O narrador N1 reportou a existência de uma cachoeira, que se localiza entre o antigo Patronato de Menores de Bemposta e o Acampamento Batista Carioca: a Cachoeira Rio Caçado, que é acessado pela estrada Itajoana (Figura 7).

Figura 7 - Localização da Cachoeira do rio Caçado, Bemposta, Três Rios/RJ.



Fonte: Google Maps, 2022, adaptado pelas autoras.

Esse relator observou que a cachoeira (Figura 8) recebe muitos visitantes, alcançando mais de 200 pessoas durante a estação do verão, quando o calor é intenso.

Figura 8 – Imagens da cachoeira em Bemposta



Fonte: acervo das autoras.

Foi exposta pelos narradores que a concentração de visitantes em Bemposta ocorre somente em datas comemorativas: Nossa Senhora da Conceição (Festa de Maio), ‘Trilhão de Bemposta’ e Carnaval. A realização de trilhas no distrito é incipiente, em que se destaca o ‘Trilhão’, desde 2017, realizado de moto. Há trilhas que podem ser percorridas com bicicleta (de montanha), partindo do distrito para outras localidades.

O estudo realizado por Silvério Neto e colaboradores (2015) destacou a paisagem da APA Bemposta como propícia para a conservação da biodiversidade dada pelos resquícios do bioma da Mata Atlântica. A paisagem local foi evidenciada pelos relatores. Constata-se que há potencial para atividades econômicas ligadas a preservação e valorização do patrimônio natural, bem como, do patrimônio histórico e cultural na APA Bemposta. Particularmente, relacionados ao ecoturismo e o turismo rural. O primeiro devido a presença da cachoeira e os morros; e, o segundo por causa das fazendas históricas da região.

Esse potencial de geração de emprego e renda, por meio das atividades econômicas decorrentes do uso público da UC, oportunizaria a criação de novos empreendimentos e ampliação de bens e serviços, que pode se constituir em um vetor de desenvolvimento local. E, especialmente, sustentável, como abordado por Campos (2005), se acompanhado do comprometimento e conscientização das comunidades do território, empreendedores turísticos, dos turistas e visitantes quanto a necessidade de proteção do patrimônio – ambiental, histórico e cultural.

Nesse sentido, seria oportuna a viabilização de estímulos pela gestão pública para a sua promoção. Salienta-se que a APA, criada em 2012 por meio de decreto municipal, não possui plano de manejo. E, isso distancia o alcance do desenvolvimento local, de forma sustentada, dado que a área protegida se apresenta como um ‘Parque de Papel’. Portanto, se faz necessário a elaboração desse documento. Pois, ele inclui medidas com o objetivo de promover a integração da área protegida à vida econômica e social das comunidades vizinhas, conforme estabelecido pelo SNUC (Brasil, 2000). Nesse sentido, a elaboração desse plano de manejo poderia se constituir em um documento norteador para a articulação e a dinamização de um processo de desenvolvimento local, iniciado pelo governo municipal.

Considerações finais

O uso da memória de expressão oral, dada em essência pela história oral, possibilitou vislumbrar os aspectos da realidade local da APA Bemposta – UC de uso sustentável gerido pelo governo municipal de Três Rios –, por meio de seus três relatores: antigos moradores do distrito. Por meio deles, foi evidenciado o patrimônio ambiental, histórico e cultural. Foi exposto, também, a perda da memória histórica e cultural local, ao longo do tempo, especialmente com a entrada de indústrias. Isso resulta em impactos na paisagem dado pelo novo uso e ocupação do solo. Além disso, tem-se a entrada de novos moradores, por conta da demanda por mão de obra dessas firmas. A evolução da expansão urbana foi exposta por eles.

Constatou-se a inexistência de bens tombados na APA Bemposta. Isso revelou o desinteresse do poder público em preservar parte das fazendas históricas do ciclo econômico do café no país, resultando em sua descaracterização e, até mesmo, destruição. Isso afeta negativamente na construção da memória coletiva e identidade dessa comunidade. Pois, tem-se a perda da história do local e de sua gente. O resgate histórico e cultural de uma UC tem um potencial significativo para o desenvolvimento local. Pois, uma UC é mais do que apenas espaço de preservação ambiental, ela também se configura como espaço de memória e identidade.

A ausência do plano de manejo da UC, criada em 2012, caracteriza esse espaço como um ‘Parque de Papel’. E, como tal, não alcança o seu propósito de criação. Isso reforça a inércia da gestão municipal quanto a esse território. A elaboração do plano de manejo se faz premente, no sentido de promover o direcionamento quanto a integração da APA à vida econômica e social das comunidades, que se encontram em seu território e de seu entorno. Há possibilidade de desenvolvimento local da APA Bemposta, a partir de seu resgate histórico e cultural. A escolha por essa trajetória deverá ser dada por meio do poder público com a conscientização e participação de todos os atores envolvidos, via políticas públicas.

Por fim, é pertinente observar que a APA Bemposta ao conjugar em sua paisagem resquícios da Mata Atlântica e fazendas históricas apresenta expressivo potencial de geração de emprego e renda, via atividades econômicas derivadas de seu uso público. A criação de novos empreendimentos e ampliação de bens e serviços viria em seu bojo. Constituindo-se, desse modo, em vetor de desenvolvimento local. Sua sustentabilidade daria com a promoção da participação de todos os atores envolvidos, quanto a necessidade de proteção de seu patrimônio. Resta, portanto, aproveitar

a janela de oportunidade dada pelo contexto de valorização dos espaços dados pelas UCs pela população, que já se fazia presente antes do período da pandemia.

Referências

BARBOSA, Dolvani da Costa. **Estudo da Eficácia de Gestão de Unidades de Conservação Municipais de Três Rios/ RJ: APA Vale do Morro da Torre e APA Bemposta**. Monografia em Graduação Bacharelado de Gestão Ambiental. Três Rios/ RJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://itr.ufrj.br/portal/wp-content/uploads/2018/01/monografia-dolvani-da-costa-barbosa.pdf>. Acesso em: ago. de 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal e Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 18 de julho de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em: ago. de 2023.

BROD, T.C.O.; MILWARD-DE-AZEVEDO, J.A. Área de Proteção Ambiental do Sana, Macaé/ RJ: desafios e potencialidades do uso público. In: Eliza Carminatti Wenceslau; Maxwell Luiz da Ponte. (Org.). **Saberes e práticas: do ensino ao turismo**. 1ª edição. São José do Rio Preto, SP: Reconnecta - Soluções Educacionais, 2022, v. 1, p. 78-96. Disponível em: https://www.reconnectasolucoes.com.br/_files/ugd/db03c2_8b3563916d8f4465862342570caaa993.pdf. Acesso em: ago. de 2023.

BURSZTYN, M.A.; BURSZTYN, M. **Fundamentos de Política e Gestão Ambiental: caminhos para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CAMPOS, A.M.N. O Ecoturismo como Alternativa de Desenvolvimento Sustentável. **Caderno Virtual de Turismo**. Vol.5, nº1, 2005, p. 1-6. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115416150001>. Acesso em: nov. de 2019.

CARNEIRO, A.R. Os impactos da Lei Áurea em Barra Mansa a partir do jornal a Imprensa Barramansense. **Dia-Logos: Revista Discente da Pós-Graduação em História**. Vol.10, nº01, p.1-9, jan-jun 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/dia-logos/article/view/26718>. Acesso em: nov. 2019.

CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

CARRILHO-DA-SILVA, F.; MILWARD-DE-AZEVEDO, J.A. Ordenamento de Uso Público e Conservação de Áreas Protegidas: aplicação de ferramentas IAT e ROVUC em um parque na cidade do Rio de Janeiro. In: Eliza Carminatti Wenceslau. (Org.). **Práticas em Ensino, Conservação e Turismo no Brasil**. 1ª edição. São José do Rio Preto, SP: Reconnecta Soluções Educacionais, 2023, v. 2, p. 299-319. Disponível em: https://www.reconnectasolucoes.com.br/_files/ugd/db03c2_bfb-484947d454662b10bdd98ec99cae2.pdf. Acesso em: out. de 2023.

COSTA, A.P.F.S. **Eficácia de Gestão de Unidades de Conservação Municipais no Estado do Rio de Janeiro: estudo de caso nos municípios de Três Rios e Teresópolis**. Monografia em Graduação Bacharelado de Gestão Ambiental. Três Rios/ RJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://itr.ufrj.br/portal/wp-content/uploads/2018/01/monografia-ana-paula-ferreira-santos-da-costa.pdf>. Acesso em: ago. de 2023.

DRUMOND, M.A. Participação Comunitária no Manejo de Unidades de Conservação. **Manual de Técnicas e Ferramentas**. Belo Horizonte: Instituto Terra Brasilis de Desenvolvimento Sócio-Ambiental, 2002. Disponível em: <https://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/PlanosdeManejo/ParticipacaoComunitarianoManejodeUnidadesdeConservacaoManualdeTecnicaeFerramentas.pdf>. Acesso em: nov. 2019.

ENTRE-RIOS JORNAL. **III Trilhão de Bemposta atrai mais de 500 motociclistas e consolida o distrito como nova rota turística**. Três Rios/RJ: 24 de setembro de 2019. Disponível em: <https://arquivo.entreriosjornal.com/>. Acesso em: out. de 2023.

FÁRIA, D.C.; OLIVEIRA, D.N.; ALMEIDA, F.S. **Avaliação de um Reflorestamento Realizado no Município de Três Rios-RJ**. In: II Congresso Brasileiro de Reflorestamento Ambiental - 23 a 26 de outubro de 2012. SESC Centro de Turismo de Guarapari, Guarapari/ES. Disponível em: http://www.cedagro.org.br/downloads/20121122_reflorestamento/Faria_Debora_Chaves.pdf. Acesso em: out. de 2022.

FERRAZ, R.N.; MILWARD-DE-AZEVEDO, J.A. Estimativa dos Custos e Benefícios da Criação e Implantação das Unidades de Conservação Municipais de Três Rios/ RJ. In: Maxwell Luiz da Ponte; Eliza Caminatti Wenceslau. (Org.). **Saberes e práticas em conservação [livro eletrônico]: do material ao imaterial**. 1ª edição. São José do Rio Preto, SP: Reconnecta - Soluções Educacionais, 2022, v. 1, p. 64-79. Disponível em: https://www.reconnectasolucoes.com.br/_files/ugd/db03c2_aeefbeb2291345febf3e54cdb06b217a.pdf. Acesso em: out. de 2023.

IRVING, M. O Ecoturismo no Brasil: Retrospectiva e Tendências. **Boletim de Turismo e Administração** [Publicação do] Centro Universitário Ibero Americano, v. 10, n. 2, outubro 2001. São Paulo: UNIBERO, 2001.

KASSOW, I. **Fazenda Bemposta**. Mapa de Cultura RJ. Disponível em: <https://mapadecultura.com.br/manchete/fazenda-bemposta-1>. Acesso em: ago. de 2023.

LEVY, C.R.M. **Johann Georg Grimm e as Fazendas de Café**. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC, Instituto Cultural Cidade Viva e Instituto Light, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2011/01/16_carlos_levy.pdf. Acesso em: nov. 2023.

MILWARD-DE-AZEVEDO, J.A. **Monumento Natural Municipal do Encontro dos Três Rios/RJ: identificação das pressões e ameaças existentes**. Monografia em Graduação Licenciatura em Geografia. Três Rios/ RJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2022.

MURTA, S.M.; ALBANO, C. (Orgs.). **Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Território Brasilis, 2002.

NOVAES, A. **A paisagem da fazenda cafeeira através da iconografia no século XIX**. Instituto Cidade Viva, 2009. Disponível em: http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2009/11/25_adriano-novaes.pdf. Acesso em: nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE (OPAS). **OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em: jun. de 2023.

SILVA, P.G. **Capítulos de história de Paraíba do Sul**. Paraíba do Sul/ RJ: Editora Irmandade da Nossa Senhora da Piedade, 1991.

SILVÉRIO NETO, R.; BENTO, M.C.; MENEZES, S. J.M.C.; ALMEIDA, F.S. Caracterização da Cobertura Florestal de Unidades de Conservação da Mata Atlântica. **Floresta e Ambiente**. 22(1). p. 32-41. jan/mar2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/floram/a/b8dzWBxFjPcgw9qRZT-VFXMQ/?lang=pt> Acesso em: maio de 2023.

TONIAL, J.C. **Plano Diretor como Elemento de Preservação do Meio Ambiente Histórico Cultural**. Dissertação de Mestrado em Direito. Caxias do Sul/RS: Universidade de Caxias do Sul, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/handle/11338/342>. Acesso em: out. de 2023.

TRÊS RIOS. **Decreto Municipal nº 4.559**, de 15 de fevereiro de 2012. Cria a APA (Área de Proteção Ambiental) Bemposta. *Mimeo*.

VALLEJO, L.R. Uso Público em Áreas Protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. **Revista Eletrônica Uso Público em Unidades de Conservação**. Vol.1, nº1, 2013, Niterói/RJ. Disponível em: https://periodicos.uff.br/uso_publico/article/view/28674/16633. Acesso em: nov. 2019.

VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ZANIRATO, S.H. Usos Sociais do Patrimônio Cultural e Natural. **Patrimônio e Memória**. Vol.5, nº01, p. 137-152, out. 2009. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/viewFile/145/521>. Acesso em: ago. de 2023.

Arborização Urbana no município de Três Rios (RJ): coleta e análise de dados para elaboração do Plano Diretor de Arborização - PDAU

Erika Cortines, André Luiz Pereira, Michaele Alvim Milward-de-Azevedo Sady Júnior Martins da Costa de Menezes, Fábio Cardoso de Freitas, Fábio Souto de Almeida, Letícia Novaes Duarte, Alice Silva Pereira Hagge, Agatha Martins Miguel, Alessandra Cordeiro dos Santos, Amanda Moraes Bevilacqua Pereira, Andrea Cristina Ferreira Longo, Crislaine da Silva Ramos, Fernando Carrilho-da-Silva, Gisele dos Santos Cabral, Karina Oliveira, Maisa Barros Baptista Hygino Pena, Nadia Mylena dos Santos Orlandini, Thayna Ribeiro Bromana, Nathália Borges, Lucas Magrani, João Paulo Pereira.

Introdução

A segunda metade do século XX se revelou como um importante período no que tange às discussões relacionadas às questões urbanas brasileiras. Isso se deu devido ao acelerado processo de transformação que as cidades brasileiras têm passado. Resultado da transição de uma economia de base agrária para a industrial, o desenvolvimento das cidades brasileiras fez sua população urbana quase dobrar em 40 anos (44,7% do total dos brasileiros em 1960 para 81,2% no ano 2000) (Brasil, 2005). Hoje em dia, discute-se não apenas crescimento econômico, fala-se também em desenvolvimento sustentável e qualidade de vida de todos que habitam as cidades. Esse pensamento traz à tona a necessidade de análise das dimensões socioambientais envolvidas no planejamento e gestão urbana.

Desde a década de 1970 as cidades brasileiras têm sofrido as mais intensas transformações. A busca pela compreensão da diversidade dos aspectos do espaço urbano, relacionados às suas dimensões socioambientais, tornou-se uma preocupação cada vez mais presente para o planejamento e a gestão urbana. Os temas relacionados à qualidade ambiental das áreas urbanas vêm sendo debatidos por diversos pesquisadores nos níveis técnicos e científicos (Bargos & Matias, 2011).

O desenvolvimento sustentável traz consigo a necessidade de se voltar o olhar para as questões relacionadas ao meio ambiente e qualidade social e não apenas ao avanço econômico. Salienta-se que um município necessita de um sistema de áreas verdes que produza o equilíbrio necessário à garantia da qualidade de vida. A qualidade de vida é garantida pela Constituição Brasileira, pelo Direito Ambiental, pelos Direitos Humanos, pelas Constituições Estaduais e pelas legislações do município. É urgente, para todos os habitantes, a adoção de parâmetros que tracem os caminhos para o desenvolvimento sustentável. Sendo assim, é necessário que seja pensado em um planejamento urbano quanto a proporção de áreas verdes e a quantidade de habitantes por metro quadrado nas cidades (Sá Silva, 2016).

Permeando os caminhos do desenvolvimento sustentável, para que a população urbana tenha qualidade de vida, salienta-se que além de uma educação que proporcione níveis elevados de conhecimento e serviços de saúde é necessário um ambiente com qualidade. Entende-se que a po-

pulação urbana depende para o seu bem estar, não só de educação, cultura, equipamentos públicos, mas também de um ambiente com qualidade, e a vegetação quando presente interfere positivamente na qualidade de vida dos habitantes da cidade (Lima & Amorim, 2006).

A temática se revela de suma importância visto que as áreas verdes têm influência direta na qualidade de vida das pessoas que habitam nesses locais. Lima & Amorim (2006) salientam que as áreas verdes são importantes para a qualidade ambiental das cidades, já que assumem um papel de equilíbrio entre o espaço modificado para o assentamento urbano e o meio ambiente.

O município de Três Rios-RJ, situado na região do Vale do Paraíba, possui um relevante histórico de impactos ambientais, como a monocultura do café no século XIX, que ocasionou um vasto desmatamento no município, sequenciado da pecuária e da urbanização crescente, associado ao processo de industrialização, resultando em perdas de habitat e fragmentação florestal (Silvério Neto *et al.* 2015). Assim, o município sofre com as consequências destas mudanças no uso e ocupação do terreno até a presente data.

Desde a antiguidade, as áreas verdes e jardins tinham finalidades de passeio, lugar para expor luxo e de repouso. Atualmente com os problemas gerados pelas cidades, as áreas verdes, parques e jardins são uma exigência não só para a ornamentação urbana, mas também como necessidade higiênica, de recreação e principalmente de defesa do meio ambiente diante da degradação das cidades. São destinadas para comportar o verde urbano e também um indicador importante para a qualidade ambiental. A substituição do verde das paisagens pelo concreto das construções provoca mudanças nos padrões naturais de percolação das águas, por exemplo, fazendo das áreas urbanas sinônimos de desequilíbrio dos ecossistemas e de vários processos de erosão. Além de servirem como equilíbrio do ambiente urbano e de locais de lazer, também podem oferecer um colorido e plasticidade ao meio urbano. Outro fator importante referente à vegetação é a arborização das vias públicas que serve como um filtro para atenuar ruídos, retenção de pó, reoxigenação do ar, além de oferecer sombra e a sensação de frescor (Lima & Amorim, 2006).

Para análise do município de Três Rios no ano de 2015, verificou-se que ela apresentava um dos menores índices de arborização urbana na região, segundo Silvério Neto *et al.* (2015). Verificou-se apenas 27% de cobertura florestal em áreas de Unidades de Conservação e apenas 1% de sua cobertura florestal original preservada, sendo 57.3% do território coberto por pastagens e 35.6% por vegetação secundária, sendo que 2.8% da cobertura vegetal do município situava-se na área urbana (Faria, 2013 *apud* Costa, 2017). Esta constatação alerta para a perda progressiva da biodiversidade local, além de se mostrar necessário uma maior atenção para os benefícios que a arborização revela à sociedade, como melhor qualidade de vida, enriquecimento da paisagem urbana, além de agregar valor comercial e preservar o ecossistema como um todo.

As áreas verdes urbanas são consideradas como o conjunto de áreas intra urbanas que apresentam cobertura vegetal, arbórea (nativa e introduzida), arbustiva ou rasteira (gramíneas) e que contribuem de modo significativo para a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental nas cidades. Essas áreas verdes estão presentes numa enorme variedade de situações: em áreas públicas; em Áreas de Preservação Permanente (APP); nos canteiros centrais; nas praças, parques, florestas e unidades de conservação (UC) urbanas; nos jardins institucionais; e nos terrenos públicos não edificadas. São exemplos dessas áreas: praças; parques urbanos; parques fluviais; parque balneário e esportivo; jardim botânico; jardim zoológico; alguns tipos de cemitérios; e faixas de ligação entre áreas verdes (Ministério do Meio Ambiente, 2023).

Andrade (2004) *apud* Benini & Matin (2011) salientam que “áreas verdes, são quaisquer áreas plantadas”, ou seja, a arborização dos espaços urbanos conforme apresentado neste trabalho. Grey e Deneke (1986) *apud* Benini & Matin (2011) definem estas áreas como sendo compostas por

áreas de rua, parques e áreas verdes em torno de edifícios públicos e outros tipos de propriedades públicas e privadas.

Trabalho realizado por Couto (2017) identificou que 95% das árvores plantadas em cinco praças do Centro de Três Rios, RJ possuem algum tipo de uso não madeireiro sendo, portanto para fins medicinais, ornamentais e alimentícios.

Apesar dos inúmeros benefícios que a arborização traz à população, existem desafios a serem sanados, como os conflitos entre a arborização e os equipamentos urbanos, como calçadas, fiações, muros, redes de esgoto e postes de iluminação. Por este motivo, mostra-se necessário um planejamento categórico onde sejam selecionadas árvores indicadas para o meio público e árvores nativas da região. Os planos de arborização urbana devem ser pensados em longo prazo, para que futuramente não seja necessária a remoção destas árvores.

De acordo com o Manual do Plano de Arborização produzido pelo Ministério Público do Paraná, a correta elaboração do Plano Municipal de Arborização Urbana se mostra indispensável não somente no planejamento das ações e iniciativas relacionadas ao diagnóstico, implantação, manutenção e monitoramento das suas medidas concretas, mas também se mostra indispensável para o exercício do poder de polícia referente ao licenciamento e autorização de eventual poda, corte e substituição de árvores (Gomes, 2012).

Assim, é necessário conhecer as espécies que compõem a Arborização Urbana do município, a localização dos indivíduos, seu tamanho, além dos possíveis conflitos existentes com as linhas de transmissão de energia elétrica ou telefonia, as calçadas públicas e redes de drenagem pluvial. Também é importante obter informações ecológicas e biológicas das árvores, como a região de origem das espécies, as características da arquitetura da copa, de suas flores e frutos, pois deve-se evitar utilizar espécies com características que possam gerar problemas significativos. Por outro lado, podem ser priorizadas espécies que agreguem valor paisagístico ou sejam frutíferas. A percepção dos cidadãos sobre as diferentes espécies de árvores é um dos fatores úteis para a escolha das espécies mais adequadas para compor a Arborização Urbana. Deve-se priorizar espécies nativas da região de Três Rios e planejar a arborização para que apresente elevada diversidade de espécies, valorizando a biodiversidade local e favorecendo a sua conservação. A localização das árvores plantadas nas ruas de Três Rios é uma informação útil para o manejo das mesmas. Além disso, conhecer a variação na densidade de árvores nos diferentes bairros do município pode apontar os locais prioritários para receber novos plantios.

As árvores urbanas e as vegetações associadas têm inúmeros usos e funções no ambiente urbano. Além do uso estético e arquitetônico, a vegetação urbana desempenha várias funções de engenharia. As árvores urbanas são importantes para a sociedade porque a maioria das pessoas vive nas cidades. As árvores ajudam na melhoria da qualidade de vida das pessoas, contribuem para o lazer, conforto e bem-estar das pessoas. As árvores fazem parte de nossa vida diária (De Araujo & De Araujo, 2016).

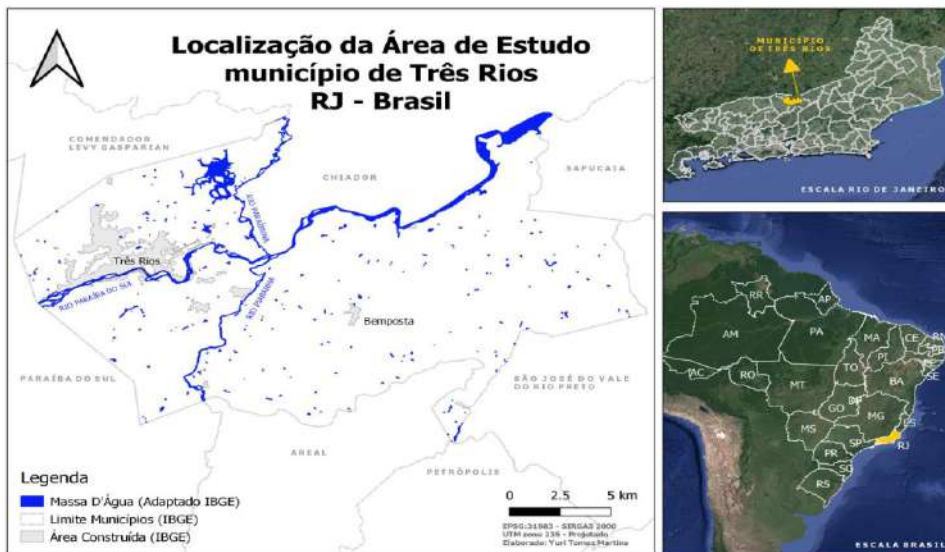
Desta maneira, o objetivo deste trabalho foi identificar a composição de espécies da arborização urbana do município de Três Rios, RJ, registrar os principais conflitos destas com os equipamentos urbanos e subsidiar a confecção do Plano Diretor de Arborização Urbana PDAU.

1 Material e métodos

O município de Três Rios situa-se na mesorregião centro-sul Fluminense, entre as coordenadas 22°6'58" S; 43°12'23" O, no estado do Rio de Janeiro, fazendo divisa com o estado de

Minas Gerais (Figura 1). O clima da cidade é mesotérmico, apresentando um verão quente e chuvoso, e inverno frio e seco. A temperatura varia de 14,2°C até 37,4°C e a precipitação anual média é aproximadamente de 1.300 mm (Gomes *et al.* 2013).

Figura 1. Localização geográfica do município de Três Rios no estado do Rio de Janeiro, Brasil.

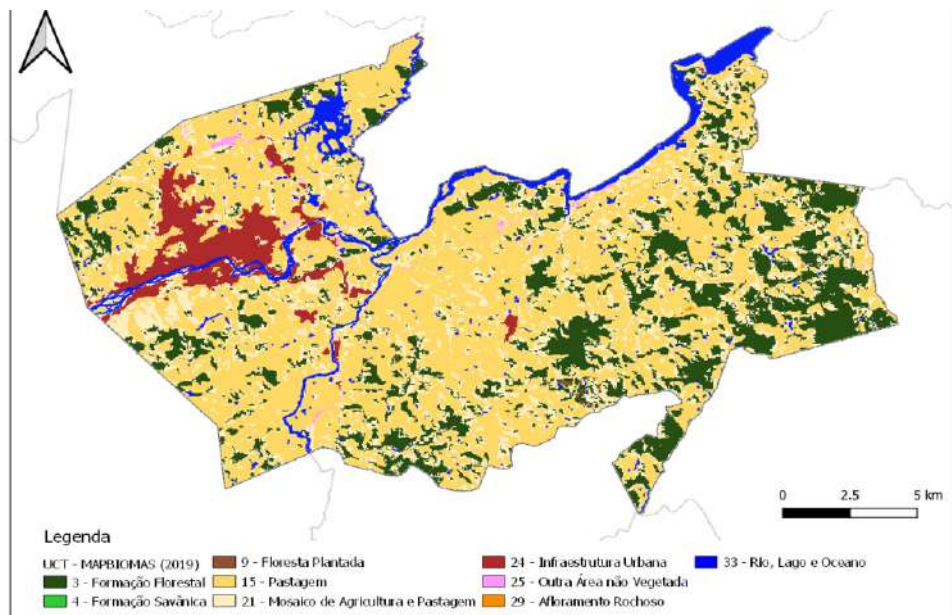


Fonte: Martins (2020).

Segundo o IBGE (2023), o município conta com uma extensão territorial de 322,8 km² e possui uma densidade demográfica de 242,7 hab/km² e a população residente de 78.346 habitantes.

A vegetação natural do município é a Floresta Estacional Semidecidual, característica do bioma Mata Atlântica, uma floresta que apresenta 20 a 50 % das árvores com perda de folhas na estação seca (inverno) (Martins, 2020). A Figura 2 apresenta o uso e cobertura do terreno para o município de Três Rios-RJ e a Tabela 1 apresenta a porcentagem e área em hectare (ha) deste uso e cobertura do terreno para o ano de análise de 2019 (MAPBIOMAS, 2019).

Figura 2. Uso e cobertura do terreno para o município de Três Rios-RJ (ano de 2019 – dados MapBiomias).



Fonte: Martins (2020).

Tabela 1. Dados espaciais de uso e cobertura do terreno para o município de Três Rios – RJ (2019).

COD	Nome da Classe	Área Ocupada	
		(hectares)	%
3	Formação Florestal	6.348,71	19,46%
4	Formação Savânica	0,88	0,002%
9	Floresta Plantada	33,64	0,103%
15	Pastagem	16.652,76	51,04%
21	Mosaico Agricultura e Pastagem	6.857,18	21,02%
24	Infraestrutura Urbana	1.657,63	5,08%
25	Outra Área não Vegetada	123,16	0,37%
29	Afloramento Rochoso	8,67	0,026%
33	Rio, Lago e Oceano	942,42	2,89%
Total		32.625,07	100%

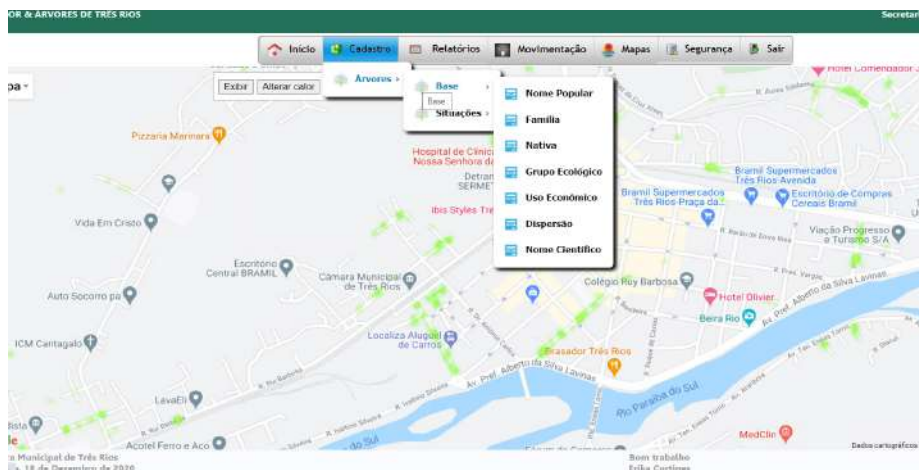
Fonte: Martins (2020) adaptado do MapBiomias (2019).

O levantamento, georreferenciamento e caracterização da Arborização Urbana foi realizado em todos os bairros do município de Três Rios, sendo escolhido de forma randômica 31% de

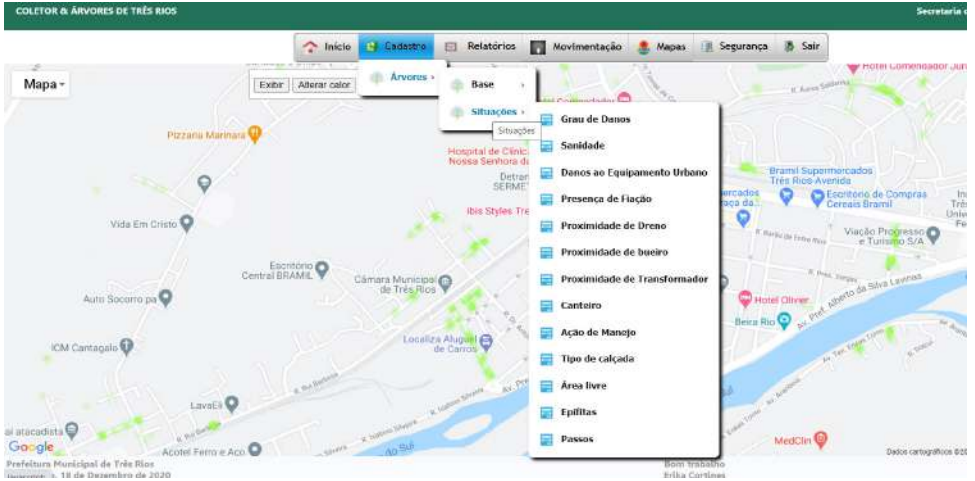
todos os logradouros onde a coleta de lixo é realizada, que totalizou 259 ruas levantadas das 828 presentes no município, sendo contemplado todos os bairros de Três Rios, exceto o bairro Passatempo considerado como bairro rural, e o bairro Habitat, por ser considerado perigoso. Nos estudos prévios realizados por Faria *et al.* (2013), Bastos *et al.* (2016) e Moreira & Milward-de-Azevedo (2021), foram inventariados seis bairros do município. No presente trabalho foram acrescentados 26 bairros na avaliação da Arborização Urbana de Três Rios.

O inventário foi realizado por corpo técnico capacitado e orientado por professores do curso de Gestão Ambiental da UFRRJ/ITR, Campus Três Rios e funcionários da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura de Três Rios e um botânico contratado para validação das espécies. As coletas de dados foram realizadas por meio de medições em campo de cada árvore, com CAP (Circunferência a Altura do Peito) mínimo de 15 cm, visualização das interferências ou não na estrutura urbana (fiação, calçada e bueiros), e localização da árvore por meio de fotografia georreferenciada. Os dados foram inseridos no aplicativo Árvores de Três Rios, criado e disponibilizado pela Escola de Tecnologia *Genius Now* a partir das demandas de levantamento sugeridas pela equipe técnica (Figura 3a, 3b), compondo assim o banco de dados digital para análise posterior pela equipe da pesquisa.

Figura 3. Tela/interface do aplicativo Árvores de Três Rios (Figura 2a, 2b) para coleta de dados em campo por meio de dispositivos móveis (*smartphones*).



(a)



(b)

Fonte: Autores (2020).

A ficha de coleta foi adaptada do trabalho de Silva Filho *et al.* (2002) e inserida diretamente no aplicativo Árvores de Três Rios para composição do banco de dados, contendo para cada árvore: espécie, família, nome popular, CAP (cm), altura total (m), altura da primeira ramificação (m), diâmetro da copa (m²), largura da calçada, largura da rua, compatibilidade com o meio urbano/conflitos com a infraestrutura urbana (rede elétrica, marquises, rede de esgoto, drenagem pluvial etc.) e se há risco de queda, condição fitossanitária, presença de pragas, necessidade de manejo (poda, remoção do toco, substituição, etc.), presença de epifitas e observações gerais.

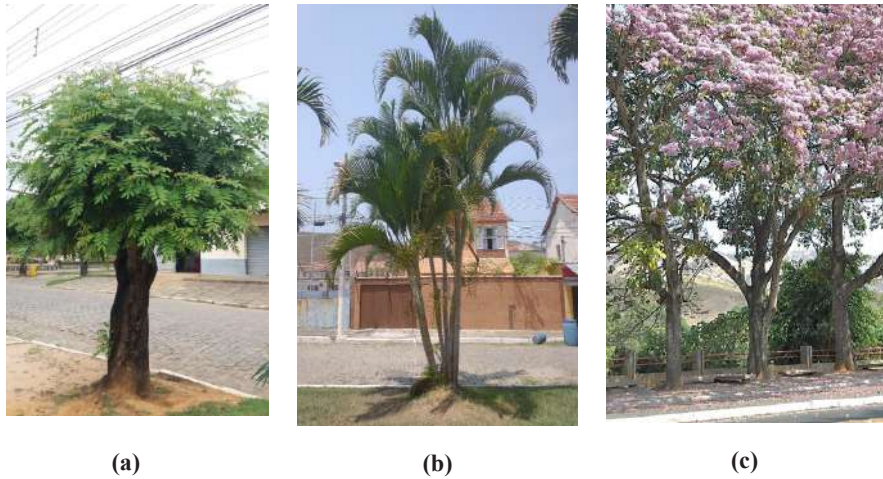
Para cada árvore examinada foi observado a relação entre a raiz e a calçada, procurando identificar se há destruição de calçada por raízes de grande porte, e se a copa das árvores influencia no bom funcionamento da fiação da rede elétrica, telefônica etc.

Uma lista de espécies foi produzida com as árvores amostradas, acrescidas das listagens produzidas por Faria *et al.* (2013), Bastos *et al.* (2016) e Moreira & Milward-de-Azevedo (2021). Os nomes foram atualizados de acordo com o sistema de classificação atual APG IV (2016), e auxílio da Flora do Brasil 2020 (<http://floradobrasil.jbrj.gov.br/>) para as espécies brasileiras, “The Plant List” (<http://www.theplantlist.org/>) e “The Plant Name Index” (<https://www.ipni.org/>), para as espécies exóticas.

2 Resultados e discussão

Foram cadastrados 1.528 indivíduos de 145 espécies, e adicionadas mais 13 espécies retiradas da literatura (Faria *et al.* 2013, Bastos *et al.* 2016, Moreira & Milward-de-Azevedo 2021), totalizando 158 espécies plantadas na arborização urbana de Três Rios, sendo 85% das espécies exóticas brasileiras. Destas espécies, três famílias botânicas se mostraram mais abundantes, são elas: Fabaceae (Figura 4a – ex.: *Senna siamea* – cássia-do-sião), Arecaceae (Figura 4b – ex.: *Dypsis lutescens* – areca-bambu) e Bignoniaceae (Figura 4c – ex.: *Tabebuia heterophylla* (DC.) Britton – ipê-bálsamo).

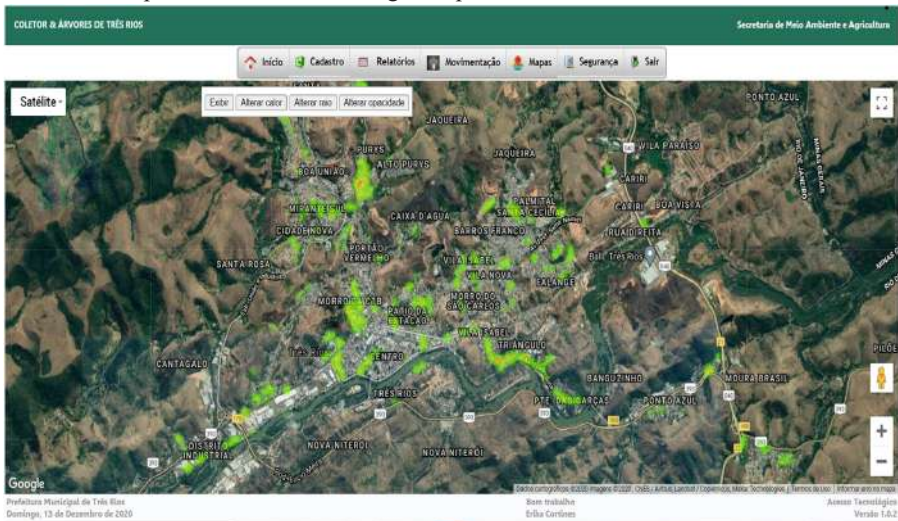
Figura 4. Fabaceae (Figura 4a – *Senna siamea* – Cássia de São), Arecaceae (Figura 4b – *Dypsis lutescens* – Areca Bambu) e Bignoniaceae (Figura 4c - *Tabebuia heterophylla* (DC.) Britton – ipê-bálsamo).



Fonte: Autores (2020).

Foram inventariadas em torno de 259 ruas no município de Três Rios-RJ, sendo o total de 31,38 km de vias inventariadas, tendo uma densidade de 0,49 árvores a cada 10m. A Figura 5 mostra de forma espacial, as áreas inventariadas no município de Três Rios-RJ.

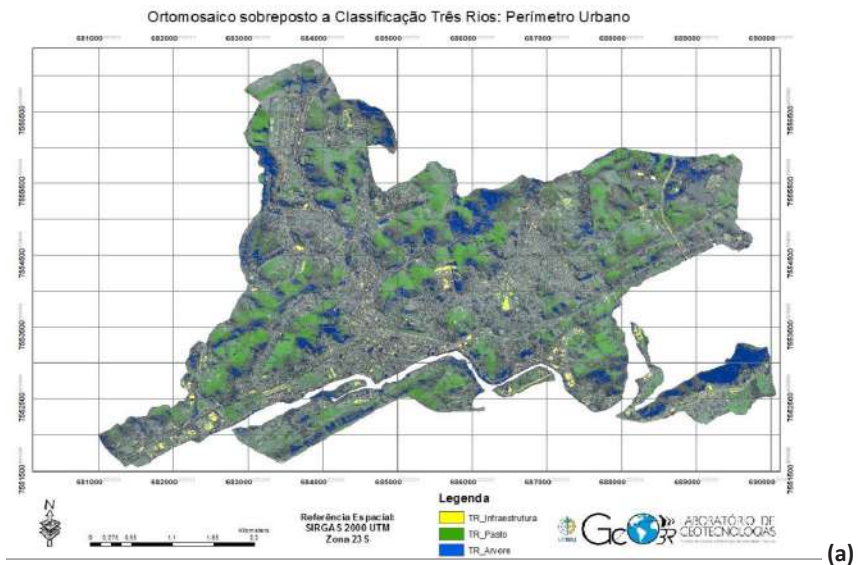
Figura 5. Setores (bairros e ruas) inventariados durante a coleta de informações (árvores) no município de Três Rios-RJ. Imagem espacial de 13 de dezembro de 2020.



Fonte: Cortines (2020).

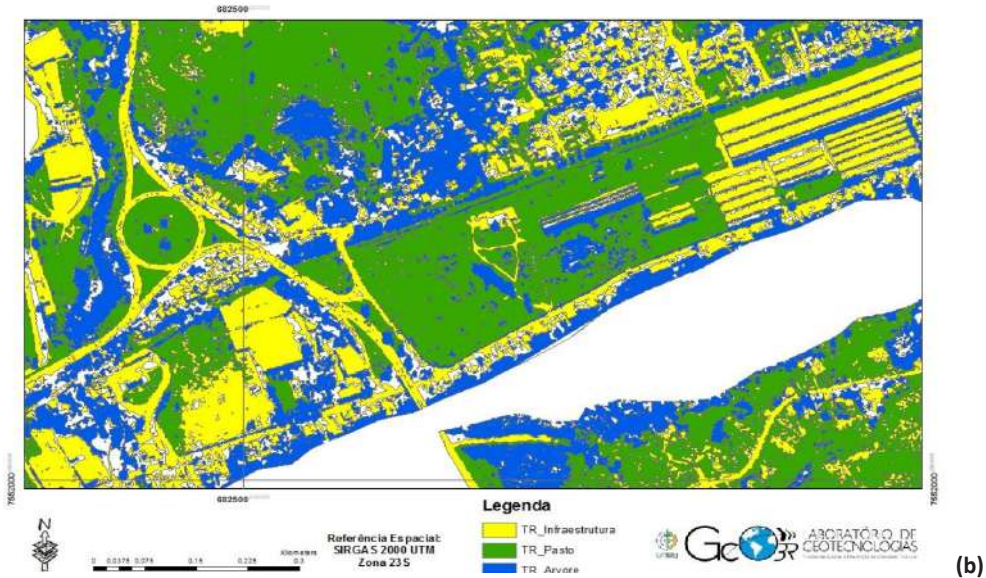
A Figura 6a e 6b mostra por meio do uso de uma imagem de sensoriamento remoto (ortomosaico) e realizando uma classificação supervisionada sobre esta imagem, a obtenção para a região central do município de Três Rios-RJ (perímetro urbano) das informações referentes às classes de uso e ocupação do terreno, onde visualizamos as classes de Infraestrutura (amarelo), Pastagem (verde) e Arborização (azul), de forma a nortear e agregar quanto as coletas e análises realizadas durante a fase de inventário das espécies em campo.

Figura 6. Imagem de sensoriamento remoto (ortomosaico) e uso da classificação supervisionada para obtenção das classes de uso e ocupação do terreno (Figura 5a, 5b): Infraestrutura (amarelo), Pastagem (verde) e Arborização (azul).



(a)

Classificação Supervisionada - Área Central - Três Rios (TR)



(b)

As 15 espécies mais frequentes foram: *Licania tomentosa* (Benth.) Fritsch (8,3%), *Muraya paniculata* (L.) Jack (7,5%), *Senna siamea* Lam. (7,5%), *Terminalia catappa* L. (6,4%), *Dypsis lutescens* (H.Wendl.) Beentje & J.Dransf. (4,7%), *Pachira aquatica* Aubl. (4,4%), *Bauhinia variegata* L.(4,0%), *Psidium guajava* L. (3,7%), *Tabebuia heterophylla* (DC.) Britton (3,2%), Árvores Mortas (3,0%), *Ficus benjamina* L. (2,9%), *Mangifera indica* L. (2,9%), *Clitoria fairchildiana* R.A.Howard (2,0%), *Leucaena leucocephala* (Lam.) de Wit (1,6%), *Albizia lebeck* (L.) Benth (1,6%), destas, apenas a *Licania tomentosa* é nativa da Mata Atlântica. Foram encontradas apenas 24 espécies nativas da Mata Atlântica (Tabela 2). A baixa riqueza de espécies da Mata Atlântica, assim como sua baixa frequência nos bairros foi observado também por Bastos *et al.* (2016) e Moreira & Milward-de-Azevedo (2021).

Tabela 2. Espécies nativas da Mata Atlântica presentes na arborização urbana do município de Três Rios, RJ.

Espécie	Nome popular	Família
<i>Annona dolabripetala</i> Raddi	Araticum	Annonaceae
<i>Ceiba speciosa</i> (A.St.-Hill.) Ravenna	paineira-rosa	Malvaceae

<i>Cenostigma pluviosum</i> (DC.) Gagnon & G.P.Lewis	Sibipiruna	Fabaceae
<i>Clusia fluminensis</i> Planch. & Triana	Clusia	Clusiaceae
<i>Cordia superba</i> Cham.	babosa-branca	Boraginaceae
<i>Erythrina falcata</i> Benth.	bico-de-papagaio	Fabaceae
<i>Guazuma ulmifolia</i> Lam.	fruta-de-macaco	Malvaceae
<i>Handroanthus chrysotrichus</i> (Mart. Ex DC.) Mattos	ipê-amarelo	Bignoniaceae
<i>Handroanthus impetiginosus</i> (Mart. Ex DC.) Mattos	ipê-rosa	Bignoniaceae
<i>Handroanthus serratifolius</i> (Vahl) S. Grose	ipê-amarelo-da-mata	Bignoniaceae
<i>Inga laurina</i> (Sw.) Willd.	ingá-branco	Fabaceae
<i>Licania tomentosa</i> (Benth.) Fritsch	Oiti	Chrysobalanaceae
<i>Paubrasilia echinata</i> (Lam.) Gagnon, H.C. Lima & G.P. Lewis	pau-brasil	Fabaceae
<i>Peltophorum dubium</i> (Spreng.) Taub.	angico-amarelo	Fabaceae
<i>Pereskia grandifolia</i> Haw	ora-pro nobis	Cactaceae
<i>Pleroma granulosum</i> (Desr.) D. Don	Quaresmeira	Melastomataceae
<i>Pleroma mutabile</i> (Vell.) Triana	manacá-da-serra	Melastomataceae
<i>Plinia cauliflora</i> (Mart.) Kause L.	Jabuticaba	Myrtaceae
<i>Sapindus saponaria</i> L.	Saboneteira	Sapindaceae
<i>Schinus terebinthifolia</i> Raddi	pimenta-rosa	Anacardiaceae
<i>Senna macranthera</i> (DC. ex Collad.) H.S.Irwin & Barneby	Fedegoso	Fabaceae

<i>Syagrus romanzoffiana</i> (Cham.) Glassman	Jerivá	Arecaceae
<i>Tabernaemontana laeta</i> Mart.	Leiteira	Apocynaceae
<i>Triplaris americana</i> L.	pau-formiga	Polygonaceae

Os conflitos com a infraestrutura urbana mais comuns identificadas durante as coletas de campo foram relacionados com o calçamento público, placas, semáforos, fiações elétricas, tubulação de águas e esgotos, muros, muretas, luminárias e postes de luz. Problemas como estes, devem receber atenção, uma vez que se torna suscetível a acidentes aos pedestres (com maior atenção a idosos), problemas com iluminação pública ou problemas com a fiação elétrica. Estes problemas também foram relatados por Faria *et al.* (2013), Bastos *et al.* (2016) e Moreira & Milward-de-Azevedo (2021). A redução da iluminação pública pela falta de manejo de poda nas árvores foi relatada como um dos pontos contrários ao investimento em reflorestamento na cidade de Três Rios por moradores da cidade (Medeiros, 2011).

As informações aqui coletadas e analisadas integram o Plano Diretor de Arborização Urbana (PDAU) do Município de Três Rios-RJ, como um documento técnico para subsidiar os trabalhos dos gestores públicos e a população residente, via consulta pública e apresentação das informações aqui discutidas, quanto ao benefício da arborização urbana no município e suas ações para com o desenvolvimento sustentável e qualidade socioambiental.

Segundo De Araujo & De Araujo (2016) o Plano Diretor de Arborização Urbana – PDAU deve ser um documento elaborado, discutido e aprovado pelos municípios com a participação da população. Deve ser um instrumento complementar ao Plano Diretor do Município ou Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Municipal, além de estar em consonância com a Lei Orgânica do Município. O Plano Diretor é uma exigência do Estatuto da Cidade, aprovado pela Lei 10.257, de 10 de julho de 2001.

Conclusão

Foi possível constatar a falta de planejamento na arborização do município, uma vez que não foi ponderado acerca das espécies exóticas que prevalecem em relação às nativas, além da falta de cálculo a longo prazo sobre danos a equipamentos urbanos.

Com base nos principais problemas encontrados, as prioridades de atuação do município quanto ao planejamento da arborização urbana devem envolver a seleção adequada de espécies para uso em futuros plantios, o mapeamento das áreas disponíveis para construção de canteiros infiltrantes e jardins de chuva, dar continuidade ao levantamento das espécies arbóreas para ampliar o inventário.

Recomenda-se a substituição gradual das espécies exóticas invasoras para espécies nativas, minimizando as chances de invasão destas no ambiente natural do município. Levando em consideração as 6 Unidades de Conservação presentes na cidade, a invasão por espécies exóticas pode ser prejudicial à biodiversidade.

Sugere-se dar mais atenção aos bairros que possuem pouca arborização, visto que muitos desses possuem o espaço necessário para o planejamento, facilitando o processo. Bairros em expansão necessitam de um plano imediato, visto que urbanização crescente sem o planejamento correto resulta em árvores inadequadas em locais impróprios, ou na falta da arborização.

Indica-se que seja feito um planejamento da acessibilidade urbana, mapeamento do tráfego nas ruas, alocação de placas de segurança. Podas adequadas devem ser recomendadas para livrar placas, luminárias, postes de luz e semáforos.

O mapeamento das árvores existentes nas calçadas, canteiros centrais e praças das vias públicas a partir de um cadastro georreferenciado, dividido por bairro, auxiliará a gestão remota de solicitações de podas e remoções, além do planejamento de novos plantios.

Referências

BARGOS, D. C.; MATIAS, L. F. Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. **REVSBAU**, Piracicaba – SP, v.6, n.3, p.172-188, 2011

BASTOS ASA, VIEIRA BB, AMARAL GS, CARVALHO JÚNIOR L, CRUZ VOR, MILWARD-DE-AZEVEDO MA (2016). **Percepção da arborização urbana na cidade de Três Rios, RJ**. Anais 5º Simpósio de Gestão Ambiental e Biodiversidade, p. 246-253.

BENINI, S. M.; MATIN, E. S. Decifrando as áreas verdes públicas. **Revista Formação**, n.17, v. 2, p. 63-80, 2011.

BRASIL, 2005. **Estatuto da Cidade: Guia para implementação pelos municípios e cidadãos**. 3. ed. Brasília, 2005. Câmara dos Deputados, 2005.

COSTA APF (2017) **Eficácia da gestão de Unidades de Conservação Municipais no estado do Rio de Janeiro**: Estudo de caso nos municípios de Três Rios e Teresópolis. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Gestão Ambiental) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Três Rios.

COUTO C (2017) **Função ecológica da arborização urbana das praças de Três Rios, RJ**. Monografia em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2017. Entenda a importância do reflorestamento. Potencial Florestal. 10 de abril de 2019. Reflorestamento. Disponível em: <https://potencialflorestal.com.br/importancia-reflorestamento/>. Acesso em: 10 de nov. de 2020.

DE ARAUJO, M. N.; DE ARAUJO, A. J. Arborização Urbana. **Série de cadernos técnicos da agenda parlamentar — arborização urbana**. CREA-PR, 2016, p. 1-44. Disponível em: <https://www.crea-pr.org.br/ws/wp-content/uploads/2016/12/arborizacao-urbana.pdf>. Acesso em: 08 de nov. de 2023.

FARIA DC, DUARTE JMA, PINTO DM, ALMEIDA FS (2013) Arborização urbana no município de Três Rios-RJ: espécies utilizadas e a percepção de seus benefícios pela população. **Revista Brasileira de Arborização Urbana**, 8: 58-67.

GOMES PB (Org.) (2012) **Manual para elaboração do Plano Municipal de Arborização Urbana**. Comitê de Trabalho Interinstitucional para Análise dos Planos Municipais de Arborização Urbana no Estado do Paraná, 18p.

GOMES OVO, MARQUES ED, SOUZA MDC & SILVA- FILHO EV (2013) Influência antrópica nas águas superficiais de Três Rios, RJ. **Geochimica Brasiliensis**, 27: 77-86.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Cidades e Estados**: Três Rios/RJ - Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/tres-rios.html>. Acesso em: 08 de nov. de 2023.

LIMA, V.; AMORIM, M. C. da C. T. A importância das áreas verdes para a qualidade ambiental das cidades. **Revista Formação**. n. 13, p. 139 – 165. 2006. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewFile/835/849>. Acesso em: 08 de nov. de 2023.

MARTINS, Y.T. – **Análise espacial do regime dos incêndios**: Criando estratégias para prevenção em Três Rios, RJ. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Gestão Ambiental) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Três Rios. Disponível em: https://itr.ufrj.br/portal/wp-content/uploads/2021/06/Yuri_Monografia_Versao_Final_ProfSady_Dez_2020.pdf.

Acesso em: 08 de nov. de 2023.

MEDEIROS A. R. (2011) **Cobertura arbórea em ambientes urbanos**: percepção da população e áreas prioritárias para reflorestamento no município de Três Rios-RJ. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas - CEDERJ) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – **Parques e Áreas Verdes**. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/areas-verdes-urbanas/parques-e-%C3%A1reas-verdes.html>. Acesso em: 08 de nov. de 2023.

MORAES ICM, MILWARD-DE-AZEVEDO MA (2021). Arborização urbana no Município de Três Rios, Rio de Janeiro, Brasil. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**. 8(18): 433-448. DOI: 10.21438/rbgas(2021)081828

SÁ SILVA, RF – **Cálculo do Índice de Arborização Urbana (Índice de Área Verde) como indicador da qualidade socioambiental para a cidade de Três Rios, RJ**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Gestão Ambiental) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Três Rios. Disponível em: <https://itr.ufrj.br/portal/wp-content/uploads/2017/09/monografia-raphael-fonseca-de-sa-silva-1.pdf>. Acesso em: 08 de nov. de 2023.

SILVA-FILHO DF et al. (2002). Banco de dados relacional para cadastro, avaliação e manejo da arborização em vias públicas. **Sociedade de Investigações Florestais**, 26(5): 629-642.

SILVERIO-NETO R, BENTO MC, MENEZES SJMC, ALMEIDA WFS (2015) Caracterização da Cobertura Florestal de Unidades de Conservação da Mata Atlântica. **Floresta e Ambiente** 22(1): 32-41. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2179-8087.058013>. Acesso em: 08 de nov. de 2023.

Ecoturismo: avaliação de áreas com potencial para a prática da observação de aves no município de Três Rios-RJ

Iasmim da Silva Rodrigues
Fábio Souto de Almeida

Introdução

A biodiversidade é essencial para o bem estar humano, pois os serviços ecossistêmicos garantem a segurança alimentar, geram clima estável, proporcionam água com adequada qualidade e quantidade, fornecem matéria-prima e estão associados à diversidade cultural e recreação (Scarano e Ceotto, 2016). Embora esses serviços sejam altamente importantes, a sua conservação está cada vez mais ameaçada pela degradação ambiental advinda das atividades antrópicas (Young e Spanholi, 2020).

A biodiversidade vem sendo reduzida intensamente principalmente através da destruição, fragmentação e degradação dos habitats naturais (Almeida e Vargas, 2017; Myers *et al.*, 2000). Os problemas advindos da perda de diversidade biológica incluem a escassez de recursos para a produção de bens e serviços, a redução do controle biológico de pragas e da polinização de plantas cultivadas, o desperdício de oportunidades de geração de novas biotecnologias e a redução de possibilidades de atividades recreativas e culturais em contato com a natureza, pondo em risco a qualidade de vida do ser humano (Almeida e Vargas, 2017; Young e Spanholi, 2020).

O Brasil é apontado como um país megadiverso, ocorrendo em seu território a Mata Atlântica, bioma predominantemente composto por florestas tropicais com aproximadamente 1.360.000 km² de extensão original (Cardoso, 2016; WWF Brasil, 2018). Considerada um *hotspot* de biodiversidade, a Mata Atlântica é um bioma seriamente ameaçado, ocorrendo a redução da extensão e a degradação de seus ecossistemas nativos desde a colonização do país pelos europeus (Myers *et al.*, 2000; Mittermeier *et al.*, 2004; Cardoso, 2016). Este bioma, por se estender ao longo da costa do país, sofreu os impactos de diversas atividades econômicas pelas quais o Brasil passou durante a sua história e uma grande parte da supressão da floresta ocorreu pela expansão dos centros urbanos, dos pastos para a criação de bovinos e das áreas destinadas à agricultura (Valentini, 2012).

O município de Três Rios, estado do Rio de Janeiro, é um dos municípios do bioma Mata Atlântica cuja cobertura vegetal natural foi intensamente degradada, pois em meados do século XIX, as florestas nativas foram expressivamente desmatadas para a implantação de cafezais (Silvério Neto, 2014). Nesta época, a região do Vale do Paraíba Fluminense destacou-se como uma das maiores produtoras de café do mundo (Stein, 1985; Silvério Neto, 2014). Após isso, um novo ciclo de uso das terras foi instalado, com a paisagem sendo dominada por pastagens para gado leiteiro, com ápice na metade do século XX, e mais recentemente o município apresenta um acelerado processo de industrialização (Silva, 2002; Silvério Neto, 2014). Contudo, no território de Três Rios ainda pode-se constatar a presença de fragmentos florestais que abarcam importante biodiversidade, inclusive áreas protegidas como Unidades de Conservação da Natureza que proporcionam diversos benefícios para a população, incluindo a possibilidade de realizar turismo ecológico (Bento, 2014; Silvério Neto *et al.*, 2015).

O turismo é aliado dos indicadores econômicos e possui forte ligação com fatores socioambientais, proporcionando desenvolvimento econômico e entretenimento, entre outros benefícios (Ferreira e Campato Júnior, 2018). O ecoturismo ou turismo ecológico, é considerado uma modalidade de turismo que utiliza os recursos naturais como forma de atrair pessoas interessadas em contemplar os bens naturais e ter momentos de lazer em contato com a natureza (Parrião, 2022). Este movimento turístico é considerado recente e tem apresentado relevâncias tanto econômicas, sociais, culturais e, inclusive, para a sustentabilidade (Parrião, 2022), pois geralmente é praticado buscando-se não impactar negativamente os ecossistemas.

Dentre as modalidades de turismo ecológico existentes, a observação de aves ou *birdwatching* é expressivamente difundida e praticada em grande parte do mundo, principalmente nos países desenvolvidos, como Estados Unidos e Inglaterra (Dias, 2011). Consiste basicamente em identificar e colecionar registros visuais e auditivos de espécies de aves na região de ocorrência natural, sendo geralmente utilizados instrumentos como binóculos e gravadores de sons (Farias, 2007). O seu surgimento se deu na metade do século XVIII e se diferenciou da prática do turismo convencional por apresentar princípios únicos, bem como características educacionais e ambientais (Farias, 2007). Além disso, é uma atividade praticada ao ar livre, sendo economicamente viável para relevante parcela da população e, geralmente, pode ser realizada por qualquer tipo de público (Faria, 2007). A realização do *birdwatching* vem ganhando notoriedade nos dias atuais, permitindo que cada vez mais brasileiros adotem essa categoria de ecoturismo, contribuindo com a preservação e conservação da natureza (Fonseca Filho & Alves, 2020). Esta modalidade de ecoturismo possui um número significativo de praticantes, contando com cerca de 100 milhões de pessoas no mundo que realizam a atividade regularmente (CEMAVE, 2022) e “dados de 2016 indicam que a América do Norte congrega cerca de 46 milhões de praticantes ativos” (CEMAVE, 2022).

O território brasileiro é rico em biomas com diversos ecossistemas associados, assim possui rica diversidade de espécies de aves, sendo “um dos grupos da natureza mais detalhadamente estudados e que mais detêm atenção devido a sua beleza e relativa facilidade de observação” (Lima, 2014). No Brasil, o número total de aves registradas corresponde a 1919 espécies, distribuídas em 33 ordens, 103 famílias e 705 gêneros (CBRO, 2022; CEMAVE, 2022). Este número posiciona o país como o segundo maior do mundo em diversidade de aves, enquanto a Colômbia ocupa o primeiro lugar (CBRO, 2022; Figueira e Dias, 2010). Além disso, a avifauna brasileira está entre as mais interessantes do mundo, pois apresenta o maior número de espécies endêmicas e o maior número de aves ameaçadas de extinção (Noronha e Goulart, 2011). Tais informações reforçam o potencial do país para a prática da observação de aves, refletindo inclusive, na urgente necessidade de ações voltadas à conservação da avifauna brasileira (Noronha e Goulart, 2011).

No país, a observação de aves ainda é relativamente recente, mas já apresenta cerca de 40.000 pessoas que praticam ou possuem algum vínculo com a atividade (CEMAVE, 2022). Dentre as regiões brasileiras, destacam-se a região Amazônica, o Pantanal e Foz do Iguaçu como sendo as mais frequentadas para o avistamento de aves (Pivatto e Sabino, 2005). No estado do Rio de Janeiro a prática de observação de aves ainda é pouco explorada. Em parte, isso se deve à grande escassez de guias especializadas, indisponibilidade de infraestrutura, falta de conhecimento acerca de locais apropriados para o avistamento de aves e, inclusive, devido à carência de iniciativas que venham promover essa atividade por meio da educação ambiental (Lopes e Santos, 2004).

Ao desenvolver o *birdwatching* nos municípios que possuem em seu território áreas favoráveis, uma série de benefícios podem ser gerados, contribuindo para o desenvolvimento sustentável (Dias, 2010). Os praticantes do avistamento de aves necessitam de hospedagem, guias turísticos, alimentação e transporte para realizar a prática (Dias, 2010). Portanto, através dessa prática, é possível obter geração de emprego e renda, aquecer e diversificar a economia local, fomentar a

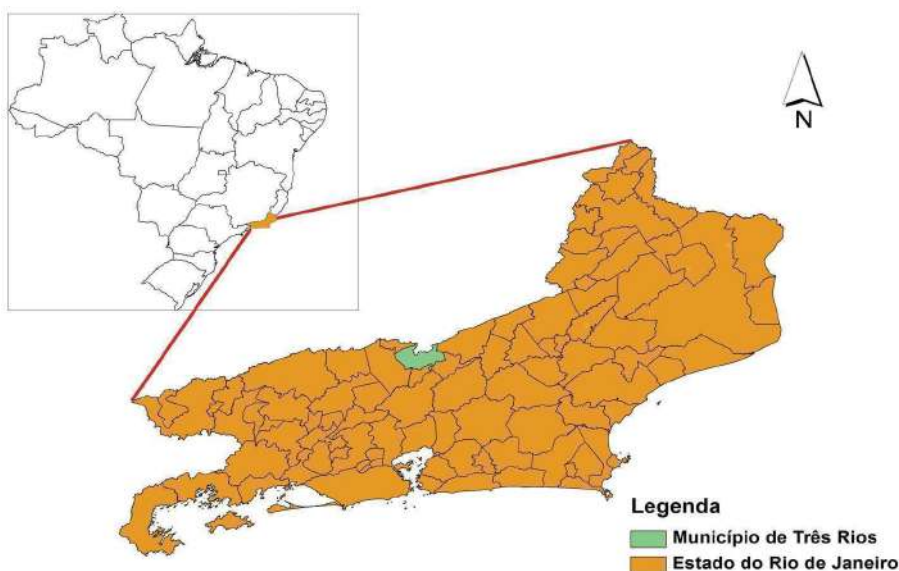
educação ambiental, obter recursos financeiros para a manutenção de Unidades de Conservação, dentre outros benefícios, melhorando a qualidade de vida dos habitantes da região onde esta prática de ecoturismo ocorre (Farias, 2006).

Dessa maneira, este trabalho apresenta a avaliação de locais com potencial para o avistamento de aves em Três Rios. Também indica os principais benefícios que a atividade irá oferecer para o município e sua população, considerando ainda a possibilidade de estimular a conservação das espécies de aves da região.

1 Área de estudo

O município de Três Rios está localizado na região Centro-Sul fluminense no estado do Rio de Janeiro (Figura 1). O território apresenta área total de 322.843 km², possuindo 82.468 habitantes e o seu PIB é de R\$ 53.338.23 (IBGE, 2022). O município se encontra no Bioma Mata Atlântica e sua fitofisionomia original é a Floresta Estacional Semidecidual (EA, 2011; Silvério Neto, 2014). O clima da região é mesotérmico com verão quente e chuvoso e possui temperatura anual que varia da máxima de 37,4°C à mínima de 14,4°C (Gomes *et al.*, 2013).

Figura 1. Mapa do estado do Rio de Janeiro com destaque para o município de Três Rios.



Fonte: Silvério Neto *et al.* (2015).

Com apenas aproximadamente 27% de cobertura florestal, a região é constituída por áreas urbanas, industriais, agrícolas e, em maior parte, por pastagens (Soares, 2018; Silvério Neto, 2014). A pequena cobertura florestal original existente, está distribuída nas Unidades de Conservação do município, que atuam na proteção da biodiversidade, dos recursos naturais e do desenvolvimento

sustentável (Silvério Neto *et al.*, 2015). O território possui seis Unidades de Conservação municipais: a Área de Proteção Ambiental Bemposta (APA Bemposta); a Área de Proteção Ambiental Lago do Caça e Pesca (APA Lago do Caça e Pesca); a Área de Proteção Ambiental Santa-Fé (APA Santa-Fé); a Área de Proteção Ambiental Vale do Morro da Torre (APA Vale do Morro da Torre); o Monumento Natural Municipal Encontro dos Três Rios (MONA Encontro dos Três Rios) e o Parque Natural Municipal de Três Rios (PNM Três Rios) (Silvério Neto *et al.*, 2015; Bento, 2014). Além disso, o município apresenta a Unidade de Conservação Estadual Refúgio de Vida Silvestre do Médio Paraíba (INEA, 2022).

A APA Bemposta foi criada em 2012 (Lei Nº 4.599), sendo a maior Unidade de Conservação do município (19.942,49 ha) e possui a paisagem mais apropriada para a proteção da biodiversidade de Três Rios, com 31,21% de cobertura florestal (Bento, 2014; Silvério Neto *et al.*, 2015). Possui atrativos como trilhas para ciclismo, fazendas históricas, engenhos de produção de cachaça e igreja considerada patrimônio cultural (Bento, 2014).

Em 1998 foi criada a APA Lago do Caça e Pesca (32,94 ha) pela Lei Nº 2.182, com delimitação dada pela Lei Nº 3478 de 2010 (Bento, 2014; Soares, 2019). Possui áreas verdes e um clube campestre com diversos atrativos de esporte e lazer (Silvério Neto *et al.*, 2015), e apresenta apenas 9,68% de área coberta por florestas (Bento, 2014; Silvério Neto *et al.*, 2015).

A APA Santa-Fé (1.841,22 ha) foi instituída com a Lei municipal Nº 4.600 de 2012 (Bento, 2014; Soares, 2019). Apresenta 13,61% de cobertura florestal na qual abriga diversas espécies da fauna regional, dentre elas o gavião (*Harpia harpyja*), o macaco-barbado (*Alouatta fusca*), a jaguatirica (*Leopardus pardalis*), o pacu (*Piaractus mesopotamicus*), o tamanduá (*Myrmecophaga tridactyla*), a paca (*Agouti paca*), dentre outros (Bento, 2014; Soares, 2019).

A APA Vale do Morro da Torre (4.236,58 ha) teve a sua Lei municipal Nº 4.601 instituída em 2012 e apresenta 13,40% de sua área coberta por florestas (Bento, 2014; Silvério Neto, 2015; Soares, 2019). Está localizada em um ponto em que a altitude (683 metros) permite a visualização de expressiva parcela do município. A área também possui torres de rádio, de telefonia e algumas residências e é possível realizar atividades como trilhas de bicicleta e caminhadas ecológicas (Bento, 2014; Soares, 2019).

O MONA Encontro dos Três Rios (267,53 ha) foi instaurado com a Lei Nº 1.756 de 1991, sendo alterada pela Lei Nº 3477 de 2010 (Soares, 2019; Bento, 2014). Possui cobertura florestal em 11,17% da sua área (Bento, 2014; Silvério Neto *et al.*, 2015). No local encontram-se os três principais rios que cortam a região: o Paraíba do Sul, o Piabanha, e o Paraibuna, que dão forma a um dos poucos deltas triplos do mundo (Bento, 2014). Além disso, é possível realizar atividades de *rafting* ao longo das corredeiras do Rio Paraibuna (Bento, 2014).

O PNM Três Rios (26,2 ha) foi estabelecido pela Lei Nº 2028 de 1996, ocorrendo a mudança de sua denominação em 2010 (Lei Nº 3476) (Bento, 2014; Soares, 2019). Apresenta alguns pequenos remanescentes florestais ao longo da sua delimitação (Bento, 2014). A área está localizada no centro da cidade de Três Rios e a maior parte de sua área é composta pelo Rio Paraíba do Sul. O Parque Natural Municipal possui iniciativas de restauração florestal das margens do rio e um viveiro de mudas (Bento, 2014).

O Refúgio de Vida Silvestre do Médio Paraíba (11.113,26 ha.) teve o seu Decreto Estadual Nº 45.659 criado em 2016 e está localizado na Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul (INEA, 2022). Esta Unidade de Conservação perpassa 12 municípios além de Três Rios, englobando principalmente o Rio Paraíba do Sul e áreas próximas ao rio (INEA, 2022). O Refúgio de Vida Silvestre visa proteger espécies ameaçadas, conservar recursos hídricos e realizar a gestão do território da área protegida e entorno (Leite, 2019).

2 Metodologia

Para este estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica buscando-se trabalhos científicos e demais documentos que apresentam informações sobre a observação da avifauna, também chamada de “*birdwatching*”, bem como a prática do ecoturismo. Além disso, foram realizadas buscas por informações sobre o município de Três Rios e a existência de levantamentos de espécies de aves no município, visando a identificação de áreas propícias para a prática do turismo de avistamento de aves. Portais que disponibilizam trabalhos científicos, como Google Acadêmico, Scielo, Portal Embrapa, Redalyc, Scopus e Periódico Capes foram acessados para a coleta de informações para a realização da pesquisa, sendo buscadas as seguintes palavras-chaves: “observação de aves”, “ecoturismo”, “conservação da avifauna”, “sustentabilidade”, “inclusão social” e “infraestruturas”. Além disso, buscou-se por trabalhos científicos em *websites* de universidades, obtendo-se monografias de conclusão de curso. Foram obtidas também informações na Secretaria do Meio Ambiente e na Secretaria de Turismo e Cultura do município. Cabe destacar que buscou-se incluir, dentre as áreas apontadas como interessantes para o *birdwatching* no município, locais que possibilitam que crianças e pessoas com necessidades especiais ou pessoas com deficiência (PCD) possam realizar a atividade.

Após a identificação de áreas com potencial para a prática do avistamento de aves, foram realizadas atividades de campo nos meses de setembro, outubro e novembro de 2022 (seis atividades de campo em cada mês) por meio de caminhada ao longo das áreas, ocorrendo a coleta de informações e registros fotográficos. Foram realizadas aproximadamente 36h de atividades de campo. Neste trabalho optou-se por utilizar as denominações que a população do município comumente utiliza para se referir aos locais específicos que foram identificados como tendo potencial para o *birdwatching*.

Foram obtidas informações sobre as condições de acesso às áreas, a infraestrutura e as facilidades (alimentação, hospedagem, sanitários, entre outras). Através do programa Google Earth, foi possível realizar a espacialização das áreas interessantes para a observação da avifauna, possibilitando a identificação de cada local dentro do município de Três Rios. Também foi possível obter informações sobre as espécies de aves que ocorrem em Três Rios, utilizando-se o estudo de (Lima, 2014), já realizado no município sobre a avifauna da região, e a busca por registros disponíveis em sites como Portal da Biodiversidade (2023), Táxeus (2023) e Wikiaves (2023).

3 Características do município de Três Rios que podem favorecer o ecoturismo de avistamento de aves

O município de Três Rios está inserido na região turística denominada Caminhos Coloniais (Turismo Rio de Janeiro, 2022), que apresenta áreas de elevada beleza natural, sítios raros e com atrativos histórico-culturais que proporcionam oportunidades para atividades como a promoção de eventos e feiras, o turismo rural e de aventura e o ecoturismo (Secretaria de Cultura e Turismo, 2022; Turismo Rio de Janeiro, 2022).

O município possui como um dos seus pontos turísticos o local onde ocorre o encontro de três rios (rios Paraíba do Sul, Piabanha e Paraibuna) que, como já mencionado, é um sítio raro (Bento, 2014; Oliveira e Milward de Azevedo, 2015). Neste local é possível realizar caminhadas em meio à natureza, contemplar as belezas naturais locais e praticar o rafting, dentre outras atividades (Bento, 2014). Além disso, podem ser realizadas em outros locais do município, atividades associadas ao ecoturismo como trilhas ecológicas e escalada, além do voo de asa delta e parapente (Instituto Estrada Real, 2022). Cabe ressaltar que, apesar de seus ecossistemas naturais nos últimos séculos terem sido bastante afetados pelas atividades antrópicas, Três Rios ainda possui remanes-

centes de vegetação nativa relevantes e com expressiva biodiversidade, além de apresentar em seu território os importantes rios supracitados, demonstrando o elevado potencial do município para diferentes atividades relacionadas ao ecoturismo (Bento, 2014; Silvério Neto, 2014; Silvério Neto *et al.*, 2015).

O município apresenta infraestrutura que pode atender, ao menos parcialmente, as necessidades dos turistas, pois conta com sistema de transporte público, táxis, agências de turismo, serviços de alimentação, hospedagem e entretenimento (Secretaria de Cultura e Turismo – Três Rios, 2022). Três Rios possui 79 empreendimentos de bares e restaurantes (Secretaria de Cultura e Turismo – Três Rios, 2022) e 15 empreendimentos voltados para a hospedagem (hotéis e pousadas), inclusive atendendo público estrangeiro (Secretaria de Cultura e Turismo – Três Rios, 2022). Em relação à segurança e vigilância, o 38º Batalhão realiza rondas diárias com veículos da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Existe também, guardas municipais que inspecionam algumas localidades do município e a Operação Segurança Presente Três Rios, que realiza o patrulhamento em veículos e também a pé pelo Centro da cidade (Entreriosjournal, 2022). Além disso, veículos da 108ª Delegacia Policial de Três Rios também realizam rondas pelo município, podendo inclusive fiscalizar possíveis crimes ambientais da região. Tendo como base a infraestrutura existente, estima-se que Três Rios pode receber expressivo número de turistas (BrasilTurisJornal, 2017). Cabe ainda mencionar que municípios vizinhos à Três Rios também possuem condições para atender visitantes, oferecendo oportunidades de hospedagem, alimentação e transporte.

4 Geração de emprego e renda no município a partir do ecoturismo de avistamento de aves

Diversos são os motivos que justificam o estudo da avifauna e a admiração pelas aves, tendo em vista que elas possuem papel fundamental no equilíbrio ecológico, podem contribuir para a restauração de áreas verdes, servem de ferramenta para a educação ambiental e podem auxiliar na geração de renda por meio do ecoturismo (Lima, 2014). Dentre as atividades identificadas como ecoturismo, a prática da observação da fauna é considerada uma das mais sustentáveis e, entre estas, o avistamento de aves constitui a mais difundida e mais amplamente praticada no mundo todo, principalmente nos países desenvolvidos (Dias, 2011). Só nos Estados Unidos, mais de 86 milhões de pessoas estiveram envolvidas com a observação de vida selvagem no ano de 2016, das quais 45,1 milhões eram observadores de aves (Mamede *et al.*, 2019; U.S. Fish & Wildlife Service, 2018). Os observadores de vida selvagem destinaram 75,9 bilhões de dólares em suas atividades, contribuindo com o aquecimento da economia local e regional (Mamede *et al.*, 2019). Outra informação que ressalta a importância dessa categoria de ecoturismo nos Estados Unidos é que os avistadores de aves norte-americanos são responsáveis por 30% das compras no mercado de binóculos (Ellis e Vogelsong, 2003).

No Brasil, o *birdwatching* atrai brasileiros e estrangeiros para mais de 50 destinos de ecoturismo no país (Gov.br, 2015). Dentre os mais variados destinos, estão algumas localidades no Estado do Rio de Janeiro. Em Paraty-RJ, o evento “Aves de Paraty” é um festival anual que vem sendo realizado desde 2013 e inclui o avistamento e a fotografia de aves, bem como a educação ambiental (Silva, 2022). Na região de Angra dos Reis - RJ, os observadores de aves caminham por trilhas, que possuem placas para orientação (Athiê, 2007). Existe também, o Programa “Vem Passarinho-RJ”, organizado pelo Instituto Estadual do Ambiente - INEA, que estimula a observação de aves nas Unidades de Conservação da Natureza e busca contribuir para a adequada gestão das áreas protegidas por meio da sensibilização ambiental (INEA-RJ, 2023).

Para receber e orientar adequadamente turistas para realizar o avistamento de aves é necessário oferecer uma série de produtos e serviços, além de possuir infraestrutura adequada. É interessante, por exemplo, que existam guias especializados para acompanhar os turistas em alguns

locais onde a prática do avistamento de aves possa ser realizada. Dessa maneira, o turismo de avistamento em Três Rios pode gerar emprego e renda para a população local. É possível inclusive realizar diversos tipos de eventos, palestras, cursos e concursos, como concursos fotográficos, como alternativas para estimular o avistamento de aves no município e gerar emprego e renda para a população através da observação de aves (Farias, 2007). Também existe a oportunidade de fomentar a economia local indiretamente, pois além dos produtos e serviços estritamente ligados ao avistamento de aves, os turistas podem consumir diversos produtos e serviços no município que não estão associados ao ecoturismo (Farias, 2007; Wearing e Neil, 2001). É possível ainda estimular a formação de empreendedores locais, tendo em vista que o avistamento de aves desencadeia a demanda por serviços, como o aluguel e venda de equipamentos fotográficos, binóculos, livros, quadros, pôsteres, passeios, dentre outros exemplos, que podem ser incluídos na economia local como alternativa de geração de emprego e renda (Oppliger *et al.*, 2016). Logicamente, é interessante que os gestores municipais busquem criar políticas públicas voltadas a estimular a prática do avistamento de aves em Três Rios.

5 Áreas interessantes para o turismo de avistamento de aves

Foram identificadas seis áreas com potencial para o turismo de avistamento de pássaros no município de Três Rios (Tabela 1, Figura 2). Além da riqueza de aves, fatores como logística, segurança pública, serviços gastronômicos de qualidade, acomodação hoteleira e a infraestrutura básica presentes nas cidades e a facilidade de acesso às áreas verdes também são relevantes para os turistas observadores de aves (Mamede & Benites 2018). Assim, para cada área foram analisadas as suas características naturais, bem como os serviços e a infraestrutura existente, que podem ser relevantes para os observadores de aves.

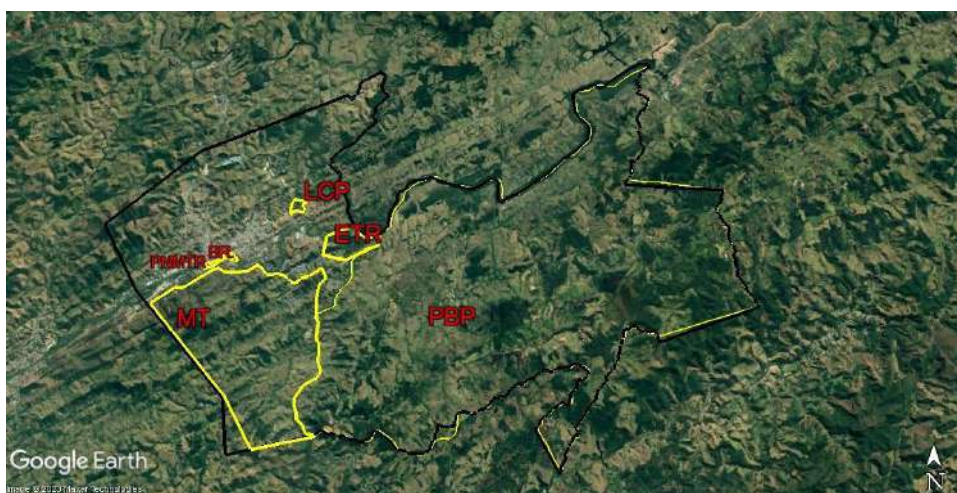
Tabela 1. Áreas interessantes para a prática do avistamento de aves no município de Três Rios, suas características, infraestrutura e serviços.

Características, infraestrutura e serviços	Avenida Beira Rio	Praça de Bemposta	APA do Lago do Caça e Pesca	Trilha do Morro da Torre	Horto/ PNM Três Rios	Pontal/ MONA Encontro dos Três Rios
Abrigos sombreados e/ou protegidos	X		X		X	X
Áreas com vegetação nativa	X	X	X	X	X	X
Assentos	X	X	X		X	X

Bicicletário	X				X	
Bebedouro público					X	
Cantina			X			
Ciclovía	X					
Comedores						
Lixeiras	X	X	X		X	X
Local para estacionar veículos	X		X		X	X
Mesas			X		X	X
Placas informativas	X		X		X	X
Ponto de ônibus próximo	X				X	
Pousadas e/ou hotéis próximos	X				X	X
Rampas de Acessibilidade	X	X	X		X	X
Registro de espécies de aves	X				X	
Restaurante	X		X		X	X

Sanitários			X		X	X
Sinal de telefone celular	X	X	X	X	X	X
Trilhas e/ou vias para caminhada	X	X	X	X	X	X

Figura 2. Visão aérea das áreas interessantes para a observação de aves no município de Três Rios – RJ. Praça de Bemposta - PBP, Pontal/ MONA Encontro dos Três Rios - ETR, APA Lago do Caça e Pesca - LCP, Parque Natural Municipal de Três Rios - PNMTR, Avenida Beira Rio - BR, Trilha do Morro da Torre - MT.



Fonte: modificado de Google Earth, 2020.

A Avenida Beira Rio, a APA Lago do Caça e Pesca, o Horto/PNM Três Rios e o Pontal/ MONA Encontro dos Três Rios, foram as áreas que possuíram maior variedade de estruturas físicas construídas que podem ser úteis para os observadores de pássaros. Os abrigos sombreados e/ou protegidos, as áreas com vegetação nativa, os assentos, as lixeiras, os locais para estacionar, as placas informativas, os restaurantes, as rampas de acessibilidade, a sinalização de telefone celular e as trilhas e/ou vias para caminhadas estiveram entre as características mais frequentes entre as áreas avaliadas. Por outro lado, sanitários, registros de espécies de aves, pousadas e/ou hotéis próximos, ponto de ônibus e bebedouro público são recursos que se apresentaram em menor frequência nas áreas. Dentre as áreas avaliadas, não foi possível encontrar profissionais como guias especializados que pudessem orientar os observadores de aves. Apesar da Trilha do Morro da Torre possuir pouca infraestrutura, a área é bastante visitada no município e apresenta fragmentos florestais próximos, o que favorece a ocorrência de espécies de aves.

Em termos de facilidade de acesso e infraestrutura para a prática do avistamento de aves para crianças ou pessoas com deficiência e/ou necessidades especiais, a Trilha do Morro da Torre não é o melhor local para realizar a atividade. Por outro lado, as áreas da Avenida Alberto da Silva Lavinas (Avenida Beira Rio), o Horto/PNM Três Rios, a Praça de Bemposta, a APA do Lago do Caça e Pesca e o Pontal/ MONA Encontro dos Três Rios possuem facilidades para que crianças e pessoas com necessidades especiais possam participar. Todavia, cabe ressaltar que pessoas com necessidades especiais podem ser estimuladas a praticar o avistamento de aves em locais de mais difícil acesso e sem infraestrutura, especialmente se tiverem o apoio necessário, a depender de sua necessidade. Atualmente, pessoas com necessidades especiais podem até mesmo praticar esportes radicais.

6 Horto / PNM Três Rios

O Horto, nome pelo qual a área em questão é conhecida pela população local, está localizado dentro da Unidade de Conservação Parque Natural Municipal de Três Rios (22°7'18.05"S, 43°12'38.45"O). A área é próxima ao centro de Três Rios, apresenta o rio Paraíba do Sul e é bastante arborizada, com árvores plantadas e um fragmento florestal (mata ciliar). Também apresenta considerável infraestrutura que representa facilidades para os visitantes como assentos, bebedouro público, registros de espécies de aves, lixeiras, trilhas e/ou vias para caminhar e local para estacionar. Quanto aos pontos negativos, não foram identificadas facilidades e infraestruturas como comedouros, guias e cantina. A maioria dos frequentadores do parque reside no município de Três Rios e usam o local, por exemplo, para realizar atividades físicas e por considerarem como um local agradável (Soares, 2019).

Quanto à segurança do local, o Horto conta com a presença de guardas ambientais que ficam a postos desde a abertura às 7h até o fechamento do parque às 17h. São realizadas também, “rondas” da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro próximo ao Horto. O Horto possui vias para caminhadas acompanhadas de placas informativas (Figura 3), sanitários e bebedouros (Figura 4) que podem ser utilizados pelos visitantes observadores de aves.

Figura 3. Vias para caminhadas e placas informativas presentes no Horto/ Parque Natural Municipal de Três Rios, município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.



Figura 4. Sanitários (A) e o bebedouro público (B) do Horto/ Parque Natural Municipal de Três Rios, município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.



A)

B)

O Horto também apresenta lixeiras, assentos com mesas (Figura 5) e local para estacionar automóveis (Figura 6). Além disso, é possível identificar no interior do parque, a presença de trilha com áreas de vegetação nativa com acesso a um deck (Figura 7), situada próximo à biblioteca.

Figura 5. Lixeiras (A) e assentos com mesas (B) no Horto/ Parque Natural Municipal de Três Rios, município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.



A)

B)

Figura 6. Estacionamento presente no Horto/ Parque Natural Municipal de Três Rios, município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.



Figura 7. Trilha em área vegetada (A) e o deck (B) do Horto/ Parque Natural Municipal de Três Rios, município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.



A)

B)

É possível observar no Horto a presença de bicicletário (Figura 8), a Secretaria do Meio Ambiente e a Biblioteca Municipal Castro Alves, que possui rampas de acessibilidade (Figura 9). Desta forma, o parque tem características que possibilitam que a área seja interessante para o avistamento de aves. Inclusive, já foram registradas 44 de espécies de aves no local (Lima, 2014).

Figura 8. Bicicletário do Horto/ Parque Natural Municipal de Três Rios, município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.



Figura 9. Secretaria do Meio Ambiente e Agricultura (A) e a Biblioteca Municipal Castro Alves com rampas de acessibilidade (B) no Horto/ Parque Natural Municipal de Três Rios, município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.



A)

B)

7 Avenida beira rio

A Avenida Beira Rio, Avenida Alberto da Silva Lavinias (22°7'10.99"S, 43°12'46.17"O), possui trecho onde o avistamento de aves pode ser realizado. A Avenida tem extensão de 1,6 km e possui equipamentos para exercício físico ao ar livre, pista de skate, quadras esportivas bem como áreas de lazer e um parque infantil (G1, 2021). Cabe ressaltar, que parte da avenida próxima à margem do rio Paraíba do Sul pertence à área do PNM Três Rios. Além da circulação de veículos da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, a Avenida conta com a segurança da guarda municipal que, na maioria das vezes, está presente próximo à entrada da ponte que dá acesso ao Horto Municipal.

Quanto aos aspectos negativos, não foram observados na avenida recursos como mesas, bebedouros públicos e sanitários, comedouros, guias e cantina. O local não possui sinal livre de wi-fi, mas é possível ter acesso à internet através da utilização dos dados móveis, tendo em vista que a área possui sinal de telefone celular.

Foram identificados vários aspectos positivos para a prática do avistamento de aves na Avenida Beira Rio, sendo possível observar arborização urbana e encontrar nas margens do rio Paraíba do Sul áreas com mata ciliar (Figura 10), assim possui condições para a presença de diversas espécies de aves, sendo registradas 42 espécies de aves em um trecho da avenida (Lima, 2014). A avenida possui vias para caminhadas junto a ciclovias e ponto de ônibus (Figura 11), assentos distribuídos ao longo da faixa e bicicletário (Figura 12), rampas de acessibilidade e placa informativa (Figura 13).

Figura 10. Mata ciliar em Trecho da Avenida Beira Rio - Alberto da Silva Lavinias, município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.



Figura 11. Vias para caminhadas junto às ciclovias (A) e ponto de ônibus (B) em Trecho da Avenida Beira Rio - Alberto da Silva Lavinias, município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.



A)

B)

Figura 12. Assentos (A) e o bicicletário (B) em trecho da Avenida Beira Rio - Alberto da Silva Lavinas, município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.



A)

B)

Figura 13. Rampas de acessibilidade (A) e placa informativa (B) no Trecho da Avenida Beira Rio - Alberto da Silva Lavinas, município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.



A)

B)

A observação de aves quando desenvolvida corretamente, pode servir como um instrumento de atração turística e fornecer benefícios significativos para o município. A atividade pode ser realizada não apenas em grandes áreas verdes mas também em ambiente rural e urbano, onde estão localizados fragmentos florestais nativos, incluindo Reservas Legais, Áreas de Preservação Permanente e praças públicas (Athiê, 2007). Nesses fragmentos florestais é encontrado grande número de aves silvestres, podendo ocorrer até mesmo espécies ameaçadas de extinção e endêmicas (Athiê, 2007).

As áreas verdes urbanas e as praças públicas formam um conjunto de espaços providos de vegetação e livres de impermeabilização que cumprem função ecológica, estética, recreativa e paisagística, auxiliando na qualidade de vida da população dos centros urbanos (Mamede & Benites, 2018). No estudo realizado por Lima (2014) foram coletadas informações sobre diversas espécies de aves em diferentes áreas verdes e praças públicas do município de Três Rios; condição que possibilita a realização do avistamento de aves nestes locais. Essa alternativa é interessante para o público iniciante na atividade e que pode ser constituído por grupos de crianças, pessoas com necessidades especiais e idosos, pois são locais de fácil acesso e possuem facilidades ao entorno.

8 Pontal/ Mona encontro dos Três Rios

O Pontal, está localizado na Unidade de Conservação MONA Encontro dos Três Rios (22°6'46.54"S,43°8'42.18"O). Próximo do acesso ao Pontal, existe um posto policial referente a Polícia Rodoviária Federal, localizado no bairro Moura Brasil, às margens da BR 040 KM 21. Além disso, veículos da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro realizam "rondas" diárias para a proteção dos residentes e dos visitantes do Pontal. Também chamado de Encontro dos Três Rios, o Pontal é frequentado, por exemplo, por pessoas que praticam atividades de aventura como o rafting, tirolesa, rapel e escalada (Bento, 2014). Além dessas atividades, é possível contemplar a natureza local.

Em relação a aspectos negativos, não foram identificados no Pontal recursos como guias, registros de espécies de aves, comedouros e bebedouro público. Vale ressaltar, que o Pontal não possui sinal livre de wifi, mas é possível acessar à internet por meio dos dados móveis, pois a área apresenta sinal de telefone celular. Por outro lado, foram observados vários aspectos positivos, pois o Pontal apresenta restaurante, sanitários (Figura 14), rampas de acessibilidade e placas informativas (Figura 15) distribuídas pela área. Além disso, é possível encontrar trilhas com áreas de vegetação nativa (Figura 16), lixeiras situadas no interior do restaurante, bem como assentos e mesas no interior do abrigo sombreado (Figura 17). Pode-se encontrar também, pousadas no início da Unidade de Conservação e alguns locais para estacionar próximo ao restaurante (Figura 18).

Figura 14. Restaurante (A) e sanitário (B) do Pontal / MONA Encontro dos Três Rios, município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.



A)

B)

Figura 15. Rampa de acessibilidade (A) e placas informativas (B) no Pontal / MONA Encontro dos Três Rios, município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.



A)

B)

Figura 16. Trilha com a presença de vegetação nativa localizada no Pontal / MONA Encontro dos Três Rios, município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.



Figura 17. Lixeira localizada ao fundo do restaurante (A) e abrigo sombreado, com assentos e mesas em seu interior (B) do Pontal / MONA Encontro dos Três Rios, município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.



A)

B)

Figura 18. Pousadas ao fundo (A) e local para estacionar veículo (B) localizado no Pontal / MONA Encontro dos Três Rios, município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.



A)

B)

9 Praça de Bemposta

A praça Guilhermina Guinle (Praça de Bemposta) está localizada na Unidade de Conservação APA Bemposta ($22^{\circ} 8' 14.08''S$, $43^{\circ} 4' 29.31''O$). Bemposta apresenta diariamente a circulação de veículos da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro que realizam a inspeção do distrito, buscando a segurança da população. A região apresenta potencial turístico em função da beleza cênica de sua paisagem, incluindo os ecossistemas naturais remanescentes e a existência de uma cachoeira, ocorrendo competições de motocicletas ('Trilhão'), festividades tradicionais e turismo rural em fazendas históricas (Leite, 2019).

Quanto aos aspectos negativos, não foram identificados recursos como guias, abrigos sombreados e/ou protegidos, comedouros, local para estacionar, registro de espécies de aves, mesas, sanitários, placas informativas, bebedouro público, ponto de ônibus, restaurante e pousadas e/ou hotéis próximos. Apesar da praça não possuir sinal livre de wifi, é possível acessar à internet por meio dos dados móveis, visto que o local possui sinal para telefone celular.

A APA Bemposta é a Unidade de Conservação de Três Rios que possui a maior porcentagem do seu território coberto por florestas (Silvério Neto *et al.*, 2015). Apesar de, até onde se sabe, ainda não terem sido realizados levantamentos de espécies de aves na localidade, é provável que a APA Bemposta apresente relevante diversidade de espécies de aves. Assim, é possível que muitas espécies de pássaros sejam avistadas na praça em questão. É possível observar na Praça

de Bemposta, vias para caminhadas, lixeiras ao redor do local (Figura 19), assentos e rampas de acessibilidade (Figura 20). A Praça de Bemposta é um local apropriado para o avistamento de aves inclusive por crianças, idosos e pessoas com necessidades especiais.

Figura 19. Vias para caminhadas (A) e lixeiras (B) localizadas na Praça de Bemposta, município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.



A)

B)

Figura 20. Assentos (A) e rampas de acessibilidade (B) localizado na Praça de Bemposta, município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.



A)

B)

10 APA Lago do Caça e Pesca

Na proximidade da Unidade de Conservação APA Lago do Caça e Pesca (22°5'42.66"S, 43°10'6.63"O) existe um posto da Polícia Rodoviária Federal, localizado no bairro Moura Brasil, às margens da BR 040 KM 21. O clube existente na área é frequentado para contemplação da natureza, realização de festas, ter momentos de lazer, praticar esportes e desfrutar da gastronomia local.

Quanto às características negativas, não foram encontrados recursos como guias, registros de espécies de aves, pousadas e/ou hotéis, ponto de ônibus próximo ao Clube, bicicletário, comedouros, bebedouro público. O clube não possui sinal livre de wifi, mas apresenta sinal de telefone celular possibilitando o acesso à internet por meio da utilização dos dados móveis. Porém, foram observados aspectos positivos, existindo inclusive restaurante com rampas de acessibilidade, sanitários (Figura 21), lixeiras seletivas espalhadas pelo Clube Caça e Pesca e trilhas ao longo da área (Figura 22). É possível encontrar também, abrigos sombreados e uma cantina (Figura 23).

Figura 21. Restaurante (A) e local de acesso aos sanitários (B) localizado no APA do Lago do Caça e Pesca, município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.



Figura 22. Lixeiras (A) e trilha (B) localizado na APA do Lago do Caça e Pesca, município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.



Figura 23. Abrigos sombreados (A) e cantina (B) na APA do Lago do Caça e Pesca, município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.



A área também apresenta assentos e mesas espalhados pela área (Figura 24), vias para caminhadas e local para estacionar (Figura 25). Também são encontradas placas informativas espalhadas ao longo do da APA e áreas com vegetação nativa (Figura 26).

Figura 24. Assentos (A) e mesas (B) localizados na APA do Lago do Caça e Pesca, município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.



A)

B)

Figura 25. Vias para caminhadas (A) e local para estacionar veículos (B) na APA do Lago do Caça e Pesca, município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.



A)

B)

Figura 26. Placas informativas (A) e área com vegetação nativa (B) na APA do Lago do Caça e Pesca, município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.



A)

B)

11 Trilha do Morro da Torre

A trilha do Morro da Torre está localizada dentro da Unidade de Conservação APA Morro da Torre. No Morro da Torre o visitante tem vista ampla de boa parte do município de Três Rios, o que permite a observação de diversas aves (Barbosa 2017). O local conta com algumas residências isoladas em torno e dentro da própria APA e um condomínio residencial (Barbosa, 2017). Pessoas frequentam a trilha para realizar caminhadas, contemplar a natureza e ter acesso ao condomínio presente no local. Em relação à segurança, são realizadas “rondas” diárias pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Próximo à trilha do Morro da Torre (Figura 27) são encontrados fragmentos de vegetação nativa, sendo um local interessante para a prática do avistamento de aves. Contudo, o local é pobre em infraestrutura que são facilidades para os observadores de aves.

Figura 27. Imagem aérea da trilha do Morro da Torre, localizado na APA Morro da Torre, município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro, 2020.



Fonte: Google Earth, 2020.

12 Avifauna do Município

As aves chamam atenção por suas cores, beleza, comportamentos e diferentes tamanhos (Müller, 2019). A avifauna é um componente fundamental em qualquer meio natural, assim como tem relevância cultural, tendo grande importância tanto na vida da população quanto para o ecossistema em geral (Lira Filho e Medeiros 2006). Esse grupo de organismos possui papel essencial no controle de insetos e outros animais, atua na polinização e disseminação de sementes, e algumas espécies são excelentes bioindicadoras ambientais (Hanzen e Gimenes 2012). Servem também, de fonte de inspiração para a arte e fotografias, transmitindo a sensação de bem estar (Hanzen e Gimenes, 2012). Dentre os grupos de organismos vertebrados, as aves estão entre as mais comuns, inclusive em áreas urbanas (Müller, 2019).

Para que o avistamento de aves se torne uma atração turística, é necessária a obtenção de dados relacionados à composição de aves, tais como a riqueza, listagem e frequência de ocorrência

de cada espécie da comunidade, de maneira a definir a importância da área em termos de atração turística (Athiê, 2007). Além disso, é essencial que esses dados e informações sejam disponibilizados à população, como roteiros impressos com a lista das principais espécies, juntamente com fotos ou ilustrações para que o próprio turista consiga identificar as espécies durante a atividade de turismo de observação de aves (Athiê, 2007).

O município de Três Rios possui registros de espécies de aves em algumas localidades da região. O estudo realizado por Lima (2014), abordou o levantamento da avifauna do município no qual foram observadas um total de 58 espécies, pertencentes a 14 ordens e 27 famílias, em 08 áreas: cinco praças públicas (Praça São Sebastião, Praça da Autonomia, Praça Ary Barroso, Praça JK e Praça dos Peixinhos); e três áreas vegetadas (Horto Municipal/PNM Três Rios, Avenida Beira Rio e trecho do Morro Áureo) (Lima, 2014). Dentre as áreas verdes urbanas existentes na região, o Horto (44 espécies), localizado no Parque Natural Municipal de Três Rios, e um trecho da Avenida Beira Rio (42 espécies) foram as áreas que possuíam maior riqueza de espécies (Lima, 2014). Estas áreas se localizam dentro de uma matriz urbanizada, estão às margens do rio Paraíba do Sul e possuem mata nativa, fatores ambientais que podem contribuir com a ocorrência de espécies exclusivas possibilitando ainda mais a prática de observação de aves (Lima, 2014).

Dentre as espécies já registradas no município, a ordem Passeriformes é a que possui maior número de espécies, com enfoque para as famílias Thraupidae e Tyrannidae. Para as ordens dos Não-Passeriformes, as famílias Cuculidae, Columbidae e Ardeidae, são as que mais se destacam (Lima, 2014). Com isso, é possível encontrar no município de Três Rios, espécies de aves da família Thraupidae como a cambacica (*Coereba flaveola*), sanhaçu-cinzento (*Tangara sayaca*), saíra-amarela (*Tangara cayana*), figuinha-de-rabo-castanho (*Conirostrum speciosum*), canário-da-terra-verdadeiro (*Sicalis flaveola brasiliensis*), dentre outros (Lima, 2014).

Em relação à família Tyrannidae, pode-se realizar o avistamento de espécies de aves como a maria-cavaleira-de-rabo-enferrujado (*Myiarchus tyrannulus*), bem-te-vi-rajado (*Myiodynastes maculatus*), neinei (*Megarynchus pitangua*), suiriri (*Tyrannus melancholicus*), tesourinha (*Tyrannus savana*) e lavadeira-mascarada (*Fluvicola nengeta*). Quanto às ordens dos Não-Passeriformes, podem ser encontradas na região, as seguintes espécies da família Cuculidae: alma-de-gato (*Piaya cayana*), anu-preto (*Crotophaga ani*) e anu-branco (*Guira guira*) (Lima, 2014).

Para as famílias Columbidae, podem ser observadas espécies de aves como: rolinha-roxa (*Columba talpacoti*), pombo-doméstico (*Columba livia*), pombão ou asa-branca (*Patagioenas picazuro*). Já para as famílias Ardeidae, espécies como savacu (*Nycticorax nycticorax*), socozinho (*Butorides striata*) e garça-branca-pequena (*Egretta thula*). Além disso, aves aquáticas como jacanã (*Jacana jacana*) e biguá (*Phalacrocorax brasilianus*) também podem ser avistadas no município (Lima, 2014). É possível encontrar também, espécies pouco comuns em áreas urbanas (Sick, 1997; Lima, 2014) como o mocho-diabo (*Asio stygius*), que inclusive já esteve na Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção do Estado do Rio de Janeiro e a mãe-da-lua (*Nyctibius griseus*), espécie que possui capacidade de se camuflar em troncos de árvores (Lima, 2014). Outras espécies como o chororó-cinzento (*Cercomacra brasiliana*) e o formigueiro-da-serra (*Formicivora serrana*), podem ser avistadas na região (Portal da Biodiversidade, 2023).

Espécies das famílias Rallidae, como o sanã-carijó (*Mustelirallus albicollis*), e Corvidae, como a gralha-do-campo (*Cyanocorax cristatellus*), bem como espécies da família Bucconidae, como o barbudo-rajado (*Malacoptila striata*), podem ser observadas no município. Esta espécie inclusive encontra-se em status de quase ameaça, de acordo com a versão da lista 2018.2 da União Internacional para a Conservação da Natureza - IUCN (Táxeus, 2023). É possível também, avistar

espécies de aves das famílias Picidae, como o picapauzinho-barrado (*Picumnus cirratus*), e Alcedinidae, como o martim-pescador-pequeno (*Chloroceryle americana*). Além dessas, espécies da família Galbulidae, como o cuitelão (*Jacamaralcyon tridactyla*), podem ser avistadas na região. Esta espécie se encontra em estado vulnerável de ameaça, de acordo com a Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza, versão 3.1 (Wikiaves, 2023). A valorização das espécies ocorrentes no município através do avistamento de aves pode ser uma maneira de contribuir com a conservação de espécies endêmicas, raras e ameaçadas de extinção da região (Benites e Mamede, 2020).

13 Fomento à proteção de espécies de aves no município através do ecoturismo

As espécies de aves e seu habitat constituem a base para o desenvolvimento da prática do avistamento de aves. Portanto, é fundamental a preocupação com esse recurso, pois esta atividade quando não praticada de maneira responsável e organizada, ocasiona impactos negativos no meio ambiente e, conseqüentemente, o desaparecimento de espécies (Dias, 2011). Uma das essenciais medidas para a conservação das aves e seus habitats no município de Três Rios está na obtenção do apoio da população. Por meio de palestras realizadas junto à prefeitura do município, é possível levá-los a compreender o valor desse recurso com o qual convive diariamente (Dias, 2011). O fomento à educação ambiental e a conscientização da comunidade local deve ser realizado, incluindo o público infantil, sendo fundamental para a interpretação da realidade ambiental que os cerca, abordando ainda sobre conhecimentos mínimos de identificação da fauna e flora do município (Dias, 2010).

Através de parcerias entre a prefeitura do município de Três Rios e as escolas e universidades locais, é possível oferecer cursos de capacitação profissional para a comunidade local e assim, realizar a formação de monitores e guias locais. Esta medida não apenas contribui para a conscientização da população, como também auxilia no levantamento de informações sobre as espécies da região, divulgação de informações para observadores de aves e na escolha de locais para prática da observação de aves (Athiê, 2007). Além disso, possibilita que residentes se tornem voluntários de pesquisas científicas realizadas por especialistas (Farias, 2007). É importante também maximizar pesquisas que abordem a identificação de espécies de aves emblemáticas. A escolha de espécies raras ou ameaçadas, as mais comuns na localidade ou até mesmo uma espécie que se destaca pela beleza de suas cores, cantos ou alguma característica singular, possibilita destacar as áreas onde estas ocorrem e facilita que a conservação de tais áreas seja vista como relevante pela população (Dias, 2010). Assim, a prática do turismo de observação de aves pode auxiliar na proteção das espécies de aves do município de várias formas.

Considerações Finais

O município de Três Rios possui áreas com potencial para a prática do ecoturismo de avistamento de aves. Algumas das áreas indicadas como tendo este potencial apresentam inclusive infraestrutura que facilita que a prática seja realizada por crianças, idosos e pessoas com necessidades especiais. Dentre as características do município que podem favorecer a prática da observação de aves estão: elevado número de espécies de aves que ocorrem no município; remanescentes de ecossistemas estão protegidos em Unidades de Conservação da Natureza que permitem a realização do ecoturismo; apresenta infraestrutura para receber turistas; o município está relativamente próximo de grandes cidades e apresenta diversas vias de acesso; a presença de postos policiais que garantem a segurança da população e dos visitantes; registros de espécies de aves já realizados em algumas áreas verdes e praças públicas do município; as áreas identificadas são de fácil acesso e

em sua maioria são inclusivas, permitindo que crianças, pessoas com alguma deficiência física ou necessidade especial e idosos pratiquem a atividade.

No entanto, para desenvolver o turismo de avistamento de aves de maneira eficaz no município, algumas medidas devem ser tomadas como a mobilização da população, que pode ser efetuada por meio de parcerias entre a Prefeitura de Três Rios, escolas e universidades locais, para a realização de atividades de educação ambiental no município buscando a conservação das aves da região. Além disso, podem ser desenvolvidos cursos de capacitação profissional de monitores e guias para orientar os visitantes durante a prática do avistamento de aves. Outros fatores importantes, estão no fomento à pesquisa relacionada às aves que ocorrem no município; a disponibilização de informações oficiais sobre as áreas indicadas para o avistamento, bem como a divulgação da lista dos registros de aves por meio de guias impressos com fotos/ilustrações, facilitando a identificação das espécies durante o avistamento. Assim, é possível ainda contribuir com o conhecimento científico com o apoio de amadores e cientistas avistadores, colaborando com a coleta e o processamento de informações que são capazes de fornecer dados relevantes para que futuras ações de conservação sejam empregadas no município. Encontros e eventos destinados aos observadores de aves também podem ser realizados nos clubes do município, tanto no próprio clube Campestre Lago do Caça e Pesca, como também no Independência Clube, a fim de atrair avistadores para a região.

A prática do avistamento de aves em Três Rios pode proporcionar benefícios para o município, como aumento da oferta de empregos e renda para a sua população, além de dinamizar a economia local. Além disso, pode auxiliar na conservação das espécies de aves da região. Desse modo, é interessante que sejam formuladas e implementadas políticas públicas para fomentar o ecoturismo de avistamento de aves no município de Três Rios. Aliado a isso, programas voltados ao fomento dessa prática podem ser elaborados com a participação de prestadores de serviços turísticos, profissionais de diferentes áreas e principalmente, a comunidade local. Além disso, o aperfeiçoamento das estruturas já existentes e a construção de infraestruturas próprias voltadas para a atividade do *birdwatching*, como bases de apoio ao observador de aves, estruturas que possam atender o público como necessidades especiais e/ou pessoas com deficiência, dentre outras ações, podem colaborar com a apresentação de um produto turístico diferenciado e completo no município.

Referências

ALMEIDA, F.S.; VARGAS, A.B. Bases para a gestão da biodiversidade e o papel do Gestor Ambiental. **Diversidade e Gestão**, 1: 10-32. 2017.

ALVES, K.L.; FONSECA FILHO, R.E. Observação de aves e educação ambiental: percepções de alunos de escola pública, Uberlândia/MG. **TURYDES: Revista sobre Turismo y Desarrollo local sostenible**, 13(28): 349-361. 2020.

ATHIÊ, S. A observação de aves e o turismo ecológico **Biotemas**, 20 (4): 127-129. 2007.

BENTO, M.C. **Propostas de manejo para Unidades de Conservação em função de sua cobertura florestal**: estudo de caso no Município de Três Rios - RJ. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Gestão Ambiental) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2014.

BRASILTURIS JORNAL. **Fórum de turismo reúne dirigentes da atividade em Três Rios, 2017**. Disponível em: <https://brasilturis.com.br/forum-de-turismo-reune-dirigentes-da-atividade-em-tres-rios/>. Acesso em: 30 de agosto de 2022. 2017.

BARBOSA, D. C. **Estudo da eficácia de gestão de Unidades de Conservação Municipais de Três Rios/RJ**: APA Vale do Morro da Torre e APA Bemposta. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Ambiental) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2017.

BENITES M.; MAMEDE S. Turismo de observação de aves no Tocantins: hotspots, desafios e perspectivas. In: Balsan R, Nascimento NN, Oliveira MCA (Orgs.). **Identidades do turismo no Tocantins**. Palmas, TO: EDUFT, p.62-75. 2020.

CARDOSO, J.T. A Mata Atlântica e sua conservação. **Revista Encontros Teológicos**, v. 31 (3): 441-458. 2016.

COMITÊ BRASILEIRO DE REGISTROS ORNITOLÓGICOS (CBRO) Disponível em: <http://www.cbro.org.br/>. Acesso em: 28 de junho de 2022. 2022.

DIAS, R. A biodiversidade como atrativo turístico: o caso do Turismo de Observação de Aves no município de Ubatuba - SP. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, 4 (1): 111-122. 2011.

DIAS, R.; FIGUEIRA, V. O turismo de observação de aves: um estudo de caso do município de Ubatuba/SP - Brasil. **Revistas de Estudos Politécnicos Polytechnical Studies Review**, (8): 85-96. 2010.

EA - O Estado do Ambiente. **Indicadores Ambientais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Sea/Inea. 160 p. 2011.

ENTRERIOSJORNAL. **Segurança Presente completa duas semanas de atuação em Três Rios** Disponível em: <https://www.entreriosjournal.com/2022/04/seguranca-presente-completa-duas.html>. Acesso em: 04 de janeiro de 2023. 2022.

ELLIS C.L.; VOGELSONG H. **Measuring birdwatcher preferences through importance-performance analysis**, p. 203-210. In: Murdy, J. (Ed.). Proceedings of the 2003 Northeastern Recreation Research Symposium. Newtown Square, PA (EUA): Department of Agriculture, Forest Service, Northeastern Research Station. 2003.

FARIAS, G.B. A observação de aves como possibilidade ecoturística. **Revista Brasileira de Ornitologia**, 15(3): 474-477. 2007.

FARIAS, G.B.; CASTILHO, C.J.M. Observação de aves e ecoturismo em Itamaracá (PE): instrumentos para o desenvolvimento sustentável. **Sociedade & Natureza**, 18(35): 35-53. 2006.

FERREIRA, L.S.; CAMPATO JUNIOR, J.A. Turismo sustentável: uma alternativa para o desenvolvimento dos municípios. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, 6 (42): 121-131. 2018.

GOMES, O.V.O; MARQUES, E.D.; SOUZA, M.D.C.; SILVA-FILHO, E.V. Influência antrópica nas águas superficiais da cidade de Três Rios-RJ. **Geochimica Brasiliensis**, 27 (1): 77-77. 2013.

GOOGLE EARTH (2020). Disponível em: <https://www.google.com/intl/pt-BR/earth/about/versions/> Acesso em 25 de agosto de 2022.

GOULART, E.D.; NORONHA, C.R.S. **Potencial de desenvolvimento do turismo de observação de aves na região do Parque Nacional da Serra da Canastra—MG**. IV Semana de Ciência e Tecnologia do IFMG: IV Jornada Científica, Bambuí, p. 1-5. 2011.

G1 SUL DO RIO E COSTA VERDE. **Avenida de Três Rios será interditada aos domingos e feriados para atividades de lazer**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2021/11/19/avenida-de-tres-rios-sera-interditada-aos-domingos-e-feriados-para-atividades-de-lazer.ghtml>. Acesso em: 01 de janeiro de 2023. 2021.

GOV.br. **Turismo de observação de aves ganha adeptos no Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/ultimas-noticia/turismo-de-observacao-de-aves-ganha-adeptos-no-brasil>. Acesso em: 22 de janeiro de 2023. 2015.

HANZEN S.M.; GIMENES M.R. **Importância das aves aplicada à educação ambiental em escolas da rede pública de ensino no município de Ivinhema–MS**. Anais do semex, 5: 1-5. 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados - Três Rios**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/tres-rios.html>. Acesso em 23 de junho de 2022. 2022.

INSTITUTO ESTRADA REAL. **Roteiros Planilhados**. Disponível em: <https://institutoestrada-real.com.br/roteiros-planilhados/caminho-novo/>. Acesso em 25 de agosto de 2022. 2022.

INEA - Instituto Estadual do Ambiente. **Refúgio de Vida Silvestre do Médio Paraíba**. Governo do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.inea.rj.gov.br/biodiversidade-territorio/conheca-as-unidades-de-conservacao/refugio-de-vida-silvestre-do-medio-paraiba/>. Acesso em 14 de novembro de 2022. 2022.

INEA - Instituto Estadual do Ambiente. **Vem Passarilhar**. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/vem-passarilhar/>. Acesso em 22 de janeiro de 2023. 2023.

LIMA, P.A. **Levantamento da avifauna e a importância da sua conservação em áreas verdes urbanas no município de Três Rios - RJ**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Três Rios. 2014.

LIRA FILHO, J.A.; MEDEIROS, M.A.S. Impactos adversos na avifauna causados pelas atividades de arborização urbana. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, 6 (2): 1-16. 2006.

LEITE, K.V.M. **Promoção da Preservação da Biodiversidade por Meio do Uso Público: resgate histórico e cultural da APA Bemposta com vista ao desenvolvimento local**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Ambiental) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2019.

LOPES, S.F.; SANTOS, R.J. Observação de aves: do ecoturismo à educação ambiental. **Caminhos de Geografia**, 5(13): 103-121. 2004.

MAMEDE S.; BENITES M. Por que Campo Grande é a capital brasileira do turismo de observação de aves e propostas para o fortalecimento da cultura local em relação a esta prática. **Atualidades Ornitológicas**, Ivaiporã, 201: 8-15. 2018.

MAMEDE S.; BENITES M.; ESQUIVEL A.; CLAY R.; MERIGHI G.L.; ALHO C.J.R. Turismo de observação de aves no Chaco: oportunidades e desafios ao Corredor Bioceânico, segmento Brasil/Paraguai. **Interações**, 20:159-177. 2019.

MYERS, N.; MITTERMEIER, R.; MITTERMEIER, C.; FONSECA, G.K.J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. **Nature** 403: 853-858. 2000.

MITTERMEIER, R. A.; GIL, P. R.; HOFFMANN, M.; PILGRIM, J.; BROOKS, T.; MITTERMEIER, C. G.; LAMOREUX, J.; FONSECA, G. A. B. **Hotspots Revisited: Earth's Biologically Richest and Most Endangered Ecoregions**. 1 ed. Mexico City: CEMEX, Conservation International, e Agrupacion Sierra Madre: 390p.. 2004.

MOURÃO, R.M.F. (org.) **Manual de melhores práticas para o ecoturismo - turismo sustentável: atividades na natureza**. Rio de Janeiro: FUNBIO; Instituto ECOBRASIL, 43 p. 2004.

OLIVEIRA, D.N.; MILWARD DE AZEVEDO, J.A. Dinâmica do Crescimento Urbano-industrial do Município de Três Rios/RJ: notas sobre os impactos ambientais e vulnerabilidade social. **Revista ESPACIOS** 36(20):16. 2015.

OPPLIGER, E. A.; FONTOURA F.M.; OLIVEIRA A.K.M.; TOLEDO M.C.B.; SILVA M.H.S.; GUEDES N.M.R. O potencial turístico para a observação da avifauna em três áreas verdes na cidade de Campo Grande, MS. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, 10: 274-292. 2016.

PARRIÃO, F.G.; COSTA, M.A.; MARTINS, P.; BATAUS, Y.S.L.; SILVA JR., O.; BALESTRA, A.M. Perfil do Ecoturismo no Rio Araguaia: uma Análise Histórica. **Biodiversidade Brasileira-BioBrasil**, 12 (1): 259-276. 2022.

PIVATTO, C.M.A.; SABINO, J. Recomendações para minimizar impactos à avifauna em atividades de turismo de observação de aves. **Atualidades Ornitológicas** 127: 07-11. 2005.

PORTAL ICMBIO - CEMAVE - Centro Nacional de Conservação e Pesquisas de Aves Silvestres, <https://www.icmbio.gov.br/cemave/destaques-e-noticias/274-cemave-atualiza-o-codigo-de-etica-dos-observadores-de-aves.html>. Acesso em 26 de julho de 2022. 2022.

PORTAL TURISMO. TURISMO RIO DE JANEIRO. Disponível em: <http://www.turismo.rj.gov.br/cidades/tres-rios/>. Acesso em 25 de agosto de 2022. 2022.

PORTAL TURISMO. **Turismo Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://www.turismo.rj.gov.br/regioes/caminhos-coloniais/>. Acesso em 20 de janeiro de 2023. 2023.

PORTAL DA BIODIVERSIDADE. **Explore sua área**. Disponível em: <https://portaldabiodiversidade.icmbio.gov.br/portal/eya>. Acesso em 18 de janeiro de 2023. 2023.

SCARANO, F.R.; CEOTTO, P. **A importância da biodiversidade brasileira e os desafios para a conservação, para a ciência e para o setor privado**. Floresta Atlântica de Tabuleiro: Diversidade e Endemismo na Reserva Natural Vale. Rio de Janeiro: Vale, 483-495. 2016.

SILVÉRIO NETO R.; BENTO C.M.; MENEZES S.J.M.C.; ALMEIDA F.S. Caracterização da Cobertura Florestal de Unidades de Conservação da Mata Atlântica. **Floresta e Ambiente** 22 (1): 32-41. 2015.

SILVÉRIO NETO, R. **Caracterização espacial da cobertura florestal dos municípios da microrregião de Três Rios - RJ**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Três Rios. 2014.

SOARES, C.S. **Estudo sobre o Uso Público no Parque Natural Municipal de Três Rios, RJ**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Três Rios. 2019.

SOARES, B. P. M. **Análise do conhecimento atual sobre a fauna da microrregião de Três Rios-RJ e de suas ameaças**: um estudo baseado em dados secundários. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Três Rios. 2018.

STEIN, S.J. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985.

SILVA, V.V. **Médio Vale do Paraíba do Sul: fragmentação e vulnerabilidade dos remanescentes da Mata Atlântica**. 2002. 109f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2002.

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO - Três Rios. Recortes INVTUR - Inventário Turístico. 2022.

SILVA, T.R.; RAJÃO, H.; SANTORI, R.T. O perfil do observador de aves do Estado do Rio de Janeiro: uma análise preliminar. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, 15 (3): 573-592. 2022.

SICK, H. **Ornitologia Brasileira I** Helmut Sick. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 910 p. 1997.

U.S. FISH; WILDLIFE SERVICE. **National survey of fishing, hunting, and wildlife-associated recreation U.S.** Department of the Interior, U.S. Fish and Wildlife Service, and U.S. Department of Commerce, U.S. Census Bureau. Disponível em: <https://www.census.gov/content/dam/Census/library/publications/2018/demo/fhw16-nat.pdf>. Acesso em 18 de janeiro de 2023. 2018.

TÁXEUS. **Listas de espécies de Três Rios-RJ.** Disponível em: <https://www.taxeus.com.br/lista-municipio/tj/tres-rios/aves>. Acesso em 10 de março de 2023. 2023.

IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza. **Versão 2018.2.** Disponível em: <https://www.iucnredlist.org/>. Acesso em 10 de março de 2023. 2023.

IUCN - União Internacional para a Conservação da Natureza. **Versão 2001-3.1.** Disponível em: <https://www.iucnredlist.org/>. Acesso em 10 de março de 2023. 2023.

VALENTINI, I.A.; FERREIRA ANA, P. N. L.; GOZZI, M.P.; FERREIRA, M.N. Impacto ambiental por desmatamento e soterramento na Mata Atlântica: um estudo de caso no entorno da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). **Exacta**, 10 (1): 115-121. 2012.

WWF-Brasil - World Wild Fund. **Brasil lança projeto para proteger espécies ameaçadas de extinção.** Disponível em: <https://www.wwf.org.br/?65583/Brasil-lana-projeto-para-protoger-espicias-ameaadas-de-extino>. Acesso em 17 de outubro de 2022. 2018.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades.** 2º ed. Barueri, São Paulo: Manole. 2001.

WIKIAVES. **Espécies em Três Rios-RJ.** Disponível em: <https://www.wikiaves.com.br/especies.php?&t=c&c=3306008>. Acesso em 10 de março de 2023. 2023.

YOUNG, C.E.F.; SPANHOLI, M.L. Uma visão econômica sobre a conservação da biodiversidade e serviços ecossistêmicos. **Com Ciência** 221: 1-10. 2020.

—PARTE III—

SUSTENTABILIDADE SOCIAL

Democracia radical e direito à cidade: fortalecimento da participação política como pressuposto de desenvolvimento urbano

Raphaela Borges David

Introdução

A democracia é regime político em constante conquista. Requer cuidado e contínuo compromisso em torno da sua manutenção. Nossa história institucional demonstra um grande aprendizado, mas muito ainda precisa ser feito para alcançar uma sociedade justa e igual.

O presente texto se propõe a investigar o entrelaçamento de duas potentes teorias da atualidade. Na seção 1, buscamos compreender o modelo agonístico de democracia, em crítica à democracia deliberativa. Defende-se, em síntese, que toda hegemonia é terreno precário e contingente de uma expressão de poder. Uma sociedade democrática, segundo o modelo agonístico, defendido por Chantal Mouffe, consiste na defesa da existência de relações de poder como constitutivas das identidades sociais, e na subsequente tarefa de transformá-las a partir da adesão compartilhada de princípios éticos-políticos compartilhados por determinada comunidade. Uma democracia pluralista oportuniza o dissenso através de canais legítimos das quais eles possam se manifestar. Critica a concepção deliberativa de democracia por pautar a possibilidade de um consenso racional a partir da adoção de procedimentos que garantiriam a imparcialidade moral, menosprezando a especificidade do político, qual seja, a dimensão do antagonismo.

Na seção 2, trazemos à baila alguns elementos acerca do direito à cidade, principalmente para demonstrar a cidade como pressuposto de justiça. Argumenta o direito à cidade não apenas como direito de ter acesso ao espaço urbano, mas, principalmente, de participar e ser membro ativo da gestão da cidade. Adota uma visão crítica ao desenvolvimento urbano atual pela ausência da comunidade no processo de planejamento. Com isso, os principais afetados pelas políticas urbanas não são incluídos nos mecanismos institucionais voltados a pensar a cidade, falhando em garantir decisões mais justas e representativas. É necessário, dessa forma, buscar alternativas ao modelo atual de gestão das cidades, de formas a permitir democratização plena na governança urbana.

Na seção 3, faz-se a intersecção dos conceitos de democracia agonística e direito à cidade, de forma a demonstrar a necessidade de se compreender a participação urbana como pressuposto de desenvolvimento urbano. O modelo atual de participação política, focado na deliberação, falha ao justificar uma atuação dos atores políticos em torno de um consenso racional. Em contrapartida, fortalece-se uma hegemonia excludente, com ênfase no capital especulativo e na formação da cidade alheia aos seus principais usuários. Logo, uma proposta radical de democracia que entenda o papel crucial das disputas de poder na formação das identidades sociais se torna útil para pensar a problemática da cidade, a fim de revolucionar seus usos a partir de mecanismos justos de ocupação espacial.

Conclui-se que a verdadeira justiça social se dará a partir de uma compreensão, primeiro, de uma justiça espacial. Uma revolução que será necessariamente urbana, sob pena de ser cooptada pelos modos de operação dos poderes dominantes.

1 Da crítica à democracia deliberativa ao modelo agonístico de democracia

A concepção deliberativa de democracia tem larga aceitação e adesão atualmente. Precisa, em síntese, que as decisões políticas devem ser definidas por meio de um processo de deliberação entre cidadãos iguais. A partir de procedimentos adequados de deliberação, a democracia deliberativa alcançaria a racionalidade e a legitimidade, com a consequente defesa de direitos individuais e pela tomada de decisões investidas da soberania popular. Várias correntes se formam em torno de tal concepção, tendo em Jürgen Habermas um dos seus principais expoentes.

Partindo do papel central da linguagem na coordenação das ações humanas e na construção do conhecimento, Habermas (2020, 1999a, 1999b) desenvolveu a teoria da ação comunicativa. A ação comunicativa é aquela em que os participantes se envolvem em um discurso racional e cooperativo para alcançar um entendimento mútuo, através de procedimentos que garantem a imparcialidade moral e condições para o livre consentimento de todos os envolvidos. O consenso, então, é o objetivo da ação comunicativa, representando a concordância que é alcançada por meio de argumentação racional e discussão, não se confundindo com mero acordo. Habermas argumenta que o consenso é alcançado quando as normas e princípios são aceitos por todos os participantes de uma discussão, como resultado de uma argumentação livre e justa.

Outro conceito fundamental para o autor é a ideia da ética do discurso, que, em uma sociedade democrática, busca estabelecer uma base sólida para o uso da racionalidade comunicativa. A capacidade de se envolver em diálogo e argumentação racional é o que distingue a moralidade da mera obediência a regras externas. A partir de um conjunto de pressupostos universais de racionalidade, Habermas propõe uma situação ideal de fala como ideal regulativo, em que questões de direitos fundamentais, enquanto questões de justiça, podem ser decididas racionalmente, porque independe do contexto no qual se insere o falante. Na ética do discurso, as normas éticas devem ser fundamentadas em princípios que possam ser aceitos por todos os afetados em uma situação de comunicação ideal, devendo ser justificadas de forma universalmente válida. Pelo princípio da universalização, uma norma só pode ser considerada moralmente válida se puder ser universalizada, ou seja, se todas as pessoas em situações semelhantes pudessem aceitar essa norma.

Há, nesse ponto, uma relação de complementaridade entre direito e moral, sendo a democracia um plano externo que permite a deliberação pública, a discussão racional e a busca do consenso em uma sociedade. Essas relações se desenvolvem no espaço público, balizadas por procedimentos que garantem a legitimidade das decisões políticas como resultado de processos de argumentação transparentes, inclusivos e racionalmente justificáveis.

Em crítica à democracia deliberativa, Chantal Mouffe propõe uma concepção democrática radical, denominada modelo agonístico. Para a autora, a concepção deliberativa postula a disponibilidade de uma esfera pública com a eliminação do poder, com fins a atingir um suposto consenso. Ignora, pois, a natureza do político, qual seja, o antagonismo.

Para a autora, em obra publicada com Ernesto Laclau (2015), todo o social é constituído por meios de atos de poder, como próprio da natureza do político. Poder, nesse sentido, não pode ser compreendido como duas identidades pré-concebidas em uma relação externa, mas sim, como constituinte dessas identidades. Portanto, a ordem política revela uma hegemonia, como terreno precário e sempre vulnerável em torno de projetos políticos específicos. A hegemonia é um processo contingente e historicamente situado, construído através da articulação de demandas políticas em uma narrativa coerente e a criação de um sujeito político unificado em torno dessa narrativa. Nesse contexto, nenhum ator social representa a totalidade: o poder é elemento constitutivo das

identidades sociais, que são forjadas no processo histórico de desdobramento do ser (Laclau; Mouffe, 2015, p. 231-243).

Sendo assim, a proposta deliberativa de democracia falha ao defender a possibilidade de uma unidade, na forma do consenso, num contexto que impera conflitos e diversidade. É insuperável o conflito e o desacordo, e assumir a dimensão agonística da democracia significa tomar como ponto de partida a ideia de que não há solução racional para tal embate. Para Mouffe, o propósito da política democrática é transformar a luta entre inimigos (antagonismo) em luta entre adversários (agonismo). É próprio do campo da política domesticar a rivalidade, e ver o outro não como inimigos a serem destruídos, mas sim, como pessoas cujas ideias serão combatidas (Mouffe, 2003a, p. 115-116)

O embate intenso de posições políticas é pressuposto de uma democracia em bom funcionamento. Mouffe defende que muita ênfase no consenso pode levar à apatia, levando, até mesmo, à uma explosão de um antagonismo desafiador da civilidade. Isso ocorre quando a confrontação democrática é substituída por uma política de identidade, em torno de questões que não podem ser movidas pelo processo democrático. In verbis:

Lo que niega el modelo de la democracia deliberativa es la dimensión del carácter indecible y no erradicable del antagonismo, dimensión que es constitutiva de lo político. Al postular la existencia de una esfera pública no excluyente de deliberación en la que poder obtener un consenso racional, la democracia deliberativa niega la naturaleza inherentemente conflictiva del pluralismo moderno. Este modelo es incapaz de reconocer que poner fin a una deliberación es algo que siempre es el resultado de una decisión que excluye otras posibilidades, y que nunca deberíamos negarnos a asumir la responsabilidad de dicha decisión invocando el imperativo de las reglas o los principios generales. Esta es la razón de que una perspectiva como la del «pluralismo agonístico», que revela la imposibilidad de establecer un consenso sin exclusión, sea de fundamental importancia para la política democrática (Mouffe, 2003a, p. 116).

Nesse sentido, o caminho proposto pela concepção de democracia radical passa por aceitar que diversos grupos vão defender uma interpretação de bem comum e implementar uma forma diferente de hegemonia. Significa admitir a existência de relações de poder, e a partir dessa assunção, transformá-las. Mouffe, para tanto, parte da ideia de desuniversalização dos sujeitos políticos (2003b, p. 14-15), pelo qual cada identidade social é forjada no processo histórico de desdobramento do ser. Não existe um sujeito político universal, dada a pluralidade de identidades que compõem as sociedades modernas. Logo, se o campo da política deve ser concebido como um terreno conflituoso, é exatamente por meio do conflito que diferentes identidades políticas podem se expressar. O desafio é pensar em como constituir formas de poder compatíveis com os princípios éticos-políticos daquela comunidade, desafiando diferenças que possam ser instituídas como relações de subordinação. Inclusive, uma democracia pluralista necessita tornar possível o dissenso, criando instituições por meios das quais ele possa se manifestar, como condição de sua própria existência.

Importa, dessa maneira, pensar a democracia como um processo histórico e contingente, cuja expansão é resultado, necessariamente, de conflitos políticos e sociais. Conforme afirma Charles Tilly,

De esta rápida introducción a mi proyecto destacan dos puntos centrales: primero, que los caminos a la democracia en diferentes regiones y épocas variaron profunda y sistemáticamente en función de los regímenes previos y de la estructura social heredada; segundo, que en contra de las ideas más difundidas, todos los caminos a la democracia se transitaron mediante intensas luchas; la democracia nunca resultó barata (Tilly, 2005, p.41).

Estudando as experiências europeias, Tilly demonstra que a formação dos estados democráticos foi, na maioria das vezes, resultado de conflitos políticos que levaram à expansão da cidadania, estabelecendo uma nítida interconexão entre distribuição do poder e democracia. Através da luta, ou seja, da competição pelo poder, a democracia se desenvolve, na busca de respostas que possam representar os diferentes interesses do jogo político.

Ou seja, urge, dada a pluralidade que a interconectividade pós-moderna gera, abraçar o conflito como essencial à democracia. A democracia deliberativa falha ao defender um consenso racional, haja vista que ignora as relações de poder como constitutivas do social. Logo, radicalizando a concepção de democracia, podemos buscar maior legitimidade às decisões, capturando a natureza agonística da política, tal qual preconiza Chantal Mouffe.

2 Do direito à cidade como pressuposto de justiça e cidadania

Compreender a ideia de direito à cidade requer trajetória conceitual que passa tanto pelo meio acadêmico quanto pelos movimentos sociais. Bianca Tavolari (2016) descreve esse percurso apontando, desde esse início, sua dupla faceta, qual seja, teórico-conceitual e prática-reivindicativa. Argumenta por uma conceituação de direito à cidade cujo horizonte é a emancipação dos sujeitos, qual seja:

Se a industrialização deixa de ser o motor das transformações sociais, tanto a alienação quanto a luta de classes não podem ser compreendidas como exclusivas do domínio da fábrica e da produção, abrindo caminho para pensar a reificação na vida cotidiana da cidade, em uma nova miséria urbana marcada pelos trajetos casa-trabalho, por uma vida programada e sem espontaneidade, em que a intervenção do planejamento urbano amparado pela técnica contribui de maneira decisiva para acirrar as cisões. E a consequência dessa hipótese é nada menos do que ressignificar o que se entendia tanto por dominação quanto por libertação. Não à toa, o horizonte de emancipação é designado pela expressão “direito à cidade” (Tavolari, 2016, p. 95).

A obra inaugural sobre tema é de autoria de Henri Lefebvre, em *Direito à Cidade* (2008). No texto seminal, o autor se preocupa em como formular a problemática da cidade, sem que ela se reduza a objeto de um campo disciplinar específico ou seja mero pano de fundo dos conflitos que ali se desenvolvem. Para Lefebvre, as pessoas têm direito a não apenas acessar o espaço urbano, mas, também, participar ativamente da transformação e gestão da cidade. Deve ser pensado como pressuposto de justiça, como local em que as pessoas desenvolvem seus projetos de vidas, não podendo ser alienado e fragmentado por uma lógica urbanista tecnocrática que define esse espaço como produto do capital. Aponta a imbricação teórico-prática do conceito: a teoria urbanista seria resultado da soma da velha prática (habitar) à uma teoria geral dos tempos-espacos, virtualmente existente, que supera as formas de separações vigentes (Lefebvre, 2008, p. 111). As necessidades da nova sociedade urbana não preexistem como objetos, mas sim, serão descobertas no processo.

Ou seja, o direito à cidade é uma forma superior de direito, que tem como ator principal o proletariado, sendo ele o único capaz de renovar a atividade na cidade, transformando-a em valor de uso e não de troca (Lefebvre, 2008, p. 140).

David Harvey (2014) retoma o conceito de Lefebvre e reafirma a necessidade de exercer uma crítica sistemática, reivindicando a cidade para todos. Significa, no entendimento do autor, radicalizar a maneira como as cidades são feitas e refeitas, intervindo nos processos de urbanização capitalistas. Isso porque tal urbanização é peça fundamental e ativa no modelo capitalista, uma vez que absorve as mercadorias excedentes que o mercado, em busca da mais-valia, produz ininterruptamente. Nesse contexto, qualidade de vida na cidade é produto e objeto de consumo centrais da economia política urbana, se situando dentro da lógica de circulação e acumulação de capital. Restam centros urbanos cada vez mais divididos e propensos ao conflito, fragmentados pelos privilégios e poder de compra desigual de cada cidadão (Harvey, 2014, p. 28-35). Nesse sentido:

A absorção do excedente por meio da transformação urbana tem, contudo, um aspecto ainda mais sombrio, uma vez que implica uma grande recorrência de reestruturação urbana por meio de uma “destruição criativa”. Quase sempre, isso tem uma dimensão de classe, pois, em geral, são os mais pobres, os desprivilegiados e marginalizados do poder político os que sofrem mais que quaisquer outros com esse processo. A violência é necessária para construir o novo mundo urbano sobre os escombros do antigo (Harvey, 2014, p. 50).

Harvey, então, defende que a urbanização desempenhou um papel crucial na absorção de excedentes de capital, cuja saída só pode se dar pela democratização sobre a produção e uso desse excedente. O direito à cidade, atualmente, para o autor, está restrito a uma pequena elite. As lutas e mobilizações sociais, como resposta a essa dominação do conceito pelo capital, devem se concentrar em um único objetivo, qual seja, trazer para si maior controle sobre os usos do excedente. Nesse sentido:

Um passo rumo à unificação dessas lutas - ainda que de maneira alguma o último - consistiria em concentrar-se clara e inequivocamente nesses momentos de destruição criativa nos quais a economia de acumulação de riquezas se transforme violentamente na economia de espoliação e ali proclame, em nome dos espoliados, seu direito à cidade - seu direito a mudar o mundo, a mudar a vida e a reinventar a cidade de acordo com seus mais profundos desejos. Esse direito coletivo, tanto como palavra; de ordem quanto como ideal político, nos remete à antiquíssima questão de saber quem é que controla a conexão interna entre urbanização e produção e uso excedentes. Afinal, talvez Lefebvre estivesse certo, há mais de quarenta anos, ao insistir em que a revolução de nossa época tem de ser urbana - ou não será nada (Harvey, 2014, p. 65-66).

No Brasil, a noção de direito à cidade foi recepcionada de forma generalizada e com forte carga simbólica, durante a ditadura civil-militar. Nesse contexto, acadêmicos e movimentos sociais têm no conceito um vínculo que uniu diversos campos em torno de questões de justiça, direito e democracia na luta contra a nova miséria urbana (Tavolari, 2016, p. 98).

Nesse sentido, Pedro Jacobi (1986) critica a urbanização desumanizada, em que as cidades são forjadas como produto de consumo, fruto do capital monopolista. Gera exclusão, haja vista que para consumir a cidade é preciso poder aquisitivo. Para o autor, o conceito implica pensar a cidade como *espaço de usufruto do cotidiano, como um lugar de encontro e não desencontro*

(Jacobi, 1986, p. 22). Logo, o direito à cidade demanda transformação a partir da existência de um movimento social urbano forte que dispute a participação plena no espaço em que vive, realizando a democracia a partir do espaço urbano. Democracia e participação popular tem como denominador comum a cidade: o território expressa as necessidades e vontades do cidadão. Negar a cidade, em última análise, é negar todos os direitos cidadãos.

Há, ainda, a preocupação recorrente de que o conceito não caia num significante vazio, conforme aponta Tavolari. As reivindicações dos movimentos sociais, somadas aos usos acadêmicos e institucionais, podem esvaziar o conceito de sentido, gerando perda do seu potencial crítico. Daí a necessidade de sempre retomar as ideias fundantes de Lefebvre, como conteúdo mínimo e ponto de partida seu uso em qualquer pretensão urbana (Tavolari, 2016, p. 103).

É importante, ainda, discutir a concepção que se adota do conceito de direito à cidade, no que diz respeito à sua dimensão jurídica ou ao alcance que daremos à palavra direito para pensar o urbano. Aqui adotamos a corrente em que não podemos limitar o conceito a uma linguagem jurídica liberal, sob o risco de cedermos ao aparato institucional que serve ao capital e aprisiona a cidade. Logo, é necessário compreender direito como uma pretensão de justiça (Tavolari, 2016, p. 104). Conforme aponta Lefebvre: *Face a esse direito, ou pseudodireito, o direito à cidade se afirma como um apelo, como uma exigência. [...] O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada.* (Lefebvre, 2008, p. 117-118).

No mesmo sentido, aponta Tavolari:

Os tateios em torno da definição jurídica do direito à cidade não expressam apenas falta de rigor conceitual ou desconhecimento em relação ao direito: são indícios da tentativa de compreender algo que não cabe exatamente nas categorias institucionais existentes, que envolve as mais distintas reivindicações de movimentos ao redor do mundo. Isso mostra que é a própria reivindicação social que é indeterminada, o que não pode ser entendido como falta — de especificidade ou de rigor —, mas antes como formação de um campo comum de discussões. O direito à cidade é um dos poucos motes que conseguem reunir os mais diferentes atores sociais e isso não se dá apesar da multiplicidade de sentidos atribuídos ao termo, mas exatamente por causa da possibilidade de projetar tantos significados numa mesma expressão. A força do direito à cidade reside no fato de que ele não é um conceito mobilizado apenas por acadêmicos, nem só bandeira política ou proposta institucional. Não é encampado só pela esfera pública, academia, Estado ou organismos internacionais. Não se reduz, portanto, a “protesto” ou a “programa”. E isso significa que, a princípio, nenhuma posição sobre o conceito foi excluída e todas as suas vertentes continuam a conviver, ou seja, que até agora não se formou uma arena institucional em que as posições mais extremadas do espectro ficassem de fora (Tavolari, 2016, p. 105).

Ainda sobre a compreensão do conceito de direito à cidade à luz do Direito, faz-se necessário trazer à baila as noções de Andreas Philippopoulos-Mihalopoulos (2017) acerca da justiça espacial. O autor se preocupa com o problema da marginalização do espaço no direito, uma vez que a contenção do espaço geográfico na lógica do direito mais o afasta do que o aproxima do seu potencial de transformação. Geografia e direito em contato geram bons produtos, mas também podem gerar uma “desespacialização” do espaço pelo jurídico, ou seja, despir esse conceito do que

lhe é próprio. Isso se dá, principalmente, no âmbito da justiça espacial, que vem sendo reduzida à uma versão a mais de justiça social (Philippopoulos-Mihalopoulos, 2017, p. 687-638).

Sugere um giro espacial do direito para que, a despeito de outras formas de relacionar os conceitos (jurisdição, idealidade ou geografia), o espaço possa ser o local para questionamento do direito, forçando-o a questionar sua ética. Em outras palavras:

Em nenhum lugar como no espaço o conflito interno do direito entre o universal (ou, através das fronteiras) e o particular (ou, a alocação material) é tão fortemente interpelado. A falta de certeza, direção, orientação, previsibilidade, causalidade que o espaço traz consigo sacode o juízo do direito, a certeza das decisões jurídicas, a irreversibilidade do julgamento, o nexo causal no qual um juiz confia. [...] O resultado é um direito que continua se questionando, não na eterna indecidibilidade, mas em um contínuo reconhecimento de suas próprias limitações: o direito pode fazer apenas esse tanto, e mesmo isso não é indubitável. O espaço é o espelho do direito, no qual o paradoxo irresolúvel entre sua universalidade e particularidade é escancarado. A espacialidade é uma posição ética. [...] Nesse sentido, o espaço leva à consciência de (outros) espaços, ao mesmo tempo dentro e fora do alcance do direito, o que, ao espacializar-se, o direito terá que levar em consideração para chegar a uma decisão (Philippopoulos-Mihalopoulos, 2017, p. 648).

Giro espacial é, portanto, para Philippopoulos-Mihalopoulos, o processo transcendental de conscientização que se dá quando o direito traz para si as potencialidades questionadoras do espaço, tornando o direito modesto. Traz para o direito a percepção de seus limites exigindo ação, através de uma concepção radical de justiça, qual seja, uma justiça espacial. Espacial em duplo aspecto: porque descreve esse tipo de justiça, e porque, precipuamente, faz com que a justiça seja compreendida apenas por meio do espaço. O espaço ali deve ser levado a sério, tanto como uma complexidade/paradoxo, quanto como uma oportunidade do direito além do direito (Philippopoulos-Mihalopoulos, 2017, p. 649-651).

Em síntese, as teorias e autores ora apresentados, argumentam em torno de uma concepção de direito à cidade que busca promover a justiça social, a equidade e a participação democrática no desenvolvimento das áreas urbanas. A partir de questões setoriais, tais como o direito a moradia adequada, a mobilidade urbana, acesso à direitos e políticas públicas, dentre outros, reformula-se a cidade para inclusão ativa daqueles que, atualmente, são privados das decisões urbanas pelo Estado e pelo capital dominante.

3 Do direito à cidade como radicalização da democracia

Colocado nesses termos, o direito à cidade expõe uma fissura de um modelo democrático vigente, uma vez que a realização da justiça só poderia ser concretizada a partir da pluralização do urbano. Ou seja, há claras intersecções entre a democracia agonística e o direito à cidade, uma vez que ambos entendem o conflito como fomentador de uma democracia legítima, sendo a cidade pressuposto para quaisquer discussões sob esses termos.

A pretensa racionalidade, própria de uma arena política pacificada e harmonizada pelo consenso, ignora o poder como constitutivo das identidades sociais. De igual maneira, todo espaço é violento uma vez que apenas um corpo pode ocupá-lo, num dado momento (Philippopoulos-Mihalopoulos, 2017, p. 657). Dito de outra forma, todo espaço expressa uma hegemonia, como

convergência das forças de poder prevalescentes naquele tempo. Se excluímos essa potencialidade como algo inerente à objetividade social, silenciámos as vozes dissidentes e criámos sempre um consenso ao centro.

Isso porque, conforme colocámos anteriormente, uma democracia legítima deve pluralizar o dissenso, criando instituições através das quais ele possa se manifestar. Assim, garante-se possibilidades reais de escolhas, fazendo da hegemonia uma forma de manifestação temporária e precária do poder. O sistema jurídico, dentro de um contexto de globalização e dominação capitalista, cresce, como domínio supostamente imparcial, regido por tecnocratas. Disfarça, pois, sob aparência de racionalidade, uma hegemonia que maneja determinadas diferenças como subordinação.

Já a concepção aqui adotada de direito à cidade tem o espaço como motor de emancipação e transformação, e, principalmente, como pressuposto de justiça. Trata-se da cidade como valor de uso e não como produto mercantilizado, saindo da lógica de circulação e acumulação de capital. As mobilizações sociais pressionam uma reinvenção e reapropriação da cidade, como direito coletivo, de modo que qualquer revolução legítima deve ser necessariamente urbana.

Pensando em termos de participação plena, negar a cidade é negar a cidadania, como bem pontuou Jacobi (1986). O espaço, enquanto potencialidade questionadora, faz com que a justiça seja compreendida a partir de sua lógica. Isso porque uma justiça só será plena se considerar a violência imbuída no espaço e no direito, que segrega e elimina. Uma justiça que se requer ser compreendida nesses termos, qual seja, como justiça espacial, acontece no recuo do mais forte, na confrontação e vibração de uma democracia proposta como radical.

Portanto, cidade e democracia devem ser compreendidas conjuntamente por uma teoria que se propõe ser verdadeiramente revolucionária. Ao pensar a participação política a partir da problemática da cidade, permite-se endossar formas plurais e legítimas de sociedade democrática, uma vez que canaliza as paixões em torno das disputas de significados do urbano. Assim, estabelece-se cidadania como constituinte da cidade, para pensar e transformar o urbano para além do modelo de governabilidade capitalista burocrática.

Conclusão

Em síntese, objetivou-se no presente trabalho compreender como a participação popular deve ser pressuposto do desenvolvimento urbano. Partindo de uma crítica à democracia deliberativa, demonstrámos como o consenso ao centro elimina outras formas de identidade, mantendo a sociedade confinada numa visão única de mundo. Ao revés, propondo radicalizar essa democracia, temos uma concepção agonística do político, pela qual o poder constitui as identidades sociais, revelando a luta política por reafirmação de hegemonias que só podem ser tidas como provisórias. A verdadeira sociedade democrática, nesse contexto, é dinâmica e não tenta calar as vozes dissidentes na proposta de um sujeito político universal. Ao contrário, preconiza canais de mobilização das paixões políticas, a partir da adesão de princípios éticos-políticos que permite enxergar o outro como adversário e não mais como inimigo.

Soma-se a essa noção de democracia outra proposta igualmente radical, qual seja, a de direito à cidade. A partir dos conceitos aqui trazidos, vislumbrámos o direito à cidade como conjectura de emancipação e justiça. Movimentos sociais, ao lado das pesquisas académicas, mobilizam a reinvenção da cidade, pautando a revolução dos dias atuais como uma revolução verdadeiramente urbana.

Não cabe mais a defesa de uma democracia deliberativa, que restou como excludente e privilegiada. A suposta racionalidade justificada como base do consenso daquele modelo levou a

formas de representação distorcidas de interesses, marginalizando grupos menos privilegiados. Um novo modelo de participação política se faz necessário. E ele só poderá acontecer tendo a cidade como problema central de suas aspirações de legitimidade e justiça.

Referências

- HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa**. Tomo I: racionalidad de la acción y racionalización social. Madrid: Taurus, 1999a.
- HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa**. Tomo II: crítica de la razón funcionalista. Madrid: Taurus, 1999b.
- HABERMAS, Jürgen. **Facticidade e validade: contribuições para uma teoria discursiva do direito e da democracia**. Editora Unesp, 2020.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- JACOBI, Pedro. A cidade e os cidadãos. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 2, p. 22-26, 1986.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo, Centauro, 2008.
- MOUFFE, Chantal. **La paradoja democrática: el peligro del consenso en la política contemporánea**. Editorial Gedisa, 2003a.
- MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política & Sociedade**, v. 2, n. 3, p. 11-26, 2003b.
- PHILIPPOPOULOS-MIHALOPOULOS, Andreas. Quem tem medo do espaço? Direito, geografia e justiça espacial. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, n. 70, p. 633-662, 2017.
- TAVOLARI, Bianca. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. **Novos estudos CEBRAP**, v. 35, p. 93-109, 2016.
- TILLY, Charles. La democratización mediante la lucha. **Sociológica (Méx.)**, p. 35-59, 2005.

Desenvolvimento, direito e a dimensão social do processo

Antônio Pereira Gaio Júnior

Um dos notáveis contributos que a processualística hodierna vem prestando no plano do Direito e do justo é a tomada de consciência para com o imperativo comprometimento axiológico de seus institutos objetivando a concreta realização do bem da vida.

Vale dizer, neste sentido, que a visão macroscópica dos efeitos socioeconômicos e políticos a que o manejo do “instrumento processo” pode resultar, deveras, o eleva à condição de direito fundamental ao seu próprio uso!

Também impulsionando aludida condição, justifica-se que nas últimas décadas, primorosa racionalidade vem contribuindo para o aprimoramento das relações já estreitas entre Processo e Constituição⁹, sobretudo, no que toca aos valores fundamentais consagrados constitucionalmente, em especial a liberdade e igualdade em vasto e intenso sentido, representações de um significado valorativo transcendente: o justo.

Certo é que ditos valores dimensionam outros tantos que, em última análise, resultam da própria ordem constitucional e da forma como a destinatária sociedade a interpreta, acentuando a carga valorativa sobre o sistema processual e por isso, promovendo os contornos necessários aos planos da instrumentalidade e efetividade do processo, dado a sua ínsita vocação de instrumento protetivo e de realização das liberdades públicas e dos direitos fundamentais em vastos e variáveis sentidos.

Aliás, Fix Zamudio, em tal com texto certifica que

son numerosos los constitucionalistas que consideran que la verdadera garantía de los derechos de la persona humana consiste precisamente en su protección procesal, para lo cual es preciso distinguir entre los derechos del hombre y las garantías de tales derechos, que no son otras que los medios procesales por conducto de los cuales es posible su realización y eficacia.¹⁰

Como instrumento para efetivação dos valores bem como a realização das liberdades e direitos supracitados, se estará a compreender que o Processo leva consigo toda a carga tipicamente comandada pela sua exata noção de que, mais do que um meio estatal para a tentativa de realização prática do justo, é ele instrumento social e democrático eivado de direitos e garantias imperativas

9 Ver, por todos, TROCKER, Nicolò. *Processo civile e Costituzione*. Milano: Giuffrè, 1974.

No que toca ao aspecto temporal do estudo Processo-Constituição, bem observa José Ovalle Favela: “Hasta hace poco tiempo, los estudiosos del proceso civil se ocuparon en lo fundamental de las normas y los principios contenidos en los códigos procesales civiles, con descuido del análisis de las normas y los principios que establece la Constitución acerca de esta materia.” FAVELA, José Ovalle. Tendencias actuales em el Derecho Procesal Civil. In: FERNÁNDEZ, José Luis Soberanes. *Tendencias actuales del Derecho*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2001, p.28.

Já, no que se refere á uma visão analítica das relações entre Processo e Constituição, DINAMARCO leciona que tal questão “revela ao estudioso dois sentidos vitoriais em que elas se desenvolvem, a saber: a) no sentido Constituição-processo, tem-se tutela constitucional deste e dos princípios que devem regê-lo, alçados ao plano constitucional; b) no sentido processo-Constituição, a chamada jurisdição constitucional, voltada ao controle da constitucionalidade das leis e atos administrativos e à preservação de garantias oferecidas pela Constituição (*jurisdição constitucional das liberdades*), mais toda a ideia de instrumentalidade processual em si mesma, que apresenta o processo como sistema estabelecido para a realização da ordem jurídica, constitucional inclusive.” DINAMARCO, Cândido Rangel. *A Instrumentalidade do Processo*. 14 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009, p.26-27.

10 ZAMUDIO, Fix. *La protección procesal de los derechos humanos*. Madrid: Civitas, 1982, p.51 e 54.

que devem ser respeitadas em sintonia com o estado democrático que se presencia em dado tempo e espaço.

A genialidade chiovendiana já prenunciava há tempos o legítimo papel do processo em nosso tempo: “Il processo deve dare per quanto è possibile praticamente a chi ha um diritto quello e próprio quello ch’egli há diritto di conseguire.”¹¹

Pois bem, a dimensão social pela qual o processo deva ser vetorizado, hodiernamente, é noção necessária deste instrumento da jurisdição, exatamente porque nele é que o jurisdicionado deposita confiança – ainda que, por vezes, em forma diminuta – esperando alcançar sua verdade em tempos onde o descumprimento de uma obrigação acertada é bom negócio para muitos. Espera o cidadão ainda mais: a satisfação decorrente desta verdade, na medida em que, uma vez reconhecida e não cumprida pela parte recalcitrante, necessitará ele, novamente, de um instrumento apto a transformar a declaração formal de seu direito em atividade dinâmica e realizadora concreta, no mundo dos fatos, do direto devido.¹²

Aliás, é exatamente em tal perspectiva que Cappelletti, em estudos de vanguarda, já apontava para a aludida dimensão social do processo:

Sob esta nova perspectiva, o direito não é encarado apenas do ponto de vista dos seus produtores e de seu produto (as normas gerais e especiais), mas é encarado, principalmente, pelo ângulo dos *consumidores* do direito e da Justiça, enfim, sob o ponto de vista dos usuários dos serviços processuais.¹³

Não olvidando as fundamentais transformações conceituais e pragmáticas pelas quais vem a Ciência Processual experimentando, a partir, sobretudo, de novos contornos em institutos formadores de sua própria “Trilogia Estrutural” – Ação, Jurisdição e Processo – impende notar que o próprio alcance desta “nova” perspectiva metodológica do processo e o movimento pela sua instrumentalidade¹⁴ rumo a um processo civil de resultados, marca a urgência na modificação de posturas não somente dos operadores do direito, como também de todo o aparato estatal, seja por meio de inovadoras performances nas estruturas física e administrativa dos foros em geral e ainda na produção legiferante qualitativa, apta a mirar, indubitavelmente, como centro das atenções, a efetividade, entendida aqui como instrumentalização racional e razoável de entrega do bem da vida a quem, exatamente, dele necessita. Afinal, o Direito (aqui, o Processo) deve ser instrumento a tornar as pessoas mais felizes ou menos infelizes!

Por outro lado, há que se debruçar sobre a perspectiva do direito como instrumento estatal potencializador de reais e efetivas políticas afirmativas no sentido de propiciar melhoria na qualidade de vida do cidadão comum, aptidão hoje inevitável, inclusive do próprio desenvolvimento do Estado.

11 CHIOVENDA, Giuseppe. Dell Azione Nascente dal Contratto Preliminare In: *Saggi di Diritto Processuale Civile*. 2 ed. Roma: Foro It., 1930, n.3, p.110.

12 Michele Taruffo (*Simplemente la verdad. El juez y la construcción de los hechos*. Madrid: Marcial Pons, 2010, p. 156), em notável síntese acerca do ambiente pelo qual o Processo opera, muito bem leciona:

“El proceso es, em realidad, también un ‘lugar’ em que se aplican normas, se realizan valores, se aseguran garantías, se reconocen derechos, se tutelan intereses, se efectúan elecciones económicas, se enfrentan problemas sociales, se asignan recursos, se determina el destino de las personas, se tutela la libertad de los individuos, se manifiesta la autoridad del Estado... y se resuelven controversias por medio de decisiones deseablemente justas.”

13 CAPPELLETTI, Mauro. Problemas de reforma do processo civil nas sociedades contemporâneas. In: GRINOVER, Ada Pellegrini *et alii*. *O Processo Civil Contemporâneo*. Curitiba: Juruá, 1994, p.15.

14 Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. *Idem*, p.17-25.

Despiciendo é dizer que o conceito de desenvolvimento, hodiernamente, se relaciona não somente com a tradicional ótica de crescimento econômico, mas, sobretudo, na perspectiva de um avanço significativo no quadro das políticas sociais voltadas à edificação da cultura de melhoria das condições daquela sociedade destinatária de tais políticas.¹⁵

Na verdade, ainda que pese esforços hercúleos do Direito no sentido de se regular condutas – sua primordial gênese – há de prosperar avanços na Ciência Jurídica, mais precisamente junto à noção de norma como cadenciadora de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento, propiciadora de melhoria das condições de vida, depositando-se, por isso na mesma, a proteção, regulação e concessão de direitos e ainda condicionando-a ao aprimoramento do tecido social a ela submetida, reconhecendo então em dimensões largas, crescentes, o próprio exercício e respeito aos direitos, como rotina. Aliás, em um sentido mediato, a serventia da norma jurídica em sua dinâmica é o convívio social harmônico, no entanto há de vir esta acompanhada da perspectiva social do aludido convívio, de forma a viabilizar condições de melhoria das relações socioeconômicas e estruturais nas mais variadas dimensões, seja cidadão-cidadão; cidadão – Estado; Estado – cidadão; Estado – Estado etc.¹⁶

Cappelletti, em importantíssima obra¹⁷ acerca das temáticas que envolvem, entre outras, a construção de razões em torno dos aspectos sociais e políticos praticados no contexto do Processo Civil contemporâneo, aponta, dentre os eventos e tendências evolutivas nos ordenamentos jurídicos do nosso tempo, três movimentos de ação de pensamento na temática por ele denominada “Dimensões do Direito e da Justiça”.¹⁸

15 Ratificando tal concepção desenvolvimentista, VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. (*Fundamentos de economia*. São Paulo:Saraiva, 1998, p. 205) apontam para a ideia de que, em qualquer conceituação de desenvolvimento, há de se levar em conta e mesmo, deva incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).”

Por outro lado, avançando no conceito de desenvolvimento como liberdade, numa visão do próprio desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais, e ainda estas, tanto um meio de garantia quanto um fim si mesma, através da fruição de outras importantes liberdades, fundamental a obra de SEN, Amartya. *Development as freedom*. New York: Anchor Books, 2000, p. 297.

Sobre o assunto ver também o nosso Direito, Processo e Desenvolvimento: Pacto de Estado e a Reforma do Judiciário. In: *Revista Magister de Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor*, v.19, fev/mar., Magister: Porto Alegre, 2008, p.31-34.

16 Neste ínterim, Tércio Sampaio Ferraz Jr. em importantíssima obra - *Função Social da Dogmática Jurídica*. São Paulo: RT, 1980, p.3-6), aponta para o enfrentamento de uma declarada crise da dogmática jurídica em relação às exigências políticas, sociais e econômicas de nosso tempo e aí, acertadamente, assevera:

“O problema atual, contudo, é ainda mais agudo na medida em que ultrapassa os planos exegéticos e se coloca ao nível da participação da Dogmática no desenvolvimento da sociedade, cujo processo de crescimento provocou uma enorme diferenciação no sistema jurídico, tornando-o extremamente complexo e altamente ramificado, com pontos de intersecção com outros planos sociais.” Mais adiante então, constata com clareza, já sob um olhar do século passado que o “século XX, no entanto, pressionado pelo advento das sociedades de massa e pela necessidade de conceber o Direito como um instrumento-chave de controle social, tende a modificar este quadro. Esta situação forçou o aparecimento das pesquisas de base, a princípio ainda com intuítos imediatistas, tendo em vista a aplicação técnica do Direito vigente, mas, pouco a pouco, também em razão da elaboração legislativa como técnica de controle e instrumento do planejamento, fator de modificação da vida social, passando-se desta forma para a própria dogmática.” (Grifo nosso).

17 CAPPELLETTI, Mauro. *Processo, Ideologias e Sociedade*. Trad. de Elicio de Cresce Sobrinho. Vol. I. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2008.

18 Observa Cappelletti: “Trata-se, em primeiro lugar, da dimensão ‘constitucional’, que consiste na busca de certos valores fundamentais que muitos ordenamentos modernos afirmaram com normas às quais assina-se força de *Lex superior* vinculando o próprio legislador (ordinário), impondo sua observância através de formas e mecanismos jurisdicionais especiais. (...) Uma segunda dimensão é a ‘transnacional’, quer dizer, a tentativa de superar os rígidos critérios das soberanias nacionais com a criação do primeiro núcleo de uma *Lex universalis* e com a constituição, portanto, do primeiro núcleo de um ‘governo universal’ ou transnacional (...). Esta tentativa reflete-se, em particular, na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 e nos Pactos que na mesma Declaração vieram; (...). Uma terceira dimensão do Direito e da Justiça é a ‘social’ que nas suas manifestações mais avançadas pode ser expressa na fórmula de uso corrente nos últimos anos: acesso ao Direito e à Justiça.” Ob. cit.,p.379-381.

Dentre as dimensões pontuadas pelo festejado jurista, aqui merece atenção especial aquela por ele denominada “Dimensão Social”, representada pelo problema do acesso à justiça apresentada sob dois aspectos principais: a) a “efetividade dos direitos sociais que não têm de ficar no plano das declarações meramente teóricas, senão, devem, efetivamente, influir na situação econômico-social dos membros da sociedade, que exige um vasto aparato governamental de realização”¹⁹; b) a “busca de formas e métodos, a miúdo, novos e alternativos, perante os tradicionais, pela racionalização e controle de tal aparato e, por conseguinte, para a proteção contra os abusos aos quais o mesmo aparato pode ocasionar direta ou indiretamente.”²⁰

Afinado dito conjunto de ideias com a perspectiva do que afirmamos em linhas atrás, já é tempo de se ter em mente a dimensão social, política, econômica e jurídica que traz à carga o processo, notadamente os reflexos²¹ na sociedade por meio da atividade jurisdicional desempenhada no âmbito do Serviço Público da Justiça, notadamente como instrumento do Estado apto a contribuir para o desenvolvimento do país²², influenciando, mediante a prolação de uma simples decisão judicial²³, no emprego e desemprego, no reconhecimento de débeis condições contratuais a gerar riqueza ou não, no amparo do hipossuficiente assolado em precárias condições de higiene e saúde, na restauração judicial da dignidade da pessoa diante de aviltante tratamento concedido por parte de serviços públicos ínfimos ofertados pelo próprio Estado (Previdência, Transporte, habitação, lazer etc), dentre outras questões e situações.²⁴

De igual importância se posta, igualmente, os flexos do Processo, consubstanciando no controle dos princípios constitucionais processuais que se ascendem em seu desenvolvimento, de modo a conformar-se em um Processo Justo. Nisso, os aludidos efeitos ou reflexos de uma decisão judicial somente serão legítimos na medida em que o respeito ao desenvolvimento regular da marcha processual estiver debruçado em balizas seguras que a Carta Política de 1988 fez por bem garantir, exteriorizadas, sobretudo nos princípios do contraditório e ampla defesa, da duração razoável do processo, da igualdade e paridade de armas, da publicidade, da motivação das decisões, do juiz e promotor natural, da efetividade e tantos outros que compõem o Direito Fundamental à Tutela Jurisdicional como subprincípio concretizador da dignidade da pessoa humana.²⁵

19 Idem, p.385.

20 Ibidem.

21 GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. *Processo Civil, Direitos Processuais Fundamentais e Desenvolvimento. Flexos e reflexos de uma relação*. 2 ed. Londrina: Thoth, 2023, p.110 e ss.

22 Sobre o importante papel das instituições no processo de desenvolvimento, ver, dentre muitos, NÓBREGA, Máilson da. Brasil: um novo horizonte. In: ZYLBERSZTAJN, Décio; SZTAJN, Rachel. (Orgs.) *Direito e Economia. Análise Econômica do Direito e das Organizações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p.291.

Mais precisamente sobre a atividade judicante do Poder Judiciário no desígnios desenvolvimentistas do Estado Brasileiro, confira PINHEIRO, Armando Castelar. Magistrados, Judiciário e Economia no Brasil. In: ZYLBERSZTAJN, Décio; SZTAJN, Rachel. (Orgs.) *Direito e Economia. Análise Econômica do Direito e das Organizações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p.244-283; NUSDEO, Fábio. *Curso de Economia: Introdução ao Direito Econômico*. 5 ed.. São Paulo: RT, 2008.

23 Vale frisar aqui a máxima sapiência de ZAFFARONI, ao realçar o importante papel do Poder Judiciário nos desígnios do Estado hodierno:

“O limite entre o político e o judicial não pode ser definido formalmente no Estado moderno. A justiça moderna não pode ser “apolítica” nesse sentido, e **hoje mais do que nunca deve-se reconhecer que o poder judiciário é “governo”.**” (Grifo nosso). ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Poder Judiciário. Crise, Acertos e Desacertos*. Trad. Juarez Tavares São Paulo: RT, 1995, p. 24.

24 A ideia de bem-estar dos indivíduos lastreada pelo caminho da prosperidade econômica, não fica à margem também do pensamento econômico. Nisto:

“A concepção de prosperidade econômica do bem-estar dos indivíduos é abrangente. Ela reconhece não apenas nível de conforto material dos indivíduos, mas também o grau de satisfação estética, seus e sentimentos pelos demais e, qualquer outra coisa que eles possam valorizar, mesmo que intangível”. KAPLOW, Louis; SHAVELL, Steven. *Fairness versus Welfare*, 114 Harv. L. Rev. 961, (200-2001), p.968.

25 GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. *Processo Civil, Direitos Processuais Fundamentais e Desenvolvimento. Flexos e reflexos de uma relação*. 2 ed. Londrina: Thoth, 2023, p.123 e ss.

Em verdade, ainda pese o pensamento de que as políticas públicas vinculam-se ao exercício da realização dos objetivos fundamentais do Estado por parte dos Poderes Executivo e Legislativo, sobretudo, no que concerne aos bens da vida, estes traduzidos em larga medida nos direitos fundamentais sociais (*ex vi* do art. 6º da CF/88), fato é que em inúmeras situações, ditas realizações de políticas públicas não se realizam ou mesmo, se efetivam de forma insatisfatória, decorrendo disso inegáveis lesões aos ditos direitos fundamentais, habilitando aos titulares de tais direitos a apresentação junto ao Poder Judiciário de pleito restaurador do bem da vida não satisfeito, realizando-se na medida do possível, portanto, a concretização daquelas políticas públicas ora prometidas e não levadas a cabo pelos aludidos Poderes promitentes.²⁶

Diante disso e ratificando o pensamento já plasmado alhures, inegável é a virtude do Processo como instrumento apto à efetivação de direitos, concorrendo para a realização de uma concreta democracia social, esta promotora do desenvolvimento no Estado hodierno.

Como nota final, o contributo da processualística pátria para com a massa crédula em dias melhores é possível e real, sobretudo se a visão turva da formalidade irracional e estéril, que tem no processo um fim em si mesmo e ainda praticada de forma larga nos pretórios nacionais, se curve perante o exercício prático da norma processual que, deseja por seu alcance efetivo na satisfação dos direitos, possa ir mais além, isto é, ser igualmente protagonista de parcela contributiva aos desígnios desenvolvimentistas de nosso amado país.²⁷

Referências

BANCO MUNDIAL. **O setor judicial na américa latina e no caribe: elementos da reforma.** Documento técnico do banco mundial n. 319S. Washington, D.C., 1997, p. 6-10.

26 Sobre os direitos fundamentais como objeto do Processo Coletivo, potencializando neste a realização de políticas públicas, ver CANELA JÚNIOR, Osvaldo. *Controle Judicial de Políticas Públicas*. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 150 e ss. 27 A dimensão transnacional da qualidade dos serviços públicos – aqui o Poder Judiciário – nos países em desenvolvimento tem sido fator de atentas análises por parte do Banco Mundial, este que junto a outros organismos multilaterais, iniciou nos anos 80 inúmeros projetos objetivando analisar o estágio do Poder Judiciário com vistas à sua modernização no âmbito de aludidos países.

Em relatório intitulado *O setor judicial na américa latina e no caribe: elementos da reforma*, delinea-se a visão de Poder judicante que deveria ser adotada por países em desenvolvimento, levando-se em conta a busca da ampliação de investimentos estrangeiros e maior inserção no mercado internacional.

O supracitado documento constata, e aí aplicável ao cenário brasileiro, que: “ (...) o Judiciário é incapaz de assegurar a resolução de conflitos de forma previsível e eficaz, garantindo assim os direitos individuais e de propriedade”; “ (...) a reforma do Judiciário faz parte de um processo de redefinição do Estado e suas relações com a sociedade, sendo que o desenvolvimento econômico não pode continuar sem um efetivo reforço, definição e interpretação dos direitos e garantias sobre a propriedade. Mais especificamente, a reforma do judiciário tem como alvo o aumento da eficiência e equidade em solver disputas, aprimorando o acesso à justiça que atualmente não tem promovido o desenvolvimento do setor privado.” (BANCO MUNDIAL. *O setor judicial na américa latina e no caribe: elementos da reforma*. Documento técnico do banco mundial n. 319S. Washington, D.C., 1997, p. 6-10).

Insta apontar que, para o Banco Mundial, a crise do Poder Judiciário é compreendida como a crise da Administração da Justiça, e sua ineficiência decorre da incapacidade de prestar um serviço público a um preço competitivo, rápido e eficaz, em resposta às demandas que lhe são submetidas.

Por outro lado, notadamente, a concepção da atividade judicante como serviço é por demais estranha à tradição brasileira, onde o Poder Judiciário foi estabelecido historicamente como um dos três poderes de Estado. Contudo, tem-se “aos poucos repercutido na tradição político-jurídica nacional, e uma de suas faces visíveis são os diagnósticos e processos de avaliação que se tem produzido para analisar o funcionamento do Judiciário e propor mudanças em sua atuação”. (BARBOSA, Claudia Maria. *Poder Judiciário: reformaparaquê?* Disponível em: <www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2339>. Acesso em 20 de dezembro de 2009).

De inegável contributo para as reformas processuais já operadas (vide o nosso *Instituições de Direito Processual Civil*. Belo Horizonte: Del Rey, 2011, p.15-18) e em andamento – até porque não se pode combater as patologias sem não menos conhecê-las – são os diagnósticos apresentados anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça, este que, desde sua instalação, tem prestado serviços relevantes nas áreas de inteligência e administração para a eficiência do serviço público de justiça realizado pelo Poder Judiciário Brasileiro.

- CANELA JÚNIOR, Osvaldo. **Controle Judicial de Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.
- CAPPELLETTI, Mauro. **Processo, Ideologias e Sociedade**. Trad. de Elício de Cresce Sobrinho. Vol. I. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2008.
- CAPPELLETTI, Mauro. Problemas de reforma do processo civil nas sociedades contemporâneas. *In: GRINOVER, Ada Pellegrini et al. O Processo Civil Contemporâneo*. Curitiba: Juruá, 1994
- CHIOVENDA, Giuseppe. Dell Azione Nascente dal Contratto Preliminare *In: Saggi di Diritto Processuale Civile*. 2. ed. Roma: Foro It., 1930.
- DINAMARCO, Cândido Rangel. **A Instrumentalidade do Processo**. 14 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.
- FAVELA, José Ovalle. Tendencias actuales em el Derecho Procesal Civil. *In: FERNÁNDEZ, José Luis Soberanes. Tendencias actuales del Derecho*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2001.
- FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **Função Social da Dogmática Jurídica**. São Paulo: RT, 1980.
- GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. **Processo Civil, Direitos Processuais Fundamentais e Desenvolvimento. Flexos e reflexos de uma relação**. 2. ed. Londrina: Thoth, 2023.
- GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. *Instituições de Direito Processual Civil*. Salvador: JusPodivm, 2020.
- GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira. Direito, Processo e Desenvolvimento: Pacto de Estado e a Reforma do Judiciário. *In: Revista Magister de Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor*, v.19, fev/mar., Magister: Porto Alegre, 2008, p.31-34.
- KAPLOW, Louis; SHAVELL, Steven. **Fairness versus Welfare**, 114 Harv. L. Rev. 961, (2000-2001), p.968.
- NÓBREGA, Maílson da. Brasil: um novo horizonte. *In: ZYLBERSZTAJN, Décio; SZTAJN, Rachel.(Orgs.) Direito e Economia. Análise Econômica do Direito e das Organizações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- NUSDEO, Fábio. **Curso de Economia: Introdução ao Direito Econômico**. 5. ed. São Paulo: RT, 2008.
- PINHEIRO, Armando Castelar. Magistrados, Judiciário e Economia no Brasil. *In: ZYLBERSZTAJN, Décio; SZTAJN, Rachel. (Orgs.) Direito e Economia. Análise Econômica do Direito e das Organizações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p.244-283.
- SEN, Amartya. **Development as freedom**. New York: Anchor Books, 2000.
- TARUFFO, Michele. **Simplemente la verdad. El juez y la construcción de los hechos**. Madrid: Marcial Pons, 2010.
- TROCKER, Nicolò. **Processo civile e Costituzione**. Milano: Giuffrè, 1974.
- VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.
- ZAMUDIO, Fix. **La protección procesal de los derechos humanos**. Madrid: Civitas, 1982.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Poder Judiciário. Crise, Acertos e Desacertos**. Trad. Juarez Tavares São Paulo: RT, 1995.

Superação das desigualdades e desenvolvimento regional: uma perspectiva empírica sobre a vulnerabilidade dos analfabetos em juízo

*Klever Paulo Leal Filpo
Érica Guerra da Silva
Ana Paula Lima Miranda de Sousa
Anna Laura Thomaz Gomes Heleno*

Introdução

Este trabalho é resultado de um projeto de pesquisa em curso na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro no Grupo de Pesquisa Formas Consensuais de Administração de Conflitos em Perspectiva Empírica (FOCA/ITR/UFRRJ). O problema central abordado na pesquisa diz respeito à abstração da ideia de igualdade de condições não só para estar em juízo, mas também nos espaços de mediação e conciliação. Isto é, existem pessoas que se encontram em situação de desigualdade no mundo jurídico e têm as suas garantias colocadas em risco no curso de um processo. É sobre isso que pretendemos refletir aqui. A pesquisa é contemplada com duas bolsas de iniciação científica do Programa PIBIC e PIBIC-Af da UFRRJ/CNPq.

A perplexidade que despertou a pesquisa surgiu na análise de um caso concreto versado em uma ação judicial patrocinada pelo Núcleo de Prática Jurídica do ITR/UFRRJ, em que uma assistida idosa e analfabeta viu-se pagando parcelas de um empréstimo que nunca fora contratado. Quando em juízo, percebemos que a referida assistida encontrou enormes dificuldades até mesmo para explicar aos seus advogados os fatos versados na ação, ao passo em que a instituição financeira encontrava-se muito mais aparelhada do ponto de vista documental, técnico e financeiro para a demanda.

O estudo desse caso nos levou a refletir que a suposta “igualdade de condições para litigar”, correspondente ao princípio da “paridade de armas”, tão caro aos estudos de direito processual, pode ser não mais do que uma utopia, sobretudo em casos que envolvem pessoas e grupos vulneráveis. Essa disparidade pode ser identificada em processos judiciais de contornos convencionais, mas também quando os mesmos envolvem a busca por soluções consensuais/negociadas, como a mediação e a conciliação, quando determinadas habilidades e competências – por exemplo, para conseguir compreender e avaliar as propostas apresentadas em uma mesa de negociação, ou para exprimir a sua vontade ou objeções de forma clara – se fazem necessárias.

Durante discussões acadêmicas em seminários nos quais apresentamos a pesquisa, entendemos ser importante delinear com mais clareza quem são essas pessoas que estão mais suscetíveis a riscos de violação de seus direitos, consideradas “vulneráveis”, e dentre elas destacam-se os analfabetos. Identifica-se a vulnerabilidade das pessoas analfabetas nas suas relações jurídicas, como nos atos de declaração de vontade e na celebração de contratos, tendo em vista a barreira na comunicação. Questionamos o efetivo acesso à justiça por essas pessoas e questionamos em que medida de fato a ordem jurídica é capaz de garantir igualdade de condições quando estão em juízo, envolvidas em uma demanda judicial, quando se faz necessário maior cuidado para que seus direitos sejam protegidos, na prática.

A motivação para a pesquisa está em suscitar reflexões sobre o quanto o Direito, em suas pretensões universalizantes (isto é, ao prender-se à ideia de que todos são iguais perante a lei), acaba deixando de considerar em sua construção e aplicação, as dificuldades que os pobres e analfabetos, dentre outros vulneráveis, enfrentam para verem os seus direitos respeitados. O acesso à justiça para todos e a redução de desigualdades são alguns dos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU e é por isso que a presente discussão se faz oportuna em um esforço de relacionar a prestação dos serviços judiciários e a superação das desigualdades como mola propulsora para o desenvolvimento.

1 Metodologia

Para a realização da pesquisa, inicialmente, foi levantada bibliografia (livros e artigos) que versassem sobre vulnerabilidade e os sujeitos passíveis de sofrerem prejuízo devido à disparidade das partes no processo para colocarmos em discussão como essa disparidade se traduz nos meios consensuais de resolução de litígios. Através da leitura identificamos como a vulnerabilidade pode se expressar na esfera jurídica e dentre elas verificamos os analfabetos, em destaque nesse trabalho. Também buscamos entender quais são os direitos dessas pessoas, como eles deveriam ser atendidos e como a sua condição poderia significar desvantagem em relação ao oponente.

Por outro lado, por meio da observação empírica, considerando principalmente os *cases* em que estão envolvidos os assistidos do NPJ, constatamos como essa desigualdade se revela na prática e como ela prejudica o vulnerável no seu dia a dia. Inicialmente, a proposta da pesquisa era partir para o trabalho de campo e entrevistar operadores do direito que utilizassem métodos autocompositivos, em juízo ou de forma extrajudicial. Entretanto, devido às restrições da pandemia da Covid-19 presentes em um momento da pesquisa o método foi revisto de modo a permitir a sua continuidade através do estudo de casos, correspondentes a processos patrocinados pelo NPJ. Neste artigo será feito o relato de um caso específico, representativo da discussão proposta.

De forma complementar, foram realizadas entrevistas (questionários), aplicadas via Google Forms, destinadas a mediadores e advogados com experiência em audiências de conciliação e mediação. Nessas entrevistas pretendemos compreender se os atores entrevistados percebiam a existências de desigualdades/vulnerabilidades nas sessões de mediação e de conciliação, e que pudessem falar sobre as suas percepções a esse respeito.

Na elaboração das perguntas houve a preocupação de permitir que os interlocutores pudessem dar respostas abertas e relatar experiências. De forma sintética, percebemos que os entrevistados percebem a fragilidade dos analfabetos e pessoas pobres quando estão em juízo, participando de audiências de conciliação e de mediação. Que nem sempre a Defensoria Pública pode estar presente nesses momentos e que os mediadores e outros atores do processo devem estar preparados para lidar com essas situações, que podem sim interferir no andamento e desfecho dos processos.

2 Fundamentação teórica

O ordenamento jurídico brasileiro contempla uma série de garantias para que as pessoas vulneráveis tenham acesso à justiça, como a gratuidade de justiça, a disponibilidade da Defensoria Pública e até o Código de Defesa do Consumidor, que considera os consumidores hipossuficientes e lhes outorga algumas garantias, como a facilitação de acesso aos meios de proteção dos seus direitos (Art. 5º, incisos XXXII e LXXIV da CRFB).

No entanto, alcançar o Judiciário não significa necessariamente efetivo acesso à justiça, já que a desigualdade entre as partes e a falta de cuidado especial durante os processos judiciais ou extrajudiciais podem levar à flexibilização de direitos do vulnerável e a ampliação das vantagens da outra parte. Autores como Capelletti e Garth (1988) dissertam sobre o que se pode chamar de “novo

conceito” de acesso à justiça em que são distinguidos o acesso formal e o acesso efetivo. No que interessa ao presente *paper*, os analfabetos, como qualquer outra pessoa residente no Brasil, têm o direito formal de acessar o Poder Judiciário. Mas isso não significa que, concretamente, esse acesso seja de fato viabilizado.

De acordo com Marques (2014, p.87), “vulnerabilidade é uma característica, um estado do sujeito mais fraco, um sinal de necessidade de proteção”. Nesse contexto, quando abordamos o caso dos analfabetos, a necessidade de proteção fica muito clara por se tratar de pessoas que não conseguem se comunicar através da escrita e leitura, ou ainda pela incapacidade de interpretação de textos. Se pensarmos em relação contratual, que geralmente se instrumentaliza em um texto escrito, por exemplo, o analfabeto não tem a chance de, sozinho, conferir as cláusulas da avença e reconhecer a presença de uma cláusula abusiva sem que alguém o auxilie. Esse fato o torna mais propenso a ações de má-fé do outro litigante, supondo-se que a possibilidade de serem enganadas é maior, quando comparado a uma pessoa letrada, quando estão desprovidos da assistência de um operador do direito.

Ademais, essas pessoas também podem enfrentar barreiras no processo de conhecer os seus próprios direitos por não terem a oportunidade de se informar através da leitura. Nesse caso, mais uma vez se dificulta a reivindicação de garantias devido ao desconhecimento causado pela barreira da vulnerabilidade. Tais dificuldades são em parte mitigadas pela assistência prestada pela Defensoria Pública. Na explicação de Greco (2002):

Aos pobres devem ser assegurados os direitos de agir e de defender-se perante qualquer jurisdição em igualdade de condições com quaisquer outros cidadãos. A isenção de custas e o patrocínio gratuito por advogados que exerçam a defesa técnica em igualdade de condições com os demais cidadãos são essenciais. Igualmente indispensável é a implementação de um sistema de custeio da produção de provas de interesse do pobre, para evitar que, à sua falta, deixem as partes de ser tratadas com igualdade, como frequentemente ocorre com a prova pericial. Não se trata de pôr em dúvida a idoneidade daqueles que servem como peritos, mas apenas de reconhecer que, como quaisquer outros seres humanos, a perspectiva de não virem a receber a sua remuneração caso o feito seja decidido em desfavor do beneficiário da gratuidade, pode levá-los a ser mais zelosos na comprovação do direito de uma das partes do que da outra. A gratuidade visa a garantir ao pobre paridade de tratamento e igualdade de chances no acesso à tutela jurisdicional, mas não a colocá-lo em posição mais vantajosa do que a do seu adversário, sob pena de transformar-se num instrumento de privilégio (Greco, 2002).

O questionamento aqui levantado não faria sentido em uma perspectiva clássica/tradicional do Direito, porque as partes capazes (os maiores de 18 anos e na ausência de condições incapacitantes) celebram contratos dentro de uma liberdade para contratar e aderem, de forma livre, às suas cláusulas. Mas, conforme Miragem e Marques (2014, p. 7-8), “o Direito Privado tem uma função social, função que vai além dos interesses individuais e passa pela proteção dos vulneráveis”. Com efeito, quando analisamos a realidade empírica em paralelo às pesquisas bibliográficas, entendemos que a proteção dos direitos dos vulneráveis não ocorre sempre de maneira eficaz. Isso pode ocorrer inclusive quando se trata de tentar resolver a disputa por meio de um acordo, utilizando-se a conciliação e a mediação.

Pensando especificamente nos espaços em que a conciliação e a mediação são acionados como métodos de resolução de conflitos – aspecto que nos desperta maior interesse, dada a proposta do grupo de pesquisa em explorar formas consensuais de solução de conflitos – chama atenção a reflexão da antropóloga americana Laura Nader (1994). Depois de analisar tentativas de implementar

métodos consensuais de solução de conflitos em diferentes países e por muitos anos, a autora chegou à conclusão de que, em uma mesa de negociação, os menos favorecidos sempre preferem um juiz forte, imparcial e independente, que seja capaz de dar uma solução justa para uma disputa e de impor sua decisão às partes. Enquanto as soluções consensuais, no mais das vezes, somente interessam aos poderosos e àqueles que, em uma mesa de negociação, têm maior poder de barganha.

Acreditamos que esse pensamento dialoga com algumas de nossas observações de campo, explicitando a fragilidade dos analfabetos na tentativa de fazerem valer os seus direitos.

3 Abordagem empírica

Quando nos referimos a vulnerabilidades, queremos incluir nesse conceito os idosos, as pessoas analfabetas, mulheres em situação de violência, dentre outros que, por demandarem especial proteção, possam estar em situação de desvantagem no âmbito de um processo. Por ter um sentido amplo ou lato, a noção de vulnerabilidade comporta situações de risco inerentes a diversas realidades, possuindo no campo jurídico conceitos e conotações relacionados, por exemplo, com a sociologia, o meio ambiente, o direito do consumo, a informática e as condições socioeconômicas.

Várias são as “vulnerabilidades” contempladas e reconhecidas em nosso ordenamento jurídico, tais como: em razão da situação econômica (na Lei 1.060/50 e no CPC), técnica (no Código de Defesa do Consumidor), de desconhecimento do Direito, em razão do direito de consumo, em razão de ordem de saúde, em razão da idade: as crianças, os absolutamente incapazes (incapacidade civil) e os idosos. Neste *paper*, nos concentramos no grupo dos analfabetos, que não são poucos no Brasil²⁸.

Para atingir os objetivos do artigo destacaremos um caso que teve como principal protagonista uma senhora idosa, analfabeta, e que fazia parte de uma relação de consumo envolvendo a contratação de um empréstimo consignado cujas parcelas foram, durante anos, descontadas de seu benefício previdenciário de aposentadoria.

3.1 Relato de um caso

O caso foi escolhido por demonstrar os aspectos que despertaram o interesse nesta pesquisa, sendo a autora considerada vulnerável, na relação de consumo com o banco (réu). Essa relação iniciou-se em um atendimento comercial, em um posto de atendimento desse banco, que resultou na contratação de empréstimo consignado.

Como a autora é analfabeta, a contratação somente se fez possível na presença do esposo da autora, chamado para assinar conjuntamente o instrumento contratual. Além disso, houve o cuidado, por parte dos prepostos do Banco, de colher com tinta de carimbo a impressão digital da autora no mesmo instrumento – todas estas foram exigências da empresa como condição para que o empréstimo se tornasse possível, ao ser constatado que a autora era iletrada.

Formalizada a contratação, o valor tomado emprestado foi depositado na conta corrente da autora e, dali por diante, esta passou a sofrer descontos em seu benefício previdenciário durante o período contratado (12 meses), em valores compatíveis com a sua renda. Ocorreu que, mesmo após o mês ajustado para o último vencimento, a cliente notou que os descontos persistiram sendo realizados em folha pelo banco. E ainda pior: em valores bem superiores ao que fora inicialmente contratado.

Por meio de contatos telefônicos com o setor de atendimento ao cliente da empresa e até uma visita ao PROCON Três Rios, realizados com a ajuda de sua filha, a autora veio a constatar que,

²⁸ 6,6% (11 milhões) é o percentual de pessoas analfabetas de 15 anos ou mais em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário no Brasil. IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Painel de Indicadores.

em momento próximo à quitação de suas obrigações contratuais, o banco tornou a conceder novo empréstimo à autora, o que fez com que o saldo devedor fosse “renegociado” e novamente parcelado, dando ensejo à perpetuação dos descontos por mais doze meses, sendo o valor de cada parcela superior ao dobro das parcelas originalmente contratadas. A nova contratação, segundo a interessada, teria sido feita independente de solicitação ou concordância.

A autora, insatisfeita, procurou atendimento no NPJ da UFFRJ queixando-se de que a segunda contratação jamais teria ocorrido. Contudo, ao menos em um primeiro momento, pairaram dúvidas, por parte da equipe encarregada do atendimento, sobre a veracidade da versão apresentada pela assistida. Para essa dúvida em muito contribuiu o fato de que a ela não conseguia explicar detalhes da contratação, sempre se mostrando intimidada e insegura em relação à existência, ou não, de um direito a ser defendido em juízo.

Mesmo assim uma ação revisional e indenizatória foi ajuizada, com pedido de tutela de urgência para a cessação dos descontos. Como determina o Código de Processo Civil em vigor, o juízo despachou a inicial deferindo, em parte, a liminar, e limitou os descontos subsequentes em 30% dos vencimentos da autora. Também designou uma audiência de conciliação, à qual as partes compareceram com os seus respectivos advogados, fazendo-se a empresa representar por meio de um preposto.

Antes da audiência a empresa juntou aos autos sua defesa, com documentos, os quais levavam a crer que dois contratos haviam sido firmados pela autora (uma contratação inicial, e uma posterior renegociação com majoração do valor envolvido). Tal peça defensiva sustentava, portanto, que não havia erro por parte da empresa. Sendo interessante notar que, diante da dúvida em relação ao direito da autora e não havendo, àquela altura, segurança quanto à segunda contratação e seus termos, a parte autora estava disposta a aceitar, até mesmo, eventual proposta de acordo que viesse a ser apresentada pela empresa – ainda que não fosse o seu desejo, mas para obter uma solução para a pendenga. Contudo, não foi feita nenhuma proposta, aspecto que acabou livrando a autora de uma solução injusta para a causa, mostrando que nem sempre um mau acordo é melhor do que uma boa disputa – veremos mais adiante o sentido dessa colocação.

A autora assistida (vulnerável idosa), na época da ação, com idade de 75 anos, pessoa simples, possuía reduzida compreensão, sobretudo sobre as contratações que teria assumido, bem como suas implicações financeiras, jurídicas e contábeis. Isso porque, a autora não sabe ler e escrever, sequer assinar, e, no caso em exame, ainda não dispunha de informações suficientes sobre o contrato. Tanto em um processo convencional como em uma audiência de conciliação e mediação, essas são características que ensejam uma brusca disparidade entre as partes, podendo levar, até mesmo, à aceitação de acordos manifestamente desfavoráveis e prejudiciais aos seus interesses.

Depois dos devidos trâmites, a sentença de primeiro grau foi desfavorável para a autora. Entendeu o magistrado que a contratação de ambos os empréstimos fora legítima e que os pactos devem ser respeitados. A situação somente foi revertida por meio de apelação interposta oportunamente e provida na segunda instância. E assim, a jurisdição cumpriu seu papel, vindo em socorro desta assistida. Contudo, o mais importante é compreender as razões da reforma da sentença.

Ocorre que, em análise mais detida, veio a ser percebido que, ao fazer a juntada dos dois contratos aos autos do processo, a empresa o fez de modo a parecer que a primeira contratação fora feita de forma digital, e a segunda, objeto do questionamento da autora, fora feita de forma presencial, com assinatura do esposo da autora e coleta de sua impressão digital. Ou seja: os contratos foram juntados em ordem cronológica inversa, para induzir a erro o juiz e a parte contrária, o que colocou em xeque, durante quase todo o curso do processo, a tese da parte autora. Afinal, se o contrato que estava sendo questionado tinha sido assinado pela parte autora, o seu inconformismo não tinha razão de ser...

Em grau de apelação, contudo, essa circunstância foi percebida e, colocando os contratos em sua correta ordem cronológica, isto é, do mais antigo para o mais recente, percebeu-se que o segundo foi uma contratação simulada, sem qualquer assinatura, e que nunca contou com a aquiescência da consumidora. Apenas foram usados pelo banco os dados já existentes em seus arquivos desde a contratação anterior, mas sem que a autora aderisse a isso, manifestando a sua vontade de contratar. Essa estratégia da empresa fez com que o juiz de primeiro grau concluísse pela validade da segunda contratação, o que, no julgamento da apelação, mostrou-se equivocado, dando ensejo à reforma da sentença.

O caso evidencia muito bem, portanto, a condição de vulnerabilidade da autora, assistida do NPJ/ITR/UFRRJ, e da necessidade de cuidados especiais na sua defesa, para garantir a pessoas nestas condições, meios de proteção. Geralmente, obtidos pela assistência por advogado ou defensor público, para promoverem seus direitos e garantias fundamentais já asseguradas constitucionalmente, algo que, na prática, pode ser costumeiramente suprimido.

3.2 As Entrevistas realizadas

Como explicado linhas acima, no contexto pandêmico, uma das formas de dar prosseguimento à pesquisa foi a aplicação de questionários por meio eletrônico. Esses questionários, aqui descritos como entrevistas, seguiram por e-mail, em meados de 2021, para quinze profissionais atuantes na prática de atendimento a pessoas vulneráveis em audiências/sessões de mediação e de conciliação, cadastrados e em atuação no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. As perguntas, propositalmente abertas, deveriam ser respondidas por escrito em um prazo de quinze dias. Obtivemos o quantitativo de seis respostas.

O questionário iniciava com o seguinte texto de apresentação:

“Pessoas e Grupos Vulneráveis nos Espaços de Mediação e Conciliação.

Este é um convite para que você, se desejar, possa colaborar com a nossa pesquisa de iniciação científica concluída no ano de 2022, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

De forma bem simplificada, nesta pesquisa queremos refletir sobre a participação de pessoas e grupos vulneráveis nos processos judiciais, sobretudo nos espaços em que se realizam a mediação e a conciliação como métodos consensuais de resolução de conflitos. Temos especial interesse em conhecer relatos de experiências envolvendo pessoas/grupos em situação de vulnerabilidade, em relação à defesa dos direitos civis, sobre serviços ou direitos de consumo financeiro/bancário, imobiliário, questões de família, entre outras relações.

Quando nos referimos às vulnerabilidades, queremos incluir nesse conceito os idosos, as pessoas analfabetas, mulheres em situação de violência, dentre outros que, por demandarem especial proteção, possam estar em situação de desvantagem no âmbito de um processo. Você pode ajudar nessa pesquisa respondendo às perguntas abaixo. Se não desejar ou não puder responder, não há nenhum problema. Sabemos que seu tempo é precioso, mas, se puder incluir o relato de algum caso, isso seria muito interessante para a pesquisa. Não há necessidade de você se identificar, não precisa fornecer dados sobre os participantes dos casos, dados do juízo, processos, etc. A experiência é o mais importante. Obrigado pela colaboração.”

Foram formuladas três perguntas as quais davam oportunidade para que, de forma escrita, os participantes se manifestassem livremente sobre o tema.

- a) Em sua (s) experiência(s) em sessões de mediação e de conciliação, já aconteceu de perceber que as partes não estavam em situação de igualdade?
- b) Você já acompanhou sessões de mediação e de conciliação envolvendo pessoas vulneráveis? (Idosos, iletrados, dentre outros?) Poderia contar um caso, de forma breve?
- c) Dentro da sua atuação nas sessões de Mediação e Conciliação, como você percebe a pessoa em situação de vulnerabilidade?”.

3.3 Das respostas coletadas

a) Sobre a percepção em identificar se as partes não estavam em situação de igualdade em sessão ou audiência de Mediação e Conciliação, destacamos as seguintes respostas:

Entrevistado 1:

“Em alguns casos influencia sim. Sinto a influência, especialmente nos casos em que a parte é assistida pela Defensoria Pública e a DP não comparece à sessão para informar à parte seus direitos”.

Entrevistado 2:

“Em diversos casos, conciliação no juizado especial cível onde a parte ia sem advogado e o réu com seu corpo jurídico, presenciei a parte se sentir desamparada, acuada e em alguns casos, coagida pelos advogados, ou para aceitarem acordos irrisórios ou até mesmo desistirem do processo. Essa influência depende muito mais da atuação do conciliador em ser claro nas suas informações e inibir essas investidas covardes seja de qual parte venham. Já presenciei e atuei em conciliações nas quais o conciliador foi firme e correto e inibiu qualquer tentativa feita pela parte contrária mais favorecida. E já presenciei conciliações em que o conciliador foi omissivo e a parte saiu amplamente prejudicada. Na mediação, não vejo isso ocorrer, acredito que seja por conta da dinâmica do procedimento que não dá tanta abertura para as partes falarem sobre qualquer outra vertente que não a do motivo de estarem ali”.

- d) Com relação à indagação sobre o acompanhamento de sessão ou audiência de mediação e conciliação envolvendo pessoas em situação de vulnerabilidade, e o relato sobre algum caso vivenciado que tenha sido marcante, as seguintes respostas se destacaram:

Entrevistado 3:

“Já participei e sinto que a vulnerabilidade “jurídica” para as pessoas que não tem informações básicas sobre seus direitos é a que mais influência no desenrolar da mediação, pois às vezes a parte insiste em algum pedido que não tem respaldo jurídico e como mediadora não posso orientar juridicamente à parte para auxiliá-la a compreender que sua pretensão não é tutelada por nenhum direito”.

Entrevistado 4:

“Sim. Num caso muito marcante, que envolvia divórcio, partilha e alimentos à mulher, as partes eram dois idosos. Ele, funcionário público aposentado, querendo permanecer casado, dizendo de todas as formas possíveis que a mulher não poderia ficar sozinha, que era uma bêbada, que gastava o dinheiro todo e que não sabia por que ela estava movendo esse processo. Que alguém deveria ter colocado isso na cabeça dela, porque ela não tinha capacidade de pensar nisso. Ela, praticamente sem educação formal, querendo se divorciar depois de mais de trinta anos, saiu da casa para morar com a filha. Realmente tem adicção alcoólica e frequenta o serviço do CAPS, mas quer ter o direito de receber pensão em vez de ficar pedindo dinheiro pra ele. Uma situação bastante difícil. Narrou uma internação forçada e violência física pelo esposo. Nesse caso não chegamos a um acordo.”.

c) Finalmente, sobre a última indagação, solicitando uma impressão pessoal sobre o sentimento das pessoas vulneráveis em juízo, destacamos as seguintes respostas:

Entrevistado 5:

“Em geral, se sentem acuadas, podendo ser conduzidas a acordos indesejados”.

Entrevistado 1:

“Normalmente chegam tímidas e inseguras por desconhecerem o procedimento e estarem desconfortáveis em estarem em juízo”.

Entrevistado 2:

“Tentamos criar um ambiente de acolhimento, a fim de que possamos perceber qual é a vulnerabilidade da parte. Incentivamos que tirem suas dúvidas com um advogado ou Defensor Público. Tentamos demonstrar que aquele é um espaço para ser escutado e ter protagonismo. Que somos imparciais e que não fazemos torcida por um ou por outro. Que ali é uma oportunidade para o ganha-ganha. Incentivamos que a pessoa fale, para entendermos seus interesses e facilitar o diálogo”.

Os resultados das entrevistas e o estudo do caso forneceram elementos para compreender o ponto de vista de quem lida com situações de vulnerabilidade em juízo e contribuíram para as reflexões propostas no item seguinte.

4 Discussão

São chamadas analfabetas as pessoas que não tiveram acesso ao processo de aprendizagem em que são desenvolvidas as habilidades de leitura e escrita. No Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2019, a última realizada quando do início da pesquisa, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 6,6% (11 milhões de analfabetos). Já o levantamento divulgado em 2023 mostrou que, em 2022, 5,6 % das pessoas com 15 anos ou mais de idade, equivalente a 9,6 milhões de pessoas são analfabetas. Desse total, 55,3% (5,3 milhões de pessoas) viviam na Região Nordeste e 22,1% (2,1 milhões de pessoas), na Região Sudeste²⁹. Apesar da redução, é evidente que o número de pessoas não alfabetizadas no Brasil ainda continua alto, incluindo a região onde a UFRRJ está sediada.

Mesmo em uma sociedade contemporânea, dinâmica e digitalizada, em que grande parcela das pessoas acredita que o acesso à educação, informação, saúde, entre outros, são plenos, percebe-se que essa afirmativa não é verdadeira para todos. A não efetivação do direito à educação, uma das causas do analfabetismo, reflete diretamente no acesso aos demais direitos, principalmente quando se considera o ambiente jurídico. Embora os analfabetos possam ser considerados plenamente capazes para exercerem os atos da vida civil, nos termos do Código Civil atualmente em vigor no país, é inegável a sua vulnerabilidade ao se pensar no estabelecimento de relações jurídicas em que a parte contrária é letrada.

Isso ocorre porque, primeiramente, existe uma barreira no processo de conhecimento de direitos pela pessoa não alfabetizada, uma vez que não há a possibilidade procurá-los através da leitura. Além disso, como muito bem acentuado no artigo de Oliveira (2021) sobre a segurança jurídica dos analfabetos, o não alfabetizado, em relações contratuais, por exemplo, se encontra em posição extremamente frágil, dependendo muito da boa-fé da outra parte. O controle que a parte letrada pode exercer sobre as cláusulas de um contrato é maior nesses casos do que seria se estivesse contratando com uma pessoa igualmente letrada.

Como agravante, destacamos que o analfabetismo, em diversas situações, é reflexo da deficiência financeira da pessoa e de sua família, portanto, trata-se de um grupo majoritariamente humilde. Fica claro, desse modo, que essa comunidade vulnerável não tem as condições monetárias para investir em um advogado para aconselhá-las antes da celebração de negócios jurídicos ou, se chegarem a procurar o Judiciário para resolverem as suas demandas, para pagar por um para acompanhá-las. Ademais, importante dizer que em muitas cidades do Brasil não há atendimento pelas Defensorias Públicas³⁰, sendo necessário que essas pessoas se desloquem para municípios maiores, a fim de buscar pelos seus direitos. Assim, destaca-se que as chances dos analfabetos estarem em desvantagem contratual e para terem o acesso à justiça dificultado tende a ser maior do que para um cidadão letrado.

Um exemplo recorrente do que constatamos por meio de observações feitas no acompanhamento de assistidos do NPJ, foi a informalidade dos procedimentos conduzidos por mediadores e conciliadores, sem intervenção do juiz e com a flexibilização de garantias como o devido processo legal e em certos casos dispensando a presença de advogados para assistirem à celebração de acordos, dentre outros aspectos semelhantes.

29 Informações disponíveis em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-nordeste>. Acesso em 11 nov. 23.

30 Atualmente, o território brasileiro possui 2.598 comarcas regularmente instaladas. Diante do insuficiente quantitativo de Defensores(as) Públicos(as), apenas 1.231 comarcas são regularmente atendidas pela Defensoria Pública, representando 47,4% do quantitativo total. [...] Não obstante o trabalho de extensão desenvolvido em vários estados, atualmente 1.298 comarcas não são atendidas pela Defensoria Pública, representando 50% do total. ESTEVES, Diogo. *et al.* Cartografia da Defensoria Pública no Brasil 2022. Brasília: DPU, 2022.

Essa flexibilização, tão importante e até enaltecida quando se trata, por exemplo, dos Juizados Especiais, dos mutirões de mediação e outras agendas concentradas para resolver vários processos ou disputas em um curto espaço de tempo, é contudo perigosa do ponto de vista do direito ao Devido Processo Legal. Este, na visão de Greco (2002):

o processo judicial de solução de conflitos ou de administração de interesses privados se insere no universo mais amplo das relações entre o Estado e o cidadão, que no Estado de Direito Contemporâneo deve subordinar-se aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, consoante o disposto no artigo 37 da Constituição que, não sem razão, se refere a tais princípios como inerentes “a qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (...)” Esse conjunto de garantias pode ser sintetizado nas denominações devido processo legal, adotada nas Emendas 5ª e 14ª da Constituição americana, ou processo justo, constante da Convenção Européia de Direitos Humanos e do recém reformado artigo 111 da Constituição italiana. Na Constituição brasileira, esse processo humanizado e garantístico encontra suporte principalmente nos incisos XXXV, LIV e LV do artigo 5º, que consagram as garantias da inafastabilidade da tutela jurisdicional, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, sem falar nos já citados princípios genéricos da administração pública de quaisquer dos Poderes, e ainda nos da isonomia, da fundamentação das decisões e outros hoje expressamente reconhecidos em nossa Carta Magna (Greco, 2002).

Situações semelhantes foram observadas em mutirões de conciliação realizados de forma extrajudicial, nos anos de 2019 e de 2022, sob a alcunha de “Feirões Limpa Nomes”, dos quais participamos como equipe. Nessas oportunidades, alguns acordos foram celebrados entre consumidores e empresas versando sobre dívidas prescritas (não poderiam ser mais reivindicadas em juízo pelas empresas credoras), o que talvez não ocorreria se os consumidores estivessem melhor informados sobre os seus direitos, ou se estivessem devidamente acompanhados de advogados ou defensores públicos.

Considerações finais

A pesquisa vem proporcionando melhor entendimento e reflexões sobre as dificuldades enfrentadas por uma parcela de pessoas ao tentarem resolver as suas demandas jurídicas. Torna-se necessária a proteção mais efetiva dos direitos dos vulneráveis, principalmente quando tratamos de meios de autocomposição, pela informalidade do procedimento, a fim de que todos incluindo as pessoas vulneráveis para que tenham garantidos seus direitos e amplo acesso à justiça.

Através da análise das respostas originadas nas entrevistas, feitas a profissionais que atuam na Mediação e Conciliação em juízo, fica evidente o reconhecimento e reafirmação de que as pessoas vulneráveis são mais suscetíveis a terem as suas garantias afetadas durante o processo do que um indivíduo que não apresenta as mesmas características. Ademais, o relato trazido no texto sobre o caso da idosa assistida pelo NPJ, ilustra bem como o analfabetismo, em específico, pode tornar uma parte frágil em situações em há disparidade entre as partes, principalmente por ter seu entendimento reduzido quanto a contratações e as implicações da avença.

Portanto, pesquisas e esforços que prezam em produzir reflexões sobre estes temas sensíveis acabam por agregar novos conhecimentos, capazes de gerar mudanças procedimentais e institucionais como essas discussões sobre os grupos vulneráveis, rumo a uma sociedade mais sustentável e desenvolvida. Pensar e implementar políticas públicas que promovam direitos aos grupos de pessoas em vulnerabilidade é algo urgente, inclusive na região onde está sediada a UFRRJ, a quem cabe contribuir para a mudança desse cenário por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Referências

AMARAL, Márcia Therezinha Gomes. **O Direito de Acesso à Justiça e a Mediação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

AZEVEDO, Fernando Costa de. O Reconhecimento jurídico da hipervulnerabilidade de certos grupos de consumidores como a expressão de um sentido material de justiça no contexto da sociedade de consumo contemporânea. ANAIS DO I SEMINÁRIO INTERNACIONAL IMAGENS DA JUSTIÇA, Currículo e Educação Jurídica. 2012.

BENJAMIN, Antônio Herman; MARQUES, Claudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. **Manual de direito do consumidor**. 6. ed. São Paulo: Ed. RT, 2014.

BEVILÁQUA, Clóvis. **Capacidade civil do analfabeto**. In: DIP, Ricardo; JACOMINO, Sérgio (org.). Registro imobiliário: dinâmica registral (Coleção doutrinas essenciais: direito registral; volume 6). 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 08/02/2023.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1988.

ESTEVES, Diogo *et al.* **Cartografia da Defensoria Pública no Brasil 2022**. Brasília: DPU, 2022. Disponível em: <https://pesquisanacionaldefensoria.com.br/download/cartografia-da-defensoria-publica-no-brasil-2022-ebook.pdf>. Acesso em 17 fev. 2023

FILPO, Klever Paulo Leal. **Dilemas da Mediação de Conflitos no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Gama Filho (PPGD-UGF). Rio de Janeiro, 2014.

FILPO, Klever Paulo Leal. **Mediação Judicial: discursos e práticas**. Mauad X/FAPERJ, 2016.

FILPO, Klever Paulo Leal. Possibilidades e Perspectivas de Utilização do Método Etnográfico Para uma Pesquisa Jurídica Libertadora. In: GERALDO, P. H. B.; FONTAINHA, F. C. ; MEZ-ZARROBA, O. (Orgs.). **Direito, educação, ensino e metodologia jurídicos**. 1 ed. Florianópolis: FUNJAB, 2012, v. 1, p. 140-160.

GRECO, Leonardo. **Garantias Fundamentais do Processo: O Processo Justo**. Disponível em: <https://www.mundojuridico.adv.br/>. Acesso em: 16 fev. 2023.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Painel de Indicadores**. Disponível em: <https://ibge.gov.br/indicadores>. Acesso em: 07 fev. 2023.

MARQUES, Claudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor: O novo regime das relações contratuais**. 8. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno. **O novo direito privado e a proteção dos vulneráveis**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MIRAGEM, Bruno. **Curso de direito do consumidor**. 6. ed. rev., atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

NADER, Laura. Harmonia coerciva: a economia política dos modelos jurídicos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, outubro de 1994, n° 26, 18-29. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_02.htm. Acesso em: 18 dez. 2008.

OLIVEIRA, Gustavo Dal Molin de. **O Tabelião de Notas e a Segurança Jurídica dos Analfabetos**. Disponível em: <https://cartoriosao Luis.not.br/artigos/o-notario-e-a-protecao-juridica-dos-analfabetos/>. Acesso em: 02 Ago. 2022.

Pensar global e agir local: um caso de ensino sobre alinhamento organizacional ao ESG.

*Luiz Guilherme Dias César
Ana Carolina D'Almeida Francisquini
Débora Vargas Ferreira Costa
Fábio Cardoso de Freitas*

Introdução

Ante à globalização e as facilidades trazidas pelo advento de tecnologias de comunicação e midiáticas, à medida que crescem os discursos e a disseminação de práticas sustentáveis, os consumidores se tornam mais conscientes sobre as causas ambientais e mais preocupados com a saúde e bem-estar pessoal e do mundo. Esse contexto vem resultando em um aumento constante de produtos naturais, sustentáveis, sem substâncias tóxicas e livres de crueldade animal. Isto posto, as organizações devem se orientar por processos de inovação no sentido de tentar satisfazer as necessidades dos consumidores, aderindo cada vez mais a sustentabilidade organizacional às suas estratégias de negócios.

Em sua essência, a sustentabilidade organizacional visa incorporar os aspectos sociais, ambientais e econômicos em toda a cadeia produtiva para garantir impactos positivos para a organização. Para que isto ocorra de maneira holística e efetiva, as organizações devem agir com transparência e responsabilidade, embarcando em um compromisso respaldado na concepção de que o desenvolvimento deve ser um direito de todos.

Os cosméticos sustentáveis, alicerçados em conceitos globais que se preocupam com a natureza, seguem uma tendência de crescimento ano após ano. Considerados um dos segmentos mais rentáveis do Brasil e o quarto maior do mundo (102,3 bilhões por ano em artigos de higiene, beleza e perfumaria), vêm experimentando uma crescente demanda e valorização por esse tipo de categoria, que se preocupa tanto com a composição dos gêneros e fórmulas (matéria prima, embalagens, gestão de resíduos) quanto com questões éticas (extinção de testes em animais, por exemplo) e sociais (melhores condições de emprego, capacitação de mão de obra). Fatores como atitude de consumo ambiental, bem-estar, saúde, grupos de referência e atributos percebidos influenciam o comportamento de compra dos indivíduos, e devem ser considerados por organizações que buscam vantagem competitiva sustentável.

Tendo em vista este cenário, em 2008, Fabiano e Fernanda, amigos de infância e recém-formados em administração em universidades renomadas, se reencontraram em um curso de especialização de gestão estratégica de Recursos Humanos em São Paulo (SP). Em uma das disciplinas, desenvolveram um trabalho relacionado ao planejamento estratégico de uma empresa de cosméticos sustentáveis, enfatizando a gestão sustentável de pessoas, processos e produtos.

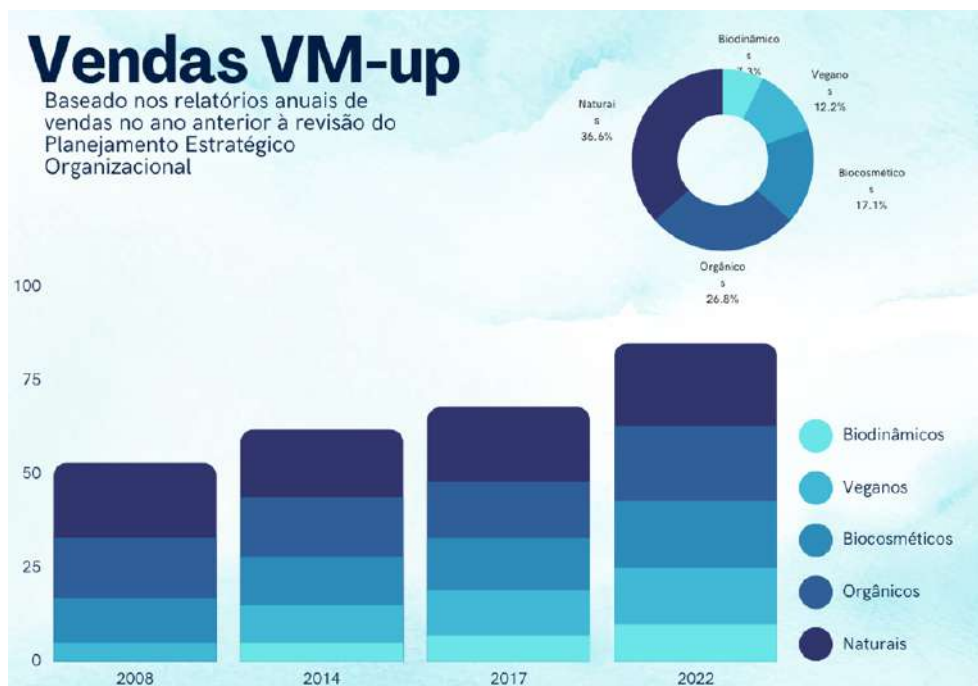
No final do mesmo ano, com o diploma em mãos, e muita vontade de fazer dar certo, Fabiano e Fernanda, decidiram tirar do papel a ideia que criaram juntos e atender uma oportunidade de mercado latente, surgindo assim a VerdeMakeup, com linhas de produtos para rosto, corpo, cabelo e maquiagem se atendo, inicialmente, à visão de se tornar pioneira na produção e revenda de cosméticos sustentáveis no Brasil.

Para conseguir atingir os objetivos, os critérios de sustentabilidade devem fazer parte de cada produto, desde a idealização até o descarte, orientando toda a cadeia produtiva e gestão estratégica da empresa. Com isto em mente, a empresa tem seu modelo de negócios e portfólio composto por cinco tipos de cosméticos: ecológicos, orgânicos, naturais, veganos e biodinâmicos. Abaixo segue a forma como estão estruturados:

- Cosméticos ecológicos: formulados sem substâncias químicas agressivas e estabilizadores artificiais, contando com critérios rigorosos de produção, que obedecem aos princípios de respeito ao meio ambiente desde a seleção da matéria-prima até a chegada ao consumidor final;
- Cosméticos orgânicos: de acordo com Instituto Biodinâmico de Certificações (IBD), são aqueles compostos por no mínimo, 95% de matérias-primas certificadas como orgânicas, e os outros 5% compostos por água e por outras matérias-primas naturais;
- Cosméticos naturais: não possuem aditivos químicos em sua composição, a Ecocert define que 95% do conteúdo total deve ser composto por matérias primas naturais;
- Cosméticos veganos: não possuem matéria prima de origem animal, devendo possuir os selos de instituições renomadas;
- Cosméticos biodinâmicos: produção orgânica e livre de aditivos químicos, respeitando o ciclo natural da matéria-prima e levando em conta estações e fase da lua no desenvolvimento das plantas utilizadas nos produtos.

Já no que tange às estratégias de marketing, a consolidação da marca e o público alvo se assentam na seguinte perspectiva: “cosméticos sustentáveis: um alento para quem quer cuidar de si e do planeta ao mesmo tempo”. O portfólio se manteve equilibrado ao longo dos anos, acompanhando as tendências do mercado e do comportamento dos consumidores. Isto porque, caminhando na contramão do que se via em grande parte das organizações brasileiras, a VerdeMakeup, desde os seus primórdios sempre buscou posicionar o departamento de Recursos Humanos como agente estratégico dentro da empresa, estimulando a participação deste setor na elaboração do planejamento estratégico. Além disso, as áreas de marketing e comercial também sempre foram ouvidas nas principais decisões estratégicas da empresa, seja na concepção de produtos, da própria produção ou do posicionamento mercadológico, ou em questões relativas às metas gerais do quinquênio. Para uma melhor compreensão, abaixo segue o dashboard das vendas nos anos que antecedem a revisão do planejamento estratégico da VerdeMakeup:

Figura 1. Dashboard de vendas VerdeMakeup



Com base nesses dados, pode-se perceber que a empresa vem aumentando de forma substancial suas vendas e o posicionamento de mercado. Os cosméticos naturais se mantiveram como o produto de maior número de vendas nos últimos anos. Os cosméticos orgânicos também se mostraram bastante resilientes no período. Outro ponto positivo foi o aumento dos biocosméticos no portfólio geral. Isso evidencia o trabalho em conjunto realizado pelas áreas de Recursos Humanos, Marketing e Comercial.

A empresa também conta com gestores carregados de capital intelectual e sempre presentes nas decisões organizacionais. O planejamento estratégico organizacional da empresa é revisado a cada cinco anos, em prol de mensurar e alinhar os objetivos ao cenário vigente, elencando, se necessário, um novo objetivo a ser alcançado. Em 2013, na primeira revisão do planejamento estratégico, os gestores constataram que a empresa estava no caminho certo com todos os indicadores acompanhando a performance esperada. Com isso, os objetivos gerais foram mantidos, sendo realizadas pequenas alterações incrementais na estratégia operacional da organização a partir de novos objetivos e metas para o quinquênio.

Cinco anos depois, em 2018, a segunda revisão da estratégia corroborou a consolidação da empresa no mercado nacional, alcançando parte da visão anteriormente proposta. Todavia, os diretores consideraram os dados do Relatório Pink Report da The Benchmarking Company (2018) para reformular o planejamento estratégico da empresa. Os dados desse relatório mostraram que os consumidores da geração Z são os que mais priorizam os produtos orgânicos e naturais, assim

como as escolhas se baseiam na saúde e benefícios que esses produtos geram na redução dos impactos ambientais. Nesse sentido, o intuito passa a ser tornar a VerdeMakeup a empresa modelo em processos de produção verde no ramo dos cosméticos, a partir de certificações e premiações.

Em 2022, posto que a reestruturação do Planejamento Estratégico seria realizada em 2023, durante uma reunião de finalização e acompanhamento de indicadores do último ano, foi observado que a VerdeMakeup havia conseguido consolidar seus processos e cadeias de produção. Já que, no ano presente, o processo de produção foi premiado no congresso “Todos pela Sustentabilidade” promovido por um banco governamental, parceiro de vários projetos da empresa. Além disso, os sócios levaram em consideração a relatório Green is The New Black (2020) que afirma o mercado de beleza interno no Brasil refletia fortes tendências de saúde e sustentabilidade, estando esses dois pontos no topo da lista de interesses de 32% dos brasileiros revelando que ser sustentável deixou de ser somente um discurso para se tornar um fator de decisão no momento da compra. Dessa maneira, Fabiano e Fernanda defenderam na reunião uma visão estratégica de tornar a VerdeMakeup uma empresa de capital aberto, com ações relevantes e reconhecidas na Bolsa de Valores do Brasil.

É preciso reforçar que embora os sócios tenham observado uma lacuna de mercado, na qual os permitiram desenvolver uma empresa socialmente e ambientalmente responsável, capaz de suprir as necessidades dos clientes atuais sem menosprezar as possíveis necessidades futuras, o modelo de negócios da empresa enfatiza o pilar ambiental, inserindo a sustentabilidade como base do processo produtivo. Em contrapartida, o pilar social está vinculado a incorporação tempestiva do modelo de gestão estratégica de pessoas, aprendido pelos sócios durante a formação acadêmica e profissional da importância desse modelo.

1 Do conteúdo ao dilema: entendendo um pouco mais sobre a VerdeMakeup e as soluções de Joana.

A Verdemakeup é uma das pioneiras na produção e revenda de cosméticos sustentáveis no Brasil. Criada em 2008, ela se destacou por inserir ao longo de toda a sua cadeia produtiva e gestão estratégica a preocupação com o meio ambiente. Por ser uma empresa consolidada, de maior porte e com grande número de funcionários, a cada 5 anos, a empresa revisa todo o seu planejamento estratégico, em prol de mensurar os objetivos atingidos, e alinhar o que for necessário ao cenário vigente, elencando, se necessário, um novo objetivo a ser alcançado.

Como era de costume, a empresa promoveu uma integração entre as áreas para a formulação da estratégia organizacional dos próximos cinco anos. Durante o processo da reformulação do planejamento, as diferentes áreas da organização foram convidadas para apresentarem suas visões estratégicas. Na reunião de 2023, os sócios defenderam a tese de que como a empresa já estava consolidada no mercado, o momento de abertura do capital na bolsa de valores havia chegado.

Diante da demanda dos sócios, a área de recursos humanos apresentou sua visão estratégica para a organização na reunião seguinte. A proposta defende a tese de que a empresa precisaria desenvolver questões relacionadas ao tema ESG (Environmental Social and Governance), já que os indicadores e medidas sociais e de transparência estavam defasados se comparados com o desenvolvimento em termos do pilar ambiental.

A área financeira objetivava o desenvolvimento em melhorias nas operações financeiras, evitando gastos desnecessários com outros investimentos que não dessem retorno monetário imediato. Os diretores dessa área propuseram, juntamente com a área de produção e operações a aplicação de um modelo mais enxuto de produção que visava a terceirização de partes operacionais, ocasionando em demissões. As áreas de marketing, comercial e jurídico, foram contrários a essa ideia inicial, justificando que poderia ocasionar problemas com a legislação trabalhista que poderia

atrapalhar o processo. Além disso, a ideia da área de recursos humanos ajudaria o marketing e o comercial a venderem mais.

A ideia foi debatida durante semanas, vários pontos de vista foram elencados durante as reuniões para definição da visão para o quinquênio. A decisão de abrir capital já estava tomada e aceita por todos. O que competia agora era decidir qual a maneira que esse processo seria feito, visando uma abertura de capital com o maior valor de mercado possível. Após muito debate, foi aceita pela cúpula administrativa da organização como primordial para o planejamento estratégico geral da empresa nos próximos 5 anos a inserção de aspectos do conceito ESG no planejamento estratégico, conforme plano inicialmente proposto pela área de recursos humanos.

O processo de abertura de capital definido pelos diretores, então, está ancorado principalmente nessa revisão do planejamento estratégico em 2023, com base em pesquisas e avaliações do mercado para entender a realidade da empresa naquele momento. Os sócios sabiam que para tomar as melhores decisões teriam que levar em consideração o contexto do mercado e da empresa, além de suas crenças e anseios futuros. Nesse sentido, a abordagem foi ancorar outros processos da empresa conforme as melhores práticas de mercado utilizando-se de certificações reconhecidas no mercado nacional e internacional. O planejamento consiste que a partir dessas certificações, o valor de mercado percebido pelos investidores aumentaria consideravelmente para o processo de abertura do capital.

Assim, as metas de cada área foram definidas com base nesses termos, em prol de uma inserção no indicador ISE. O objetivo desse indicador é avaliar o desempenho médio dos ativos das empresas selecionadas conforme seu comprometimento e atuação para a sustentabilidade organizacional. Esse indicador apoia os investidores e consumidores na tomada de decisões e auxilia as empresas a adotarem práticas sustentáveis conforme o conceito ESG, contribuindo para a perenidade dos negócios.

Para a área de Recursos Humanos ficou separado alguns aspectos relacionados ao Social e Governance, no sentido de implementação de projetos que possam gerar o resultado esperado. Todavia, para efetivar tais medidas, Sabrina (diretora de recursos humanos) e Paulo (gerente geral de recursos humanos), teriam que designar alguém responsável por conduzir, mensurar, reportar e modificar tudo o que fosse necessário para corroborar com a visão estratégica do departamento em prol de se alcançar a nova visão da empresa.

Este novo cargo, denominado Business Partner (BP), teria como objetivo tornar o RH ainda mais estratégico no desenvolvimento organizacional, transitando entre líderes e liderados, e representando a ponte entre o RH e os negócios, promovendo um impacto direto nos resultados da empresa. Ainda, para que sua atuação seja efetiva, o BP deverá possuir uma visão abrangente, analítica e sistêmica da organização, além de desenvolver algumas “soft skills”, como capacidade analítica, habilidade com feedback, boa comunicação, visão estratégica, entre outras habilidades muito importantes para assertividade na tomada de decisões estratégicas e operacionais.

Tendo isto em mente, Sabrina e Paulo, após uma análise de competências e processos avaliativos, definiram que Joana, recentemente promovida como consultora interna de gestão de pessoas, seria a pessoa mais adequada para exercer essa função. Joana recém-formada em administração, e cursando um MBA em gestão de pessoas e projetos, havia atuado 2 anos como estagiária, passando por um esquema de rodízio entre as áreas, e 1 ano como analista de projetos e 2 anos como analista de recursos humanos.

Ela era muito elogiada em suas avaliações de desempenho pela proatividade, antecipação e resolução de problemas, e pelo bom relacionamento interpessoal com todos da equipe. Inspirada em uma antiga professora descobriu sua grande “paixão” pela área, e escolheu o departamento de

recursos humanos como estratégia de carreira com o sonho de se tornar referência na área. Embora viesse de uma família simples, no interior de São Paulo, contando com pouca ajuda financeira, se dedicou ao longo da sua vida acadêmica, e devido à sua facilidade com a língua inglesa, logo começou a dar aulas particulares para conseguir se manter ao longo dos anos de faculdade.

Desde o primeiro período, Joana buscou por monitorias, bolsas científicas e estágios que pudessem contribuir ainda mais para seu aprendizado e custos financeiros, tendo conquistado, por mérito, a oportunidade de fazer intercâmbio de seis meses para estagiar em uma empresa no Canadá. Sempre muito bem articulada, e com ótima comunicação, Joana fazia amigos com facilidade, era muito querida por todos, e possuía muito empatia com seus colegas de trabalho, já que sua mãe, mesmo com pouco grau de escolaridade, lhe dizia “Cada ser é único e tem seus motivos para ser como é”, o que a tornava uma líder nata e influenciadora.

Além disso, Joana havia escolhido a VerdeMakeup para trabalhar, pois além da oportunidade de crescimento e do elevado grau de reconhecimento da organização no Brasil, ela se alinhava com os objetivos e visões sustentáveis da empresa, já desde menina se preocupava com o meio ambiente, inclusive participando ativamente de movimentos contra uso de produtos testados em animais quando adolescente. Cabe ainda destacar que ela já estava há alguns anos na empresa, e sempre se apresentou como muito curiosa, logo conhecia desde o porteiro até o CEO, possuindo uma visão estratégica ímpar da empresa, crucial para essa tarefa.

A inserção no indicador da bolsa de valores não era a única meta de Joana. A área também propôs que a empresa deveria se enquadrar como uma das “Grandes empresas para se trabalhar”. Essa certificação passa pela aplicação de uma pesquisa anual no qual a empresa deve atingir uma nota mínima de 70% na avaliação de seus próprios funcionários.

Em 2014, a empresa realizou a primeira pesquisa de engajamento, e o resultado foi de 52% de engajamento, muito abaixo da expectativa da empresa. Desde então, não foram realizadas novas pesquisas neste sentido. Sabendo disso, os profissionais de recursos humanos, iniciaram desde o ano de 2022 diversas pesquisas de clima para compreender a realidade da empresa. Então, começaram a perceber que a organização se encontrava em uma situação de controvérsias entre discurso e prática.

Joana, portanto, estava diante de uma situação de enorme pressão para que a nova aplicação da pesquisa de engajamento, após anos sem avaliação, resultasse na nota esperada pela organização para conseguir o selo. Diante disso, ela deveria propor novas ações de recursos humanos que vissem aumentar a percepção dos próprios funcionários sobre credibilidade, respeito, imparcialidade e parceria. Além disso, propor formas que evidenciam para os próprios funcionários as inúmeras ações que já são realizadas.

A empresa contratou uma consultoria para apoiar a implementação do ISE, no qual o simulado aplicado juntamente com a B3, recebia um relatório detalhado sobre as condições atuais da empresa. A simulação permite que a empresa possa estruturar seus projetos conforme eles atendam as demandas crescentes dos investidores e se preparem para a participação no processo real. O relatório demonstrou que o desempenho da empresa nas 7 dimensões do questionário estava abaixo das empresas que integram a atual carteira do Índice.

Assim, a área de Recursos Humanos, ficou responsável por dimensionar esse indicador no que compete o Capital Humano e o Capital Social. Essas dimensões estão relacionadas às Práticas Trabalhistas, Saúde e Segurança do trabalhador; Engajamento, diversidade e inclusão de funcionários; Direitos Humanos e relação com a comunidade; Investimento social privado e Cidadania Corporativa.

O primeiro indicador tem a função de abordar a capacidade da empresa em atuar em conformidade com as normas trabalhistas nacionais e internacionais. As práticas podem incluir reduzir a diferença entre os maiores e menores salários, igualdade de tratamento entre funcionários primarizados e terceirizados, oferta de benefícios, entre outros.

O tema relacionado a segurança confere a capacidade da empresa em criar e manter um ambiente seguro e saudável para seus trabalhadores evitando ao máximo acidentes com ferimentos, fatalidades ou doenças crônicas. As propostas visam ajustar o ambiente por meio do gerenciamento de segurança, treinamento e desenvolvimento de pessoal, realização de auditorias regulares, etc.

O assunto engajamento e diversidade visa a plena e efetiva inclusão de pessoas independente do gênero, idade, raça, religião, orientação sexual, entre outros tipos de discriminação. As ações objetivas incluem elaboração de políticas específicas de recrutamento, seleção e integração de pessoas, bem como programas de capacitação e engajamento específicos.

Direitos Humanos e relação com a comunidade se fundamentam em normas que devem permear todas as atividades da empresa. A responsabilidade da empresa também se aplica a toda a sua cadeia de valor, desde fornecedores a clientes com os quais se relaciona. As práticas visam garantir o mesmo tratamento a todos, evitando abusos e respeitando os direitos individuais, além de mitigar os efeitos negativos decorrentes de suas atividades. Esse termo implica atividades de treinamento e capacitação, mecanismos de relação e desenvolvimento da comunidade local.

A Cidadania Corporativa está alinhada ao conceito de desenvolvimento sustentável, estabelecendo como as empresas devem ser agentes facilitadores de causas sociais que retornem valor para a comunidade. É demandado, então, que a estrutura da empresa esteja alinhada com esse objetivo, se traduzindo em políticas específicas para a comunidade, realização de investimentos sociais privados, ações de responsabilidade social, entre outros.

Logo, essa situação envolve alteração em políticas organizacionais, aumento dos gastos com medidas para bem-estar e saúde dos funcionários, criação de projetos sociais, assim como a cobrança de relatórios estruturados e fomentados com informações de cada área da organização, para serem divulgados semestralmente. Nesse sentido, a situação demanda do profissional uma atuação estratégica para que todos os objetivos sejam alcançados.

Joana ficou com a missão de desenvolver esses projetos para que a imagem corporativa fosse mais bem quista pela sociedade e pelos próprios funcionários que estivesse relacionado tanto às demandas do ISE como das “Melhores empresas para se trabalhar”. Joana, precisa ser assertiva nas escolhas, a área financeira está com várias objeções quanto ao orçamento para o ano. Com o intuito de favorecer o processo de mudança, é necessário adotar estratégias objetivas que tragam o resultado esperado de maneira sustentável, dentro do custo e do prazo previamente desenhados.

2 Notas de ensino

2.1 Objetivos de ensino

O caso pode ser utilizado em cursos de graduação e pós-graduação, em disciplinas da área de Recursos Humanos, Gestão de Pessoas e Planejamento Estratégico. O objetivo é que os alunos se coloquem na posição do protagonista do caso como funcionário da área de recursos humanos da empresa. Nesse sentido, vivenciem os dilemas que ocorrem na prática das organizações.

Dessa forma, o caso possui dois enfoques: (1) Gestão de Pessoa Estratégica; e (2) Sustentabilidade organizacional. No primeiro item, o foco dado foi no sentido de propor práticas estratégicas que envolvem a área de gestão de pessoas. A área como participante ativa do planejamento

estratégico, abordando visões de cunho social e governança, alinhando as estratégias econômicas da organização é um ponto basilar do estudo. Em relação a Sustentabilidade Organizacional.

O professor pode, ainda, explorar questões relacionadas ao Planejamento Estratégico de uma organização e indicadores financeiros do mercado acionário. Algumas questões que podem surgir vão no sentido de abordar como as relações de poder entre as áreas, as diferentes abordagens que cada agente pode trazer para o processo e indicadores do mercado acionário.

2.2 Fonte de dados

O caso é fictício e os dados secundários utilizados para a sua elaboração são de domínio público. Os dados da empresa fictícia foram elaborados para sustentar a análise do caso, com base em informações gerais de mercado. Os dados secundários foram baseados principalmente, em informações relacionadas ao mercado de cosméticos sustentáveis no Mundo e no Brasil, além de informações financeiras oriundas das empresas de capital aberto registradas na B3. Nesse sentido, ainda foram utilizados artigos e publicações científicas relacionadas ao tema, que puderam dar maior embasamento teórico para o caso. Todas as referências utilizadas estão citadas na seção específica.

2.2.1 Tópicos pedagógicos

O intuito deste caso de ensino é provocar discussões e reflexões no que tange os aspectos de como a área de Gestão de Pessoas pode ser um aliado das organizações em aplicar os conceitos de Sustentabilidade Organizacional. Portanto, para uma boa aplicação e utilidade prática, é melhor aplicável a alunos de curso de graduação e pós-graduação do campo da administração. Pode ser utilizado em disciplinas específicas como marketing, recursos humanos, gestão de pessoas e planejamento estratégico. Além disso, pode ser utilizado em disciplinas que possuam sustentabilidade organizacional e gestão de pessoas estratégica em suas ementas ou como assuntos emergentes.

Para a completa utilização do presente caso como recurso didático, é necessário que os alunos tenham conhecimento prévio sobre os seguintes temas: práticas de Recursos Humanos, Gestão de Pessoas Estratégica e Sustentabilidade Organizacional. Os temas que circundam o caso de ensino têm relação com as disciplinas inerentes ao curso de administração, seja na graduação ou pós-graduação.

Dessa forma, é recomendado que os conceitos sejam trabalhados pelo professor antes ou após a execução do caso de ensino a depender da metodologia de ensino. Como suporte para melhorar da aprendizagem e comprometimento dos alunos, é sugerido também o uso da metodologia de sala de aula invertida. É importante salientar a importância de que a resolução também seja adaptada conforme perfil da turma, contexto sócio econômico e plano pedagógico de curso.

2.4 Análise do caso

Nesta seção, apresenta-se um indicativo para a discussão dos dilemas propostos no caso. Na seção das referências são apresentadas sugestões de bibliografia que fornecem o arcabouço teórico para a construção e discussão do caso proposto.

2.4.1 Questão sobre GP estratégica

A mudança de paradigma transformou o conhecimento em uma importante fonte de vantagem competitiva. Logo, trabalhadores mais qualificados tendem a gerar maior valor para a orga-

nização. A busca por mais profissionais com perfis que agreguem valor se fez importante e a gestão do elemento humano ganha relevância. Em decorrência, a área de Recursos Humanos e seus atores foram impelidos a assumir novos papéis para assegurar o alinhamento estratégico. Logo, a gestão estratégica de pessoas se tornou uma resposta organizacional a um ambiente de negócios altamente turbulento (Tose, 1997; Fischer, 2002; Souza, 2013).

Ademais, a gestão estratégica de pessoas se torna um parceiro de negócios quando adota quatro áreas de atuação: ser um parceiro estratégico, ser um especialista administrativo, defensor dos empregados e agente de mudança. Neste sentido, deve possuir um foco global, nas capacidades das organizações, mudança de cultura e capital intelectual; planejar e implementar práticas e políticas que melhorem a habilidade e capacidades alinhadas com os objetivos estratégicos; e ser estratégica através da formação das lideranças, criação de competências específicas, mudanças de atitudes e comportamentos, promove a inovação e impacta no desempenho. (Almada; Borges, 2018).

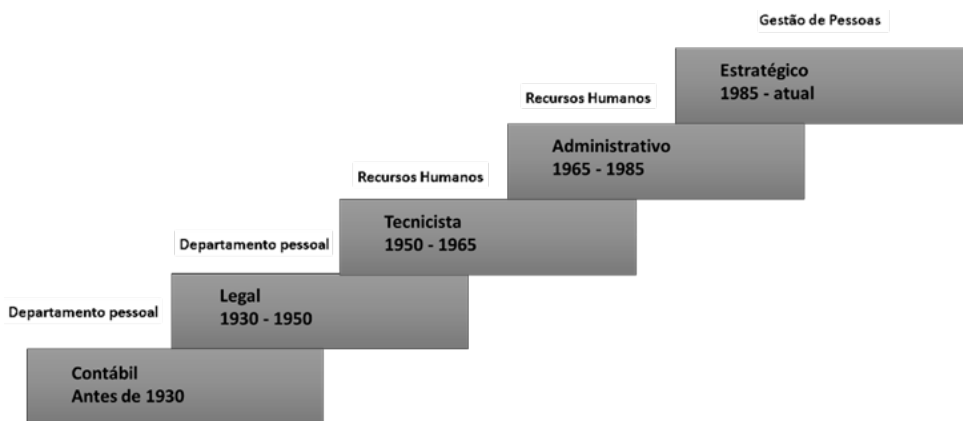
A história da área de Gestão de Pessoas (GP) se conjuga com o histórico da evolução das organizações empresariais, principalmente no último século. A área foi se constituindo como uma área objetivo-funcional dentro da hierarquia das organizações. Em seu cerne, sua tarefa principal era a contabilização do trabalho e registros burocráticos, denominando-se inicialmente como Departamento Pessoal. Essa função inicial denota um caráter mais operacional das atividades desenvolvidas.

A partir do aumento da complexidade das atividades nas próprias organizações, a área assumiu outras funções e passou a se chamar setor de recursos humanos. Nesse momento, incorporou atividades como treinamento, desenvolvimento, remuneração, recrutamento, seleção e outras semelhantes (Wood *et al.*, 2012). Deixou de ter uma função extremamente operacional e passou a ser visto de uma forma mais tática.

Nas décadas mais recentes, as atividades e os conceitos da área vêm passando por mudanças substanciais, corroborado por uma evolução funcional e estratégica na hierarquia empresarial. A emergência do conhecimento como fator de vantagem competitiva engendrou uma atuação mais estratégica para a área, no que tange a importância de ter as pessoas com conhecimentos necessários para as atividades que foram se tornando mais complexas. A orientação dessa nova área como Gestão de Pessoas (GP) perpassa pela descentralização de suas atividades e práticas, permitindo o surgimento desse agente estratégico.

A área de Gestão de Pessoas é resultante dessa evolução conceitual e prática das atividades relacionadas ao elemento humano dentro das organizações contemporâneas. A área passou de uma área burocrática legalista até o atual estágio de alinhamento estratégico com as demandas da organização. O gráfico abaixo auxilia na visão histórica desse desenvolvimento.

Figura 2. Evolução conceitual e prática das atividades de recursos humanos



Fonte: adaptado de Tose (1997), Fischer (2002) e Souza;Souza (2013)

Como prática, a consultoria interna é o processo pelo qual as organizações procuram se integrar ao modelo de Gestão de Pessoas Estratégico, denotando maior agilidade e assertividade nas suas ações. Assim, a consultoria interna tem assumido um papel importante como uma atividade de apoio à gestão, atuando como uma visão sistêmica. A consultoria interna tem o objetivo de prover informações descentralizadas para a organização além de oferecer melhor atendimento ao cliente interno (Limongi-França, 2006). Esse agente agrega valor significativo às organizações por conhecer os problemas das empresas e contribuir de modo criativo para a produtividade e eficácia da organização. O processo tem por finalidade valorizar as pessoas com foco no conhecimento, desenvolvimento compartilhado e competitividade (Girardi *et al.*, 2009).

Para que a GP possa se portar como esse agente estratégico é fundamental que a sua atuação dentro das organizações seja como uma parceira do negócio. A estratégia deve partir do pressuposto que essa atividade não deve ser apenas um componente objetivo-funcional dentro da organização. A estratégia contemporânea da GP deve ser a gestão da cultura organizacional com o intuito de criar o sentimento de pertencimento para os seus integrantes (Cesar, 2018), que procurem integrar as pessoas diante da visão fragmentada e departamental das empresas.

As Estratégias de Gestão de Pessoas (GP), portanto, se apresentam como um componente essencial da estratégia das organizações, ultrapassando suas funções que foram acumuladas nos anos de desenvolvimento das organizações. Incorporar a estratégia de GP como uma parte integrante da estratégia macro da organização se apresenta como um fator de grande importância para a gestão e resultados da empresa.

Neste sentido, a gestão estratégica de Gestão de Pessoas pode ser desenhada como um sistema com as características VBR (Visão Baseada em Recursos), já que a força de trabalho por si só pode ser considerada valiosa (é heterogênea, cada indivíduo contribui de forma própria com base na sua educação formal e experiência de vida. Ter uma força de trabalho qualificada aumenta o valor financeiro), rara (a qualidade dos recursos humanos é resultado da combinação de competências e habilidades que cada indivíduo traz ou adquire na organização), inimitável: o capital humano

já é por natureza difícil de imitar, pois primeiro precisa identificar os profissionais, entender quais são as contribuições exatas e depois replicar em um contexto diferente. Além disso, existe uma combinação complexa de características individuais como: cognição, comportamento e emoções) e não substituível (as capacidades de alguns funcionários, como aprendizado e adaptação, são estrategicamente aplicadas e incentivadas pela GRH (políticas e práticas) tornando-os insubstituível) (Wright; McMahan; Mcwilliams, 1994; Almada; Borges, 2018).

i. Questão sobre sustentabilidade

A partir da década de 1970, o efeito da poluição das águas, dos solos e da atmosfera, pelo incremento do uso massivo e indiscriminado de recursos naturais reverberou no aumento de discussões sobre a responsabilidade ambiental das empresas, governos a nível intergovernamental global, fomentando as bases para um novo entendimento a respeito da relação entre o ambiente e desenvolvimento, principalmente após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (CNUMAH), realizada em 1972, em Estocolmo, na Suécia. Mas é somente em 1987, com a publicação do relatório *Nosso Futuro Comum*, pela Comissão de Brundtland que o termo desenvolvimento sustentável (DS), ganhou maior abrangência, passando a ser considerado um direito humano inalienável, e definido como “aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazerem suas necessidades vindouras” (Weed, 1987; Elkington, 1994, 2004; Hart, 2010; de Castro; de Campos; Trevisan, 2018; Alves, 2019; Barbieri, 2020).

A partir de então muito foi se evoluiu nessa discussão com acordos globais, diretrizes e atitudes que pudessem estruturar um desenvolvimento sustentável e, em 2015, foi apresentada pela ONU a Agenda 2030, na qual foram definidos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), visando criar diretrizes capazes de auxiliar na erradicação da pobreza, proteção do meio ambiente e garantir que pessoas em todos os lugares do planeta possam desfrutar de paz e prosperidade, destacando a importância fundamental de questões relacionadas à sustentabilidade (ONU, 2015).

Convergindo o conceito de DS para o contexto corporativo, uma das opções é a realização de gestões mais efetivas, que ocorre através da implementação da sustentabilidade organizacional (SO), compreendida em grande parte por meio da abordagem de Elkington (1994), denominada Triple Bottom Line. Nesta linha de pensamento, para uma organização ser considerada sustentável deve ser capaz de obter de maneira holística e integrada resultados positivos em três pilares: econômico, ambiental e social. (Barbieri, 2020; Elkington, 1994, Neves, 2018).

Ainda mais recente, a proposta Environmental, Social and Governance (ESG), lançada em 2004 na publicação *Who Cares Wins* do Pacto Global da ONU com o Banco Mundial está cada vez mais em voga no mundo corporativo, e contemplam o cuidado com o meio ambiente, o desenvolvimento de uma cultura de responsabilidade social e a adoção de melhores práticas de governança no ambiente corporativo (Pacto Global, s.d.). Ainda se faz necessário destacar que Carlo Pereira, diretor-executivo do Pacto Global da ONU, elucidou em um artigo para a revista EXAME que, ao contrário do que muitos pensam, o ESG é a sustentabilidade empresarial/organizacional (Pereira, 2023).

Todavia, o mundo contemporâneo vem passando por um processo de transformação rápida concomitantemente ao aumento da conexão entre as pessoas. Com isso, busca-se cada vez mais a criação de direcionamentos estratégicos capazes de beneficiar a organização, o consumidor e o meio ambiente de maneira equilibrada. Neste cenário, paradigmas de gestão inovadores focados no estabelecimento de relações win-win-win, e na prioridade dos recursos e interações, são uma

tendência, assim como o surgimento de um comércio internacional mais inclusivo, flexível, transparente e ao mesmo tempo capaz de reabastecer e restaurar a natureza (Hart, 2010).

Há uma inclinação à manifestação de parâmetros como: cultura organizacional forte, pautada em valores sustentáveis, inovadores e orientados ao empreendedorismo, transparência nas ações, ciclo de vida sustentável da tecnologia, parcerias eficientes, aceitação dos benefícios de longo prazo, governança corporativa, entre outros. Sob este prisma, esse período se apresenta de grande transição na gestão de organizações, no qual somente quem tiver a combinação certa de visão, estratégia, estrutura, capacidade e audácia aumentará suas chances de sucesso empresarial (Elkington, 1994, 2004; Hart, 2010).

Em vistas de finalizar o breve arcabouço teórico para melhor estruturação do caso, é preciso destrinchar um pouco mais sobre o Índice de Sustentabilidade (ISE) da BM & FBOVESPA (B311). Criado com intuito de fomentar a adoção de melhores práticas de sustentabilidade empresarial nas empresas, teve seu início em 1º de dezembro de 2005, em São Paulo, financiado pelo International Finance Corporation (IFC), considerada jurisdição financeira do Banco Mundial, tem como missão oferecer suporte aos investidores nas tomadas de decisões em relação à investimentos socialmente responsáveis. Para concorrer ao índice, as organizações precisam preencher um conjunto de questões que compõem o questionário ISE, sendo o KPMG responsável por assegurar maior credibilidade aos procedimentos e acompanhar diariamente a empresa Imagem Corporativa para monitorar a imprensa. (Almada, 2018). Além disso, através da Plataforma ESG Workspace, os usuários poderão ser auxiliados a traçarem estratégias do ponto de vista ESG, a partir de scores e dados relacionados ao ISE B3.

Referências

- ALBERTON, Anete; SILVA, Anielson Barbosa da. **Como escrever um bom caso para ensino?** Reflexões sobre o método. Revista de Administração Contemporânea, v. 22, p. 745-761, 2018.
- ALMADA, Livia; BORGES, Renata. **Sustainable competitive advantage needs green human resource practices: A framework for environmental management.** Revista de Administração Contemporânea, v. 22, p. 424-442, 2018.
- ALVES, Ricardo Ribeiro. **Sustentabilidade empresarial e mercado verde: a transformação do mundo em que vivemos.** Editora Vozes Limitada, 2019
- BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento sustentável: das origens à Agenda 2030.** Editora Vozes, 2020.
- CESAR, Luiz Guilherme Dias. **A contribuição da Gestão de Pessoas em processos de mudança cultural: Contribuições e estratégias para processos programados de mudança cultural.** Rio de Janeiro: Novas Edições Acadêmicas, 2018.
- DE CASTRO, Aline Eggres; DE CAMPOS, Simone Alves Pacheco; TREVISAN, Marcelo. **A institucionalização (ou banalização) da Sustentabilidade Organizacional à luz da teoria crítica.** Revista Pensamento Contemporâneo em Administração, v. 12, n. 3, p. 110-123, 2018.
- ELKINGTON, J. **Towards the sustainable corporation: win-win-win business strategies for sustainable development.** California Management Review, v. 36, n. 3, p. 90-100, 1994.
- ELKINGTON, J. Enter a triple bottom line. In: HENRIQUES, A.; RICHARDSON, J. (eds.). **The Triple Bottom Line, does it all add up?** Assessing the Sustainability of Business and CRS. Sterling VA, Londres: EARTHSCAN, 2004.
- FISCHER, André Luiz. Um resgate conceitual e histórico dos modelos de gestão de pessoas. In:

- FLEURY, Maria Tereza Leme (Org). **As pessoas na organização**. São Paulo: Gente. 2002. p. 11-34.
- FRANÇA, Ana Cristina Limongi. **Práticas de Recursos Humanos – PRH: Conceitos, Ferramentas e Procedimentos**. São Paulo: Atlas, 2009.
- GIRARDI, Dante Marciano; LAPOLLI, Édis Mafra Lapolli; TOSTA, Kelly Cristina Benetti Tonani. **A Consultoria Interna de Recursos Humanos como Prática Catalisadora da Gestão do Conhecimento**. Revista de Ciências da Administração, v. 11, n. 25, p. 121-150, set/dez 2009.
- GLOBAL, PACTO. ESG. Sd Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/pg/esg>. Acesso em: Março de, 2021.
- HART, S. L. **Capitalism at the crossroads: next generation business strategies for a post-crisis world**. 3ed. Upper Saddle River, NJ: Pearson Education, 2010.
- NAGAI, Ronaldo Akiyoshi. **Temas emergentes em ESG: uma revisão da literatura**. Controle Externo: Revista do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, 2023.
- ONU - Organização das Nações Unidas. Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável | As Nações Unidas no Brasil. Acesso em 26 jul. 2023.
- PEREIRA, Carlo. O ESG é uma preocupação que está tirando seu sono? Calma, nada mudou. **Exame**, 08 out.2020. Disponível em: <https://exame.com/colunistas/carlo-pereira/esg-o-que-e-como-adotar-e-qual-e-a-relacao-com-a-sustentabilidade/>. Acesso em 26 jul.2023
- SOUZA, Maria Zélia de Almeida; SOUZA, Vera Lúcia. **Gestão do elemento humano: uma estratégia efetiva**, 2013.
- TOSE, Marília de Gonzaga Lima e Silva. **A evolução da gestão de recursos humanos no Brasil**. 1997. 127 p. Dissertação (Mestrado em Administração). Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Atuários da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.
- ULRICH, Dave; YOUNGER, Jon; BROCKBANK, Wayne; ULRICH, Mike. **RH de dentro para fora: seis competências para o futuro da área de recursos humanos**. Porto Alegre: Bookman, 2013.
- WECD (1987). **Our common future**. Nova York: Oxford University Press.
- WOOD JR, Thomas. TONELLI, Maria José. COKE, BILL. Para onde vai a gestão de pessoas? **Getúlio Vargas Executivo**. São Paulo, n.2, Vol 11, pp. 20-24, jul/dez. 2012.
- WRIGHT, Patrick M.; MCMAHAN, Gary C.; MCWILLIAMS, Abigail. **Human resources and sustained competitive advantage: a resource-based perspective**. International journal of human resource management, v. 5, n. 2, p. 301-326, 1994.

Estresse ocupacional e a qualidade de vida no trabalho numa indústria de alimentos de Três Rios (RJ)

*Leticia Menezes Silva Bitencourt
Paulo Lourenço Domingues Junior*

Introdução

Para as organizações a qualidade de vida no trabalho é um fator importante para o seu desenvolvimento. Frequentemente, ouve-se sobre o assunto em reportagens veiculadas em jornais sobre diversos problemas que são ocasionados por excesso de horas trabalhadas, mau posicionamento do corpo no momento de execução do trabalho, excesso de informação, excesso de barulho externo, dentre outros fatores que vêm sendo considerados verdadeiros vilões e ameaçam a qualidade de vida dos colaboradores dentro das empresas.

O stress é outro elemento causador de mal-estar sendo prejudicial para a saúde do trabalhador. Ele pode ser definido como “uma resposta do organismo (física ou mental) a um evento de esforço extremo ou importante, geralmente quando se sente ameaçado ou sob pressão. Essa resposta libera uma série de reações químicas no seu organismo, o que provoca reações fisiológicas” (Lima, 2018, p. 16).

Assim, as reações ao stress podem gerar problemas à saúde, problemas psíquicos e emocionais, tendo impacto também no ambiente de trabalho. O stress ocupacional é causado por situações advindas do ambiente organizacional e pode causar queda na produtividade dos colaboradores, problemas de relacionamento interpessoal e problemas na carreira, causando riscos ao bem-estar, gerando consequências dentro e fora da organização na relação casa/trabalho.

Selye (1956) definiu o estresse como a resposta inesperada do corpo a qualquer estímulo que seja solicitado, correspondendo a situações às quais o organismo deve se adaptar. Cada indivíduo reage de uma forma ao trabalho sob pressão. Alguns reagem positivamente, impulsionando a realizar com mais eficiência o trabalho, e outros negativamente, desencadeando stress na realização do mesmo.

Assim, as questões desse estudo são pensar quais fatores contribuem para o estresse ocupacional e o que pode ser feito para alcançar a melhoria da Qualidade de Vida no Trabalho dos funcionários de uma indústria de alimentos envasados localizada em Três Rios, interior do estado do Rio de Janeiro.

1 Referencial teórico

1.1 O que é estresse ocupacional

De acordo com Lipp (2000) a palavra stress tem origem latina e seu emprego no campo da saúde se iniciou no século XVII, mas somente em 1926 que o termo foi utilizado para determinar um estado patológico do corpo humano por Hans Selye, considerado o pai da “estressologia”.

Lipp (2002) coloca o estresse como um problema dos tempos modernos, da vida moderna. O corre-corre vivido no dia a dia, horários excedidos, horas de sono perdidas, alimentação desregrada e falta de lazer, tudo isso deriva somente em uma coisa: o stress. Entretanto, o desgaste ocasionado por tais condições é uma forma de reação completamente natural do corpo e indispensável para a vida humana, sem ele não se tem obstinação para aguentar situações de forte desconforto, como perigo ou fortes emoções.

Segundo os estudos realizados por Dias *et al.* (2016), o estresse ocupacional acontece quando o sujeito não é capaz de atender às demandas requeridas pelo seu trabalho, ocasionando dessa forma um sofrimento psíquico, mal-estar, mudanças de comportamento, distúrbios do sono e sentimentos negativos.

De acordo com Prado (2016) o estresse ocupacional se caracteriza como estímulos ocasionados pelo trabalho, que atuam de maneira negativa, tanto física e psicologicamente, para a maior parte de pessoas em contato com eles.

O estresse ocupacional pode afetar três dimensões distintas dos indivíduos: a biológica, que caracteriza os sintomas físicos sentidos no corpo ocasionados pelo estresse; a psicológica, que são as afinidades, afeições, sentimentos e processos intelectuais das pessoas; e sociológica, que está relacionada com o entendimento das variáveis sociais.

Lipp (2002) traz uma definição de estresse ocupacional como sendo o estresse causado pelo trabalho, e ainda, que tem sido dada uma atenção maior para ele nas últimas décadas, mas ainda escasso para amenizar suas causas. Dolan (2006) afirma que o estresse costuma advir quando o indivíduo não consegue reagir de modo apropriado ou com eficiência as incitações do espaço, ou quando só é capaz de fazê-lo prejudicando a saúde do organismo. O estresse ocupacional é, então, o desequilíbrio entre as perspectivas do indivíduo e a realidade de suas condições de trabalho ou, em outras palavras, a diferença compreendida entre as cobranças profissionais e a competência do indivíduo em realizá-las.

Ao se analisar os estudos relacionados ao estresse do trabalho, segundo Abrahão e Cruz (2008) é possível encontrar a mesma necessidade de adaptação. Os autores trazem que o estresse é resultado de uma discordância entre, de um lado, as capacidades da pessoa e as exigências de sua tarefa. De outro, estão as necessidades da pessoa e a resposta imediata ao meio. Essa definição deixa evidente mais uma vez que a noção de desequilíbrio quantitativo e qualitativo, como por exemplo, excesso ou escassez de trabalho, ou então, um trabalho que exige competências que o indivíduo não possui, ou ao contrário, subestimando as mesmas. Evidencia também uma dimensão interior – a pessoa com capacidades e necessidades, e a exterior – a tarefa, o ambiente e a demanda externa.

Dolan (2006) apresenta ainda que o estresse ocupacional está ligado diretamente com múltiplas enfermidades. Dentre elas é possível citar as alterações no humor e no sono, problemas gastrintestinais, dor de cabeça, alterações no comportamento com a família e os amigos, essas são avaliadas como sendo os primeiros sintomas do estresse ocupacional, que pode originar também doenças crônicas, que são de complexo diagnóstico, pois demoram muito para se despontar e sofrem influência de outros fatores a mais que o estresse. Além dos males já relacionados anteriormente, de acordo com Marras (2010) o estresse, quando atinge níveis críticos e se torna crônico, pode levar à Síndrome de Burnout, que é uma forma mais grave de estresse que acomete profissionais em seu trabalho.

1.2 Qualidade de Vida no Trabalho

As discussões sobre a QVT têm estado presentes nas mais variadas esferas do mundo do trabalho. O aprimoramento das relações entre trabalhador e organização é constantemente questionado, tanto sob o aspecto da geração de valor, quanto sob o aspecto da humanização da organização.

A Organização Mundial da Saúde (2011) diz que a ampliação de programas que buscam gerar maiores benefícios aos colaboradores, no campo profissional e pessoal precisam ser estimulados, pois geram motivação e estimulam a capacidade criativa dos funcionários.

Miranda *et al.*, (2018) diz que as organizações têm duas opções: podem tratar as pessoas como parceiras, assim elas são parte da organização, se sentindo incluídas e importantes, participando de decisões e tendo liberdade em seu trabalho ou então como recursos, apenas para fazer a sua parte do trabalho por um salário, não participando assim de decisões. Ao tratá-las como parceiras elas fornecem ou tendem a fornecer habilidades e conhecimentos pessoais, além de criarem um sentimento de pertencimento sendo mais produtivas, preocupadas com resultados e satisfeitas no ambiente de trabalho.

Cogo (2014) afirma que os gestores precisam promover ações que vão refletir diretamente no espaço físico frequentado pelo colaborador, fazendo com que este possa ser visto como um espaço acolhedor, bem-sucedido e produtivo. A autora ainda coloca que pessoas não são máquinas e sim indivíduos que almejam acolhimento e consideração. Buhler (2010), chama a atenção para o fato de que hoje as organizações estão preocupadas com a “guerra pelo talento” da mesma forma como se preocupam com as demais questões que são relacionadas aos negócios.

Buhler (2010) define qualidade de Vida no Trabalho (QVT) em seus estudos como sendo um conjunto de ações que uma determinada empresa insere buscando a implantação de melhoramentos e novidades gerenciais e tecnológicas dentro do ambiente de trabalho. Segundo o autor a construção dessa tão buscada qualidade de vida no trabalho é fruto da ocasião em que o indivíduo se abre a percepção de que a empresa e seus colaboradores como um todo, o que se designa como abordagem biopsicossocial. Segundo ele, esse posicionamento representa o fator preponderante para a verificação de análise, campanhas, criação de novos serviços e implante de novos projetos voltados para o cuidado e desenvolvimento dos colaboradores

Cogo (2014) ressalva também que a QVT abrange de tal maneira os aspectos físicos como também os aspectos psicológicos do ambiente de trabalho. Segundo ela, a QVT inicia pela consideração de que um sujeito bem habilitado dentro da instituição permanece em melhor condição para perceber dificuldades que não são fáceis de se perceber, relacionadas a condições do produto ou a forma como uma tarefa precisa ser realizada.

Para Ribeiro (2015) deve-se importar cada vez mais com a melhora das condições de vida e com a saúde, pois impacta direta e indiretamente a produtividade e os resultados. Mesmo que as relações familiares e entre amigos e colegas (fora do trabalho) não estejam diretamente ligadas ao trabalho, influenciam na QVT, pois interferem no emocional e na motivação pessoal.

2 Metodologia

2.1 Participantes e Instrumentos do Estudo

Foram realizadas entrevistas com os colaboradores do setor de manutenção. No total, 13 funcionários se voluntariaram a participar da pesquisa e a serem entrevistados; a pesquisa foi realizada, como dito anteriormente, numa indústria de alimentos envasados.

A proposta de pesquisa foi analisar o estresse ocupacional, suas causas e influência na vida dos colaboradores, bem como a importância da qualidade de vida no trabalho na vida dos funcionários. Foi realizado uma pesquisa de campo com o objetivo de formular questões de caráter exploratório sobre os temas estudados.

Gil (2002) faz considerações sobre a importância da pesquisa de campo, mostrando que essa ferramenta tem maior possibilidade de apresentar resultados mais legítimos:

O estudo de campo apresenta algumas vantagens em relação principalmente aos levantamentos. Como é desenvolvido no próprio local em que ocorrem os fenômenos, seus resultados costumam ser mais fidedignos. Como não requer equipamentos especiais para a coleta de dados, tende a ser bem mais econômico. E como o pesquisador apresenta nível maior de participação, torna-se maior a probabilidade de os sujeitos oferecerem respostas mais confiáveis (Gil, 2002, p. 53).

Cervo & Bervian (2002) citam que a entrevista é um dos fundamentais métodos de coletas de dados e pode ser determinada como conversa realizada frente a frente pelo pesquisador junto ao entrevistado, adotando um método para se conseguir informações sobre alguma temática.

2.2 Análise dos Dados Coletados

A análise de conteúdo pode identificar, descrever e categorizar o conteúdo de mensagens escritas ou faladas. Ela pode ser aproveitada na análise da comunicação verbal, podendo ser aplicada no melhor entendimento do conteúdo das entrevistas (Trivinõs, 1987).

Assim, para interpretação das entrevistas utilizou-se a análise de conteúdo. Esse procedimento consiste em um instrumento imprescindível da pesquisa qualitativa, que possibilita analisar a fala dos atores sociais (Trivinõs, 1987) e permitiu constituir e categorizar as entrevistas aplicadas, bem como examinar as questões propostas nessa pesquisa.

3 Resultados da pesquisa

Para contextualizar sobre o trabalho da equipe de manutenção, é importante ressaltar o estresse diário em que são expostos no cotidiano. Além das manutenções preventivas, que são obrigatórias neste setor, ocorrem também, ao decorrer do dia, há situações inesperadas onde o trabalho sob pressão acontece. Pequenos defeitos nas máquinas e equipamentos podem parar toda a produção da fábrica.

Em situações como essa, a rotina normal de trabalho é interrompida para atender a demanda de máquinas e equipamentos que apresentaram defeito. E o tempo para conserto é exíguo, gerando stress e apreensão nos funcionários.

3.1 Perfil dos entrevistados e análise da pesquisa

De acordo com a tabela de dados obtidos através da pesquisa aplicada, 92% dos entrevistados são homens e 8% mulheres. Totalizando 1 mulher no setor de manutenção da empresa de alimentos. Sendo esta que ocupa o cargo de almoxarife. A média de filhos dos entrevistados são de 54% colaboradores que possuem filhos, contando que 46% são solteiros, 23% casados e 31% possuem algum tipo de relacionamento.

De acordo com a pesquisa, a maior parte dos trabalhadores que atuam no setor de manutenção possuem Curso Superior ou Técnico em andamento ou finalizado. Desses, 39% possuem

Ensino Superior, 23% possuem curso Técnico, 23% possuem formação até o Ensino Médio e 15% dos participantes concluíram apenas o Ensino Fundamental.

Entre os entrevistados, há uma média de tempo na empresa de 23% funcionários que estão até 2 anos, de 2 a 5 anos e há mais de 10 anos. A maioria está na porcentagem de 31% os funcionários que estão de 5 a 10 anos fazendo parte da empresa.

Na equipe de manutenção existem os colaboradores do setor de almoxarifado, onde ficam todas as peças e ferramentas disponíveis para consertos e manutenção dos maquinários. E existem os colaboradores que fazem parte da manutenção dos equipamentos, esses totalizam a grande parte da manutenção, com 69%. Conforme respostas obtidas, notou-se que uma boa parte dos colaboradores continuam no mesmo cargo há mais de 5 anos, isso porque a empresa está começando agora a implementar atualmente o plano de cargos e salários.

Avaliou-se com os colaboradores, quais os fatores que eles consideram como causadores do estresse ocupacional. A falta de materiais para realização do trabalho, é um fator de estresse em comum entre eles. Muitas vezes há a cobrança para finalização rápida de um trabalho, já que muitas vezes ficam linhas de produtos paradas, entretanto, os colaboradores muitas vezes não encontram os materiais necessários para o conserto. Esse fator leva a uma pressão psicológica para realização do trabalho. Outro fator em comum relatado entre os entrevistados, além de demanda excessiva, é a falta de comprometimento da equipe na realização do trabalho, e também muitas vezes não conseguir finalizá-lo.

Foram realizadas perguntas aos colaboradores se eles se sentiam estressados ou ansiosos no ambiente de trabalho, e para as respostas positivas, quais os sintomas físicos que eles sentiam. Em uma amostra de 13 pessoas, 11 responderam que sim, e todos apresentaram algum sintoma físico, tais como dor de cabeça, que foi relatado por 5 colaboradores, representando uma porcentagem de 38% dos entrevistados. Outro sintoma físico em comum entre eles é o cansaço excessivo. Além disso, sintomas como dores no estômago, tensão muscular, dores nas pernas e tontura, também foram constatados.

Como consequência de sintomas físicos do estresse, foram relatadas algumas soluções para amenizar esses sintomas. Ingerir medicamentos apareceram duas vezes entre as respostas para solucionar os sintomas, mas a resposta mais comum entre eles, foi o consumo de bebidas alcoólicas. Essa última é realizada após o expediente de serviço, na rua ou em casa.

Também foi descrita como solução para o stress, afastar-se do problema e beber água, que apareceu entre 23% dos colaboradores. Entre 15% das respostas em comum, aparecem fumar, beber água, ingerir medicamentos e refletir sobre os acontecimentos. Apenas 8% consideram praticar esportes como sendo uma solução para amenizar o estresse ocupacional.

Foi perguntado aos funcionários se eles sentiam que sua produtividade havia caído desde a sua contratação. Apenas 4 funcionários obtiveram respostas “sim”, todos eles estão fazendo parte do corpo da empresa há mais de 5 anos. Mas 9 dos 13 entrevistados, relataram que sua produtividade não caiu, e só tem aumentado ao decorrer dos anos na organização.

A produtividade dos entrevistados está diretamente ligada a manutenção de máquinas e equipamentos, e gerenciamentos de peças e materiais necessários para o serviço. Um fator que está ligado a produtividade e pode ser visto como incentivo financeiro, é o salário. Foi perguntado aos entrevistados se os mesmos consideravam seus salários adequados ao seu cargo e função exercida. Conforme respostas obtidas, 8 deles, ou seja 61% dos entrevistados não consideram seu salário adequado. Como dito anteriormente, a empresa está começando agora implantar o plano de cargos e salários, então muito desses colaboradores não têm aumento de salário há anos.

Além dos salários, a empresa oferece vale transportes, alimentação no local, e cartão alimentação. Caso o colaborador não falte ao trabalho, ou entregue atestado, é depositado mais R\$200 no cartão alimentação como gratificação.

Foi perguntado aos entrevistados do setor de manutenção da empresa, quais os fatores que esses consideravam positivos e negativos relacionado a qualidade de vida no trabalho. Entre os fatores positivos, 46% dos entrevistados responderam que a oportunidade do crescimento profissional. Pois o mesmo, dá a liberdade de aprendizagem e a igualdade de crescimento profissional para todo e qualquer funcionário. Os salários sem atrasos, e a alimentação no local, também aparecem nas respostas dos colaboradores e representam 15% das respostas obtidas no questionário. Por último, traz-se os fatores “fornecimento de EPI”, “reconhecimento profissional”, “sala de descanso”, “bem-estar” e “amizade”.

Sobre os fatores negativos relacionados a QVT, a falta de reconhecimento da Diretoria na empresa em relação aos funcionários, obteve 31% de respostas entre os entrevistados. Essa porcentagem está diretamente ligada a falta de comunicação com os funcionários da empresa.

A última pergunta feita para os entrevistados, está relacionada diretamente a quais as mudanças que os mesmos considerariam necessárias para a melhoria da Qualidade de Vida no Trabalho. Entre as sugestões, estão a melhoria de plano de cargos e salários, treinamentos internos e externos para os funcionários, investimentos em equipamentos para manutenção e também para o calor da fábrica, além de feedbacks aos funcionários em relação aos serviços prestados.

Conclusão

Este estudo teve como objetivo geral pesquisar o Estresse Ocupacional e a Qualidade de Vida em uma indústria de alimentos em Três Rios – RJ. Além deste ponto buscou-se descrever o perfil dos entrevistados, pesquisar a causa do estresse dos colaboradores e identificar as consequências do estresse ocupacional para os colaboradores.

Após a análise das respostas obtidas dos 13 participantes da pesquisa, funcionários do setor de manutenção, observou-se muitos pontos relevantes relacionados a situação dos colaboradores no que diz respeito a QVT dentro da empresa estudada. Dentre esses participantes, de maioria do sexo masculino e com tempo médio de 10 anos como colaborador na empresa, notou-se que boa parte dos colaboradores continuam no mesmo cargo há mais de 5 anos, isso porque a empresa está começando agora a implementar atualmente o plano de cargos e salários.

Com consequências do estresse no ambiente de trabalho, os colaboradores responderam sobre apresentarem sintomas físicos como dor de cabeça, cansaço excessivo, dores no estômago, tensão muscular, dores nas pernas e tontura. Como soluções para amenizar esses sintomas os colaboradores citaram que costumam ingerir medicamentos, consumir bebidas alcoólicas após o expediente de serviço, na rua ou em casa, beber água, fumar, refletir sobre os acontecimentos e praticar esportes.

Quanto aos salários pagos, os colaboradores não consideram como sendo adequados ao seu cargo e função exercida. A falta do plano de cargos e salários faz com que os funcionários se sintam insatisfeitos com a situação que vivem, já que a maior parte dos funcionários já fazem parte dela há alguns anos.

Concluindo, sugere-se que a empresa busque colocar em prática pontos que ajudem a diminuir a frequência de situações que são vistas como causadoras de estresse ocupacional nos funcionários, além de agilizar a implantação do plano de cargos e salários que é um ponto que ajuda no reconhecimento dos funcionários.

Referências

- ABRAHÃO, J.; CRUZ, R. M. Perspectivas de investigação do mal-estar com base nos modelos teóricos de estresse e a psicodinâmica do trabalho. *In*: TAMOYO, A. (Org.) **Estresse e Cultura Organizacional**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.
- BUHLER, L. V. **Qualidade de Vida no Trabalho**: contribuições para o desenvolvimento de trabalhadores e sua repercussão nas organizações. 2010. 14 f. Dissertação (Mestrado em Turismo), Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2010.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- COGO, L. **Qualidade de Vida no Trabalho**: um diferencial dentro das organizações. 2014. 20 f. Monografia (Especialização) - Curso de Pós-graduação em Gestão de Recursos Humanos, Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc, Videira, 2014
- DIAS, F. M. et al. O estresse ocupacional e a síndrome do esgotamento profissional (burnout) em trabalhadores da indústria do petróleo: uma revisão sistemática. **Rev. Bras. Saúde Ocup.**, São Paulo, v. 41, e11, 2016.
- DOLAN, S. **Estresse, autoestima, saúde e trabalho**. Rio de Janeiro: Qualymark, 2006.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LIMA, A. L. S. **O Estresse nas Organizações de Trabalho**. 2018. 37 f. Monografia (Especialização) - Curso de Gestão de Pessoas, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2018.
- LIPP, M. E. N. (Org.). **O Stress está dentro de você**. 2. ed. — São Paulo: Contexto, 2000.
- LIPP, M. E. N. (Org.). **O stress do professor**. Campinas, SP: Papirus, 2002.
- MARRAS, J. P. (Org.). **Gestão estratégica de pessoas: conceitos e tendências** São Paulo: Saraiva, 2010.
- MIRANDA, A. S. *et al.* **A Importância da Qualidade de Vida no Trabalho e sua Influência nas Relações Humanas**. Anuário de Produções Acadêmico-científicas dos Discentes do Centro Universitário Araguaia, Araguaia, v. 7, n. 1, p. 61-77, 2018.
- OMS. The World Health Organization Quality of Life Assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization. **Social science and medicine**. v.41, n.10, 2011, p.403-409.
- PRADO, C. E. P. Estresse ocupacional: causas e consequências. **Rev. Bras. Med.Trab.** 2016;14(3):285-289.
- RIBEIRO, L. A. Qualidade de Vida no Trabalho: Fator Decisivo para o Sucesso Organizacional. **Revista de Iniciação Científica- Ric**, Cairu, v. 2, n. 2, p. 75-96, jun. 2015. Semestral.
- SELYE, H. A Syndrome Produced by Diverse Nocuous Agents. *The Journal of Neuropsychiatry and Clinical Neurosciences*. 1956.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Acesso à justiça na agricultura familiar, direitos humanos e desenvolvimento. A experiência do Núcleo de Prática Jurídica do Instituto Três Rios/UFRRJ

*Rulian Emmerick
Lair Tavares Neto*

Introdução

A Constituição Federal de 1988 avançou de forma jamais vista na garantia dos direitos humanos. Os artigos 5º e 6º, da referida Carta Magna são emblemáticos ao trazer um extenso rol de direitos e garantias fundamentais que devem ser assegurados e protegidos a todos sem qualquer distinção, inclusive o direito à alimentação e, conseqüentemente, à segurança alimentar.

No âmbito internacional, o Brasil é signatário do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, tratado que foi incorporado na legislação nacional em 1992 e que dispõe sobre o direito à alimentação de forma ampla.

Portanto, percebe-se que o Brasil reconheceu, juridicamente, que o acesso à alimentação é um direito humano e que deve ser garantido enquanto tal. Logo, criar normas e políticas públicas voltadas para a garantia dessa segurança se faz imprescindível para que se possa avançar na proteção da dignidade da pessoa humana.

Assim, quando se fala em alimentação e segurança alimentar é fundamental entender a importância da agricultura familiar na produção de alimentos de qualidade no Brasil (Costa; Cunha, 2018), com respeito às normas ambientais. É através dela que se faz possível garantir o acesso à alimentação para milhões de brasileiros contribuindo, assim, para o avanço na efetivação do direito à alimentação no Brasil.

A agricultura familiar representa um importante mecanismo de materialização do direito fundamental à alimentação e, conseqüentemente, servindo como um instrumento de garantia da dignidade da pessoa humana (Sarlet, 2009, p. 94). Nesse sentido, a grande produção de alimentos, gerada, principalmente, quando se fala em alimentos de qualidade e orgânico, é produzida por pequenos agricultores familiares, contribuindo para o reconhecimento de um direito fundamental, efetivando desse modo, não apenas um direito, mas contribuindo, também, para o desenvolvimento sustentável do planeta.

Por outro ângulo, faz-se necessário ressaltar que a agricultura familiar é responsável pela renda de milhares de famílias brasileiras (Brasil de Fato, 2023), que para melhorar a sua produção e qualidade de vida, necessitam de acesso à garantia de direitos e às políticas públicas que visam o fortalecimento dos direitos humanos e da cidadania no campo.

Assim, reconhecendo a importância da agricultura familiar para a garantia do direito à alimentação e segurança alimentar no Brasil e partindo da premissa que, regra geral, os agricultores da Região Centro-Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro carecem de informações jurídicas e

acesso à justiça para a garantia de direitos, foi construído o projeto de extensão universitária, cujo objetivo é a promoção dos direitos humanos e da cidadania na agricultura no município de Três Rios e adjacências para que, através do acesso a direitos pelos agricultores e agricultoras, tenha-se como consequência o impacto positivo na produção e comercialização dos produtos agrícolas oriundos da agricultura familiar.

Desta forma, o presente artigo será dividido em duas seções. Na primeira será abordada a regulação jurídica do direito à alimentação cenário internacional e nacional e a relação desse direito com a agricultura familiar e a sua contribuição para a segurança alimentar no Brasil. Na segunda, explorar-se-á a experiência do Projeto Fortalecendo a Cultura de Direitos Humanos e da Cidadania na Agricultura Familiar (DHAF)³¹, que busca o fortalecimento dos direitos humanos e da cidadania, através do acesso à justiça, formação e orientação sobre direitos relacionados à agricultura familiar.

Com isso, se pretende demonstrar a importância do projeto no cenário contemporâneo para a região Centro-Sul Fluminense e para a promoção de direitos humanos dos agricultores e agricultoras familiares.

1 A regulação jurídica do direito à alimentação e à segurança alimentar no cenário internacional e nacional

No âmbito internacional, a Declaração Universal de Direitos Humanos da ONU (1948) dispôs sobre o direito à alimentação no art. 25, I, no seguinte sentido:

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive **alimentação**, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.

Por sua vez, o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (ONU, 1966), tratado de direitos humanos incorporado na legislação nacional em 1992, trouxe em seu artigo 11 o direito à alimentação em sentido amplo. Vide:

§1. Os Estados Partes do presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e sua família, inclusive à **alimentação**, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma melhoria contínua de suas condições de vida. Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para assegurar a consecução desse direito, reconhecendo, nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento.

§2. Os Estados Partes do presente Pacto, reconhecendo o direito fundamental de toda pessoa de estar protegida contra a fome, adotarão, individualmente e mediante cooperação internacional, as medidas, inclusive programas concretos, que se façam necessárias para:

1. Melhorar os métodos de produção, conservação e distribuição de gêneros alimentícios pela plena utilização dos conhecimentos técnicos e

31 O presente projeto é desenvolvido no âmbito do Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito do Instituto Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no qual são realizados atendimentos jurídicos, ajuizamentos de ações, tanto na área administrativa quanto na área judicial, bem como a realização de ações coletivas de formação e orientação jurídica, tais com oficinas, palestras, rodas de conversa, dentre outras atividades.

científicos, pela difusão de princípios de educação nutricional e pelo aperfeiçoamento ou reforma dos regimes agrários, de maneira que se assegurem a exploração e a utilização mais eficazes dos recursos naturais;

2. Assegurar uma repartição equitativa dos recursos alimentícios mundiais em relação às necessidades, levando-se em conta os problemas tanto dos países importadores quanto dos exportadores de gêneros alimentícios.

(i) sobre a garantia de um nível adequado de alimentação;

Desse modo, a criação de pactos internacionais que detinham efetivamente o poder de tutelar direitos e obrigações, teve início em 1966, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas criou o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. A partir de então, o direito à alimentação, por força do artigo citado acima, começou a ser tratado como um direito básico a ser garantido perante a ordem internacional e internamente, por todos os países signatários.

Por sua vez, o Comentário Geral nº 12, do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU, de 1999, é enfático sobre a importância do direito à alimentação para a garantia da dignidade da pessoa humana nos seguintes termos:

O Comitê afirma que o direito à alimentação adequada é indivisivelmente ligado à dignidade inerente à pessoa humana e é indispensável para a realização de outros direitos humanos consagrados na Carta de Direitos Humanos. Ele é também inseparável da justiça social, requerendo a adoção de políticas econômicas, ambientais e sociais, tanto no âmbito nacional como internacional, orientadas para a erradicação da pobreza e a realização de todos os direitos humanos para todos.

No cenário nacional, a Constituição Federal de 1988 é um grande marco de avanço na garantia dos direitos humanos e de rompimento da estrutura normativa autoritária e ditatorial. O legislador constituinte, acertadamente, trouxe: (i) como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (artigo 1º, II e III); (ii) dentre seus objetivos “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (artigo 3º, III); e (iii) nas suas relações internacionais o Brasil reger-se-á, dentre outras pressupostos, pela prevalência dos direitos humanos (artigo 4º, II).

Especificamente, sobre o direito à alimentação, há que ressaltar que ele foi inserido no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 através da Emenda à Constituição nº 90, de 2015, como direito social nos seguintes termos: “São direitos sociais a educação, a saúde, **a alimentação**, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da constituição”.

Desta forma, urge a necessidade de se olhar para a Carta Magna brasileira, que em seu artigo 6º de modo expreso, traz a alimentação, como um direito humano. Nesse sentido, deve-se compreender que a agricultura familiar no Brasil tem grande importância quando se fala na efetivação desse direito básico, sendo ela a responsável por 80% da produção de alimentos de cestas básicas para brasileiros:

O Censo Agropecuário de 2006 aponta que a agricultura familiar é responsável por quase 80% da produção dos alimentos que compõem a cesta básica

para a segurança alimentar e nutricional dos brasileiros. Segundo o IBGE (2011), dos 5.175.489 estabelecimentos rurais identificados, 4.367.902 são formados pela Agricultura Familiar e representam 84,4% do total dos mesmos. Eles ocupam apenas 24,3% do total da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros e mesmo assim respondem por 38% do valor geral da produção (CONTI, 2013, p. 121).

Por sua vez, a Carta Magna (1988) inovou, ainda, ao trazer um capítulo específico sobre a regulação constitucional do meio ambiente. Em seu artigo 225, disciplinou de forma ampla a questão ambiental, reconhecendo o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito humano, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

As relações entre direito à alimentação, meio ambiente e agricultura familiar são muito próximas, pois é impossível pensar em segurança alimentar sem pensar nesse tripé de grande importância para a produção de alimentos saudáveis de forma sustentável. Portanto, não resta dúvida da grande importância da agricultura familiar para toda a sociedade brasileira.

Nesse sentido, graças às demandas dos movimentos sociais de trabalhadores rurais ocorridos por volta dos anos dois mil, e em épocas anteriores, foi aprovada a Lei nº 11.346/2006 (Brasil, 2006), que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dispôs que:

Art. 2º. A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população

§ 1º A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais.

§ 2º É dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade.

No que diz respeito à lei nº 11.947/2009, ela dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, prevendo que a alimentação escolar é fundamental para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, bem como para a formação de seus hábitos alimentares.

Como se percebe, as duas leis citadas deixam claro que não basta somente o acesso ao alimento para a efetivação do direito humano à alimentação, mas sim que tal acesso deve ser de alimentos saudáveis e seguros, não podendo desrespeitar também, a cultura alimentar de cada cultura ou região, de modo que é possível inferir do legislador.

Toda e qualquer implementação de políticas públicas para a efetivação do direito à alimentação e da segurança alimentar precisa pensar na agricultura familiar, tendo em vista a importância desta na produção de alimentos saudáveis de forma sustentável. Isso porque o referido modelo de produção de alimentos é caracterizado por ser realizado por familiares em pequenas propriedades ru-

rais, com a mão de obra de forma predominantemente familiar. Portanto, utiliza técnicas de produção mais simples e tradicionais, na qual se tem a plantação de modo mais diversificado, buscando desse modo, a fuga de monoculturas, além disso, faz um menor uso de agrotóxico em sua forma de plantio que, de modo geral, se dá graças a forma mais sustentável de sistematização da agricultura.

Importante ressaltar que a agricultura familiar, além de trazer desenvolvimento econômico para o país, gera emprego e renda para as mais diversas famílias no meio rural brasileiro, levando dignidade para essas pessoas por meio de seus trabalhos. Ademais, ela também cumpre um importante papel constitucional que é a grande contribuição ao desenvolvimento do país e a soberania nacional, tendo em vista que a soberania alimentar é a via para que se possa erradicar a fome e a desnutrição garantindo a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos (Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, Havana-Cuba, 2001).

Portanto, se faz necessário que o Estado torne viável aos produtores familiares a assistência técnica para implementação de um sistema agroecológico e incentivos para que a agricultura familiar conquiste seu espaço no mercado de trabalho. Desse modo, torna-se possível vislumbrar o desenvolvimento sustentável e a melhora no cenário da insegurança alimentar. Assim, o papel do Estado como fomentador do desenvolvimento produtivo da agricultura familiar é peça fundamental na formulação e controle das políticas públicas dessa temática para que possa efetivamente ocorrer a promoção dos direitos humanos, na conjuntura sociopolítica brasileira, de modo que, a dignidade da pessoa humana figura na atualidade não só como um valor intrínseco à todo o ser humano, mas também como um dos valores fundantes da própria ordem jurídica nacional e supranacional (Barretto, V. P.; Lauxen, E. C. U., 2018, p. 67).

O direito à alimentação deve ser um objetivo a ser cumprido não apenas pelo Brasil, mas sim por todo o mundo, cujos atos não devem ficar limitados apenas na erradicação da pobreza, mas também na promoção do acesso facilitado à alimentos que sejam de boa qualidade, saudáveis, seguros e que possam promover a saúde e respeitam a cultura alimentar de cada grupo social e indivíduo.

Fica claro também, que o acesso à alimentação passa pela agricultura familiar, pois são os pequenos agricultores os grandes responsáveis pela promoção de uma alimentação mais saudável. Desta forma, deve-se perceber a importância desses trabalhadores do campo, para que também possa ser garantido melhorias na qualidade do trabalho rural e nas condições de vida digna aos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

É nesta perspectiva que se insere o projeto de extensão universitária Fortalecendo a Cultura de Direitos Humanos e da Cidadania (DHAF), que busca, através de assessoria jurídica mudar a vida dos agricultores familiares com a melhoria da produção e, conseqüentemente, trazer contribuições importantes para o avanço da garantia do direito à alimentação e da segurança alimentar no Município de Três Rios e adjacências.

2 A atuação do Núcleo de Prática Jurídica do curso de Direito do Instituto de Três Rios no fortalecimento da agricultura familiar regional

O Núcleo de Prática Jurídica Jéssica Philipp Giusti da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Três Rios, existe desde o ano de 2012, com o objetivo de propiciar aos alunos do curso de Direito o contato com a prática jurídica nas suas mais diversas formas, mais particularmente, neste caso, com o atendimento de pessoas hipossuficientes do Município de Três Rios e adjacência, bem como o ajuizamento de ações judiciais. Com espaço de trabalho no Campus do Instituto Três Rios e supervisionado pelo corpo docente do curso de Direito vinculado ao NPJ, conta atualmente com aproximadamente com mais de 80 alunos.

A EMATER-RIO (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro)³², com equipes compostas de técnicos das áreas de ciências agrárias e sociais, dispõe de metodologias adequadas para acessar os agricultores e mediar conhecimento técnico nas áreas de produção, beneficiamento, comercialização, associativismo e acesso a políticas públicas.

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro estabeleceu parceria com a EMATER-RIO há mais de cinco anos em diversas ações microrregionais, institucionalizadas por meio de acordo de cooperação técnica. Desta forma, a UFRRJ-ITR e a EMATER-RIO, com apoio das Prefeituras Municipais de Três Rios, Areal e Comendador Levy Gasparian, buscam identificar, motivar e mobilizar os agricultores para acesso a direitos, com vistas à superação de problemas de regularização fundiária e outras questões fundamentais para o aprimoramento da produção e comercialização dos produtos agrícolas.

Nesse contexto, foi natural o processo de reflexão e construção do projeto de extensão universitária em comento, uma vez identificada a grande demanda dos agricultores familiares, foi construída uma articulação do Núcleo de Prática Jurídica do ITR/UFRRJ e a EMATER-RIO com o objetivo de orientar e apoiar os agricultores familiares do Município de Três Rios e adjacências quanto aos seus direitos e aos possíveis caminhos para a solução desses entraves que, em grande medida, alijam principalmente os mais vulneráveis, do acesso aos direitos humanos e à cidadania.

A reversão deste quadro de violação de direitos humanos depende normalmente de orientação jurídica prestada por pessoa habilitada para se comunicar com agricultores e de processos judiciais e/ou extrajudiciais para a solução das demandas, principalmente relacionadas às questões fundiárias.

Outra situação aflitiva por que passam os agricultores familiares é a dificuldade de acesso aos benefícios da previdência social. Frequentemente negligenciada durante a juventude, a aposentadoria ou mesmo os benefícios de auxílio-doença só são lembrados no momento de necessidade, quando não são facilmente acessíveis em curto prazo. Neste contexto, a vulnerabilidade da agricultora é ainda mais evidente se comparada à do agricultor, sendo necessário o seu reconhecimento pleno como sujeito de direitos na agricultura familiar. A desigualdade de gênero, que é presente em nossa sociedade, por vezes afasta o reconhecimento das mulheres como agricultoras, em que se pese o fato de desempenharem esta função, fazendo-se necessária uma atuação que leve em conta as questões de gênero que podem permear a agricultura familiar.

Para que os agricultores e agricultoras familiares consigam produzir e vender os seus produtos nas feiras orgânicas e demais espaços, faz-se necessário garantir aos mesmos, um conjunto de direitos humanos básicos, tais como acesso à terra, ao crédito, informações sobre seguridade social, bem como outros direitos humanos. Sob a orientação e supervisão dos professores coordenadores e participantes do Núcleo, é promovido o engajamento dos discentes do curso de Direito para a realização de atividades que busquem a disseminação de informações para o fortalecimento da cultura dos direitos humanos e da cidadania no contexto da agricultura familiar do município de Três Rios e adjacências.

Esta parceria tem sido bem-sucedida em identificar, motivar e mobilizar os agricultores para acesso a direitos, com vistas à superação de problemas de regularização fundiária e outros direitos humanos para o fortalecimento da cidadania e, conseqüentemente, o aprimoramento da produção e comercialização dos produtos agrícolas e a melhoria da qualidade de vida.

Dentre as atividades planejadas, incluem-se oficinas com metodologia ativa sobre os temas identificados conforme demanda dos agricultores; orientação jurídica realizada sob a supervisão dos professores vinculados ao projeto sediado no Núcleo de Prática Jurídica; ajuizamento e acompanha-

³² Para maiores informações acessar: <https://www.emater.rj.gov.br>.

mento de ações judiciais, bem como o estabelecimento de vínculos, colaborações e parcerias com órgãos públicos e privados locais e setores da sociedade civil, objetivando a criação de uma rede de apoio que possa contribuir para a promoção dos direitos humanos e da cidadania na agricultura familiar da região.

O projeto tem como objetivo principal a promoção dos direitos humanos e da cidadania na agricultura do município de Três Rios e adjacências para que, através do acesso a direitos pelos agricultores e agricultoras, se tenha como consequência o impacto positivo na produção e comercialização dos produtos agrícolas oriundos da agricultura familiar, através da (i) orientação dos agricultores e agricultoras sobre as formas e os requisitos legais para acesso aos programas de crédito e financiamento rural, regularização fundiária, previdência rural, questões sucessórias, relações familiares e de gênero, entre outras; (ii) ajuizamento e acompanhamento de ações judiciais relacionadas ao objeto do projeto; (iii) estabelecimento de parcerias com os órgãos públicos e privados locais e setores da sociedade civil objetivando a criação de uma rede de apoio aos agricultores familiares; (iv) realização de palestras e oficinas em parceria com a EMATER-RIO e outros parceiros; (v) a criação de uma cartilha e outros documentos informativos sobre direitos humanos na agricultura familiar

Com estas iniciativas, pretende-se consolidar a atuação do Núcleo de Prática Jurídica no que diz respeito a sua atuação em defesa dos direitos humanos, orientando e atuando nos casos jurídicos relacionados à agricultura familiar. O acesso à orientação jurídica e o fortalecimento de uma cultura de direitos humanos ajudarão em muito os produtores rurais, e, conseqüentemente, impactarão positivamente na produção e na comercialização dos produtos de modo a aumentar a geração de renda.

Neste primeiro ano de execução do projeto de extensão, já foram envolvidos, pelos menos 40 (quarenta) discentes das disciplinas de Prática Jurídica e Estágio Supervisionado, com atendimentos de aproximadamente 35 (trinta e cinco) agricultores e o ajuizamento de mais de 15 (quinze) ações judiciais, que estão em andamento. Portanto, já houve um impacto direto e indireto na vida de mais de 60 (sessenta) agricultores e agricultoras rurais.

Em relação aos resultados, importante salientar que muito já se avançou: (i) na aproximação com as comunidades e associações de agricultores do município de Três Rios e adjacências, que serão contemplados pelas ações do projeto; (ii) na conscientização sobre os direitos humanos e cidadania no âmbito da agricultura familiar; (iii) na orientação dos agricultores familiares sobre as temáticas elencadas acima, bem como de outras demandas jurídicas relevantes; (iv) no atendimento jurídico e ajuizamento e acompanhamentos de ações judiciais como forma de garantir os direitos dos agricultores e agricultoras familiares; (v) no fortalecimento da rede de apoio aos agricultores e agricultoras familiares.

Importante ainda salientar, que o projeto tem sido extremamente relevante no processo de formação dos alunos das atividades de estágio supervisionado, uma que eles estão tendo a oportunidade de exercer a prática jurídica, aprendendo técnicas de atendimento, elaboração de petições judiciais, pesquisas jurídicas, pareceres, etc.

Através do projeto se busca o fortalecimento do Núcleo de Prática Jurídica na atuação da defesa e promoção dos direitos humanos de agricultores e agricultoras familiares e, conseqüentemente, se espera que o Instituto Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro possa contribuir na conscientização das questões relativas aos direitos no campo da agricultura familiar, seja por sua atuação concreta em casos reais, seja pela orientação e disseminação de informações sobre os direitos humanos associados a esta temática.

Para exemplificar o trabalho realizado vale trazer um caso emblemático objeto do projeto. O senhor Fernando Esteves e de sua esposa Zilma Lopes foram os dois primeiros agricultores familiares atendidos no projeto. Trata-se da ação de Usucapião Especial Rural (Constitucional) do imóvel rural

denominado Sítio Porto Velho, movida pelo senhor Fernando Esteves Portugal e sua esposa Zilma Lopes de Mello Portugal. Os agricultores são possuidores de um imóvel rural há mais de 30 anos, embora não possuam a propriedade registrada, apesar de usufruírem plenamente de sua posse durante todo esse período. Apesar das tentativas de resolver a pendência ao longo dos anos, as tratativas foram continuamente frustradas.

Nesse caso, após vários atendimentos, orientações, análises de documentos, bem como visita à propriedade, foi construída pelos alunos de estágio supervisionado, com a supervisão do professor orientador, a ação judicial de usucapião visando proporcionar aos agricultores rurais citados acima, a obtenção do registro de propriedade da terra, que é crucial para sua família, por ser a fonte de renda do casal.

Cabe salientar, que uma terra legalizada e formalizada é de suma importância para os agricultores familiares, pois o direito de propriedade traz segurança jurídica e, conseqüente, possibilidade o acesso a uma série de direitos humanos.

O trabalho no processo do senhor Fernando e Dona Zilma continua sendo realizado, uma vez que foi ajuizada ação de usucapião na Vara Federal da Seção Judiciária de Três Rios, que está em trâmite e sendo aguardado com grande expectativa o desfecho positivo dessa história.

Seguem fotos que registram a presença da equipe do Núcleo de Prática Jurídica e da EMATER, no sítio da família, bem como de atendimento a agricultor no Instituto Três Rios da UFRRJ.



Fonte: Acervo do Núcleo de Prática Jurídica Jéssica Philipp Giusti da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Três Rios.



Fonte: Acervo do Núcleo de Prática Jurídica Jéssica Philipp Giusti da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Três Rios.



Fonte: Acervo do Núcleo de Prática Jurídica Jéssica Philipp Giusti da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Três Rios.

Por fim, no caso apresentado, é um exemplo dos muitos trabalhos que são realizados, na prática, pelo DHAF e sua significativa importância para o desenvolvimento regional e para a melhoras

das condições de vida de agricultores e agricultoras familiares de pequenos agricultores em Três Rios e adjacentes. Ficando assim, evidenciado, por meio do projeto de extensão (DHAF), uma das funções principais da Universidade Pública, que é levar desenvolvimento para sociedade em que ela se encontra inserida, além de proporcionar com sua sistemática educacional um ensino de qualidade para os discentes que são envolvidos em projetos, como o apresentado acima.

Conclusão

O direito à alimentação e à segurança alimentar já estão razoavelmente positivados juridicamente no Brasil. Contudo, sabe-se que há inúmeros desafios para se dar eficácia às normas garantidoras desses direitos. O fato é que a temática está na ordem do dia, seja porque temos situações graves de insegurança alimentar no Brasil, seja porque se faz imperioso em tempos de mudança climática pensar nos modelos de produção de alimentos sustentáveis, principalmente a agricultura familiar e suas relações com as questões ambientais.

A agricultura familiar no Brasil e no mundo, serve como uma grande ferramenta de promoção dos direitos humanos e fundamentais, tendo em vista ser uma das grandes responsáveis pela produção de alimentos que compõem a cesta básica de toda a sociedade brasileira, assim, sendo uma ferramenta importante para promoção da segurança alimentar no Brasil.

Neste contexto, o projeto de extensão universitária Fortalecendo a Cultura de Direitos Humanos e da Cidadania na agricultura Familiar é de fundamental importância para a Região Centro-Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, pois tem possibilitado a orientação dos agricultores familiares sobre as temáticas elencadas acima, bem como de outras demandas jurídicas relevantes, o atendimento jurídico e ajuizamento e acompanhamentos de ações judiciais como forma de garantir os direitos dos agricultores e agricultoras familiares, o fortalecimento da rede de apoio aos agricultores e agricultoras familiares.

Em suma, através do projeto busca-se o fortalecimento do Núcleo de Prática Jurídica na atuação da defesa e promoção dos direitos humanos de agricultores e agricultoras familiares e, conseqüentemente, espera-se que o Instituto Três Rios, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro possa contribuir na conscientização das questões relativas aos direitos no campo da agricultura familiares, seja por sua atuação concreta em casos reais, seja pela orientação e disseminação de informações sobre os direitos humanos associados a esta temática.

Referências

BARRETTO, Vicente de Paulo; LAUXEN, Elis Cristina Uhry. A (re)construção da ideia de dignidade humana. *In: Revista Quaestio Iuris*, vol.11, n. 01, Rio de Janeiro, p. 67-88, 2018.

BENITES, Renata Guinato; TRENTINI, Flávia. Agricultura familiar sustentável: entre o desenvolvimento sustentável e a segurança alimentar. *In: Revista de Direito Agrário e Agroambiental*, 1-19, 2019. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/rdaa/article/view/5813>. Acesso em: 06 nov. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 90, de 15 de setembro de 2015**. Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc90.htm. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm. Acesso em: 23 nov. 2023.

BRUMER, Anita; DOS ANJOS, Gabriele. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. *In: Revista Nera*, n. 12, p. 6-17, 2012.

CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar (Org.). **Convivência com o semiárido brasileiro: autonomia e protagonismo social.** Série Cooperação Brasil-Espanha, Programa Cisternas - BRA 007-8, 2010-2014.

COSTA, L. L.; CUNHA, S. A. **A agricultura familiar como garantidora de direitos humanos.** 2018. Disponível em: <https://observalei.direito.ufmg.br/wp-content/uploads/2021/02/A-agricultura-familiar-como-garantidora-dos-direitos-humanos.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2023.

FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, Havana-Cuba, 2001. **Declaração do Fórum sobre Soberania alimentar.** Realizado no Palácio de Convenções de La Habana, Cuba, em 7 de setembro de 2001. Disponível em: <https://neaep.blogspot.com/2010/01/declaracao-ii.html>. Acesso em: 25 nov. 2023.

GILBERT, Jérémie. Direito à terra como direito humano: argumentos em prol de um direito específico à terra. *In: Revista internacional de direitos humanos*, v. 10, n. 18, 2013.

MAGALHÃES, Gabriel Gomes Canêdo Vieira de Magalhães. **Direito fundamental social à alimentação e a sua efetivação pelo poder judiciário.** [Dissertação]. 2012. Mestrado em Direito Público, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG, 2012.

PROGRAMA Bem Viver [Podcast]. Rádio Brasil de Fato. Apresentado por Lucas Weber, 31 jul. 2023, 12h13. Duração: 1 h. **Agricultura familiar ocupa 23% da área agricultável, mas gera 67% das vagas do trabalho rural.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/07/31/agricultura-familiar-ocupa-23-da-area-agricultavel-mas-gera-67-das-vagas-do-trabalho-rural>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988.** 7. ed. rev. atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

SIQUEIRA, D. P.; ESPÓSITO, M. P.; SOUZA, B. C. L. de. Direito à alimentação e os direitos da personalidade: da previsão à concretização desse direito sob a perspectiva do acesso à justiça. *In: Revista de Constitucionalização do Direito Brasileiro, [S. l.]*, v. 2, n. 2. Disponível em: <https://revistareconto.com.br/index.php/reconto/article/view/32>. Acesso em: 6 nov. 2023.

SIQUEIRA, D. P.; ESPÓSITO, M. P.; SOUZA, B. C. L. de. **Teoria geral do direito à alimentação: cultura, cidadania e legitimação.** 1. ed. Birigüi, SP: Boreal Editora, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 27 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. 1966. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20os%20Direitos%20Econ%C3%B3micos,%20Sociais%20e%20Culturais.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Comentário Geral número 12: o direito humano à alimentação (art. 11)**. 1999. Disponível em: <https://fianbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/09/Coment%C3%A1rio-Geral-12.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2023.

WIENKE, F. F. A noção de agricultura familiar no direito brasileiro: uma conceituação em torno de elementos socioeconômicos e culturais. *In: JURIS - Revista da Faculdade de Direito*, 27(1), 225-245, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/juris.v27i1.6966>. Acesso em: 20 nov. 2023.

Sobre os Autores:

Agatha Martins Miguel - estudante do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Três Rios, desenvolvendo atividades de pesquisa e extensão junto aos Professores do Departamento de Ciências do Meio Ambiente – UFRRJ/ITR.

Alessandra Cordeiro dos Santos - estudante do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Três Rios, desenvolvendo atividades de pesquisa e extensão junto aos Professores do Departamento de Ciências do Meio Ambiente – UFRRJ/ITR.

Alice Silva Pereira Hagge - Bióloga e Mestre em Entomologia. Atuou na Secretaria de Meio Ambiente de Três Rios/RJ sendo responsável pelo desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a proteção ambiental e o controle de atividades potencialmente poluidoras no município.

Amanda Moraes Bevilacqua Pereira - Estudante do curso de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, consórcio CEDERJ, atuando como bolsista e desenvolvendo atividades de pesquisa e extensão junto aos Professores do Departamento de Ciências do Meio Ambiente – UFRRJ/ITR.

Ana Carolina D’Almeida Francisquini - Mestranda em Administração, pós-graduada em MBA em Comunicação e Marketing em mídias digitais pelo centro universitário Estácio de Sá e graduada em Administração pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Ana Paula Lima Miranda de Sousa - Graduanda em Direito no Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Bolsista de Iniciação Científica da UFRRJ. Participa do grupo de pesquisa sobre Formas Consensuais de Administração de Conflitos em Perspectiva Empírica (FOCA/ITR/UFRRJ) e do Laboratório de Práticas Consensuais de Solução de Conflitos do NPJ/ITR/UFRRJ.

Andrea Cristina Ferreira Longo - estudante do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Três Rios, desenvolvendo atividades de pesquisa e extensão junto aos Professores do Departamento de Ciências do Meio Ambiente – UFRRJ/ITR.

André Luiz Pereira - Zootecnista pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Mestre em ecologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. Atua como consultor em identificação botânica.

Anna Laura Thomaz Gomes Heleno - Graduanda em Direito no Instituto Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Bolsista de Iniciação Científica da UFRRJ. Participa do grupo de pesquisa sobre Formas Consensuais de Administração de Conflitos em Perspectiva Empírica (FOCA/ITR/UFRRJ) e do Laboratório de Práticas Consensuais de Solução de Conflitos do NPJ/ITR/UFRRJ.

Antônio Pereira Gaio Júnior - Professor Associado de Direito Processual do Departamento de Direito, Letras e Humanidades (DDHL) da UFRRJ. Pós-Doutor em Direito (Universidade de Coimbra-POR). Pós-Doutor em Democracia e Direitos Humanos (Ius Gentium Conimbrigae. FDUC/POR). Doutor, Mestre e Especialista em Direito (UGF). Concentra suas pesquisas e produções intelectuais nas áreas do Processo, Desenvolvimento, Consumidor e Desigualdades Regionais.

Crislaine da Silva Ramos - estudante do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Três Rios, desenvolvendo atividades de

pesquisa e extensão junto aos Professores do Departamento de Ciências do Meio Ambiente – UFRRJ/ITR.

Débora Vargas Ferreira Costa - Professora do Departamento de Ciências Administrativas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Desenvolve pesquisa na área de Gestão de Pessoas, Trabalho e Subjetividade.

Diógenes Ferreira Filho - Doutor em Estatística e Experimentação Agropecuária pela Universidade Federal de Lavras. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas e Exatas do Instituto Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Atua nas áreas de Probabilidade, Estatística e Ciência de Dados.

Érica Guerra da Silva - Pós-doutora em Direito pela PUC/MG. Professora do Curso de Direito do Instituto Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Presidente da Comissão de Direito Empresarial do Instituto dos Advogados Brasileiros. Membro da Comissão de Estudos sobre a Sociedade Anônima do Futebol da OAB/RJ. Possui produção técnica e bibliográfica e coordena atividades de pesquisa e extensão no campo do Direito empresarial, envolvendo práticas consensuais de solução de conflitos e o superendividamento.

Erika Cortines - Graduação em Ciências Biológicas pela UFRRJ. Mestrado e Doutorado no Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais e Florestais, UFRRJ. Professora Associada no Departamento de Ciências do Meio ambiente da UFRRJ-ITR. Representante da Diretoria (Presidente) do Comitê de Bacias do Rio Piabanha e Sub-bacias dos rios Paquequer e Preto. Participa de conselhos municipais de meio ambiente de Paraíba do Sul e Levy Gasparian. Membro do Conselho estadual de recursos hídricos do RJ. Membro de diversos conselhos de unidades de conservação municipais, estaduais e federais. Atua com gestão de recursos hídricos e recuperação de áreas degradadas.

Fábio Cardoso de Freitas - Professor do Departamento de Ciências do Meio Ambiente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Desenvolve pesquisa sobre a gestão dos resíduos sólidos e as relações com a qualidade do meio físico ambiental e alterações na paisagem.

Fábio Souto de Almeida - Possui graduação em Engenharia Florestal pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Possui Mestrado e Doutorado em Ciências Ambientais e Florestais pela UFRRJ. Atualmente é professor da UFRRJ/ ITR. Tem experiência na área de Ecologia, Conservação da Natureza e Avaliação de Impactos Ambientais.

Fernando Carrilho-da-Silva: Mestrando em Ecoturismo e Conservação na Universidade Federal do Estado do Rio De Janeiro (UNIRIO). Gestor Ambiental pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Integrante do Núcleo de Estudos em Gestão de Unidades de Conservação (NEGUC/UFRRJ); Integrante grupo de pesquisa Núcleo de Estudos em Gestão Ambiental e Biodiversidade (UFRRJ). Atua na área de gestão de recursos hídricos, manejo de Bacias Hidrográficas e gestão de unidades de conservação.

Gabrielle Freitas Caldararo da Costa – Bacharel em Economia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - Instituto Três Rios.

Gisele dos Santos Cabral - Estudante do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Três Rios, desenvolvendo atividades de pesquisa e extensão junto aos Professores do Departamento de Ciências do Meio Ambiente – UFRRJ/ITR.

Iasmim da Silva Rodrigues – Graduação em Gestão Ambiental pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - Instituto Três Rios.

João Paulo Pereira - CEO na Acesso Tecnológico e Escola de Tecnologia Genius Now no município de Três Rios, RJ. Empresa com foco em desenvolver, ofertar e fornecer aos clientes inovação tecnológica, com interação, treinamento, visão futura e criatividade.

Josir Simeone Gomes - É Pós-Doutor pela Universidad Carlos III de Madrid, na Espanha e especialista pela Harvard Business School. Professor Adjunto no Programa de Mestrado e Doutorado em administração da Universidade Unigranrio.

Julianne Alvim Milward-de-Azevedo: Professora do Departamento de Ciências do Meio Ambiente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutora em Economia (UFRJ), Mestre em Administração Pública (FGV) e graduada em Arquitetura e Urbanismo (UFF), Administração de Empresas (USU) e Geografia (UERJ). É líder de dois núcleos de pesquisa na UFRRJ. Atua em conselhos de Unidade de Conservação e de Defesa de Meio Ambiente no estado do Rio de Janeiro. Desenvolve estudos quanto ao ordenamento territorial, com vista às questões ambientais, urbanas, econômicas, sociais, políticas e culturais. Exerce atividades em empreendedorismo social e ambiental.

Karina Oliveira - Estudante do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Três Rios, desenvolvendo atividades de pesquisa e extensão junto aos Professores do Departamento de Ciências do Meio Ambiente – UFRRJ/ITR.

Karolyne Victor Martins Leite: Gestora Ambiental pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Especialista em Marketing pela Universidade Carioca e em Comunicação e Marketing em Mídias Digitais pela Universidade Estácio de Sá. Atua em *branding* e responsabilidade socioambiental para desenvolvimento de marcas autênticas e conscientes, estratégia de marketing e gestão de marcas e projetos.

Klever Paulo Leal Filho - Doutor em Direito. Professor do Curso de Direito do ITR/UFRRJ e do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Católica de Petrópolis. Pesquisador do INCT/InEAC/UFF. Jovem Cientista do Nosso Estado - FAPERJ. Possui produção técnica e bibliográfica e coordena atividades de pesquisa e extensão sobre a utilização de métodos consensuais de solução de conflitos.

Lair Tavares Neto: Aluno de graduação do Curso de Direito do Instituto Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e bolsista do Projeto de Extensão Universitária Fortalecendo a Cultura de Direitos Humanos e da Cidadania na Agricultura Familiar.”

Leticia Menezes Silva Bittencourt - Graduada em Administração pela UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro).

Lucas Magrani - Fundador da ONG Três Rios Três Árvores que tem como objetivo a defesa, recuperação, conservação e preservação do meio ambiente no município de Três Rios, RJ. Atuou como membro do Comdema – Conselho Municipal de Meio Ambiente de Três Rios, RJ.

Maisa Barros Baptista Hygino Pena - estudante do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Três Rios, desenvolvendo atividades de pesquisa e extensão junto aos Professores do Departamento de Ciências do Meio Ambiente – UFRRJ/ITR.

Maria Cristina Drumond e Castro - Doutora em Políticas Públicas Comparadas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e pela Universidad de Rio Cuarto (Argentina). Docente do Programa de Pós-graduação em Gestão & Estratégia PPGE/UFRRJ. Orientadora da pesquisa. Docente do curso de Administração do Campus de Três Rios da UFRRJ.

Maria Helena Facirolli Sobrinho - professora associada D1 do Departamento de Ciências Econômicas e Exatas do Instituto Três Rios/UFRRJ. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária.

Michaele Alvim Milward-de-Azevedo - Professora do Departamento de Ciências do Meio Ambiente, Instituto Três Rios, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professora do Programa de Pós-graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável (UFRRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Biologia Vegetal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Tem experiência na área de Botânica, com ênfase em sistemática, taxonomia, fitogeografia e palinologia de Passifloraceae.

Nádia Mylena dos Santos Orlandini - estudante do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Três Rios, desenvolvendo atividades de pesquisa e extensão junto aos Professores do Departamento de Ciências do Meio Ambiente – UFRRJ/ITR.

Nathália Borges - estudante do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Três Rios, desenvolvendo atividades de pesquisa e extensão junto aos Professores do Departamento de Ciências do Meio Ambiente – UFRRJ/ITR.

Pablo Miranda Guimarães - Doutor em Economia Aplicada pelo PPGEA/UFV e Professor Assistente da UFRRJ Campus Três Rios. Atua nos seguintes temas: Economia Agrícola, Economia da Produção, Análise de Produtividade, Análise de Eficiência, Educação Financeira.

Paulo José Saraiva - Possui doutorado na área de Economia Monetária e Financeira pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e desenvolve projetos com temas relacionados a política monetária, revisão do novo consenso macroeconômico, regime de metas de inflação e teoria pós-keynesiana.

Paulo Lourenço Domingues Junior - Administrador e doutor em sociologia pela USP. Professor Associado do curso de Administração do Departamento de Ciências Administrativas e Sociais (DCAS) do campus de Três Rios da UFRRJ. Docente do Mestrado em Gestão e Estratégia da UFRRJ. Desenvolve pesquisas nos temas de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), stress e burnout ocupacional.

Raphaella Borges David - Professora no Departamento de Direito, Humanidades e Letras da UFRRJ, Campus Três Rios. Doutora em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Tem experiência nas áreas de Direito Constitucional, Filosofia Política, Participação democrática e Direito à cidade.

Richard William da Silva Pereira - Graduação em Economia pela UFRRJ, Campus de Três Rios.

Roberto Santolin - Doutor em Economia pelo CEDEPLAR/UFMG, Professor Associado da UFRRJ Campus de Três Rios e Professor Permanente do Programa de Pós Graduação em Economia Aplicada (PPEA/UFOP). Atua nos seguintes temas: Desigualdade de Renda, Crescimento Econômico, Finanças Públicas, Métodos Quantitativos e Economia do Bem Estar Social.

Rulian Emmerick - Professor do Departamento de Direito, Humanidades e Letras. Possui pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Doutorado em Serviço Social pela mesma universidade. Desenvolve pesquisas no campo dos direitos humanos, principalmente nas relações entre Gênero, Religião e política. Nos últimos anos tem atuado em temas relacionados aos direitos humanos na agricultura familiar.

Sady Júnior Martins da Costa de Menezes - Professor do Departamento de Ciências do Meio Ambiente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Três Rios. Especialista em Geotecnologias e Redução de Riscos e de Desastres (Proteção e Defesa Civil) com trabalhos desenvolvidos em áreas urbanas e rurais.

Tatiana Ladeira Vidal - É Mestre em Administração pela USP. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Administração da Unigranrio. Docente do curso de Administração do Departamento de Ciências Administrativas e Sociais (DCAS) do campus de Três Rios da UFRRJ.

Teófilo de Paula - Doutor em Economia pelo CEDEPLAR/UFMG, com pós-doutorado pela University of Leeds (UK). Desenvolve pesquisas sobre a relação entre moeda e espaço, Arranjos Produtivos Locais e desenvolvimento regional e urbano.

Thayna Ribeiro Bromana - Estudante do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto Três Rios, desenvolvendo atividades de pesquisa e extensão junto aos Professores do Departamento de Ciências do Meio Ambiente – UFRRJ/ITR.

INFORMAÇÕES SOBRE A EDITORA GARCIA

Para saber mais sobre a EDITORA GARCIA, sobre como publicar e comercializar seu livro e outros assuntos, visite nosso site e curta nossas redes sociais.



EDITORA GARCIA



www.editoragarcia.com.br



facebook.com/editoragarcia



instagram.com/editoragarcia

Teófilo de Paula
Paulo José Saraiva
(Organizadores)

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E SUSTENTABILIDADE

PERSPECTIVAS PARA O MUNICÍPIO DE TRÊS RIOS (RJ) E REGIÃO

A coletânea conta com a participação de outros 49 pesquisadores especialistas no tema, sendo fruto do esforço de pesquisa realizado nos últimos anos no Instituto Três Rios da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Trata-se, portanto, de uma leitura imprescindível, pois tem como objetivo central avaliar o desenvolvimento de uma região que no período recente passou por um processo de transformação em sua estrutura econômica e social. Tal transformação, foi impulsionada tanto por sua localização estratégica, como o fácil acesso às três principais capitais do país: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, bem como por um programa de benefícios fiscais por meio da Lei Estadual 4533/2005 e por meio de isenção de pagamento de tributos (IPTU e ISS) para indústrias que se instalassem no município. Os impactos sobre a criação de emprego e aumento da renda são evidentes quando se analisam as séries históricas. Por outro lado, o crescimento econômico suscitado na região abre caminho para explorar questões subjacentes a esse processo.

Assim sendo, em seus quatorze capítulos, o livro se estrutura tomando por base os princípios da análise das ciências sociais aplicadas, expondo, para cada tema discutido nessa coletânea, os pressupostos subjacentes e suas implicações. Os pesquisadores fazem uso de base de dados primárias e consolidadas pelos mesmos, bem como de bases de dados públicas. Os aspectos metodológicos utilizados se mostram aderentes às discussões apresentadas em cada um dos capítulos.

**Trecho do prefácio de
*Fernando Salgueiro Perobelli***



EDITORA GARCIA



9 1786560132014711